

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Tuane Aline Rossatto

**A dimensão política do trabalho do assistente social:
reflexões sobre a atuação profissional com movimentos de luta por moradia**

SÃO PAULO
2024

Tuane Aline Rossatto

**A dimensão política do trabalho do assistente social:
reflexões sobre a atuação profissional com movimentos de luta por moradia**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

SÃO PAULO

2024

BANCA EXAMINADORA

Este trabalho é uma dedicatória coletiva àqueles que trabalharam, suaram, sorriram e choraram na luta pela moradia e que morreram antes de ver seu sonho concluído.

A Aparecido Monteiro da Silva



Aparecido Monteiro da Silva
Coordenador da Associação por Habitação com Dignidade (AHD)
(1961-2019)

A família AHD, em 5 de junho de 2019, despediu-se de seu grande companheiro e amigo Aparecido Monteiro da Silva, o Cido!

Pai amoroso de Júlio, Luciana e Robson. Marido zeloso de Dora, com quem, por 25 anos, trilhou uma linda história de luta.

Retirante. Mutirante. Líder. A força de Aparecido marca toda sua trajetória de vida e deságua em sua forma de militância no movimento de luta por moradia popular, União dos Movimentos de Moradia, através da Associação por Habitação com Dignidade (AHD), para a qual contribuiu com a fundação.

Aparecido mobilizou pessoas para a luta em que acreditava. Conduzir pessoas requer possuir valores nobres, esperança na transformação social e disposição para a luta. Assim, Aparecido foi um grande líder!

Suas ações foram guiadas pelo valor da humanidade. Sua capacidade de enxergar no outro suas humanidades foi uma de suas mais expressivas características. Foi enxergando as potências, habilidades e dificuldades daqueles que o cercavam que Aparecido ajudou a construir e, hoje, se despede de sua segunda família, uma família que tem mais de 800 integrantes.

Também teve ações guiadas pelo valor da empatia. A capacidade de se colocar no lugar do outro fez com que pudesse dialogar com todos à sua volta de forma próxima e paternal. Sempre havia, em suas palavras lúcidas, reflexões que convidavam a todos a moldar seus comportamentos no caminhar em direção a valores mais solidários e humanos.

Defendia o valor da dignidade. Cido ansiava em ver os jovens esperançosos no futuro, os idosos valorizados e os trabalhadores com oportunidades. A moradia digna foi sua grande bandeira de luta e, dentro dela, tantas outras lutas ele travou na busca pela dignidade humana.

Acreditava no valor da democracia. Na bandeira da autogestão, encontrou, nas suas práticas, solo fértil para germinar e florir. Hoje, vemos muitas flores no jardim “Projeto Alvorada do Jaraguá”.

Uma pessoa guiada pelo amor. Cido amava. Amava as famílias com as quais trabalhava, sua luta, seu legado. Cido amava o trabalho, as pessoas e a vida.

Com seu amor, Cido nos ensinou a amar. Amamos uns aos outros, amamos a luta, amamos a ele. Cido viverá em nossas mentes e corações. Cido presente!

(Homenagem das famílias participantes da AHD
ao coordenador-geral da associação, quando de seu falecimento, em 5/7/2019)

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo 140144/2020-9.

AGRADECIMENTOS

Do lado de cá honro e agradeço a todos que caminharam antes de mim, abrindo meus caminhos, a todos que caminham ao meu lado me animando e fortalecendo, e a todos que caminham a minha frente me dando direção e horizonte. Do lado de lá saúdo aqueles que caminham abaixo de mim me sustentando e dando firmeza e os que caminham acima, me iluminando e guardando. Agradeço a todos os amigos espirituais que acompanham minha jornada. Axé!

Agradeço a minha família por ser base firme sobre a qual ergui e sustento meu ser. Agradeço as minhas raízes profundas, meus amados avós Aparecida Roza e Eronildes Roza, parte constitutiva de quem eu sou, a parte mais forte! Agradeço a minha mãe Rosana Roza pelo seu amor e cuidado imparáveis, por todo suporte material e emocional, pelo encorajamento incansável, por ser exemplo de alegria e resiliência e por ser em mim a parte mais bela. Agradeço ao meu irmão Tulio Rossatto por sempre apoiar e incentivar meus estudos, também por ser uma referência de generosidade e dedicação, agradeço também a minha cunhada Cristiane Santos e meus sobrinhos Pedro Henrique e João Lucas por todo afeto e carinho.

Agradeço ao meu companheiro Felipe por todo apoio nessa difícil jornada, pela compreensão, atenção e paciência, por cuidar com tanto zelo de mim e de nossa pequena. Agradeço a minha filha Liz, seu olhar expressivo, seu sorriso encantador e seu toque afetuoso foram fonte de forças e amor para concluir essa travessia. Agradeço a Frida Frederica minha fiel companheira, seus ronronos ao pé do monitor me acalmaram e aqueceram nas tantas madrugadas que enfrentamos juntas estudando, lendo, refletindo e escrevendo. Agradeço a Soraia Alves, seu suporte e cuidado tornaram essa caminhada mais leve!

Agradeço Ilana Tawil sua escuta atenta, acolhimento e trocas tornaram esse processo repleto de significados e aprendizados valiosos!

Agradeço a minha segunda família, meus sogros Fatima Oliveira e Juselino Alves e minha cunhada Fabiana Alves por todo apoio, suporte e compreensão.

Agradeço especialmente a minha amiga, irmã de alma e comadre Cleonice Hein por me impulsionar a superar meus limites, me alavancando para realizações que jamais imaginei, obrigada por acreditar na minha potência e por nunca soltar a minha mão! Obrigada por cada troca, cada reflexão, por tantas contribuições! Agradeço ao Phillip Hein, amigo e compadre, por toda ajuda e afetuosidade nessa empreitada!

Agradeço a Nicole Ferreira por toda ajuda, suporte apoio e profundos acolhimento e incentivo!

Agradeço a patota Luiza Acorci, Camila Rocha, Natália Parizotto, Gabriele Borges, Alessandra Felice, Jacqueline de Jesus por serem minhas referências de amizade, que mesmo longe está sempre presente fortalecendo e me lembrando de quem eu sou.

Agradeço a equipe CREAS Penha, Elen Karin, Nayara Santos, Viviane Peluzzi por toda ajuda e suporte e em especial a minha coordenadora Marcela Queiroz por todo acolhimento, incentivo, apoio e compreensão durante esse período tão turbulento. Sem o carinho e colaboração de vocês esse caminho teria sido muito mais difícil!

Nos tantos momentos delicados pelos quais passei nesses 5 anos de jornada no doutorado, como o bloqueio de uma bolsa de estudos por um ataque de um governo de direita as instituições de ensino desse país; uma pandemia de escala globais que interrompeu todos os processos da pesquisa em andamento; uma convocação para assumir um concurso em momento de isolamento social alterando meu local de trabalho, a política a qual dedicava minhas atenções, me colocando no lugar de recomeço, de novos estudos, novas reflexões; os dolorosos processos de adoecimento e perda do meu avô; uma gestação inesperada (e muito celebrada!) mas com muitos percalços.

Dito isso, a minha orientadora Rosangela Paz agradeço profundamente por todo o apoio, incentivo, pela sensibilidade e humanidade com as quais me ajudou a atravessar esse período. Agradeço também pelas reflexões, provocações, leitura atenta e pontuações certas que qualificaram o trabalho aqui apresentado.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, pelo compartilhar tantos de saberes, vivências e reflexões. As trocas fecundas, foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos professores do Programa de Graduação em Serviço Social da PUC/SP que marcaram minha trajetória profissional e pessoal com potentes ferramentas para análise da realidade e para o desenvolvimento de um trabalho profissional comprometido com o projeto-profissional e com os valores da classe trabalhadora.

Ao MESS todo meu carinho, respeito e saudades, agradeço a cada companheiro por me forjar uma lutadora social!

Agradeço a Assessoria Ambiente Arquitetura, nas figuras de Isabel Cabral e Ricardo Gaboni pelas tantas contribuições, pela oportunidade de desenvolvimento de um trabalho junto aos movimentos sociais, pela possibilidade da elaboração desta pesquisa, pelos ensinamentos e pelo afeto! Agradeço ainda imensamente a todos os meus colegas de trabalho na assessoria, em especial aqueles com quem compartilhei mais de perto as alegrias e angústias do trabalho Nataly Ferreira e João Geddo por todas as construções coletivas, pelas aventuras, risadas, lágrimas e suor!

Agradeço aos Movimentos Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste e à Associação Anjos da Paz por partilharem comigo sua história de luta e resistência, por me permitirem fazer parte do seu sonho.

A família AHD os meus mais profundos agradecimentos, por me acolherem e por compartilharem comigo tantos ensinamentos. Agradeço as coordenações Aparecido Monteiro, Erika Paula Oliveira de Abreu e Fredson Almeida de Lima por acreditarem no meu trabalho profissional e acadêmico. Aos participantes da pesquisa – Eliane Cristina, Erika Paula, Euda Mendes, Fredson Almeida, Laércio Costa e Lucia Melim – agradeço por me permitirem ouvir suas histórias, reflexões, por compartilharem comigo seus sentimentos e emoções. Acessei os corações de cada um de vocês por meio do meu, com todo o respeito, admiração e afeto.

A todos vocês o meu amor.

ROSSATTO, Tuane Aline. **A dimensão política do trabalho do assistente social:** reflexões sobre a atuação profissional com movimentos de luta por moradia. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

RESUMO

O objeto do presente estudo é a dimensão política do trabalho profissional dos assistentes sociais no contexto do Serviço Social brasileiro, contemporâneo e guiado pelo projeto ético-político vigente, que trabalham com o Movimento de moradia Associação por Habitação com Dignidade (AHD), em programas de Habitação de Interesse Social (HIS), mais, especificamente, no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E). A AHD é um dos atores presentes no contexto histórico de luta por moradia na cidade de São Paulo. Dentre suas bandeiras de luta, estão a reforma urbana; o direito à cidade e à autogestão na produção habitacional, por meio da participação popular; e a organização e o protagonismo dos trabalhadores na luta por direitos e mudanças sociais. Defende o reconhecimento e a ampliação do trabalho social em HIS na Política Habitacional, e, ainda, a possibilidade de atuar com profissionais que compartilhem da visão de mundo em prol dos trabalhadores. A atuação dos profissionais do Serviço Social realiza-se através da Assessoria Ambiente Arquitetura, parceira do Movimento. O Serviço Social tem atuação eminentemente política e sua trajetória vincula-se à disputa de poder das classes sociais. Defendemos aqui que, assim como toda atividade social, as ações profissionais são atravessadas pela dimensão política. O objetivo do presente estudo é colocar lentes de aumento sobre as estratégias profissionais utilizadas no cotidiano de atuação dos assistentes sociais, nessa experiência concreta, com vistas a nos aproximar das possíveis consequências políticas desse trabalho e, com isso, refletir acerca da potência do trabalho profissional consciente e intencionalizado. A hipótese é que a dimensão política do trabalho dos assistentes sociais está relacionada com um projeto – pré-idealizado pelos profissionais – ao qual estão endereçadas as ações profissionais. A metodologia da pesquisa foi embasada na perspectiva crítica e nos estudos do materialismo histórico-dialético, envolvendo os procedimentos científicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, espaços de observação participante e pesquisa qualitativa com as famílias participantes do movimento de moradia AHD no Projeto Alexios Jafet. Compõe, também, os procedimentos, a observação nos espaços de inserção profissional e acadêmico da pesquisadora e registros fotográficos. Os resultados do estudo identificaram que, quando o trabalho profissional está orientado pelo projeto ético-político profissional hegemônico, a dimensão política do trabalho profissional pode contribuir com os processos de enfrentamento ao ordenamento do capital por meio do fortalecimento de valores, pensamentos e posicionamentos contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Movimento de Moradia. Habitação. Serviço Social. Dimensão Política.

ROSSATTO, Tuane Aline. **The political dimension of the social worker's work: reflections on professional performance with movements fighting for housing.** 2024. Thesis (Doctorate in Social Service) – Faculty of Social Sciences, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2024.

ABSTRACT

The object of the present study is the political dimension of the professional work of social workers in the context of Brazilian Social Service, contemporary and guided by the current ethical-political project, who work with the housing movement Associação por Habitação com Dignidade (AHD), in programs of Social Interest Housing (HIS), more specifically, in the Minha Casa Minha Vida - Entidades program (PMCMV-E). AHD is one of the actors present in the historical context of the struggle for housing in the city of São Paulo. Among its battle flags are urban reform, the right to the city and self-management in housing production, through popular participation, and the organization and protagonism of workers in the fight for rights and social changes, defending the recognition and expansion of social work in HIS in Housing Policy. It also defends the possibility of working with professionals who share the worldview in favor of workers. The work of Social Service professionals is carried out through Assessoria Ambiente Arquitetura, a partner of the Movement. Social Service has an eminently political role, and its trajectory is linked to the power struggle between social classes. We argue here that, like all social activities, professional actions are permeated by a political dimension. The objective of this study is to place a magnifying glass on the professional strategies used in the daily work of social workers in this concrete experience, with a view to bringing us closer to the possible political consequences of this work and thus reflecting on the power of conscious and intentional professional work. The hypothesis is that the political dimension of social workers' work is related to a future project - pre-idealized by professionals - in which professional actions are interested. The research methodology was based on a critical perspective and studies of historical and dialectical materialism, involving scientific procedures: bibliographical research, documentary research, spaces and qualitative research with families participating in the AHD housing movement in the Alexios Jafet Project. It also comprises the procedures, observation in the researcher's professional and academic insertion spaces and photographic records. The results of the study identified that when professional work is guided by the hegemonic professional ethical-political project, the political dimension of professional work can contribute to the processes of confronting the ordering of capital through the strengthening of counter-hegemonic values, thoughts and positions.

Keywords: Housing Movement. Housing. Social Service. Political Dimension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mutirantes no canteiro de obras da AHD (2019)	41
Figura 2 – Canteiro de obras da AHD (2019)	76
Figura 3 – Mutirantes no canteiro de obras da AHD (2019)	109
Figura 4 – Dora Lucia (2015) e Aparecido Monteiro (2012)	114
Figura 5 – Famílias da AHD no momento de limpeza do terreno (2012)	117
Figura 6 – Processo de construção do Condomínio Alvorada Jaraguá (2017- atualmente)	119
Figura 7 – Reuniões da Comissão Executiva (2017-2020)	126
Figura 8 – Reuniões de equipe da Assessoria Técnica (2017-2020)	128
Figura 9 – Coordenações da AHD (2017-2021)	132
Figura 10 – Integrantes das CAO (2017-2021)	135
Figura 11 – Integrantes das comissões da CRE (2017-2021).....	136
Figura 12 – Coordenadores da equipe técnica Assessoria Ambiente Arquitetura (2017-2021)	143
Figura 13 – Equipe técnica social atuante na AHD (2017-2021).....	144
Figura 14 – Equipe técnica urbanística atuante na AHD (2017-2021)	145
Figura 15 – Divisão de atividade relacionadas ao Projeto Alexios na AHD.....	146
Figura 16 – Assembleias da AHD (2017-2020)	149
Figura 17 – Instrumental de pauta de reuniões CAO e CRE (2019-2020)	153
Figura 18 – Reuniões CAO e CRE (2017-2021)	154
Figura 19 – Reunião Ampliada (2018).....	162
Figura 20 – Mutirantes no canteiro da AHD (2017)	163
Figura 21 – Festas da AHD (2017-2021)	165
Figura 22 – Integrantes da CAO e CRE (2020).....	171
Figura 23 – Manifestação no AMA Jardim Ipanema (2018)	174
Figura 24 – Mutirante no canteiro de obras da AHD (2020)	202
Figura 25 – Mutirantes e profissionais no canteiro de obras – AHD (2020)	209
Figura 26 – Tuane Rossatto, assistente social da fase-obras no Condomínio Alvorada do Jaraguá – AHD – e autora desta pesquisa (2020)	210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero do responsável familiar no AHD (2015)	137
Gráfico 2 – Naturalidade do responsável familiar na AHD (2015).....	137
Gráfico 3 – Participantes idosos na AHD (2015).....	138
Gráfico 4 – Participantes com necessidades especiais na AHD (2015).....	138
Gráfico 5 – Escolaridade do responsável familiar na AHD (2015).....	139
Gráfico 6 – Situação ocupacional do responsável familiar na AHD (2015)	140
Gráfico 7 – Situação de moradia do responsável familiar na AHD (2015)	141
Gráfico 8 – Reuniões das comissões internas (2017-2021).....	158
Gráfico 9 – Capacitações das comissões internas (2017-2021)	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados (2024).....	35
Quadro 2 – Chamamento das/os assistentes sociais à Política Habitacional	91
Quadro 3 – Atribuições do trabalho social – Portaria 464/2018	94
Quadro 4 – Composição de investimento – Portaria 464/2018	98
Quadro 5 – Atividades a serem executadas na fase pré-obras.....	102
Quadro 6 – Atividades a serem executadas na fase-obras.....	103
Quadro 7 – Etapa do trabalho social na pós-ocupação.....	105
Quadro 8 – Principais conquistas do movimento AHD.....	111
Quadro 9 – Disposição de PTTS (2015-2016)	122
Quadro 10 – Composição da equipe social fase-obras (2017-2020)	123
Quadro 11 – Atividades coletivas	150
Quadro 12 – Comissões internas do Alvorada	156
Quadro 13 – Instrumental Calendário de Atividades (2019-2021).....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AHD	Associação por Habitação com Dignidade
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATSTZN	Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único
CAO	Comissões de Acompanhamento de Obra
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CDHU-SP	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro de Educação Unificado
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMP	Central dos Movimentos Populares
COBRAPE	Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
COHAB	Companhia Metropolitana de São Paulo
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
Concidades	Conselho Nacional das Cidades
CRE	Comissão de Representantes do Empreendimento
CRE	Comissão de Representantes do Empreendimento
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EO	Entidade Organizadora
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
HIS	Habitação de Interesse Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia

MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSs	Organizações Sociais
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PEP	Projeto Ético-Político Profissional
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades
PNEs	Pessoas com Necessidades Especiais
PNH	Política Nacional de Habitação
POLI	Escola Politécnica
Projeto	Projeto Alexios Jafet
PTTS	Projeto Técnico de Trabalho Social
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
Sinapi	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
UH	Unidade Habitacional
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	Metodologia	25
1.1.1	Escolhas metodológicas	28
1.1.1.1	<i>Recorte temporal</i>	28
1.1.1.2	<i>Recorte espacial</i>	28
1.1.1.3	<i>Pesquisa bibliográfica</i>	29
1.1.1.4	<i>Pesquisa documental</i>	29
1.1.1.5	<i>Espaços de observação participante</i>	30
1.1.1.6	<i>Pesquisa qualitativa</i>	31
1.1.1.7	<i>Entrevistas</i>	32
1.2	Perfil dos participantes	35
1.3	Estrutura da tese	39
2	RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL	41
2.1	Modo de produção capitalista e exploração do trabalho	42
2.1.2	A exploração do trabalho e a alienação	51
2.2	A reprodução das relações sociais e o Serviço Social	55
2.2.1	Os assistentes sociais e o poder de classe	66
3	POLÍTICA HABITACIONAL E TRABALHO SOCIAL	76
3.1	Notas introdutórias sobre as lutas dos movimentos sociais no espaço urbano	77
3.1.2	Os assistentes sociais e a trajetória na Política de HIS: Perspectiva da atuação embasada pelo direito à cidade e moradia digna	89
3.2	Requisições para o planejamento e execução do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades	93
4	TRABALHO SOCIAL NO PROJETO ALEXIOS JAFET	109
4.1	AHD, Ambiente Arquitetura e a participação coletiva na conquista do projeto Alexios Jafet	110
4.1.1	Projeto Alexios Jafet	115
4.2	Execução do trabalho social no Projeto Alexios Jafet	120
4.2.1	Reuniões da Comissão Executiva – A relação com os três Movimentos ...	124

4.2.2	Reuniões de equipe da Assessoria – A relação com diferentes áreas de conhecimento	126
4.2.3	Reuniões da Equipe Social – Relação entre os técnicos assistentes sociais	128
4.2.4	Reuniões com a Caixa Econômica Federal – Relação com o Agente operador/ financeiro	129
4.3	Planejamento e execução do trabalho social no Condomínio Alvorada do Jaraguá – AHD	129
4.4	Principais Atores	131
4.4.1	Coordenação da AHD.....	131
4.4.2	Comissões de CAO e CRE.....	132
4.4.2.1	<i>Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE)</i>	<i>132</i>
4.4.2.2	<i>Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO).....</i>	<i>133</i>
4.4.3	Famílias	136
4.4.4	Equipe técnica	143
4.5	Espaços de organização.....	145
4.5.1	Assembleias	146
4.5.2	Atividades coletivas com o Trabalho Social.....	150
4.5.3	Reuniões com as CAO e CRE.....	151
4.5.6	Comissões internas	155
4.5.7	Reuniões Ampliadas.....	159
4.5.8	Mutirões.....	162
4.5.9	Festas.....	164
4.6	Contextos adversos	165
4.6.1	Desgoverno	166
4.6.2	Morte do coordenador	166
4.6.3	Pandemia de Covid-19	168
4.7	Dificuldades do Processo.....	171
4.7.1	Processo desgastante	171
4.7.2	Mortes dos companheiros de luta.....	172
5	A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONDOMÍNIO ALVORADA DO JARAGUÁ – AHD	174
5.1	Cotidiano profissional: apreendendo as marcas da dimensão política do trabalho do assistente social	175

5.2	As consequências políticas do trabalho profissional do assistente social	190
6	CONCLUSÕES	202
	REFERÊNCIAS.....	211
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturado	217
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	218
	APÊNDICE C – Autorização do uso do nome e pesquisa documental	219
	APÊNDICE D – Autorização do uso do nome e pesquisa documental	220
	APÊNDICE E – Memórias das atividades e ações do TS no Alvorada do Jaraguá.....	221

1 INTRODUÇÃO

*União, união, batalha, nós batalhamos muito, mas o mais importante é a nossa união e o respeito que nós temos um com o outro, **porque se nós não tivéssemos nos unido nós não estaríamos aqui**, então, **eu acho que é essa a parte mais importante de tudo** (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).*

O objeto do presente estudo é a dimensão política do trabalho profissional dos assistentes sociais que trabalham com o Movimento de Moradia Associação por Habitação com Dignidade (AHD), em programas de Habitação de Interesse Social (HIS), mais especificamente, no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) no contexto do Serviço Social brasileiro contemporâneo e guiado pelo projeto ético-político vigente¹.

O desafio de colocar lentes de aumento sobre as estratégias profissionais utilizadas no cotidiano de atuação dos assistentes sociais foi lançado com o objetivo de nos aproximar das possíveis consequências políticas desse trabalho e com isso refletir acerca da potência do trabalho consciente e intencionalizado.

Esta tese de doutorado é continuidade da pesquisa de mestrado desta pesquisadora intitulada *A dimensão política da profissão de Serviço Social: um estudo do trabalho profissional com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo* defendida no âmbito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) no ano de 2016. Assim, tem por base as conclusões, os achados de pesquisa, e as fundamentações teóricas provenientes da referida dissertação que buscou, por meio da entrevista com profissionais assistentes sociais que atuam junto à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), problematizar o trabalho profissional neste contexto, suas possibilidades, limites, desafios e tensões aprofundando a análise sobre os condicionantes e determinantes da ação profissional assim como suas potências.

Parafraseando Marilda Vilela Iamamoto, em sua introdução à obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche* (2015, p. 29), “em relação à análise de minha autoria [...] existe um elo de continuidade e de superação”. A continuidade está na busca pela apreensão da materialização da dimensão política do trabalho profissional

¹ Marcamos aqui a compreensão de que o projeto ético-político vigente é prevalente na direção política e social a ser impressa na realização do trabalho profissional, entretanto o projeto é assumido por uma parcela dos assistentes sociais e tem sido objeto de tensionamentos e disputas no interior da categoria.

no cotidiano e a superação reside no entendimento de que nos interessa a análise e compreensão não de um trabalho profissional indeterminado, mas um trabalho profissional assentado sobre as bases do projeto ético-político hegemônico.

Para esta continuidade e avanço, nos debruçamos sobre uma experiência de trabalho profissional no campo da política habitacional. Para tanto, contextualizamos brevemente a questão urbana no Brasil, as políticas públicas habitacionais e a luta dos movimentos sociais de moradia no país.

Apresentamos um ator histórico no contexto da luta por moradia na cidade de São Paulo, o Movimento Associação por Habitação com Dignidade (AHD). Dentre suas bandeiras de luta, estão a reforma urbana, o direito à cidade e a autogestão na produção habitacional, por meio da participação popular; a organização e o protagonismo dos trabalhadores na luta por direitos e mudanças sociais que defende o reconhecimento e a ampliação do trabalho social em HIS na Política Habitacional, e defende, ainda, a possibilidade de atuar com profissionais que compartilhem da visão de mundo em prol dos trabalhadores.

Uma das conquistas significativas dos Movimentos Sociais foi o Programa Minha Casa Minha Vida - Modalidade Entidades (PMCMV-E). Em 2009, o governo federal instituiu o PMCV inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, ao mesmo tempo em que responde aos interesses do mercado, amortecendo o impacto da crise econômica internacional, estimulando a economia, e, ainda, atendendo aos interesses da classe trabalhadora de gerar empregos e viabilizar o acesso à moradia para famílias com renda de até dez salários mínimos.

A Modalidade Entidade do PMCMV surge das reivindicações dos Movimentos de Moradia que pautavam, na produção habitacional² de HIS, a autogestão destinada ao atendimento da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando à produção, aquisição e requalificação de imóveis urbanos por meio da concessão de financiamento subsidiado.

Para viabilizar a construção de HIS por meio da autogestão, entram em cena, como parceiros dos Movimentos Sociais, as assessorias técnicas, com profissionais que se organizam com o objetivo de contribuir com a luta pela reforma urbana, pelo direito à cidade e à moradia digna. A Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado –

² Para aprofundamento, conferir Hein (2020) e Santos (2016).

assessoria conhecida como Ambiente Arquitetura – surge em 1992 e atua principalmente com Movimentos Sociais ligados à União dos Movimentos de Moradia (UMM)-SP³, como é o caso da AHD.

A assessoria técnica é um espaço sócio-ocupacional contraditório, como todos os espaços de inserção da/o profissional do Serviço Social, considerando, que a contradição está no cerne da função social da profissão nos marcos da sociedade capitalista. Contudo, aqui salientamos aspectos de relevo dessa contradição que reside nas condições de trabalho dos profissionais.

Por um lado, há uma inserção profissional desprotegida, em termos de direitos trabalhistas, visto que a colocação das/os profissionais se dá na condição de autônomas/os e prestadoras/es de serviço, o que fragiliza as relações de trabalho e, principalmente, a segurança das/os profissionais no que tange às proteções da legislação trabalhista.

Por outro lado, analisamos que as assessorias são um espaço privilegiado de atuação profissional, no sentido de que a autonomia relativa das/os profissionais é mais alargada, e tem-se como hipótese que se dá devido ao alinhamento entre os valores norteadores do projeto ético-político profissional e os valores norteadores das ações dos movimentos que estão baseados em um projeto de sociedade transformador⁴.

Um aspecto que evidenciamos, no trabalho profissional nas assessorias técnicas, é que o consideramos privilegiado, no sentido da possibilidade da incorporação das/os profissionais e do trabalho técnico na dinâmica dos Movimentos Sociais e a possibilidade de os Movimentos Sociais incorporarem à sua dinâmica a profissão de Serviço Social, e, com isso, verificam-se avanços que se manifestam em ambos. O trabalho técnico transforma-se ao ter contato com a realidade dos Movimentos e esses, por sua vez, também se transformam com a presença dos técnicos e da profissão, em um movimento de síntese que tem sua base na troca de saberes.

³ A UMM-SP foi fundada em 1987 e é um dos mais antigos Movimentos de Luta pela Moradia na cidade de São Paulo. Atua na defesa do direito à moradia e à cidade, na construção de políticas públicas com participação popular e da autogestão como ferramenta de construção de cidadania. Têm como princípios a construção de movimentos populares de base, com democracia interna, organização horizontal e autonomia.

⁴ Para aprofundamento na análise das condições de trabalho das/os assistentes sociais, autonomia relativa e proletarização da categoria, no espaço sócio-ocupacional das assessorias, em movimentos de moradia, ver Rossatto (2018).

No desenvolvimento do estudo, apresentamos o espaço onde foi realizada esta pesquisa, que é o Projeto Alexios Jafet⁵ – vinculado ao PMCMV-E, localizado na zona norte da cidade de São Paulo. No local, os movimentos sociais Associação por Habitação com Dignidade (AHD), a Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste, a Associação Anjos da Paz da Vila Santista – Anjos da Paz, que estão construindo 1.104 unidades de Habitação de Interesse Social (HIS), por meio de autogestão.

Mais especificamente, a experiência de trabalho profissional aqui analisada tem como contexto as ações desenvolvidas pelo Movimento AHD com 300 famílias no processo de construção do Condomínio Alvorada do Jaraguá, que – entre processos de aprovação da obra – está em etapa de construção desde o ano de 2010, ou seja, as famílias participantes têm, no mínimo⁶, 14 anos de luta para acessar o direito à moradia.

Para as/os assistentes sociais, aqui reside outra contradição, pois, ao mesmo tempo em que a morosidade, o burocratismo, o despreparo e a falta de vontade política de alguns governantes quanto à execução das políticas e programas, tornam o processo demasiadamente longo, e – por vezes – desrespeitoso e violento com as famílias envolvidas, contudo é esse mesmo tempo - ao qual os profissionais, aliados do Movimento, fazem frente⁷ – que o Trabalho Social (TS) faz uso para o desenvolvimento da dimensão da processualidade que permite o desenvolvimento e fortalecimento das relações, do convívio, do acompanhamento, do ser constante, e torna possível a construção paulatina de novas formas de enxergar e se por no mundo – de todos os envolvidos no processo –, as famílias, lideranças, os técnicos. Permite participar desse despertar crítico, do fortalecimento de sujeitos coletivos que direcionam suas potências a si próprio e ao outro, para ver o florescer de consciências adormecidas que se forjam alertas no debate; vivenciar o trabalho de ajuda mútua, na luta das ruas, na disputa institucional, no apreender o novo, novos conceitos, novas ideias.

No trabalho com o grupo de famílias, busca-se desenvolver a capacidade de análise do real, da possibilidade de pensar alternativas de enfrentamento e formas de

⁵ O nome do Projeto temporariamente recebeu o nome da avenida onde está localizado – Alexios Jafet foi um importante industrial, engenheiro químico, brasileiro, nascido em 11/09/1909 em São Paulo, e faleceu aos 86 anos, em 28/05/1996 – contudo os movimentos em assembleia votaram a escolha de novos nomes, assim o condomínio em construção pelo Movimento AHD passou a se chamar Alvorada do Jaraguá.

⁶ As famílias têm, ainda, o tempo anterior ao Projeto em que já estavam vinculadas ao Movimento.

⁷ Aqui marcamos o posicionamento político que – embora façamos uso desse tempo para benefício do coletivo de famílias - sob nenhuma perspectiva pode-se considerar positiva morosidade dos processos vivenciados pelas famílias. Acreditamos que o tempo necessário ao desenvolvimento da dimensão da processualidade pode e deve figurar na ampliação dos tempos do TS de pré-obras e pós-obra.

colocar esse pensar ação. Ao longo do tempo, foi possível perceber que – sendo essa a dinâmica própria da interação homem no mundo – no confronto dos grupos com as necessidades reais do processo de autogestão, essas habilidades vão se desenvolvendo.

Ao longo da exposição desta pesquisa, assinalamos uma compreensão da maior envergadura, de que nossas ações como assistentes sociais contribuem com as ações do Movimento na busca por transformações – estruturais, materiais, concretas, objetivas e subjetivas, ideológicas, éticas, valorativas e, não menos importantes, as transformações no campo afetivo. Nossas ações profissionais somam-se às ações do principal protagonista dessa história, que é o Movimento Social AHD.

Durante esta pesquisa, procuramos evidenciar que se trata do processo de reflexão acerca de uma experiência de trabalho, de um grupo de profissionais em determinado contexto, e, com isso, não temos pretensões, tão pouco fôlego e consistência – diante da análise de uma experiência tão singular – para alçar generalizações à categoria profissional, embora resguardemos aqui o caráter coletivo de uma trabalho profissional que é orientado por um Projeto Ético-Político Profissional (PEP) – e materializado e manifestado nas ações dessas/es profissionais.

No decorrer da pesquisa, delineamos os contornos entre a profissão de Serviço Social e a convocação da política habitacional a essa profissão, que é o TS. Ainda demarcamos sua intersecção, ao compreendermos que os assistentes sociais são agentes históricos e políticos, pioneiros e majoritários na execução do TS na política de HIS, e entendemos que essa presença contamina os conteúdos, as metodologias e os objetivos do TS e, por vezes, borra os contornos entre profissão e convocação.

A escolha pela temática do presente trabalho teve como motivação a inserção profissional da pesquisadora no movimento AHD por meio da assessoria técnica Ambiente Arquitetura. Soma-se a inserção da pesquisadora em espaços de debate profissional sobre a questão habitacional onde circulam diversos profissionais vinculados à luta por moradia, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) do Programa de Pós Graduação Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Esta pesquisadora traz também o histórico de um estágio na Companhia Metropolitana de São Paulo (Cohab), na execução do Programa Aluguel Social, e o trabalho profissional na Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), na execução do TS na fase pós-obras no Jardim São Francisco. E essa

escolha versa ainda sobre a trajetória pessoal desta pesquisadora, moradora da periferia da zona leste de São Paulo, inserida em uma família que morou em imóvel cedido e hoje é pagadora de aluguel.

Nesse amalgamado de inserções, a pesquisadora defrontou-se com a complexidade da questão habitacional e na criticidade dos debates a que teve acesso emergiu o desejo de refletir acerca do trabalho profissional cotidiano da/o assistente social na atuação com movimento de moradia, espaço que, não por acaso, proporciona a oportunidade de compor a luta dos trabalhadores pelo acesso à moradia.

O objetivo do presente estudo é a análise das estratégias profissionais utilizadas no cotidiano de atuação das/os assistentes sociais nessa experiência concreta, com vistas a aproximá-las/os das possíveis consequências políticas desse trabalho e com isso refletir acerca da potência do trabalho profissional consciente e intencionalizado.

A hipótese é que a dimensão política do trabalho das/os assistentes sociais está relacionada com um projeto – pré-idealizado pelas/os profissionais – ao qual estão endereçadas as ações profissionais.

Enquanto questões de pesquisa, pretendemos responder como se materializa a dimensão política do trabalho das/os assistentes sociais; quais as possíveis consequências políticas do trabalho das/os assistentes sociais e como esse trabalho é apreendido pelas famílias participantes do TS no Condomínio Alvorada do Jaraguá.

Ainda que com muitas fragilidades e limitações, esta tese firma-se como uma contribuição ao desafio contemporâneo da profissão, conforme apontado por Iamamoto (2017) e Mota (2014), de apreender as especificidades que marcam o trabalho profissional em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, de naturezas e funções sociais distintas, buscando analisar sua inserção, pois é nesse lugar de particularidades que a profissão ganha os reais contornos que norteiam as análises do concreto pensado.

1.1 Metodologia

A partir do esforço de utilizar-se do método crítico para apreensão da realidade, coloca-se a necessidade de partir do real para apreendermos o movimento do objeto estudado, pois o movimento encontra-se na realidade, superando sua aparência e mergulhando na sua essência, desvelando as teias que o conectam ao mundo através das relações de produção e reprodução da vida social, para que assim retornemos ao

nosso objeto, e seja ele, então, através de sucessivas aproximações, concreto pensado, mais complexo e rico em determinações (Marx, 1978, 2007).

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 1978, p. 116).

Para Yamamoto (1991, p. 59), quando buscamos o significado social da profissão de Serviço Social, nosso ponto de partida deve ser o trabalho profissional.

O ponto de partida da análise é que o significado social da prática profissional não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente. A prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si própria. Adquire seu sentido, descobre suas alternativas na história da sociedade da qual é parte. Assim sendo, é lançado o olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional, que se torna possível desvelar o trabalho do Serviço Social, apreender os fios que articulam as estratégias políticas das classes, desvelar sua necessidade, os seus efeitos na vida social assim como os seus limites e suas possibilidades.

Esse é o desafio que nos colocamos – olhar para a profissão de Serviço Social a fim de apreender seu movimento na realidade, na sociedade de classes, compreender que elementos contêm e como se expressa a dimensão política do trabalho profissional dos assistentes sociais.

O debate sobre a dimensão política do Serviço Social só é possível a partir da compreensão da profissão como trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho e de que o Serviço Social cumpre uma função social na reprodução das relações da sociedade no capitalismo contemporâneo.

A possibilidade de ruptura implica o desvelamento do significado social da profissão na sociedade capitalista, polarizada por interesses de classes que se expressam no jogo das forças sociais, desvelando as implicações políticas da prática profissional, ou seja, a relação da profissão com o poder de classe (Silva, 2006, p. 16).

Coloca-se, aqui, a necessidade de uma análise que considere a totalidade, mas que seja capaz também de fazer as mediações necessárias que nos levaram às particularidades e singularidades que a compõem e ainda apreender o movimento gerado pelas contradições, para então chegar à sua síntese.

Para isso, foram realizados dois movimentos – um descritivo e outro analítico. O primeiro esforço caracteriza-se pela intenção de compreender o objeto estudado em suas características constitutivas, ou seja, pretendemos ser capaz de descrevê-lo e o outro é o esforço de captá-lo por meio da narrativa das famílias alvo das intervenções do trabalho técnico social realizado por assistentes sociais para, com isso, construir caminhos analíticos e explicativos do movimento do objeto na realidade.

A busca da realidade coloca-se como atividade fundamental para compreendermos os fatos/fenômenos que se apresentam a nós diariamente. Referimo-nos à profunda busca pela realidade que está encoberta por muitos véus.

Segundo Lamamoto (1991), é do mundo das aparências que partimos para a apreensão do sentido político-social da profissão, superando a superfície na qual ela se apresenta na realidade, enquanto atividades burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico que pode ser realizado por qualquer pessoa sem requisitos de qualificação técnica ou intelectual.

O véu da ideologia dominante, que mascara os processos históricos originários e mantenedores do *status quo* e que o legitimam com a propagação de valores morais que culpabilizam, violentam e imobilizam a classe social oprimida.

Em síntese, a economia capitalista não prescinde de renovar suas formas de controle social para garantir o consenso social e, como sabemos, para esse controle “conta com o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas comportamentos legitimados socialmente” [...] (Yazbek, 2014, p. 681).

Dessa maneira, se não olharmos atentamente para a realidade aparente, esforçando-nos no movimento de superá-la na procura de sua essência, facilmente sucumbiremos a tais valores e imprimiremos em nossa ação posicionamentos diametralmente opostos ao nosso projeto profissional, considerando que esse projeto é gestado no processo de recusa, denúncia e crítica ao conservadorismo.

Pelo véu da própria cotidianidade, em seu movimento repetitivo, a rotina, elemento constitutivo da cotidianidade, nos absorve com atividades burocráticas, as limitações institucionais, a larga escala de demanda, e esse movimento linear sucessivo pode, se não nos mantermos atentas/os, retirar-nos a capacidade reflexiva, inibindo assim a criação das possibilidades profissionais.

O véu do pensamento pós-moderno, que retira toda a historicidade dos sujeitos, fragmenta e particulariza o indivíduo e limita nossa capacidade de desvendar as mediações entre a singularidade e a universalidade e as expressões particulares de nossos usuários, em suas vidas e histórias, compreendendo a totalidade do ser social e dos processos, a totalidade da própria realidade.

Precisamos, assim, sermos atentos leitores da realidade, intelectuais capazes de desvelar o real para confrontá-lo e transformá-lo. Para isso, “falta fazer a ‘viagem de volta’ para apreender o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações e relações no cenário atual” (Iamamoto, 2015, p. 463).

1.1.1 Escolhas metodológicas

1.1.1.1 *Recorte temporal*

O recorte temporal desta pesquisa está aportado sobre as bases do trabalho social executado no Condomínio Alvorada do Jaraguá, dentro do Projeto Alexios Jafet, em sua fase de obra que ocorreu de 2017 a 2021. Contudo, recorre a elementos históricos para sua fundamentação teórica, bem como a contextualização de seu objeto.

É importante salientar que as informações que aqui constam estão fundamentadas na possibilidade de apreensão e análise desta pesquisadora, que iniciou o trabalho com as famílias no ano de 2017, com muitas informações anteriores a essa inserção, que foram absorvidas por meio das narrativas dos participantes dos movimentos, lideranças e profissionais e muitas que não chegaram ao conhecimento desta pesquisadora.

1.1.1.2 *Recorte espacial*

A cidade de São Paulo é o palco desta análise, tendo em vista que o empreendimento Alexios Jafet está localizado na zona norte da cidade, no bairro do Jaraguá. Contudo, para fundamentação teórica, foram estudados o histórico e as legislações em âmbito nacional.

1.1.1.3 Pesquisa bibliográfica

A bibliografia foi delimitada abarcando autores que transitam nas correntes de pensamento marxiano/marxista. Citamos alguns autores que calçaram nosso solo teórico para a apreensão crítica e análise da realidade, como Karl Marx; Marilda Vilela Iamamoto; Maria Carmelita Yazbek; José Paulo Netto; Ana Elizabete Mota; Lúcia Barroco, Márcia Paixão, Raquel Raichelis e Marcelo Braz; dentre outros. Também foi consultada a tese de doutorado que trata da temática sobre a profissão de Serviço Social, seu projeto ético-político e a dimensão política, de Maria Beatriz Abramides. Em relação às temáticas afetas à questão urbana, movimentos de moradia, e trabalho social, foram utilizados autores como Henri Lefebvre; David Harvey; Flávio Villaça; Nabil Bonduki; Maria da Glória Gohn; Ermínia Maricato; Rosângela Paz; Tania Diniz, e as dissertações de mestrado e teses de doutorado de Cleonice Dias dos Santos Hein e a dissertação desta pesquisadora, Tuane Rossatto.

1.1.1.4 Pesquisa documental

Consideramos que a pesquisa documental e a análise de seu conteúdo contribuem com o processo de compreensão da realidade, assim, foi realizado um levantamento e solicitada a devida autorização para utilização e divulgação das informações coletadas.

Foram pesquisados também documentos do Movimento AHD, de forma a apresentar o histórico da Associação e aqui revelamos uma das dificuldades da pesquisa, pois muitos dos registros históricos foram perdidos, após a morte do coordenador-geral da AHD, Aparecido Monteiro da Silva, o Cido. Não se tem relatos da realização de entrevista aprofundada com essa liderança, o que tornou muito difícil a reconstrução da história do Movimento, visto que os atuais participantes não detêm essa memória histórica.

Foram realizadas tentativas de entrevistas com a companheira de Cido, Dora Lucia, porém, devido a questões de saúde agravada, não foi possível esse diálogo. Com isso, a história da Associação, nesta pesquisa, foi escrita com base nas informações disponíveis.

Para a construção desta análise, foram utilizados os registros do acervo do trabalho social da assessoria Ambiente Arquitetura. Na condição de pesquisadora e

profissional que compõe a equipe que atua no projeto Alexios Jafet, nos foi possível ter acesso às memórias de atividades, registro de ações, reuniões, atos, cursos, mapas, imagens do projeto e empreendimento, e registros fotográficos. Os registros fotográficos são de atividades do Projeto em seus diferentes espaços (assembleias, atividades coletivas de trabalho social, reuniões com comissões, reuniões com lideranças, manifestações, mutirão, etc.).

Compõem também os registros fotográficos as fotos fornecidas pelos participantes da pesquisa. Importante destacar que foi autorizado, por parte da AHD, e da Ambiente Arquitetura, a utilização das imagens que compõem o presente estudo.

Foram utilizados, nos apêndices, fragmentos dos registros das atividades que contam com músicas, poesias, fotografias, charges, frutos das construções de conteúdo por parte das assistentes sociais para a execução do trabalho com as famílias do Alvorada.

Foram pesquisadas, também, as legislações do PMCMV-E, que possibilitam a gestão de recursos por parte dos Movimentos de Moradia. Dentro desse escopo, consta o Decreto 7.499, de 16 de junho de 2011 (Brasil, 2011), que dispõe sobre o PMCMV; a regulamentação do TS, em 2014, com a Portaria 21, de 22 de janeiro (Brasil, 2014b); e a atualização da legislação que versa sobre o TS, pela Portaria 464, de 25 de julho de 2018 (Brasil, 2018).

Essas escolhas, compreendemos, revelam por si posicionamentos e intencionalidade política, que compreendemos dar relevo às análises e elaborações aqui apresentadas.

1.1.1.5 Espaços de observação participante

Compreendemos que “O espaço de observação é participante porque não é neutra”. Esse espaço “diz respeito à aquisição do conhecimento de uma determinada realidade por meio da observação e interação” (Maciel, 2016, p. 69 *apud* Hein, 2020, p. 37).

A realidade, ao ser narrada, passa necessariamente pelo narrador e se impregna da sua compreensão, assim, as observações descritas nesses espaços perpassam pela visão de mundo dessa pesquisadora.

Aqui constam o observado, sentido e narrado nos espaços do Movimento e da Assessoria, como as assembleias, atividades coletivas de trabalho social, reuniões,

os mutirões, as manifestações, festas, etc. Esta pesquisadora ainda utilizou registros de seus diários de campo onde constam falas e impressões dos espaços mencionados.

1.1.1.6 Pesquisa qualitativa

Conforme anunciado, o eixo nucleador, ponto de partida e chegada, é a realidade vivida no chão do cotidiano, pois, como é sabido, nada foge ao cotidiano. É nesse espaço contraditório e caótico que se faz a história, que é reproduzida e/ou transformada, logo, todos os limites, as contradições e possibilidades da atuação profissional estão colocados nesse solo fecundo e complexo.

No cotidiano vivido pelas/os assistentes sociais, as famílias e a pesquisadora é que se construiu o inquirir dessa história, na busca pela aproximação do real. Compreendemos que nesse fazer cotidiano é que imprimimos a ação política, não apenas no fazer profissional, mas também no pesquisar, daí a importância de uma metodologia que privilegie os protagonistas do real; os indivíduos em suas diversas formas de objetivar-se no mundo e nas suas diversas formas de compreender o mundo.

[...] a pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente o Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo, mas, sim, a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção teórico-metodológica. O método de pesquisa é uma expressão política, uma extensão de nosso projeto ético-político (Martinelli, 2005, p. 120).

Partindo da concepção da autora, a metodologia para apreensão dos elementos que constituem o objeto de pesquisa, o alcance dos objetivos e a confirmação, ou não, de hipóteses teve como princípio um referencial teórico determinado, que foi a teoria crítica, e o esforço – dada a complexidade desse fazer – de aplicar o método histórico-dialética de apreensão da realidade materialista.

Minayo (2001, p. 16) afirma que a “metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade”. Assim, partilhamos da concepção de indivisibilidade da teoria e metodologia nas pesquisas que se proponham o desafio de desvelar a realidade. Consideramos, então, que a pesquisa qualitativa se caracteriza como um instrumento privilegiado para garantir a aproximação mais fiel do movimento real.

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21-22).

Esta é uma pesquisa qualitativa e, dada a complexidade do seu objeto, requereu uma abordagem metodológica que desse margem à captação da riqueza de matizes presentes nas percepções das famílias participantes do movimento; assim, a entrevista colocou-se como uma estratégia importante do processo de aproximação do real.

[...] a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 2001, p. 43).

Assim, a presente pesquisa teve como elemento central a aplicação de entrevistas.

1.1.1.7 Entrevistas

Foram realizadas, durante os anos de 2023 e 2024, seis entrevistas, com participantes do Projeto Alexios Jafet, inseridos no Movimento da AHD. Foram entrevistados seis participantes, cujo critério de escolha foi ser integrante das Comissões de Acompanhamento de Obra (CAO) e da Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE)⁸ e participantes da demanda do Projeto Alexios Jafet.

Não se trata, portanto, de uma pesquisa com grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. Podemos conceber instrumentos que nos aproximem de grupos maiores, mas não é essa nossa busca nessa metodologia de pesquisa [...] não estamos procurando medidas estatísticas, mas sim tratando de nos aproximar de significados, de vivências (Martinelli, 2012, p. 24-25).

⁸ As comissões de CAO e CRE são centrais para a execução do PMCMV-E. São de formação obrigatória e formalizadas pela junto à Caixa Econômica Federal (CEF) desde o início do Projeto. Cada comissão deve ser composta por, no mínimo, três pessoas, das quais um participante é membro dirigente da Entidade Organizadora (EO) – movimento social –, conforme previsto em estatuto, e dois são futuros beneficiários do empreendimento. Os participantes de CAO e CRE devem ser distintos. Detalharemos essas comissões no capítulo 4 desta pesquisa.

A escolha por participantes da CAO e da CRE deu-se pela centralidade das comissões no processo de desenvolvimento do Projeto. Os participantes dessas comissões têm papel de forte atuação, seja com as famílias ou desenvolvendo, de maneira sistemática, as diversas atividades essenciais ao avanço do Projeto.

Consideramos que são catalisadores das informações e seus multiplicadores. Pela natureza da participação nas CAO e CRE, estiveram presentes durante todo o desenvolvimento do trabalho técnico social, participando como famílias alvo da intervenção, e como lideranças.

Consideramos todo o escopo do trabalho técnico social desenvolvido como uma construção coletiva que necessita da contribuição de todos os envolvidos no processo do Projeto⁹, os técnicos sociais, as famílias, as lideranças, a assessoria técnica e, ainda, atores e profissionais das políticas públicas do território e figuras que se conectam à luta, ou acrescentem para a organização das famílias, são construtores desse processo.

Os participantes de CAO e CRE, muitas vezes, são as figuras que conectam todos esses atores no Projeto, seja no desenvolvimento do trabalho social, da obra ou, ainda, das relações. Com isso, entendemos que esses atores foram os mais expostos aos conteúdos e às formas do trabalho social e, conseqüentemente, à atuação profissional da/o assistente social.

Por meio da escuta atenta desses participantes, obtivemos elementos por nós analisados e traduzidos, na busca por apreender a dimensão política do trabalho da/o assistente social expressa em seu cotidiano de atuação.

As entrevistas foram realizadas individualmente, parte presencialmente e parte a distância. O roteiro semiestruturado possibilitou-nos ouvir as narrativas dos sujeitos centralizando a atenção em suas trajetórias e perspectivas. Por meio da liberdade de narrativa, foi possível captar a riqueza das percepções de cada um dos indivíduos acerca das diversas dimensões do trabalho social realizado no Projeto.

O roteiro continha quatro perguntas amplas, que consideramos “guarda-chuvas” e onde muitos elementos importantes para a pesquisa foram apresentados. Entendemos as perguntas do roteiro semiestruturado como perguntas disparadoras, todavia, em determinados momentos, foi necessário acrescentar perguntas para

⁹ Utilizaremos o termo Projeto para nos referirmos ao conjunto do Projeto Alexios Jafet, considerando que é dessa maneira que os participantes da pesquisa se referenciam à totalidade da intervenção habitacional.

aprofundamento e para trazer à tona elementos necessários à pesquisa que não haviam sido exteriorizados pelos participantes.

[...] evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a me dizer a respeito [...]. Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade (Martinelli, 2012, p. 23-24).

As perguntas norteadoras foram:

1. Conte a sua trajetória de vida e sua trajetória no Movimento.
2. Fale sobre o trabalho social realizado na AHD.
3. O que significa para você fazer parte do movimento AHD e participar da autogestão na construção da sua moradia no Projeto Alexios Jafet?
4. Conte-me sobre os seus aprendizados durante esse longo processo de participação no Projeto Alexios Jafet.

Afiançamos que parte da riqueza desta pesquisa veio dos elementos que não esperávamos encontrar e que nos encontraram nessa troca, nos revelando o que estava além do nosso alcance habitual.

Na sistematização e análise dos dados da pesquisa de campo identificamos quatro vetores para análise dos relatos dos participantes da pesquisa:

- Elementos implicados na produção e reprodução ideológica das relações sociais capitalistas;
- Elementos opositores e/ou afirmadores dos valores da ideologia capitalista, individualista e burguesa que emanem da construção coletiva em torno do trabalho técnico social;
- Elementos que as ações do trabalho social possam ter fortalecido os valores da classe trabalhadora e, contraditoriamente, também o projeto do capital;
- Alterações e/ou reforço de visões de mundo, compreensões e ações ligadas a determinado conjunto de valores ideológicos que tenham sido ventilados por meio da construção coletiva em torno do trabalho técnico social.

1.2 Perfil dos participantes

As entrevistas foram realizadas com seis participantes, dos quais quatro eram mulheres e dois eram homens. As idades vão de 42 a 70 anos. Três são naturais de São Paulo, um da Bahia, uma do Rio Grande do Norte e um de Alagoas. Dos entrevistados, quatro são católicos, um é evangélico e um não professa religião. Os participantes entraram no Movimento entre 2007 e 2011, e em relação ao tempo de entrada na CAO e na CRE, entre 2011 e 2019, conforme apresentado a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados (2024)

NOME	IDADE	NATURALIDADE	COR	RELIGIÃO	ANO AHD	ANO CAO E CRE
Fredson Almeida Lima	42	Bahia	Branco	Sem religião	2007	2013
Lucia de Grande Melim	70	São Paulo/SP	Preta	Católica	2005	2011
Eliane Cristina Feitosa	47	São Paulo/SP	Parda	Evangélica	2011	2013
Euda Maria Mendes da Silva	56	Atalaia/AL	Parda	Católica	2007	2011
Laercio Costa de Almeida	38	Natal/RN	Pardo	Católica	2009	2019
Erika Paula Oliveira de Abreu	42	São Paulo/SP	Parda	Católica	2007	2011

Fonte: Elaboração própria.

O perfil foi elaborado com as informações fornecidas pelas/os participantes durante o processo das entrevistas, contudo, acreditamos que as informações do perfil não sejam suficientes para apresentar a potência desses sujeitos.

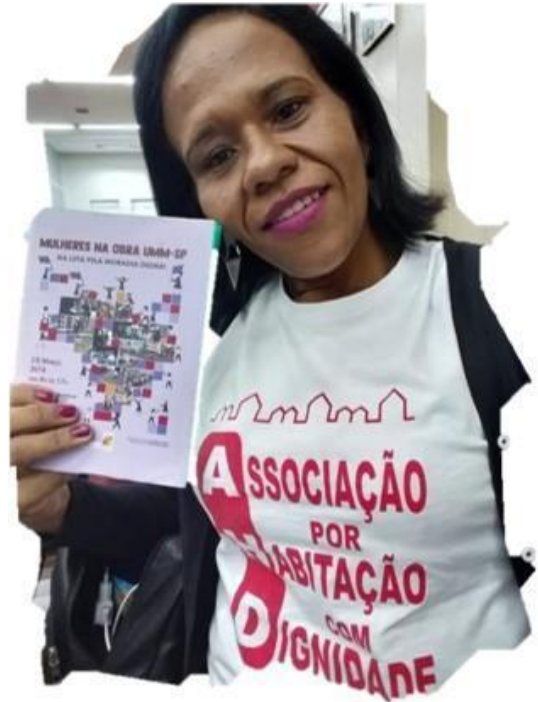
A seguir, optamos por fazer a apresentação das/os sujeitas/os da pesquisa, de maneira que possam se revelar por meio de suas falas, que nos mostram um posicionamento firmado na compreensão da importância da continuidade da luta social para além das conquistas individuais.

O pré-projeto desta pesquisa foi submetido, na Plataforma Brasil, para apreciação do Comitê de Ética e foi aprovado. Todos os entrevistados autorizaram o uso de imagem, da entrevista na íntegra, bem como a divulgação de seus nomes.

[...] *sonho voltar para a faculdade, terminar minha faculdade e montar o projeto para que eu possa trabalhar dentro do condomínio onde eu vou morar, então o trabalho social foi isso, eu acredito que foi plantar algumas sementes dentro da gente, onde a gente pode passar essa semente para os próximos* (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

Eliane Cristina Feitosa

Mulher, parda, 47 anos, natural de São Paulo. Evangélica. Mãe da Helena. Entrou na AHD em 2011. Atua na CRE desde 2013.



E eu não sei onde eu estaria hoje, se eu não estivesse na AHD, a verdade é essa, até a minha faculdade, quando eu comecei a fazer sociologia e eu desisti e fui fazer construção civil, porque eu percebi que eu gosto mais, e de onde é que eu tirei isso, de onde que eu percebi isso? Se eu estivesse trabalhando em outro lugar, eu não teria percebido que eu gosto do negócio de mexer no cimento, de quebrar as coisas, de construir de novo. [...] Quando eu me formar, se eu conseguir, vou trabalhar em uma associação [...]. (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

Erika Paula Oliveira de Abreu

Mulher, parda, 42 anos, natural de São Paulo/SP. Católica. Irmã mais velha de Néia e Elaine. Mãe do Davi e do Samuel. Entrou na Associação AHD em 2007. Atua na CAO desde 2011. Ocupou o cargo de presidente da AHD de 2019 até 2022, e de vice-presidente de 2022 a atualmente. Sua irmã caçula e seu filho mais velho são associados da AHD.



*Se precisar, se Deus me der saúde, me der vida pra eu ficar mais vinte anos, trinta anos com vida, **vai ser vinte, trinta anos procurando por aí lugar para fazer casa para o povo**, que o meu já tenho, graças a Deus e graças à AHD (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).*

Euda Maria Mendes da Silva

Mulher, parda, 56 anos, natural de Atalaia/AL. Católica. Mãe de Emanuel e Aline. Avó de Murilo, Lorena, Alice e Theo. Entrou na Associação AHD em 2007 Atua na CAO desde 2011. Suas duas irmãs são associadas da AHD e participantes do Projeto Alexios.



*Estar dentro da associação é ter uma responsabilidade sobre o sonho das pessoas, como é que eu penso só em mim? Eu estou aqui lutando e conquistando a minha moradia, mas e os outros? E os próximos? E o sonho do meu filho? E a moradia do meu filho? E o sonho daqueles que estão também na associação, que precisam de moradia? Tá, eu conquistei a minha e aí está tudo certo, eu paro por aí? Eu só entro pra dentro da minha casa e está bom? Não, infelizmente, não. Aí tem outras obrigações, então, agora é isso, **não dá para ser só mais eu, né** (Depoimento de Fredson Almeida de Lima).*



Fredson Almeida Lima

Homem, branco, 42 anos, nascido no estado da Bahia. Pai do Luan e do Lucas. Sem religião. Entrou na AHD em 2007. Atua na CAO desde 2013. Ocupou o cargo de vice-presidente da AHD de 2019 até 2022, e de presidente de 2022 ao momento atual. Seu irmão é associado da AHD e participante do Projeto Alexios.

[...] *a gente sabe que tudo tem um período, né, tem um ciclo, e novas pessoas também possam se juntar ao grupo, que possam ter outras pessoas também, que entenda um pouco essa questão da moradia. Não é porque a gente conseguiu nossa moradia, que a gente vai estar abandonando as pessoas, e sim seguir lutando, né?* (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Laércio Costa de Almeida

Homem, pardo, 38 anos, natural de Natal/RN, nordestino, com muito orgulho. Filho de Abel Almeida de Lima (sorveteiro) e Maria Gorete Costa de Almeida (doceira). Caçula de cinco irmãos. Pai do Rillder, da Larissa e da Lívia, com sua esposa Maria do Céu Souza de Almeida. Entrou na AHD em 2009. Atua na CRE desde 2019.



Então, eu comecei sem nada, hoje estou, graças a Deus, com o apartamento e não, não desisto jamais, vou lutar pelos outros. Não sei até quando, né? Mas até quando eu tiver forças, eu vou lutar [...] (Depoimento de Lúcia de Grande Melim, 2023).

Lucia de Grande Melim

Mulher, preta, 70 anos, natural de São Paulo/SP. Católica. Mãe da Lilian, do Fernando e da Cinthia. Avó da Bruna, do Matheus, da Bárbara, do Pedro, da Manuella e da Isabelly. Entrou na AHD em 2005. Atua na CRE desde 2011.

1.3 Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em quatro capítulos principais, além da introdução (capítulo 1) e das conclusões (capítulo 6).

No capítulo 2, cujo título é **Relações sociais de produção capitalista e o Serviço Social**, busca-se acolchoar teoricamente as categorias utilizadas no desenvolvimento e na análise do conteúdo apresentado por esta pesquisa. Apresentam-se elementos da análise da produção nos marcos do ordenamento do capital e os fundamentos da luta de classes, que é elemento central para a análise desta pesquisa.

Aproximamo-nos da categoria alienação e seus aspectos fundamentais, considerando que é uma categoria explicativa dos fenômenos observado por esta pesquisa. Abordamos as relações de produção e reprodução na sociedade capitalista e a inserção do Serviço Social, enquanto profissão, na divisão social e técnica do trabalho e como se insere nessas relações sociais, com especial atenção ao lugar que o trabalho da/o assistente social ocupa na disputa de poder na sociedade.

No capítulo 3, intitulado **Política Habitacional e Trabalho Social** objetiva-se uma aproximação do contexto que cerca nosso objeto de pesquisa, concedendo as bases sobre as quais se assenta o trabalho profissional analisado. Apresentamos os elementos centrais da luta pelo espaço urbano e o direito à cidade, no Brasil; o trabalho social enquanto componente da política habitacional – fruto da luta dos movimentos sociais, profissionais e acadêmicos – e, ainda, como o trabalho profissional das/os assistentes sociais insere-se no contexto dessas lutas.

São abordadas as requisições legais para o planejamento e desenvolvimento do trabalho social no PMCMV – Entidades, com o objetivo de municiar o leitor acerca do que legalmente se exige do TS nesses marcos, para que seja possível compreender como essas requisições são extrapoladas diante das condições objetivas nas quais se gestam o trabalho dos assistentes sociais alvos deste estudo.

O capítulo 4, **Trabalho Social no Projeto Alexios Jafet**, foi construído com o objetivo de apresentar breve histórico sobre o Projeto Alexios Jafet, dando ênfase nos atores centrais, na construção do Condomínio Alvorada do Jaraguá, que são a AHD e a assessoria técnica Ambiente Arquitetura. Expusemos o TS executado no Condomínio Alvorada do Jaraguá na fase-obras alvo deste estudo.

No capítulo 5, nomeado **A dimensão política do trabalho da/o assistente social no Condomínio Alvorada do Jaraguá**, constam as reflexões sobre o fazer profissional dos assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional. A partir da narrativa dos participantes, identificamos as marcas da dimensão política do trabalho dos assistentes sociais no cotidiano de atuação no Movimento de Moradia, por meio da execução do trabalho social em HIS. Ainda identificamos as possíveis consequências políticas do trabalho dos assistentes social – orientado pelo projeto ético-político profissional.

Por fim, nas Conclusões, destacamos o percurso teórico, os resultados da pesquisa e nossas reflexões. Esperamos que este trabalho contribua com o debate relativo à dimensão política da atuação dos assistentes sociais.

2 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL

Figura 1 – Mutirantes no canteiro de obras da AHD (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

“NÃO É SÓ CONSTRUIR A MORADIA, MAS TAMBÉM CRIAR A SOCIEDADE”

(Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022)

Então, é um programa para famílias de baixa renda e o intuito, na verdade, é conectar as pessoas, é fazer com que as pessoas se conheçam e participem das atividades para criar sociedade, né. Não só construir a moradia, mas também criar a sociedade (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).

Neste capítulo, o objetivo é calçar teoricamente as categorias utilizadas no desenvolvimento e na análise do conteúdo, às quais faremos referências adiante na exposição da pesquisa.

No primeiro item apresentamos os principais elementos da análise da produção na sociedade capitalista e os fundamentos – alicerçados no movimento histórico da sociedade capitalista – da luta de classes, que é elemento central para a análise nesta pesquisa. Trouxemos para o debate a categoria alienação e seus aspectos fundamentais, considerando que é uma categoria explicativa, para o que apresentaremos adiante, como achados da pesquisa.

No segundo item, abordamos as relações de produção e reprodução na sociedade capitalista e a inserção do Serviço Social enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho e como se insere nessas relações sociais, com especial atenção ao lugar que o trabalho da/o assistente social ocupa na disputa de poder na sociedade.

2.1 Modo de produção capitalista e exploração do trabalho

Na Economia Política, há um instrumento possibilitador da compreensão e explicação do conjunto da vida social, por meio das leis sociais que regulam o processo econômico e que, sob determinada perspectiva, nos oferecem uma visão do funcionamento das sociedades em diferentes tempos e espaços, em seu movimento histórico. É importante demarcar que as formulações advindas do estudo da Economia Política não transitam apenas no campo das análises, mas têm o objetivo de intervenção político-social.

A Economia Política aborda questões ligadas diretamente a interesses materiais (econômicos e sociais) e, em face deles, não há nem pode haver “neutralidade”: suas teses e conclusões estão sempre conectadas a interesses de grupos e classes sociais (Paulo Netto; Braz, 2009, p. 16).

Aqui utilizamos os frutos dos estudos de Karl Marx (1818-1883) que, a partir de sua crítica à Economia Política clássica, nos oferece os elementos necessários à compreensão da estrutura e dinâmica econômicas da sociedade burguesa e das relações de produção e reprodução capitalistas.

Partimos do pressuposto de que a sociedade burguesa não é uma organização social natural, mas apenas uma forma de organizar a sociedade e, assim como outras, é uma construção histórica e transitória. Compreendemos, ainda, que, no interior da sociedade burguesa, estão as tensões, contradições e tendências capazes de superá-la.

Para tanto, é necessária a construção de conhecimentos acerca da realidade social, das leis que regem a organização dessa sociedade, das formas de produção e reprodução das relações sociais, que permeiam essa estrutura, com vistas à sua transformação.

No centro dessas atividades econômicas e das relações sociais que as permeiam, está o *trabalho*. Sua centralidade é dada não só para as atividades econômicas e na produção e reprodução das relações sociais, mas a categoria trabalho faz referência ao modo de ser dos homens e da sociedade.

O homem – diferente dos outros animais – tem a capacidade de realizar ações de forma consciente e projetiva, pois, antes de realizar a ação na realidade, o homem – por meio de sua capacidade teleológica¹⁰ – a realiza em sua mente. No intercâmbio com a natureza, o homem¹¹ – ser natural – realiza um movimento que gera a transformação simultânea da natureza e do próprio homem e, assim, do gênero humano (Marx, 2007).

Na relação que estabelece com a natureza, no processo de transformá-la, o homem toma consciência de si e do mundo. Na busca por atender às suas necessidades, submete suas forças à natureza, a fim de transformá-la nos produtos que antes prefigurou em sua mente, e essa produção dá origem aos bens que são úteis aos homens – valor de uso¹². “Todo trabalho [...] é dispêndio de força humana

¹⁰ “Na análise do processo de trabalho, conclui que o homem é o único ser capaz de projetar mental e idealmente os fins de suas ações; que tem em sua mente antes da realidade a imagem do produto almejado, diferentemente dos animais, para os quais a realização de suas atividades é mecânica e instintiva. [...] No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente [...]” (Marx, 2013, p. 256).

¹¹ Referimo-nos ao gênero humano como posto por Marx, no sentido de “ser humano-genérico”, e não como referência ao sexo masculino.

¹² “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. No tipo de sociedade a que nos propomos a estudar, os valores de uso são, ademais, o suporte material dos valores de troca” (Marx, 1975 *apud* Iamamoto, 2009, p. 33).

de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (Marx, 2007, p. 31).

O homem, ao observar a natureza e diante de sua capacidade projetiva, produz instrumentos – meios de trabalho¹³ – para ampliar sua capacidade de transformação da natureza. Esse movimento torna o intercâmbio com a natureza cada vez mais mediado e complexo. Conforme Paulo Netto e Braz (2009, p. 32), “entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento (ou um conjunto de instrumentos) que torna mediada a relação entre ambos”.

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua (Paulo Netto; Braz, 2009, p. 32).

O trabalho é uma atividade coletiva, e seu caráter coletivo é que denomina o trabalho social, pois implica necessariamente a relação entre sujeitos – na construção da linguagem articulada e no acúmulo e intercâmbio de conhecimentos – assim, a produção, além de social é também histórica, pois depende do nível de desenvolvimento dos meios de produção.

A produção amplia-se e complexifica-se, ampliam-se as necessidades humanas e as respostas a elas. Os homens já não conseguem atender às suas necessidades individualmente e o trabalho – coletivo e social – passa a ser fracionado entre os diferentes sujeitos e as atividades, cada vez mais diferenciadas e diversificadas, resultam na divisão do trabalho¹⁴ (Iamamoto, 1994; Marx, 2007).

Em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas¹⁵, o processo de trabalho passa a ser realizado por muitos trabalhadores e maquinários; a divisão do trabalho não é inaugurada pelo capital, mas é dentro do ordenamento do capital que se amplia. As atividades para a construção de um único produto são fragmentadas entre muitos trabalhadores fazendo pequenas e específicas partes do processo de trabalho. Segundo Iamamoto (1994, p. 55), “cria-se o trabalhador parcial, efetuando-se o parcelamento do próprio indivíduo no ato da produção”.

¹³ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (Marx, 2004, p. 31).

¹⁴ Cf. Marx (2013), O Capital – Sessão IV – A produção de mais-valor relativo.

¹⁵ Articulação entre meios de produção e força de trabalho.

Com a divisão dá-se, ao mesmo tempo, a distribuição quantitativa e qualitativa do próprio trabalho e os produtos, isto é, da propriedade privada – do poder de dispor do trabalho de outros. A divisão do trabalho e a propriedade são expressões idênticas: o que a primeira enuncia em relação a atividade dos homens, a segunda enuncia em relação ao produto dessa atividade. Assim, cada fase da divisão do trabalho corresponde a uma forma de propriedade, ou a cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social corresponde uma forma de apropriação do trabalho (Iamamoto, 1994, p. 56-57).

Com o surgimento do excedente na produção – em decorrência do expressivo aumento da produtividade do trabalho – criam-se as condições para o surgimento da propriedade privada dos meios de produção.

A principal transformação, porém, residiu no fato de, nessas comunidades, os resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros. Os progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza etc.) tornaram-no mais produtivo: dele provinham mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Numa palavra, estava surgindo o **excedente econômico**: a comunidade começava a produzir mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas. [...] O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho (Paulo Netto; Braz, 2009, p. 57).

Os trabalhadores são expropriados dos meios de produção e forçados a submeter-se aos que detêm a propriedade dos meios de produção, vendendo sua força de trabalho. O valor de troca¹⁶ na sociedade capitalista generaliza-se para toda a produção e as contradições agudizam-se. O valor de troca é o elemento que permite equalizar diferentes valores de uso a um mesmo denominador, um equivalente geral, para que possa assim ser comercializado e os indivíduos do valor de troca aparecem como proprietários de mercadorias¹⁷ (Iamamoto, 1994; Marx, 2007).

¹⁶ “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]” (Marx, 2013, p. 114).

¹⁷ Marx, em *O Capital*, inicia sua exposição de sua investigação com a análise da mercadoria. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria [...]. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2013, p. 113).

A divisão do trabalho é a condição da existência da troca, do valor de troca. A sociedade burguesa é a sociedade do valor de troca desenvolvido, o qual domina a produção. A relação direta do produto com o produtor de seu trabalho tende a desaparecer, tornando toda a produção dependente das relações monetárias. [...] À proporção que se desenvolve a divisão do trabalho, mais se produz sob a forma de valores de troca. A troca dos produtos como mercadorias torna-se o agente mediador de diversos trabalhos (Iamamoto, 1994, p. 60).

A mercadoria produzida passa a não possuir mais seu produtor, “como valor de troca é trabalho materializado; a expressão do indivíduo produzida por ele é objetivada para outro” (Iamamoto, 1994, p. 57) assim, na esfera da circulação, o trabalho e seu fruto servem para a apropriação de outro indivíduo. Na circulação é que o produto passa a ter valor de troca expresso na forma de dinheiro¹⁸ e depois de ser comprado no mercado volta a ter valor de uso para aquele que o adquiriu.

O valor de troca expressa algo equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valores de uso, assim, todos os trabalhos são reduzidos a um contingente de trabalho abstrato, mero coágulo de tempo de trabalho social médio, pronto para ser trocado (Marx, 2007).

Na sociabilidade fundamentada no valor de troca, são estabelecidas relações de produção em que se determinam, dentro do trabalho social geral, quais trabalhos serão realizados por quais indivíduos. A produção capitalista coloca em cena dois sujeitos historicamente determinados que, a depender das condições em que esse indivíduo se insere no processo de produção – se é ou não possuidor de meios de produção –, a propriedade dos meios de produção e apropriação privada do trabalho coletivo é que dá origem às desigualdades entre os indivíduos no sistema de produção capitalista.

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (Marx, 2013, p. 785).

As relações sociais tornam-se relações econômicas, os indivíduos se personificam em classes, os trabalhadores – que só possuem sua força de trabalho para vender no mercado –, e os capitalistas – donos dos meios de produção. O trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista por determinado tempo, que

¹⁸ “A divisão do trabalho converte o produto do trabalho em mercadoria e, com isso, torna necessária sua metamorfose em dinheiro” (Marx, 2013, p. 182).

paga um valor¹⁹, ao comprá-la, da mesma forma quando compra uma mercadoria. Para Marx:

Estes operários, que têm que vender-se no varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, por isto mesmo, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (Paulo Netto, 2012, p. 190).

Assim, a relação de produção capitalista é estabelecida entre compradores e vendedores; os bens necessários à produção e reprodução da vida humana tornam-se mercadorias e o tempo de trabalho do trabalhador agora também é uma mercadoria. Então, para garantir sua sobrevivência, precisa comprar mercadorias e, para isso, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, por determinado tempo, mas o tempo de trabalho vendido não é pago integralmente ao trabalhador.

O tempo de trabalho vendido é mais longo do que o tempo de trabalho necessário à reprodução da própria vida do trabalhador e é desse tempo maior – o trabalho excedente²⁰ –, que será gerado o mais-valor²¹ (*mais-valia*), base do lucro do capitalista. Assim, salário é o valor pago para garantir a sobrevivência do trabalhador e esse valor pago é sempre inferior à riqueza por ele produzida, o que possibilita a extração do mais-valor. Segundo Marx:

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário essa mais-valia, seja qual for a parte que, em última análise, possa reservar para si. Por isso, dessa relação entre empregador capitalista e operário assalariado dependem todo o sistema do salariado e todo regime atual de produção (Paulo Netto, 2012, p. 294).

¹⁹ “O valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua conservação e reprodução, mas o 'uso' dessa força de trabalho só é limitado pela energia e a força física do operário” (Marx, 2004, p. 72).

²⁰ “O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*)” (Marx, 2013, p. 293).

²¹ “A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 2013, p. 695).

As relações entre as classes sociais são antagônicas, baseadas em uma mistificação da realidade e a exploração dos trabalhadores – tempo de trabalho não pago – figura como um negócio firmado no mercado, como a venda de uma mercadoria como outra qualquer por um salário que permitirá a compra de outras mercadorias necessárias à reprodução da vida desse trabalhador.

Esconde-se a exploração de uma classe por outra com a falsa ideia de uma igualdade entre compradores e vendedores da força de trabalho. A exploração e dominação de uma classe social sobre outra por meio e pelo processo de produção, é escondida sob a simples aparência de troca entre mercadorias. Como sintetiza lamamoto (2015, p. 67), “encobre-se, como mera transação monetária, a relação real de dependência permanente que aquela intermediação renova constantemente”.

Primeiramente, era necessário que se confrontassem, nos respectivos papéis de comprador e vendedor de mercadoria, de um lado, o possuidor de valor ou dinheiro, de outro, o possuidor da substância criadora de valor; aqui, o possuidor de meios de produção e de subsistência, lá, o possuidor de nada mais que a força de trabalho. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a força subjetiva de trabalho, era, portanto, a base efetivamente dada, o ponto de partida do processo capitalista de produção (Marx, 2013, p. 645).

No estabelecimento dessa relação, impõe-se a dominação de uma classe sobre outra. A burguesia busca manter sua dominação sobre a classe trabalhadora, com o fim de explorar a força de trabalho de onde provém sua riqueza. A consequência dessas relações de produção é que o trabalhador reproduz – através de seu trabalho – sua condição de miséria e a via que mantém sua exploração é sua própria atividade.

E à classe trabalhadora interessa a disputa pela socialização dos meios de produção, pela riqueza socialmente produzida. As contradições provenientes dos diferentes interesses individuais e particulares e os interesses coletivos resultam na “luta de classes”.

O resultado é, portanto, a reprodução contraditória da relação das classes, das condições de continuidade a produção capitalista e de suas fraturas. Cresce a força produtiva do trabalho como riqueza que domina o trabalhador na proporção em que cresce, para o trabalhador, a pobreza, a indigência e a sujeição subjetiva (lamamoto, 2015, p. 67).

Com a contradição entre os interesses das classes sociais e os particulares *versus* coletivos, o Estado figura supostamente como a incorporação dos interesses da sociedade.

Os que têm acesso ao poder político apresentam seu interesse particular como interesse geral da sociedade. O interesse adquire, assim, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separado dos interesses particulares e gerais. A luta geral desses interesses particulares que se chocam com o interesse “geral” cria a necessidade de controle e intervenção prática através do Estado que se posiciona como defensor desse ilusório interesse geral (Iamamoto, 1994, p. 58-59).

O Estado aparece como independente de quaisquer interesses, como uma classe social separada dos indivíduos que aparenta, ilusoriamente, materializar a coletividade; contudo, os interesses das classes sociais – já condicionadas pela divisão do trabalho – o sobrepõe (Iamamoto, 1994; Marx, 2007). Torna-se mais evidente com o desenvolvimento do capital que o papel do Estado – em sentido ampliado, conforme Gramsci (Simionatto, 1995) –, passa a se constituir transversalizado pelos conflitos entre as classes e sob a hegemonia burguesa.

Na Revolução Industrial – com o intenso desenvolvimento das forças produtivas – a necessidade de força de trabalho cresce exponencialmente e a burguesia prescinde da gestão do Estado para lidar com os efeitos sociais dessa nova forma de organização das relações entre as classes. No final do século XVIII, os países da Europa passam a sentir os efeitos da primeira onda de industrialização e a consequência imediata é a pauperização de massas de trabalhadores. A pobreza e a diferença entre ricos e pobres já eram antigas, mas o pauperismo surge como um fenômeno sem precedentes na história (Paulo Netto, 2001).

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (Paulo Netto, 2001, p. 42-43).

A pobreza, antes ligada ao contexto da escassez relacionada ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, sociais e materiais, nesse novo quadro, vincula-se ao pressuposto de sua supressão, ou seja, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas poderia acabar com a escassez, esse avanço

significou também o avanço da exploração, levando os trabalhadores à completa miséria (Paulo Netto, 2001).

A análise marxiana mostra que a “questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (Paulo Netto, 2001, p. 45). Para manter as taxas de lucro, o capital aumenta a exploração dos trabalhadores, diminui seus salários e leva-os a viverem, ainda, sob a pressão do desemprego.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social” esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (Paulo Netto, 2001, p. 45).

Os trabalhadores, diante da ofensiva do capital, começam a se organizar e entram na cena política para reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Os protestos começam a ameaçar a ordem burguesa. O Estado passa a figurar como mediador dessa relação, com a intenção de amortecer as tensões. A fim de manter o poder e domínio sobre os trabalhadores, o Estado coloca-se nessa relação respondendo parcialmente às demandas trabalhistas por meio das políticas sociais.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe do bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (Iamamoto, 2001, p. 17).

No capitalismo dos monopólios (Paulo Netto, 2009a), surgem dificuldades para manter as taxas de super lucros, essenciais para a garantia desse sistema. Os capitais (que no capitalismo concorrencial competiam separadamente) têm sido atraídos pelos monopólios resultantes das tendências de concentração, centralização e acumulação desse sistema (Marx, 2013). O Estado, então, assume a garantia da reprodução da força de trabalho utilizando como uma de suas principais estratégias as políticas sociais, que, para atender a tais demandas, aumenta sua “musculatura estatal” (Paulo Netto, 2009a).

Com a política social, o Estado burguês, no capitalismo monopolista, precisa administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consensos variáveis, mas operantes (Paulo Netto, 2009a). É importante considerar que as políticas sociais são também reflexo da luta dos trabalhadores. A emergência da classe trabalhadora, como sujeito político, que requisita o estabelecimento de direitos sociais, é marca de seu reconhecimento pelo empresariado e o Estado. A questão social marca essa contradição, assim como as respostas elaboradas pelos atores nela inscritos (Iamamoto; Carvalho, 2009).

2.1.2 A exploração do trabalho e a alienação

A luta de classes é um elemento central para esta pesquisa, como apontaremos no decorrer da exposição, a partir da compreensão dos fundamentos – alicerçados no movimento histórico da sociedade capitalista – da luta de classes e da luta pela transformação do modo de produção e reprodução social capitalista. Outra categoria de interesse para esta pesquisa é a alienação.

O trabalho é, para Marx, a objetivação constituinte do ser social e atividade exclusivamente humana. Por meio do trabalho, o homem funda o conjunto de objetivações que faz desenvolver e aprimorar a condição humana.

Ao conjunto das objetivações humanas denomina-se práxis, que se distingue daquelas voltadas ao controle da natureza – uma relação entre sujeito e natureza – e aquelas voltadas a influir no comportamento humano – uma relação sujeito a sujeito. Os produtos que resultam da práxis humana podem se objetivar na realidade material, ou idealmente. “Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (Paulo Netto; Braz, 2009, p. 44).

Para Paulo Netto e Braz (2009), a práxis resulta somente em produto, obras e valores, em que o homem se reconhece e a depender das condições histórico-sociais, essa produção pode aparecer, aos homens, como estranho a eles, algo que os oprime.

Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. [...] entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador (Paulo Netto; Braz, 2009, p. 44).

Essa inversão a que se refere o autor caracteriza-se como o fenômeno da alienação, que se constitui como um fenômeno histórico, considerando que as condições sociais para que se processe não são naturais e eternas. O fenômeno é próprio da sociedade capitalista, em que o homem é expropriado – onde o sistema produtivo se baseia na divisão do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção – uma sociedade fundada na exploração do homem pelo homem.

Privado da propriedade dos meios de produção, o indivíduo não se reconhece mais plenamente no produto de seu trabalho e tem acesso a ele apenas mais tarde, ao comprá-lo no mercado. Ou seja, em vez de se apropriar de imediato do produto resultante do ato de trabalho, o trabalhador precisa comprar no mercado aquilo que, muitas vezes, ele mesmo produziu para seu empregador. [...] O produtor não se reconhece no produto, não se reconhece como produtor, e afirma-se socialmente como comprador e consumidor. [...] o trabalhador não tem consciência de que o produto existe graças às suas mãos. É alienação do ser da sua função de produtor que possibilita a manutenção dessas relações de produção (Grespan, 2021, p. 25).

A atividade produtiva do homem constitui-se como fonte de consciência, assim, a consciência alienada aparece por meio de uma atividade alienada, ou seja, da autoalienação do trabalho. O trabalho torna-se uma atividade alienada que separa os trabalhadores de seu produto; separa os trabalhadores do seu processo de trabalho; assim, o trabalhador não se reconhece no trabalho produtivo e não se reconhece no produto do trabalho; não se reconhece como ser do gênero humano no trabalho; não se reconhece como ser livre universal.

A alienação da atividade produtiva faz com que o corpo inorgânico do homem – natureza modificada – se torne algo exterior ao homem. A produção isolada dos indivíduos, na forma capitalista, faz com que o homem se aliene dos outros homens e de si mesmo reduzindo-o a um estado de natureza animal que o aliena de seu gênero.

O homem, nesse processo, está alienado do produto do seu trabalho (da natureza), da própria atividade de produção (de si mesmo), do seu gênero como humano (do seu ser genérico) e dos outros homens (do homem membro do gênero humano).

Marx “defende a realização plena da natureza do ser humano por meio de uma automediação adequada da atividade humana” (Mészáros, 2016, p. 81). As mediações de segunda ordem, institucionalizadas na forma de divisão do trabalho, propriedade privada, troca, rompem com a automediação da atividade produtiva em sua forma ontológica e a submetem e subordinam à produção de mercadorias para a reprodução do indivíduo isolado sob a égide de determinações econômicas.

A atividade produtiva do ser humano não é capaz de proporcionar satisfação porque as mediações de segunda ordem²² institucionalizadas interpõem-se entre o ser humano e a sua atividade, entre o ser humano e a natureza, e entre o ser humano e o ser humano (Mészáros, 2016).

Dessa maneira, se as mediações de segunda ordem continuarem sendo a forma pela qual a atividade produtiva se realiza, interpondo-se entre o ser humano e sua atividade, alerta o leitor, a natureza não poderá fazer a mediação com a própria natureza, e o ser humano não poderá fazer a mediação com o ser humano. Ao contrário, a natureza continuará a se apresentar como um poder hostil, externa ao próprio homem e o homem se comportará ainda de maneira hostil com o próprio homem, na forma antagônica do capital *versus* trabalho. “Assim os meios se convertem em fins últimos, ao passo que fins humanos são convertidos em meros meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem” (Mészáros, 2016, p. 82).

Assim uma negação da alienação é necessariamente uma negação das mediações capitalistas de segunda ordem. Mészáros (1981) afirma que o grande salto teórico de Marx foi identificar a mediação absoluta de primeira ordem²³ em contraposição ao complexo de alienações e mediações mistificadoras. Essa descoberta possibilitou uma negação teórica e prática da ordem capitalista.

O conceito de alienação é um dos elementos vitais da obra marxiana e marxista porque é a alienação do homem, a alienação da consciência de si como ser produtor,

²² “As mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles” (Mészáros, 2002, p. 71).

²³ “A relação entre o homem e a natureza é ‘automediadora’ num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que propicia a mediação entre si mesma e o homem; segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro desses dois aspectos ontológicos, a natureza faz a mediação entre si mesma e a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de ser a atividade produtiva inerentemente social – o homem faz a mediação entre si mesmo e os demais homens” (Mészáros, 1981, p. 77-78).

que possibilita a manutenção das relações capitalistas de exploração da força de trabalho, a sociedade capitalista é que impulsiona os homens para a alienação.

Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tomará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem", *teii* capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em *dinheiro* e *riqueza*. E tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, *pode* apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira *capacidade* (*Vermögen*). Mas ele, que é tudo isso, não *deseja* senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois tudo o mais é, sim, seu servo, e se eu tenho o senhor, tenho o servo e não necessito do seu servo. Todas as paixões e toda atividade têm, portanto, de naufragar na *cobiça*. Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter (Marx, 2010, p. 141).

Aqui cabe demarcar que a alienação é um fenômeno social – não individual –, próprio da sociedade capitalista que, por meio do modo de produção, produz uma consciência reificada, coisificada, que opera a serviço do capital. No escamoteamento das consequências do modo de produção capitalista, age um conjunto de ideias que busca esconder as contradições do ordenamento do capital.

As expressões da questão social são fruto da contradição entre o capital e o trabalho – pois a lógica do sistema capitalista promove a acumulação para uma classe e superexploração para a outra –, os sintomas como miséria e desigualdade.

A teoria de Marx nos é cara porque ajuda a desmascarar a contradição do sistema capitalista, e propõe um método de análise para não apenas compreender a realidade, mas para transformá-la.

Diante do apresentado nos questionamos: E se os alienados se percebem como produtores do mundo? E se os trabalhadores se percebem dotados do sentido da produção, indivíduos livremente associados, produzindo bens socialmente úteis para si e para todos?

Compreendemos que o processo de combate à alienação e seus aspectos perpassa pela tomada de consciência da classe trabalhadora dos processos vividos; perpassa pela necessária retirada dos véus ideológicos que ocultam os interesses antagônicos das classes e, conseqüentemente, impede a compreensão das raízes das mazelas da classe trabalhadora.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (Marx, 2017, p. 90).

Como horizonte estratégico, está o movimento da classe trabalhadora de classe em si – sua condição alienada – para a classe para si – com a consciência de sua posição na luta de classes – para que nos façamos todos humanos e assim a humanidade saia da sua pré-história.

2.2 A reprodução das relações sociais e o Serviço Social

Para acolchoar teoricamente as análises apresentadas à frente, buscamos, na tese da autora Marilda Vilela lamamoto, os fundamentos do Serviço Social, e localizamos teoricamente a tese da reprodução das relações sociais e da autonomia relativa dos profissionais como o arcabouço teórico capaz de se converter em chave explicativa para a realidade vivenciada no espaço sócio-ocupacional ao qual dedicamos nossas atenções nesta pesquisa.

Para compreender o movimento no qual se reproduzem as relações sociais de produção capitalistas, nos apoiaremos no percurso realizado pela autora Marilda Vilela lamamoto (1994, 2015; lamamoto; Carvalho, 2009), a partir de seus estudos sobre a obra marxiana e marxista. Partiremos da teoria do valor-trabalho de Marx e da análise do autor acerca da divisão social do trabalho gestado na sociedade mercantil, onde o trabalho é distribuído aos indivíduos de forma indireta pelo mercado como antes apresentado.

Em Marx (2007), o conceito de produção relaciona-se a uma maneira historicamente determinada de os homens criarem condições materiais de existência e no conceito de reprodução estão incluídas a reprodução material – produção, distribuição, troca e consumo –, e a reprodução de “ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em se produzem” (lamamoto; Carvalho, 2009, p. 30). É a continuidade incessante do movimento de produção e consumo objetivando a atendimento das necessidades materiais humanas que o configura como reprodução. “As condições de *produção* são, portanto, as de *reprodução*” (lamamoto; Carvalho, 2009, p. 46).

Para produzir e reproduzir aos meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam produção. [...] A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos de produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, a produção social é essencialmente histórica (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 29-30).

Para Iamamoto (2015, p. 24), a reprodução social é entendida como “reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É a reprodução de um modo de vida”. O processo de reprodução das relações não se limita à reprodução da força de trabalho e dos meios de trabalho – ainda que faça parte do processo – mas se refere às relações humanas existentes e necessárias à produção de coisas.

Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção em sua globalidade envolvendo sujeitos e duas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. Aquele processo inclui a reprodução da vida material e espiritual, ou seja, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a sociedade (Iamamoto, 2015, p. 25).

Na sociedade mercantil é que a relação entre pessoas assume uma forma material – de bens de consumo produzidos pelo trabalho –, assim, o valor não provém das coisas, mas sim das relações. O valor, então, é uma determinada relação social que aparece como a coisa que essa relação produziu. Nos marcos do ordenamento do capital – este enquanto relação fundante determina a forma de organização de toda a vida social – é gerada a contradição com seu polo diametralmente oposto, o trabalho. “Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro; um nega o outro” (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 31).

O capital se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Estas formas que o representam são *necessárias* porque criadas e recriadas no movimento mesmo da produção. Tais formas exteriores são aparências necessárias que fazem parte dos próprios fenômenos, através das quais se manifesta a substância real dos mesmos. Ao mesmo tempo que se expressam, as encobrem, pois as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são: aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões das relações entre classes sociais antagônicas (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 31).

Na perspectiva do capital e do trabalho – mais precisamente em sua contradição –, interessa-nos localizar o Serviço Social como partícipe no processo de reprodução das relações sociais, por meio de sua inserção na divisão social do trabalho, por ser uma especialização do trabalho coletivo peculiar da sociedade industrial. A reprodução das relações sociais alcança toda a vida cotidiana e se expressa em todas as esferas da vida humana, no trabalho, nas famílias, igrejas, no lazer, na escola, no poder e nas profissões (Iamamoto; Carvalho, 2009).

No Brasil, o Serviço Social desenvolve-se no pós-Segunda Guerra Mundial, com a reconfiguração de frações das classes sociais, como o proletariado e a burguesia industrial e, ainda, aquelas frações que compartilham o poder do Estado. Como enfrentamento da questão social, o Estado passa a intervir diretamente na relação entre burguesia e proletariado, regulando, de forma jurídica, as relações entre capital e trabalho. Por meio da legislação trabalhista e social, começa a gerenciar a prestação de serviços sociais à classe trabalhadora, como forma de amortecer os impactos da exploração dos indivíduos. A hegemonia do capital industrial financeiro agudiza a questão social²⁴ que é a base da justificativa da necessidade desse profissional especializado (Iamamoto; Carvalho, 2009).

Iamamoto (1994; Iamamoto; Carvalho, 2009) localiza a profissão de Serviço Social na justa medida da contradição e ao analisar o trabalho profissional – em seu movimento na realidade – aponta dois ângulos de um mesmo fenômeno; um trata das intenções dos agentes no seu fazer profissional e o outro sobre o próprio fazer.

Isso supõe como diretriz de trabalho considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico metodológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade/ e a consciência de seus agentes individuais (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 73).

²⁴ Aqui compreendida como o conflito proveniente da relação entre capital e trabalho. Iamamoto e Carvalho (2009, p. 77) definem a questão social como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado”.

A autora ainda demarca que a análise e reflexão sobre a inserção da profissão na reprodução das relações sociais não dialogam com duas teses acerca do trabalho profissional dos assistentes sociais que observam apenas um dos polos da contradição. A primeira dá ênfase ao caráter “conservador” da profissão, como esforço e apoio ao poder vigente, e a segunda privilegia a dimensão “transformadora ou revolucionária” do trabalho profissional (Iamamoto, 1994).

Iamamoto (2009) tece críticas às duas teses: a primeira é apontada como uma análise mecanicista, por localizar a profissão na posição de um instrumento de reforço do poder vigente; e, a segunda, a que nomeia de “voluntarismo”, em decorrência da supervalorização do trabalho profissional, localizando-o como agente transformador, não reconhece o verdadeiro caráter da trabalho profissional na sociedade e completa que, ao superestimar a atividade política dos assistentes sociais, subestima a capacidade das organizações políticas das classes sociais enquanto sujeitos históricos de possibilidade transformadora.

A autora afirma que suas considerações não pretendem ocupar um lugar de intermediação ou de conciliação entre as tendências, mas recuperar o caráter da diversidade do movimento histórico da expressão dessa prática social.

Retomando Marx (2007), a reprodução do capital dá bases à organização dessa sociedade – com a apropriação da mais-valia extraída do trabalhado explorado e não pago através do trabalho excedente –, também recria os antagonismos de interesses entre as classes sociais envolvidas no processo de produção; recria o trabalho cada vez mais social e a apropriação cada vez mais privada da riqueza produzida por esse trabalho. E com isso reproduz as condições de exploração e alienação do trabalhador.

Reconhecer o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho é compreender que também reproduz a lógica capitalista, por estar submetido a essa realidade contraditória. “As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas” (Iamamoto, 2009, p. 75).

A autora afirma que a atuação dos assistentes sociais é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais e que o trabalho profissional tende a ser cooptado por aquela classe que tem uma posição dominante. Iamamoto (2009) aponta, ainda, que, na mesma ação, a/o assistente social pode responder simultaneamente às demandas do capital e do trabalho.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (Iamamoto, 2009, p. 75).

O Serviço Social como fruto e parte da sociedade capitalista tem o processamento de seu trabalho vinculado à lógica dessa organização social, assim a atuação da/o assistente social é polarizada pela dinâmica contraditória da relação entre as classes. O ponto nodal da tese de Iamamoto reside na compreensão de uma natureza contraditória ineliminável na atuação da/o assistente social, que, na mesma ação, pode atender aos interesses das distintas classes.

Pela mesma via, atende aos interesses da classe trabalhadora -- operando nas necessidades materiais, imediatas, cotidianas, ou seja, as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores – e, com isso, ameniza o impacto da imposta exploração dos trabalhadores; e, ao mesmo tempo, por meio do atendimento dessa necessidade e de sobrevivência – e, com isso, a manutenção e reprodução da força de trabalho – e/ou na medida em que reproduz ideias e valores que legitimam esse sistema contribui para o amortecimento da luta de classe e com a dominação e exploração da classe trabalhadora (Iamamoto; Carvalho, 2009).

Mas é justamente a partir dessa compreensão que a autora introduz a ideia da capacidade de escolha dos agentes profissionais que – enquanto seres humanos, têm a capacidade de pré-ideação – podem, a partir de estratégias profissionais e políticas, fortalecer os interesses do trabalho ou do capital, mas Iamamoto alerta que não é possível excluir da atuação profissional essa contradição.

Assim, para compreender o significado social da profissão, é preciso, antes de tudo, inseri-la no conjunto das relações sociais de produção de onde a profissão surge por possibilidade e necessidade histórica. Interessa-nos compreender a profissão sob a ótica das relações de classes, onde as classes personificadas têm sua relação mediada pela figura da/o assistente social.

As personagens sociais que entram na relação profissional são consideradas simultaneamente, enquanto seres sociais e particulares e em cujo modo de ser, de atuar e ver o mundo estão contidas as determinações sociais derivadas da posição que ocupam no processo de produção e no jogo do poder. Não se nega a singularidade dos indivíduos, numa visão determinista da história, mas essa individualidade é tida como expressão e manifestação de seu ser social, de sua vida em sociedade (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 75-76).

O Serviço Social responde a uma necessidade histórica determinada socialmente, e atua nas expressões da questão social, podendo servir a ambos os projetos, em uma mesma ação, e ainda fortalecer em sua ação a um ou outro projeto (Iamamoto, 2009). Contudo, é preciso considerar o trabalho profissional atravessado por condicionantes e determinantes que ultrapassam a vontade e/ou as escolhas dos profissionais.

As/Os assistentes sociais atuam majoritariamente na execução das políticas públicas e prestação de serviços sociais, assim, os detentores de seus instrumentos de trabalho são o Estado e o capital e, com isso, tem sua atuação atravessada pelos interesses alheios e o resultado de sua ação não depende exclusivamente da sua capacidade e/ou desejo.

Transitar da análise da profissão para seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerando sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio de trabalho assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional (Iamamoto, 2015, p. 214).

O Serviço Social, no Brasil, goza de um estatuto de profissão liberal²⁵, porém, ainda que a/o profissional tenha possibilidade de exercer de forma autônoma suas atividades, a regulamentação lhe confere algumas alternativas que, articuladas, vão conferir ao seu fazer profissional relativa autonomia – tensionada pela venda de sua força de trabalho, enquanto mercadoria. O processamento e o significado social da profissão estão vinculados à figura para a qual a/o profissional vai vender sua força de trabalho, podendo ser para o Estado, empresariado, as organizações da classe trabalhadora e outros segmentos da sociedade civil organizada (Iamamoto, 2009).

²⁵ Cf. Portaria 35, de 19 de abril de 1949, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, que enquadra o Serviço Social como profissão liberal.

Significa dizer que, por mais que os(as) profissionais se dediquem incansavelmente ao exercício de suas atribuições e competências, o resultado de seu trabalho estará sempre determinado, por um lado, pela própria condição da política social, e por outro, pela sua condição de trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho (Boschetti, 2017, p. 67).

A condição de assalariamento é elemento determinante na autonomia da área, interferindo direta e decisivamente na atuação, e lança às/aos profissionais os dilemas e constrangimentos da alienação do trabalho. Assim se instaura a tensão entre projeto profissional e alienação do trabalho, indissociável do estatuto do assalariado. “Ou, em outros termos, repõe-se nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre estrutura e ação do sujeito” (Iamamoto, 2017, p. 27-28).

Essa ótica de análise requer articular a qualidade desse trabalho – sua diferencialidade dos demais tipos de trabalho –, expressa em seu caráter de atividade útil, que requer respostas técnicas e políticas de parte dos profissionais especializados, com sua identidade com o trabalho social médio, enquanto fração do trabalho social total (trabalho abstrato), que identifica o assistente social com o conjunto da classe trabalhadora, suas formas de organização e de lutas. Essas determinações são indissociáveis da mercantilização da força de trabalho (Iamamoto, 2017, p. 28-29).

As condições de trabalho aparecem como outro condicionante do trabalho profissional, pois as/os assistentes sociais experimentam as mesmas injunções da precarização²⁶ e flexibilização²⁷ das relações trabalhistas, vivenciando a oferta dos baixos salários que atinge a classe trabalhadora. As transformações gestadas no mundo do trabalho atingem de forma contundente os espaços sócio-ocupacionais, e acarretam imensa disparidade salarial entre as diversas políticas e esferas de governo, e, ainda, as ofertas da sociedade civil e “essa disparidade é marcada pelos

²⁶ “Há, então, um movimento pendular que embala a classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho. No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta” (Antunes, 2008, p. 1-2).

²⁷ “[...] flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro” (Antunes, 2008, p. 8).

baixos salários, o que obriga muitos profissionais a duplos ou triplos contratos de trabalho” (Boschetti, 2017, p. 67).

Também enfrenta condições de trabalho insatisfatórias [...] como inexistência de espaço físico exclusivo para atendimento sigiloso, ausência de equipamentos para guarda de material ou para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado. A intensificação das rotinas de trabalho é uma realidade em praticamente todas as áreas de atuação, em decorrência do aumento das demandas e incompatibilidade com o quadro de profissionais concursados ou contratados. Os(as) assistentes sociais enfrentam, ainda, o desconhecimento por parte da instituição ou de outros profissionais de suas competências e atribuições; vivenciam situações de desvalorização ou desqualificação profissional, o que provoca demandas de trabalho estranhas às suas competências e atribuições (Boschetti, 2017, p. 67).

Os vínculos empregatícios fragilizados – além dos múltiplos tipos de contratos e das precariedades das condições de trabalho – também são elementos importantes em nossa análise do trabalho profissional. Atribui-se esse fenômeno ao movimento do capital de aumentar e ampliar a exploração da classe trabalhadora com ataque direto aos seus direitos trabalhistas.

Convivem hoje no mercado profissional de trabalho diferentes vínculos de ocupação: trabalho clandestino sem carteira assinada, contratação sem concurso público, atuação em cooperativas de prestação de serviços, terceirização e quarteirização de serviços em empresas já terceirizadas, ao lado de concursos públicos e vínculo empregatício protegido com direitos trabalhistas. Além do baixo nível salarial e de sindicalização, temos ainda a inobservância da lei de trinta horas de trabalho de parte de muitos empregadores. Aliam-se situações de insalubridade e de assédio moral [...] (Iamamoto, 2017, p. 29).

A pesquisa de 2022 do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess, 2022) revela que 4,43% das/os profissionais, em nível nacional, recebem por serviço prestado, uma realidade nova para uma categoria historicamente absorvida pelo Estado, com vínculos estatutários ou celetistas. Realidade que revela as marcas da reestruturação produtiva, que traz, entre seus ataques à classe trabalhadora, a flexibilização do trabalho; ataques esses combatidos e vividos pelas/os assistentes sociais, enquanto profissionais que lutam pela garantia e ampliação de direitos humanos e políticos e também enquanto trabalhadores.

Nos dados coletados na pesquisa de recadastramento também desponta a figura do/a prestador/a de serviço (4,43%), indicando a presença da denominada “pejotização” das relações de trabalho na categoria de

assistentes sociais, um meio de descaracterizar a relação de emprego e, assim, burlar a aplicação da legislação trabalhista, expressando um processo mais profundo de desregulamentação das relações de trabalho, que pode se acentuar entre assistentes sociais numa conjuntura de ampliação do desemprego e de precarização do trabalho (Cfess, 2022, p. 109).

Outra tendência revelada refere-se aos contratos temporários impulsionados pela lei da terceirização de atividades-meio e atividades-fim aprovada em 2017 e pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária em curso.

O debate acerca da chamada “proletarização da categoria” traz alguns importantes elementos a serem considerados para a análise, mas não pretendemos nos aprofundar na temática; todavia, é importante compreender que a mudança no perfil dos profissionais traz à tona um deslocamento de papéis sociais que impactam não apenas a imagem e autoimagem profissional, mas também, e principalmente, a posição no lugar social de onde partem as referências dos profissionais.

[...] o trabalho profissional, quando movido pela perspectiva crítica de análise da realidade e da profissão e pelos princípios, valores e compromissos postos pelo projeto ético-político vigente, mesmo no seu diminuto espaço de realização, por meio de cada procedimento que lhe é peculiar, nas multifacéticas situações concretas de atendimento *produz tensionamentos, enfrentamentos e recusas que conferem existência real à contra-hegemonia*. Tensionamentos, enfrentamentos e recusas, que materializam sutis apoios às forças que se movem na direção da mudança social, que impõem obstáculos discretos, mas reais à exploração e à dominação capitalistas. Argumentou-se aqui que deste trabalho realizado, quando assim direcionado, efetivamente decorrem impulsos de contraposição à hegemonia dominante, causando à classe proprietária tensionamentos reais na disputa política com a classe trabalhadora (Paixão, 2020, p. 189).

A profissão nasce – como apontado neste estudo – no seio da burguesia nacional, com as “damas da caridade”. Nas décadas de 1960 a 1980, passa a incorporar a classe média e já nos anos 2000, com a expansão do Ensino Superior, no País – devido à forte mercantilização que chega ao Ensino Superior – em particular, do ensino a distância, um novo perfil de profissionais começa a ser gestado, ou seja, assistentes sociais que dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver.

Isso suscita algumas hipóteses; entre elas, que as autonomias política, ideológica e organizativa, em relação aos contratantes, torna-se ainda mais limitada, considerando a condição de assalariamento enquanto determinante para muitos profissionais. E ainda revela profissionais que, muitas vezes, estão em condições de identidade com os usuários das políticas públicas com as quais trabalham. O caso da habitação é sintomático, devido à histórica

concentração fundiária das terras brasileiras, que gerou grande dificuldade de acesso à moradia. [...] É comum encontrar assistentes sociais na luta pela política habitacional e pela moradia, sem terem moradia própria, estando submetidos à locação, ao empréstimo, etc., nas mesmas condições do que o público-alvo de sua intervenção profissional, o que contribui ainda mais para a proletarização (Rossatto, 2018, p. 45).

Diante da proletarização da categoria, uma parcela significativa de assistentes sociais está lado a lado com a população, necessitando do acesso a bens e serviços – defendemos que essa condição abala os contornos demarcados de quem são os sujeitos protagonistas das lutas sociais, considerando, por essa perspectiva, que as/os assistentes sociais são também da classe trabalhadora.

O reconhecimento de classe se coloca nessa nova configuração e realoca o lugar dos profissionais em relação às defesas e lutas sociais, não estando mais ao lado da classe trabalhadora, mas sendo classe trabalhadora (Rossatto, 2018, p. 46).

Nesse sentido, as/os assistentes sociais travam lutas também em causa própria, pela aprovação da lei das 30 horas, e expressa a organização das/os profissionais em torno das alterações postas na realidade da categoria.

Avançou-se no autorreconhecimento do(a) assistente social como trabalhador assalariado, participe do trabalho social coletivo, mediante uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos. É ilustrativa a mobilização pela aprovação da Lei n. 2.317/2010, que trata da redução da carga horária semanal de trabalho do assistente social para 30 horas sem redução de salário (Cfess, 2011) (Iamamoto, 2014, p. 613-614).

Contudo – a depender de quem compra a força de trabalho das/os assistentes sociais – os constrangimentos da condição de assalariado das/os profissionais também avançam e fragilizam a luta política da categoria. Com isso, compreendemos que outro elemento determinante do trabalho profissional é o espaço sócio-ocupacional onde o profissional executa seu trabalho no Estado, nas empresas privadas, na sociedade civil, em movimentos da classe trabalhadora, pois esses sujeitos – em última análise – manifestam interesses sociais, interesses de classe. Com isso, ainda que se mantenha a natureza qualitativa do trabalho da/o assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, “o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que realiza esse trabalho por quanto envolvido em relações sociais distintas” (Iamamoto, 2015, p. 215).

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos, assim como seus efeitos nas relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais a seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas e com a coletividade da classe trabalhadora (Iamamoto, 2015, p. 215).

É preciso cuidado, ao analisar as ações profissionais, o contexto em que se inserem, as requisições postas ao profissional – mesmo não alterando a natureza do trabalho – que podem ter os significados de suas ações alterados.

O Estado, como nos lembra Simionatto, “educa o consenso” por meio dos “aparelhos privados de hegemonia” – mecanismos fortalecedores da fragmentação social das classes subalternas – criação de um novo senso comum (do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação aos outros, o sentido de comunidade). No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, por meio do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as e apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos (Simionatto, 2009, p. 41 *apud* Yazbek, 2014, p. 685).

O Estado e as empresas privadas e organizações da sociedade civil manifestam os interesses de classe que requerem o trabalho das/os assistentes sociais. Esse elemento, atrelado à condição de assalariamento, pode levar a ação profissional a atender, ainda que parcialmente, aos interesses do empregador – para além da natureza contraditória da profissão – ao preço do próprio posto da/o trabalhador/a assistente social.

Uma análise dessas relações de dominação do ponto de vista político-ideológico coloca em evidência que o Estado, por intermédio de suas instituições sociais e políticas, é veiculado como instância da ordem e da autoridade superior sobre a sociedade civil. Nesse sentido, através de seu “monopólio de instituições”, o Estado ajuda a manter e a reproduzir as estruturas da sociedade a partir da ótica dos interesses dominantes (cf. Almeida, 1990, p. 37). É importante lembrar que da sociedade civil partem demandas que o Estado deve atender. Ambos, sociedade civil e Estado, expressam relações sociais contraditórias e produzem instituições e políticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais e políticas da sociedade (Yazbek, 2014, p. 685).

As análises feitas pela categoria profissional, em sua maioria, consideram a profissão sob o prisma da inserção das/os assistentes sociais na esfera pública –

ainda que, com as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas, nos espaços sócio-ocupacionais e na execução das políticas – continua sendo o Estado o principal empregador de assistentes sociais.

A pesquisa do Cfess (2022) sobre o perfil profissional revela que – em nível nacional – 43,59% das/os assistentes sociais atuam na esfera pública municipal e 11% na esfera estadual, nas ONGs sem fins lucrativos, são 8,17%; nas Organizações Sociais (OSs) são 1,77% e em sindicato, associações de movimento social e/ou popular, representam 0,33% do total da natureza do principal vínculo como assistente social.

Esses dados mostram que o contexto desta pesquisa é o espaço sócio-ocupacional de atuação muito restrito. Quando observada a distribuição dos profissionais inseridos nas políticas específicas, nota-se quão reduzido é o campo de atuação que analisaremos. Não foram localizados levantamentos que quantifiquem as/os profissionais assistentes sociais inseridas/os na política habitacional, e, em particular, nos movimentos de moradia. Esse dado torna-se relevante na medida em que mostra que, embora seja um espaço restrito de atuação profissional, a ação está presente e incidindo sobre a realidade. Diante disso, buscamos capturar os significados dessas ações no processamento do trabalho e compreender o lugar social que ocupa esse trabalho profissional.

2.2.1 Os assistentes sociais e o poder de classe

Parece-me que aí está o cerne do debate sobre a dimensão política da prática profissional: a relação da profissão com o poder de classe. Decifrá-lo significa a compreensão da complexa rede de relações de poder que hoje conforma a sociedade brasileira [...] (Iamamoto, 1991, p. 61).

O elemento fundamental para compreender a dimensão política do Serviço Social está na relação da profissão com o poder de classe (Iamamoto; Carvalho, 2009). A dimensão evidencia-se já em suas protoformas, pois seu caráter eminentemente político se revela desde as suas origens.

Manifesta suas ações de cunho conservador e objetivos vinculados a setores da classe dominante. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), as protoformas do Serviço Social surgem nas instituições assistenciais criadas no primeiro pós-Guerra Mundial.

A partir da década de 1960, a história brasileira traz as marcas da ditadura militar, que se refletem no Serviço Social. Silva (2006) analisa que, enquanto a vertente crítica da profissão é barrada pelo regime, a profissão expande-se no mercado de trabalho e ocorre um avanço qualitativo pelo intenso debate empreendido sobre questões de método e teoria, ainda que em uma visão modernizadora, cientista e tecnicista.

Na conjuntura nacional, caracterizada por um intenso movimento político, a teoria marxista circula – ainda que deformada, por intérpretes e com certa dose de incompreensão de seus interlocutores – pelos debates políticos. A teoria crítica contribui para o desvelamento das relações existentes na sociedade; a categoria da totalidade ganha espaço, assim como leituras de mundo que buscam as mediações, contradições, a negatividade dos processos, o movimento do real, e para a profissão essas leituras começam a instigar o debate da dimensão política do trabalho das/os assistentes sociais (Abramides, 2006).

A dimensão política como mediação fundante das atividades profissionais tem sido debatida e incorporada na formação e no exercício profissionais, de forma diferenciada no quadro de renovação da profissão a partir dos anos 60, quando o movimento de reconceituação desponta, de forma inaugural, nessa trajetória (Abramides, 2006, p. 40).

Nas décadas de 1970 a 1980 – em um contexto nacional de redemocratização e um contexto internacional de influências do Movimento de Reconceituação, que acontecia em muitos países latino-americanos – a profissão abre caminho para um movimento de forte crítica ao conservadorismo²⁸ e dá bases para o rompimento com o Serviço Social tradicional e a vinculação dos compromissos da profissão aos da classe trabalhadora (Braz; Teixeira, 2009).

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social (Paulo Netto, 2006, p. 11).

Com o surgimento dos cursos de pós-graduação, nas décadas de 1970 e 1980 – sob forte influência da teoria marxista –, formou-se uma massa crítica de

²⁸ Para fins deste trabalho, partimos do momento histórico caracterizado por Paulo Netto (2005) como Intenção de Ruptura, para um estudo mais aprofundado sobre o processo de reconceituação.

profissionais que contribuiu com o amadurecimento da produção intelectual da categoria e deu insumos para a construção da crítica ao sistema econômico vigente, o que proporcionou a sintonia entre o projeto profissional e o projeto societário idealizado pela classe trabalhadora.

Em um contexto de cisão social, disputa de projetos, luta de classes, ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais²⁹ (CBAS), evento em que a categoria afirma seu compromisso com a classe trabalhadora. Essa virada nos rumos da profissão – fruto de anos de processamento do Movimento de Reconceituação – é impulsionada pela conjuntura histórica de luta e resistência política, na qual uma parcela da categoria profissional vinculava-se às organizações, aos sindicatos e movimentos sociais, e a partir de uma leitura de sociedade totalizante, quer romper com as bases conservadoras, ainda vigentes no interior da categoria.

A Renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Paulo Netto (2009b) e Abramides (2006), tem três tendências com fundamentações teórico-políticas distintas. A vertente modernizadora tem como fundamentação teórica o positivismo; a segunda perspectiva é a de reatualização do conservadorismo – de base fenomenológica –; e a terceira vertente é o projeto de intenção de ruptura – com base na teoria crítico-dialética marxiana e da tradição marxista³⁰. A partir do amadurecimento teórico-político, a terceira vertente consolida-se como de ruptura com o conservadorismo e estabelece as bases teórico-políticas que conformam o projeto ético-político profissional.

Essa perspectiva política e ideológica norteou-se pela ideia de liberar o serviço social de seus compromissos ideológicos com as classes dominantes, buscando novos pensamentos científicos extraídos predominantemente da apreensão oblíqua da herança marxista (Batistoni, 1991, p. 94).

²⁹ Conhecido como Congresso da Virada, conforme Paulo Netto (2009b), foi o marco da ruptura política assumida publicamente onde-se visou desvinculação do projeto de profissão com o conservadorismo nos aspectos político, teórico e metodológico vigente. No interior da profissão, se refletia o processo de organização e mobilização que estava ocorrendo na sociedade brasileira. Nesse congresso, foram aprovadas alterações na programação, que refletiam os anseios presentes no seio da categoria, que estavam articulados a um projeto de sociedade transformador, vinculados aos interesses da classe trabalhadora, colados aos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações gestadas no bojo da luta pela redemocratização do país.

³⁰ “As primeiras aproximações com o marxismo fragilizam a possibilidade de uma aproximação ontológica do pensamento de Marx. a forte influência de Althusser nos meios acadêmicos explica-se no contexto da ditadura, em que ocorre uma adequação entre o discurso científico-neopositivista e os limites dados pela censura e pelo esvaziamento político da universidade” (Paulo Netto, 1991 *apud* Barroco, 2010).

Identifica-se a consolidação de um projeto de profissão que rompe com a ideia de neutralidade e apoliticismo e têm consciência que sua atuação se localiza no interior das relações sociais da disputa de poder. Parte da categoria compreende a necessidade de posicionar-se politicamente e imprimir esse posicionamento na ação profissional. Aqui manifesta-se a tomada de consciência da categoria acerca da existência da dimensão política da profissão. “A dimensão política da profissão passa por uma compreensão e um aprofundamento teórico no interior da tradição marxista a partir da década de 80” (Barroco, 2000 *apud* Abramides, 2006, p. 41).

Segundo Abramides (2006), o projeto de ruptura do Serviço Social brasileiro constitui-se por estabelecer as bases teórico-políticas do PEP fundadas nas categorias analíticas do pensamento marxista – a produção social, o trabalho categoria fundante do ser social, e as concepções políticas da democracia e do socialismo. A autora alerta que, embora existissem diferentes matizes na elaboração desse processo, o projeto de ruptura do Serviço Social tem características centrais que o definem.

Essas características revelam a apreensão da dimensão política pela categoria profissional. A partir daí, o trabalho profissional tem novos direcionamentos, que partem do posicionamento político e do acúmulo intelectual dos profissionais, mas também alicerçam-se na conjuntura nacional de restauração democrática com a retomada dos direitos cívicos e sociais.

[...] a partir desse ambiente, o Serviço Social fortaleceu sua dimensão político-profissional, seja por determinação das contradições sociais que se acirraram e pelos projetos de classe em confrontos, seja porque o saber fazer profissional já não era suficiente para responder às demandas postas pela complexificação da sociedade brasileira, expressa na dinâmica política dos anos 1980, quando se delinea o amadurecimento de uma direção social estratégica da profissão (Netto, 2004) hoje enfeixada no Projeto Ético-Político profissional (Mota, 2017, p. 31).

O PEP do Serviço Social brasileiro é forjado pelas experiências progressistas no interior da profissão desde o Movimento de Reconceituação. Esse projeto profissional guarda profunda conexão com as lutas populares no País e os anseios dos movimentos organizados dos trabalhadores e são apoiados pelas vanguardas da categoria e detém nítida vinculação com o projeto de sociedade classista, crítico e democrático. Com isso, a dimensão política da profissão toma forma e posição compreendendo que esse projeto se apoia em uma proposta de maior abrangência, um projeto societário.

Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (Iamamoto, 2014, p. 610-611).

Segundo Braz e Teixeira (2009, p. 186):

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais ou coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade.

Os projetos de dimensões macroscópicas, ou projetos societários, são a idealização – mentalmente projetada pelos indivíduos formadores da sociedade através de sua capacidade “humano-criadora” – de uma sociedade por construir a partir de suas necessidades colocadas na realidade (Braz; Teixeira, 2009).

Os projetos societários abrangem o conjunto da sociedade que é marcado pela luta de classes e, com o movimento da sociedade, os projetos incorporam e/ou excluem elementos, de acordo com as necessidades surgidas na conjuntura. Avalia-se que a democracia burguesa é um avanço perante o projeto autocrático, mas ainda que abra espaço para o diálogo entre os membros da sociedade, por meio das liberdades sociais e políticas que compõem uma série de dispositivos de participação popular, essas liberdades atribuem uma falsa ideia de compartilhamento nas decisões, mas, a depender das condições econômico-sociais, políticas e culturais, o projeto dominante dispõe de condições mais favoráveis para enfrentar os projetos da classe trabalhadora. Na sociedade capitalista, o projeto que traduz os interesses da burguesia sobrepõe-se ao da classe trabalhadora.

Os projetos profissionais – ainda que vinculados a um projeto de sociedade transformador – detêm uma demanda social legitimada dentro do projeto posto e, assim, reproduzem a forma de organização dessas relações (Iamamoto; Carvalho, 2009). Mas as profissões podem eleger valores que as remetem a outro projeto societário.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos

profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Paulo Netto, 2006, p. 4).

No caso do Serviço Social brasileiro, o projeto profissional é fruto da elaboração coletiva de indivíduos e instituições ligadas à profissão que lhe conferem legitimidade – figuram o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), o Conselho Regional de Serviço Social (Cress), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), bem como sindicatos e associações –, e a partir da organização e articulação desse corpo profissional é que um projeto ganha força e resistência em seu interior.

Os projetos profissionais – assim como os projetos societários – são dinâmicos e podem ser alterados de acordo com a realidade político-social, e são inevitavelmente apoiados em um projeto societário que pode ter caráter transformador ou conservador da dinâmica social (Paulo Netto, 2006).

Ainda em Paulo Netto (2006), a hegemonia do projeto profissional do Serviço Social brasileiro não lhe confere exclusividade, pois no interior da categoria coexistem diversos projetos em disputa. Essa pluralidade não deve ser suprimida com a afirmação de determinado projeto, por ser incorporada aos processos de debate sem, no entanto, residir no mesmo espaço das posições legitimadas.

Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (Paulo Netto, 2006, p. 6).

Os projetos profissionais, via de regra, guardam sintonia com o projeto societário posto, mas podem acontecer divergências entre as propostas. Com isso, um corpo profissional pode eleger outros valores que não os que estão postos para fundamentar sua direção político-social, o que gera conflitos entre as posições políticas existentes na sociedade e o posicionamento do corpo profissional (Paulo Netto, 2006).

O projeto ético-político profissional não está sintonizado com o projeto societário hegemônico – o que põe o trabalho profissional por ele conduzido, o tempo todo na contramão, sob confrontos e contestações, sob tensão permanente (Paixão, 2020, p. 124).

Os projetos profissionais, via de regra, guardam sintonia com o projeto societário posto, mas podem acontecer divergências entre as propostas, com isso um corpo profissional pode eleger outros valores que não os que estão postos para fundamentar sua direção político-social, o que gera conflitos entre as posições políticas existentes na sociedade e o posicionamento do corpo profissional. Os conflitos relacionados a um ideal de sociedade, extrapolando assim a profissão, não podem ser gestados endogenamente (Paulo Netto, 2006).

O projeto profissional contém uma série de componentes distintos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (Paulo Netto, 2006, p. 7).

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero* (Paulo Netto, 2006, p. 15).

A defesa político-ideológica do Serviço Social – fundamentada em seu projeto profissional – tem como base os princípios enunciados no Código de Ética Profissional: “reconhecimento da liberdade como valor ético central”, com a defesa e o incentivo à “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”; “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”; “ampliação e consolidação da cidadania”, com a perspectiva da “garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”; “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”; “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”; “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito”, a partir do incentivo ao respeito “à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Cfess, 2012, p. 23-24).

Os componentes de valoração ética não se esgotam no Código de Ética, contudo, são os princípios transversais de todo o projeto profissional e envolvem mais do que valores ou prescrições de direitos ou deveres. São, também, as opções teóricas, políticas e ideológicas. Os valores eleitos pelo projeto hegemônico ventilam, ao corpo profissional, uma perspectiva superadora da ordem vigente.

O interior da categoria de Serviço Social – como apontado neste estudo – é polarizado em uma conjuntura de fortes retrocessos políticos impostos à classe trabalhadora com avanço do conservadorismo e de ideários fascistas mundiais e que adentraram a conjuntura nacional – desde os anos 2010 e intensificado a partir de 2016, com o golpe de Estado sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff³¹, culminando na ascensão social da direita e extrema-direita, ao tomarem o poder executivo – o debate em torno da direção da profissão de Serviço Social tem intensificado a tônica da disputa e colocado em xeque, por vezes, a hegemonia desse projeto profissional.

Nessa reconfiguração político-social, as classes dominantes lançam-se em um movimento para reaver seu poder local e o nacional e os setores populares se organizam em torno de um projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora, e é no interior dessa disputa que o Serviço Social carregou e carrega em sua ação – com as devidas mediações – a disputa que se coloca na sociedade.

A fim de nos debruçarmos sobre os debates contemporâneos acerca da direção política da categoria, apreender as marcas da dimensão política do trabalho profissional das/os assistentes sociais no cotidiano, parece ser a tarefa necessária para qualificar o debate em torno da materialização do projeto ético-político profissional.

A análise do trabalho profissional deve indicar o conteúdo e a direção das ações profissionais, para fortalecê-las, multiplicá-las ou para que sejam enfrentadas e combatidas. Para tanto, precisamos nos despir das grandes aspirações de macroanálises e valorizar a riqueza que cada espaço, em cada conjuntura, cada profissional, podem oferecer e localizar aí os elementos do real e concreto. Rastrear a materialização da dimensão política na atuação, significa nos depararmos com posicionamentos e/ou ações que estão alinhados com o norte do projeto hegemônico e com outros que não estejam alinhados, ou ainda que fortaleçam um projeto contrário ao defendido (Rossatto, 2018, p. 99).

³¹ Com o golpe de Estado de 2016 que tirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, assistimos ao governo de Michel Temer dar abertura para o aprofundamento das propostas neoliberais, no Brasil, por meio da diminuição dos gastos com o social, no desmonte das políticas públicas, desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora, exponenciando as expressões da questão social que repercutem em consequências violentas nas condições de vida dos trabalhadores.

É preciso marcar que a totalidade explica os posicionamentos e as ações do fazer profissional, mas não explica ou se encerra nos profissionais; é sempre válido lembrar que não há coincidência entre teleologia e causalidade, como alerta lamamoto (1991).

Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de presentes na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do assistente social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil e se expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como assistentes sociais; organismos de coerção e hegemonia estes que sofrem o rebatimento das lutas e das forças das classes subalternas na luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais (lamamoto, 1991, p. 59).

O significado buscado nesta pesquisa não se refere exclusivamente a ações profissionais ensimesmadas, mas também em seus efeitos agregados diante do contexto que as circunscrevem, trata-se de compreender a potência da ação profissional em seus diferentes espaços de inserção.

A realidade impõe-se e, com isso, a análise pretendida deve considerar os elementos que envolvem as ações profissionais, os elementos históricos, conjunturais, culturais e econômicos, do espaço sócio-ocupacional, da política, profissão e, ainda, as condições de vida e trabalho dos profissionais e do público atendido.

Referimo-nos à mediação da consciência individual (Iasi, 2006) e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos, ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa (Mota, 2014, p. 700).

Ao compreender as imposições do real – tanto dos profissionais que se debruçam sobre os estudos da profissão, quanto dos profissionais que fazem o esforço de refletir e sistematizar seu trabalho – busca-se agarrar as principais determinações dessas ações. Porém, o esforço de apreender as determinações do real, as mudanças conjunturais que impactam a vida cotidiana, é contínuo e sistemático, de natureza não só política, mas técnica, para qualificar a atuação profissional individual e agregar potência ao corpo coletivo, à profissão.

[...] o que existe é insuficiente fundamentação e sistematização teóricas que permitam estabelecer relações entre: conjuntura e estrutura, manifestações cotidianas e necessidades históricas, espontaneísmo e direção política dos processos, políticas sociais e intervenção do Estado, ideologias e práticas de classes, para elencar tão só os essenciais (Mota, 2014, p. 700).

Lançamos o desafio de analisar a realidade e, com as mediações fundamentais para sua apreensão, conectar as ações cotidianas da conjuntura, e iluminar a conjuntura por meio da leitura crítica da realidade: “é preciso colocar, a serviço da categoria, a riqueza dos elementos que só podem ser colhidos por aqueles que, no chão da história, sistematizam as experiências de trabalho cotidianas” (Rossatto, 2018, p. 101), no sentido de avançar na compreensão da dimensão política do trabalho profissional dos assistentes sociais, considerando que esse aprofundamento pode contribuir – modestamente – com nossas escolhas profissionais.

3 POLÍTICA HABITACIONAL E TRABALHO SOCIAL

Figura 2 – Canteiro de obras da AHD (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

“E AÍ VOCÊ NÃO SE CONTENTA MAIS SÓ COM A CASA”

(Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022)

Porque você constrói a moradia, você entrega a casa, mas e depois? Cadê a escola? Cadê o posto de saúde? Cadê o hospital? Cadê o entorno da moradia? Cadê os equipamentos públicos? Então, a nossa função não é só construir a casa, é correr atrás de direito, entregar para as pessoas direito, dignidade. E, aí, você não se contenta só com a casa, porque o prédio está aqui, a casa está aqui, mas agora eu tenho a obrigação de lutar pelas outras pessoas (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Este capítulo, denominado Política Habitacional e Serviço Social, tem como objetivo nos aproximar do contexto que circunscreve nosso objeto de pesquisa, estabelecendo as bases sobre as quais se assentará o trabalho profissional analisado nesta pesquisa.

No primeiro tópico, abordamos os elementos centrais da luta pelo espaço urbano e o direito à cidade, no Brasil; o trabalho social enquanto componente da política habitacional – fruto da luta dos movimentos sociais, profissionais e acadêmicos – e, ainda, como o profissional assistente social se insere no contexto dessas lutas.

No segundo tópico, apresentamos as requisições legais para o planejamento e desenvolvimento do trabalho social no PMCMV – Entidades para localizar o leitor acerca do que legalmente se exige desse TS, para que seja possível compreender como essas requisições são extrapoladas diante das condições objetivas nas quais se gesta o desenvolvimento do projeto de intervenção habitacional, do TS e, em particular, do trabalho das/os assistentes sociais alvo deste estudo.

3.1 Notas introdutórias sobre as lutas dos movimentos sociais no espaço urbano

Com a ideia de produção social da moradia por meio da autogestão, desde a década de 1980, os movimentos de moradia lutam por uma Política Nacional de Habitação incorporada à política urbana, que se contrapõe à lógica de segregação nas cidades. Para que isso ocorra, os movimentos também reivindicam o acesso aos fundos públicos e à autogestão de programas habitacionais (Santos, 2016, p. 57).

Compreendemos o urbano como resultante das relações sociais de produção (Lefebvre, 2006) e espaço das marcas da contradição capitalista, da produção de riquezas e da exploração, da segregação, mas também o espaço das lutas. Adotamos, aqui, a perspectiva lefebvriana, em que se afirma que “a luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço” (Lefebvre, 2006, p. 52).

Ainda de acordo com o autor:

Essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era reproduzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra no mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2008a, p. 47-48).

Como tudo o que o capitalismo toca se torna mercadoria e lucro, com a questão da terra, enquanto propriedade privada e fonte de lucro, não poderia ser diferente. De acordo com Martins (2013), a história do capitalismo, no Brasil, teve particularidades. Diante do esgotamento da força de trabalho escravista e da inexorabilidade do trabalho “livre”, em 1850, o Brasil cessa com a escravidão e investe na imigração da mão de obra estrangeira, condicionando a ocupação da terra ao trabalho. No entanto, por meio de seus agentes, na Europa, escolhia, em um processo seletivo, os trabalhadores pobres e sem condições de sobrevivência para estimular a vinda ao Brasil, os quais, ao aqui chegar, só tinham como alternativa a venda de seu trabalho.

Nessa lógica de exploração do trabalho e apropriação indevida da terra, as cidades brasileiras foram sendo construídas. Harvey (2012) aponta que, desde o início, as cidades foram surgindo da concentração social e geográfica do produto excedente. Assim, destaca o autor, a urbanização tornou-se um fenômeno de classe.

[...] já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (Harvey, 2012, p. 74).

Autores como Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, e estudiosos do campo do direito à terra; ao espaço urbano; à cidade; e a luta por direito à moradia digna, aprofundaram seus estudos e dedicaram suas pesquisas ao resgate histórico desses processos. Com o objetivo de contextualizar esse processo, sintetizamos, em

uma breve linha do tempo, os principais marcos de mudanças conjunturais que contribuíram para a construção desigual das cidades brasileiras:

- Anos 1919–1929: Crescimento acelerado de indústrias financiadas pela agroexportação. Período marcado pela expulsão dos camponeses do campo e entendimento dos trabalhadores de migrarem para obter melhores condições de vida. Após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e a crise de 1929, nos Estados Unidos da América (EUA), o Brasil enfrentou desafios para manter a economia baseada na exportação agrícola e, assim, passou a priorizar a industrialização (Rossatto, 2018).
- Anos 1930–1950: Transição da elite agrária rural para a burguesia industrial. Crescimento do proletariado urbano e falta de planejamento urbano e de infraestrutura para atender aos trabalhadores. Trabalhadores urbanos e rurais organizam-se em sindicatos (período do Governo Getúlio Vargas – 1930 a 1945). (Rossatto, 2018)
- Anos 1960–1985: Golpe militar. Ampliação do estímulo à migração do campo para as cidades, com a demanda por mão de obra para a indústria. Falta de políticas públicas para trabalhadores. Cerceamento da participação popular em processos de tomada de decisão. Crise mundial do petróleo, que trouxe graves consequências e mudanças econômicas, que causaram grandes impactos nas cidades, principalmente nas periferias (Rossatto, 2018).

A partir da segunda metade da década de 1970, observa-se a retomada dos movimentos sociais, com pautas ligadas ao aumento do custo de vida; pautas do espaço urbano ligadas à moradia, aos loteamentos clandestinos, às favelas; pautas ligadas ao acesso à cidade, como transporte; assim como pautas estruturais, como a luta feminista e o movimento negro; pautas ligadas à organização estudantil e à sindical, como resposta às repressões e coerções do regime ditatorial e na busca por melhores condições de vida e participação popular nos âmbitos político, econômico e social. Os movimentos populares organizaram-se em torno de pautas específicas, principalmente nas periferias de grandes cidades.

Os anos 1970 e 1980 foram períodos nos quais a cultura burguesa do aluguel foi imposta ao trabalhador. E sabe-se que “uma moradia alugada, é um produto de iniciativa privada [...] o aluguel foi a primeira forma econômica”, de “solução” de

mercado (Villaça, 1986, p. 14). O resultado dessa lógica pode ser identificado nas narrativas dos participantes na pesquisa, que representam o cotidiano dos trabalhadores.

*Quantos milhões de pessoas tem aí sem moradia, sem nada? **Pagando aluguel caríssimo, sem poder comer.** [...] Porque o dinheiro que você paga o aluguel não é seu. Você paga hoje, amanhã você já está devendo. Então é difícil. Ou você come, ou você paga aluguel. Aí, se não dá para fazer não os dois para onde você vai? Vai lá para a favela, que lá você não vai pagar a luz, lá você não vai pagar água, ainda vai sobrar mais um dinheirinho, e são discriminados (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).*

*Eu peguei, pensei, e aí eu fiz um cálculo, assim, mais ou menos na minha cabeça, e falei assim “ó, a gente já está aqui, vamos tentar”, porque assim, pagar aluguel? **Se der certo ou não, para o resto da vida eu vou pagar aluguel,** então pelo menos eu vou tentar (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

*E a minha vida aqui em São Paulo, na cidade inteira, mais de 20 anos, foi **morando de aluguel porque não tinha uma, não tinha casa própria, não tinha moradia, família de baixa renda,** [...] então a minha vida inteira foi morando de aluguel. E aí, qual é a obrigação? Você tem que trabalhar, porque você tem que pagar aluguel. Trabalhar para pagar aluguel e sustentar a família. Então, a primeira obrigação, primeira da lista é pagar aluguel (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

Assim, historicamente, a população trabalhadora vivencia a situação de não ter onde morar, ou de morar de aluguel em regiões periféricas. Para os trabalhadores, as regiões mais afastadas dos centros urbanos tornaram-se as únicas áreas em que conseguiam estabelecer residência. “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (Holston, 2013, p. 197).

O processo de expulsão das pessoas para áreas precárias, como as favelas, faz surgir diversas associações de moradores, como forma de se organizar e levar suas demandas para o poder público, dedicando-se a pressionar o Estado por condições mínimas de infraestrutura.

No fim dos anos 1970 e meados dos anos 1980, observa-se um ritmo acelerado da urbanização, somado à falta de um planejamento estatal adequado, o que resultou na segregação do espaço urbano, trazendo graves consequências à população trabalhadora, como falta de acesso às condições básicas de sobrevivência, e a itens como água, luz, moradia, saúde, dentre outros.

O Brasil registrou a partir dos anos 70, como em vários países da América Latina, o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos sociais. [...] movimentos sociais na década de 70 eram lutas isoladas, por água, luz, transportes, creche (Gohn, 1991, p. 9).

Considerando as necessidades de infraestrutura nos bairros periféricos, foi um período em que os moradores se organizavam em associações de bairro para a busca de alternativas à realidade desigual. Muitas surgiram das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³², conforme destaca Henrique Pacheco³³ (*apud* Hein, 2020, p. 100):

Como não havia partidos, um dos poucos lugares, como a gente tinha plantão nas igrejas, e nas igrejas católicas da periferia, havia grupos de direitos humanos que discutiam a situação, então as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, elas tinham essa característica, que eles formavam um grupo e discutiam e debatiam, então tinha essa natureza, com um enfoque que ia além do aspecto religioso tradicional, vamos dizer assim, da oração, tinha oração, mas era oração enxergando o conteúdo político. E aí, dessa experiência das CEBs, nasceu também a ideia da criação dos grupos de base do PT, dos núcleos onde não deveria ter uma hierarquia, eram mais espontâneos e deveria ser uma porta de entrada para a militância.

No contexto de ditadura militar, o governo criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) operacionalizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que iniciou as ações em 1964 e faliu em 1986 sem atender à população de baixa renda. O BNH priorizou as famílias de rendas média e alta (Bonduki, 1992).

Os anos 1980, é o período de efervescência das lutas por moradia e do marco histórico da conquista da Constituição Federal de 1988 (CF/88) (Brasil, 1988), quando os movimentos sociais contribuíram para a sua construção e implementação e “tiveram papel central na garantia dos direitos sociais, da cidadania e participação popular [...] que é uma expressão das lutas da classe trabalhadora” (Rossatto, 2018, p. 57).

Com ações nesse cenário de luta por direito à cidade e pela reforma urbana, estavam o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), duas potentes organizações históricas vinculadas à luta da questão urbana no Brasil.

³² Comunidades vinculadas à Igreja Católica, espalharam-se, nas décadas de 1970 e 1980 pelo Brasil e América latina. São ligadas pela proximidade física e as carências em comum. Durante a ditadura militar, fortaleceram a organização popular inserindo seus membros nos movimentos sociais em meio à luta política, no processo de democratização do país.

³³ Advogado da PUC/SP. Militante e um dos fundadores da UMM-SP.

Ainda na mesma década, o processo de elaboração da Constituição Democrática de 1988, que previa a possibilidade – conquistada pelos movimentos sociais – de apresentação de emendas populares, provocou a articulação de entidades e organizações para discutir uma proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana, que acabou por resultar na organização do Movimento Nacional de Reforma Urbana, posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana (Ferreira, 2012, p. 5).

A reforma urbana no Brasil e o direito à cidade figuram como profundas expressões da luta de classes, em que, no espaço urbano, se reproduzem as condições de produção e reprodução do capital, que se torna mercadoria e as relações que o atravessam são baseadas na exploração e alienação.

Reforma urbana é direito à cidade. É a democracia urbana. É a antibarbárie. Reforma urbana é a luta de classes reconhecidas nas cidades enquanto palco de relações sociais, mas também por meio das cidades enquanto como produto e mercadoria que envolvem exploração, mais valia, alienação (Maricato, 2014, p. 3).

Mas é também por ser profunda expressão da luta de classes, que o espaço se converte em grande possibilidade de luta e transformação da sociedade, para, por meio da transformação coletiva, incidir nos indivíduos.

[...] o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2012, p. 74).

Assim, a luta pelo espaço urbano e pela cidade é necessariamente uma luta coletiva e seus ganhos também são uma potência que vai ao encontro do universal.

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008b, p. 134).

Com essas bases, na perspectiva do combate às amarras do capital – que se apropria e se autobeneficia do espaço – e do enfrentamento aos regimes autoritários e da construção de cidades igualitárias, nos 1990, os movimentos de moradia – assessorados por profissionais e acadêmicos – sustentam perante o Estado, a proposta de articular programas habitacionais e políticas públicas para o atendimento

da população trabalhadora. Destacam-se quatro grandes atores históricos deste período: Central dos Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM); União Nacional por Moradia Popular (UNMP)³⁴.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) iniciou sua articulação em 1989, a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular realizado no Brasil, que em 2005 daria origem ao Sistema, Fundo e Conselho Nacional por Moradia Popular (Lei 11.124/05). A partir desta ação conjunta, os movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais iniciaram um processo de articulação que resultou na consolidação da UNMP, em 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. Desde então, a atuação da UNMP se dá nas áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão, e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social (União Nacional por Moradia Popular, [201-]).

A partir dos anos 1990 e 2000, identificam-se os marcos legais e institucionais que foram conquistados:

- Estatuto das Cidades 2001: Lei federal 10.257/2001 (Brasil, 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da CF/88 (Brasil, 1988) e reúne um conjunto de instrumentos jurídicos urbanos em que os interesses públicos e coletivos prevalecem sobre os interesses privados, abrindo espaços para a função social da cidade e das propriedades urbanas, no sentido de garantir o direito à cidade.
- Plano diretor estratégico: Instrumento jurídico do Estatuto da Cidade que orienta a política de desenvolvimento e ordena a expansão urbana dos municípios, regulando a função social da cidade e propriedade.
- Criação do Ministério das Cidades: com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, em 2002, abrem-se possibilidades para a institucionalização da política habitacional, em particular, com a criação do Ministério das Cidades; a realização de conferências nacionais e

³⁴ Importante destacar que a UNMP foi criada a partir da organização da UMM-SP, fundada em 1987 com o objetivo de lutar pela reforma urbana, o direito à cidade, moradia digna e a autogestão na produção habitacional. É um dos movimentos mais antigos do país e já construiu, no estado de São Paulo, mais de 30 mil moradias por processos de mutirão com autogestão, tornando-se pioneira nesse processo de produção no Brasil.

instalação do Conselho das Cidades; e a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) e da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

- Conselho Nacional das Cidades (Concidades): Órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério das Cidades, criado em 2004, com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Tem caráter de cunhos consultivo e deliberativo.
- Política Nacional de Habitação: Criada em 2004, aprovada pelo Conselho das Cidades, a PNH é um instrumento que visa a orientar as estratégias e ações afetas à questão habitacional a serem implementadas pelo governo federal.
- Secretaria Nacional de Habitação (SNH): Tem como o objetivo promover a universalização do acesso à moradia por meio de articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano. Formula, acompanha e avalia instrumentos voltados à implementação da PNH.

Em 2004, outra conquista, realizada a partir da articulação dos quatro grandes movimentos de moradia – CMP, Conam, UNMP e MNLM –, foi a criação do programa federal Crédito Solidário³⁵. Importante destacar que não havia programas em âmbito nacional com o objetivo de atender às reivindicações dos movimentos de moradia que atuam com a proposta de autogestão. O Crédito Solidário foi considerado um avanço, no âmbito de política pública de habitação social para os movimentos de moradia, considerando que objetivava a aquisição de terra; a construção de HIS; a destinação de recursos para a realização do trabalho social; prestar atendimento prioritário à população de baixa renda com as famílias no papel de gestoras de todo o processo.

Em 2007, o governo federal lança o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) visando promover o desenvolvimento econômico com obras, investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia, entre outras, aprofundando a implementação de políticas neoliberais do País.

³⁵ Segundo Hein (2020, p. 24): “Em 2004, no governo Lula, em âmbito federal, o programa Crédito Solidário é criado com vistas a permitir que os movimentos pudessem gerir todas as etapas 24 dos projetos de HIS que conquistaram. Inicialmente, os movimentos compreenderam esse programa como conquista, considerando o histórico de falta de programas que permitissem a participação das famílias. Entretanto, havia armadilhas e exigências que não atendiam a realidade da população [...] o baixo recurso, somado aos longos prazos dos trâmites burocráticos para a realização de compra de terra e obra por parte dos agentes públicos e financeiros, faziam com que os proprietários de terras desistissem de aceitar as propostas de HIS dos movimentos para aceitar vender suas terras à grandes construtoras que já tinha o recurso em mãos”.

Em 2009 – “tendo como horizonte mais amplo impactar a economia por meio da indústria da construção civil, com vistas a criar oportunidade para a acumulação do capital e atender a interesses do mercado” (Paz; Diniz, 2020, p. 41) – o governo institui o PMCMV inserido no PAC. Ao mesmo tempo em que responde a interesses do mercado, amortecendo o impacto da crise econômica internacional, estimula a economia, gera empregos aos trabalhadores e viabiliza o acesso à moradia para famílias com renda de até dez salários mínimos.

Lançado em março de 2009, na segunda gestão do governo Lula, o PMCMV tinha o objetivo de combater a crise econômica, incentivar à cadeia produtiva da construção civil, financiar a produção habitacional e promover um desenvolvimento econômico com alcance quantitativo excepcional visando contribuir para a redução do déficit habitacional por meio da concessão de incentivos à produção e de subsídios conforme critérios de seleção de demanda instituídos em lei (Barros, 2016, p. 3).

Com o subsídio disponibilizado aos projetos – com base na renda das famílias – revelam-se os interesses econômicos e o movimento de continuidade à lógica dos programas antecessores do PMCMV, com o qual a construção civil beneficiava-se no mesmo passo em que gerava emprego e construía unidades habitacionais. Todavia, os beneficiados pelo programa foram as empreiteiras, a indústria da construção civil, as imobiliárias e os bancos. O envolvimento do setor privado, atraído pelo subsídio oferecido pelo governo, estimula e leva ao aumento do preço de terras e à especulação imobiliária.

Com as construtoras buscando lucros, o resultado é a construção em escala, de moradias, grandes conjuntos habitacionais, sem a observância das necessidades sociais das famílias, que vão residir nos imóveis, sem a preocupação com localização, acessos, serviços, casas com projetos padronizados, desrespeitando as particularidades regionais, climáticas, sociais e sem preservar as condições de sociabilidade e convívio (Rossatto, 2018, p. 61).

O governo deixa de atender à função social da terra e propriedade e dá continuidade à lógica de construção de unidades habitacionais como forma de fazer frente ao déficit habitacional. Essa lógica está na contramão da agenda de lutas dos movimentos de moradia, em que uma das pautas trata da expropriação de propriedades que não cumpram sua função social e sejam requalificadas e destinadas para HIS.

Porém, devem ser considerados os avanços desse programa para a classe trabalhadora – como o subsídio –que antes desse processo não era alcançável pelo trabalhador acessar um financiamento ou qualquer outra forma de aquisição da moradia; era a “herança da ausência de moradia”. A partir da narrativa de Fredson, observa-se a perspectiva do trabalhador no acesso ao direito de morar com qualidade de vida:

Ou você recebe uma herança de alguém, ou você estando aqui em São Paulo faz um financiamento, né, procura uma caixa econômica da vida, vai lá e comprova que você tem uma renda superior a tantos salários-mínimos e que para o financiamento daquela moradia, você não pode comprometer mais do que 30% da sua renda. Se você ganha um salário-mínimo, como é que você vai financiar um apartamento sem comprometer 30% da sua renda? (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Assim, a organização política dos trabalhadores torna-se essencial, na construção de programas habitacionais, como ocorreu com o Crédito Solidário. Os movimentos de moradia, a partir das experiências de lutas, elaborações de propostas e profundo conhecimento do programa Crédito Solidário, reivindicaram, articularam e fizeram pressão em espaços de participação institucionalizados como Concidades, pautando uma modalidade, no programa, que atendesse à realidade do trabalhador, ao mesmo tempo em que viabilizava a participação das pessoas, por meio do controle social na produção habitacional, com a autogestão. Assim, o PMCMV passa a incluir a modalidade Entidades – PMCMV-E – que prevê a gestão de recursos pelos movimentos de moradia.

O PMCMV-E conserva elementos do programa Crédito Solidário e incorpora proposições e reivindicações feitas pelos movimentos sociais, como a compra antecipada³⁶ de terrenos e destina parte do recurso do financiamento para desenvolvimento do TS, significativamente superior ao de seu antecessor.

O programa é considerado, pelas lideranças dos movimentos de moradia, como um ganho, conforme aponta Donizete Fernandes³⁷ (*apud* Santos; Milani, 2015, p. 8):

³⁶ Segundo Hein (2020) a alternativa que prevê a compra antecipada de terrenos operada pelo agente financeiro, a Caixa Econômica Federal (CEF) para viabilizar a construção de moradias por meio de movimentos ou associações de moradores veio, primeiramente, em 2005, por meio do programa Crédito Solidário, e, posteriormente, em 2009 foi repetido, compreendendo a sua assertividade na modalidade Entidades do PMCMV.

³⁷ Militante histórico da UNMP do qual é ex-coordenador; coordenador da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto das Zonas Oeste e Noroeste.

Os avanços que tivemos estes anos foi o de propor políticas públicas de habitação popular, então quando se fala de produção habitacional com participação popular, a gente está discutindo a questão da autogestão. E essa experiência que surgiu nas prefeituras democráticas e populares em 1988, nos deu um avanço muito forte, pois criamos o primeiro projeto de lei de iniciativa popular do Brasil, e isto é muito importante na política porque é o primeiro projeto na luta. E com o governo Lula, iniciamos um processo de produção habitacional por meio de participação popular no Brasil que culminou com o Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMVE). Os recursos do MCMVE são pequenos, mas é um avanço porque é uma política habitacional para o Brasil. Não é apenas para uma cidade ou para um Estado, como era antes. Hoje, podemos discutir o que é autogestão em todo território nacional, então, é inegável que teve avanço nesses anos, o avanço é a participação popular.

Conforme a indicação de Donizete, houve avanços em âmbitos municipais e estadual, mas a grande conquista foi um programa em âmbito nacional que incorporou a participação popular na produção habitacional e contribuiu com o debate e a organização política do movimento, colocando esses atores das mais diversas localidades em um lugar de unidade para pautar e reivindicar.

Mas, em 2016, diante da conjuntura de crise político-econômica, que culminou no golpe parlamentar que tirou da Presidência Dilma Rousseff, fica explícito um projeto conservador em curso no País e com ele são implementadas ações que resultam em retrocessos e perdas significativas para a classe trabalhadora nas áreas de investimento e proteção social (Paz; Diniz, 2023).

De acordo com Santos Junior, Diniz e Saule Junior (2020, p. 5), trata-se de um golpe parlamentar que possibilitou a “ascensão de Michel Temer à presidência da República, em 2016”.

Em 2017, o governo Temer emitiu o Decreto 9.076/2017 (Brasil, 2017), adiando para 2019 a 6ª Conferência Nacional das Cidades, prevista para ser realizada naquele mesmo ano. No mesmo decreto, retirou a competência do Concidades para convocar o evento e eleger seus conselheiros, transferindo essa atribuição para o Ministério das Cidades. Além disso, o decreto alterava o intervalo de realização das Conferências de 3 para 4 anos.

Mas, de fato, a desmobilização dos espaços de participação no Concidades já vinha sendo promovida desde o início do governo Temer, que não convocava reuniões desde dezembro de 2016. Assim, esse decreto já sinalizava claramente a intenção de desconstruir e desmobilizar o órgão e o processo de participação que vinha sendo adotado nas gestões do presidente Lula e da presidenta Dilma

O contexto do governo Temer e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, representou uma mudança em direção à linha conservadora, “de grandes proporções, com fortes impactos em diversos setores da sociedade brasileira” (Santos Junior; Diniz; Saule Junior, 2020, p. 5). E, com isso, a política urbana e as cidades foram submetidas a grandes e significativos retrocessos.

Estamos diante da desconstrução do direito à cidade, expressa no desmonte de conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas, no avanço da intolerância e da violação dos direitos humanos, e nos retrocessos no campo da democracia e da participação social nas políticas públicas (Santos Junior; Diniz; Saule Junior, 2020, p. 5).

No cenário de uma política de extrema-direita, com o presidente Jair Bolsonaro, em 2019 o governo federal passou a ser orientado por uma política liberalista e conservadora e inicia um processo de desmonte das políticas públicas e sociais – na política habitacional, extinguiu o Concidades e interrompeu muitas obras em andamento e os financiamentos.

O que se vive são os despejos violentos de famílias de trabalhadores de áreas designadas como ilegais porque as relações de dominação política e econômica reinam sobre o espaço de produção e reprodução da vida cotidiana, que está submetido às relações de propriedade que figuram no âmago do capitalismo (Gottdiener, 1997 *apud* Paz; Diniz, 2020, p. 42).

Já em 2023, com o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo federal, o programa MCMV é retomado. Ainda que o recorte do presente estudo refira-se ao período anterior, é importante destacar, brevemente, as principais características dessa retomada.

De modo geral, o programa manteve os critérios iniciais e trouxe algumas novidades, como, por exemplo, o fato de que as famílias de baixa renda que recebem benefício do Programa Bolsa Família (BPC), não precisam pagar parcelas (ou seja, são isentas) da moradia classificada como HIS.

Após a desestruturação do Minha Casa, Minha Vida no governo passado, desde janeiro de 2023, com o início do novo governo do presidente Lula, o programa está de volta para garantir moradia digna para quem mais precisa. Além disso, o novo programa traz uma série de melhorias, como o aprimoramento das especificações dos imóveis, aumento do limite máximo de renda para a Faixa 1, taxas de juros mais baixas e aumento do subsídio. A qualidade de vida das famílias é uma prioridade e os imóveis contratados a partir de agora serão construídos com varanda nos apartamentos, ganchos para redes e estrutura prevista para instalação de ar-condicionado (Brasil, 2023).

Tratando diretamente do PMCMV-E, a possibilidade de novos empreendimentos foi mantida quase que no mesmo formato do que já existia de proposta, porém, considerando os grandes impactos em obras e projetos que foram descontinuados, o governo federal se propôs a abrir espaços de escuta e consulta de profissionais, assessorias técnicas e, principalmente, lideranças dos movimentos de moradia de todo o Brasil, com o objetivo de identificar as problemáticas relacionadas a terrenos; projetos urbanístico e social; bem como obras que estavam paradas no período dos governos conservadores.

Nesse sentido, em 2024, os movimentos que necessitam de suplementação de recursos para dar continuidade às ações (projeto, obra e trabalho social), puderam solicitá-la, a partir de justificativas e comprovações documentais solicitadas por meio do agente financeiro.

Inegavelmente, o PMCMV foi um avanço para a política habitacional brasileira, porém, ainda distante do projeto popular para uso e ocupação do espaço, da gestão democrática e participativa do território, da bandeira em torno do conceito de moradia digna, do acesso à cidade, pautados pelos movimentos de moradia. Mas, certamente, é uma experiência que precisa de visibilidade, não apenas por ser um avanço, mas por materializar as lutas históricas dos movimentos de moradia.

3.1.2 Os assistentes sociais e a trajetória na Política de HIS: perspectiva da atuação embasada pelo direito à cidade e moradia digna

Para este estudo, interessa ainda localizar – no contexto da política habitacional e no processo das lutas por moradia e acesso à cidade – as/os profissionais assistentes sociais. A trajetória do Serviço Social está intrinsecamente ligada à luta dos movimentos sociais e do trabalho social na Política de Habitação. Em Hein (2020), compreendemos que é desafiante para o profissional atuar no contexto em que há poucas, ou nenhuma alternativa, por parte do Estado, para atendimentos por meio das políticas públicas.

A carência de moradia explicita a questão urbana, que é uma das expressões da “questão social”. Em sua trajetória, o profissional de Serviço Social constrói e reconstrói pautas e formas de intervenções; produz conhecimento; e utiliza-se das experiências do cotidiano para abrir um leque de possibilidades na atuação no contexto das contradições capitalistas (Hein, 2020, p. 126-127).

Portanto, situamos o TS no contexto do desenvolvimento e agravamento da questão urbana no Brasil, como partícipe do processo histórico de desenvolvimento das respostas às necessidades impostas pela realidade social marcada pela desigualdade social, acesso desigual à propriedade e ao espaço.

O trabalho social em habitação deve ser compreendido no contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes espaços momentos históricos, mas que se agravou, consideravelmente, a partir do governo militar (1964 a 1984) (Paz; Taboada, 2010, p. 45).

A inserção do TS nos programas habitacionais federais remonta à década de 1960, com o BNH. O TS em HIS, em regimes autoritários, por exemplo, está inserido em contexto de requisição de contribuir para que a população aceitasse as intervenções do Estado, em especial em casos de remoções forçadas. Era também um trabalho com forte viés de controle e enquadramento, de cunhos moralizante e higienista.

O TS é defendido, neste estudo, como um processo de construção coletiva que tem como objetivo contribuir para a população trabalhadora na perspectiva da garantia de direitos e pautando como horizonte a transformação social.

Os profissionais de Serviço Social foram os primeiros a atuar com trabalho social em Habitação (Costa, 2009). Também Paz e Taboada (2010, p. 46) destacam que, ainda que haja interdisciplinaridade nas equipes compostas para a realização do TS, a predominância é das/os assistentes sociais:

[...] é significativa a predominância dos profissionais da área de Serviço Social que trazem para esta atuação referências teórico-metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão.

Hein (2020) apresenta uma síntese sobre o chamamento realizado às/aos assistentes sociais no contexto do desenvolvimento da política habitacional brasileira, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Chamamento das/os assistentes sociais à Política Habitacional

ANO	PROGRAMA/FINANCIAMENTO	OBJETIVO	GOVERNO
1960 1970 1985	Sistema Financeiro da Habitação (SFH) gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab); Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops)	Responder à problemática da questão urbana. O discurso era que o programa iria incentivar a construção de moradias para a população de baixa renda e, ao mesmo tempo, “gerar empregos”	Militar
1990	Programa de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil e, com isso, favorecer as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1991	Programa de Habitação Popular (Prohap)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil; e, com isso, favorecer as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1991	Programa Empresário Popular (PEP); Inocoops com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil e, com isso, favorecer as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1994	Programa Morar-Município	Grandes incentivos para as empresas privadas convidadas a participar da produção de HIS	Itamar Franco
1995	Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	Construir habitação (embrião) ou realizar melhorias para as famílias com renda de até três salários mínimos. Os recursos eram gerenciados por bancos que atendiam aos critérios de gestão	Fernando Henrique Cardoso
1995	Carta de Crédito	Concessão de financiamentos diretamente a pessoas físicas com renda mensal de até 12 salários mínimos	Fernando Henrique Cardoso
1999	Programas Habitar Brasil, que recebem a denominação de Programa Habitar Brasil BID (HBB)	Grandes incentivos para as empresas privadas convidadas a participar da produção de HIS	Fernando Henrique Cardoso
2009	Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	Atender à população de baixa renda com moradia; estimular o mercado de imóveis, gerando forte valorização imobiliária e o aumento do preço das terras	Luís Inácio Lula da Silva

Fonte: Hein (2020, p. 108).

Costa (2009, p. 3) chama a atenção para o fato de que, em um contexto de democratização, somados às próprias reformulações da profissão, as/os assistentes sociais são requisitadas/os para contribuir com as novas práticas, nesse campo:

No processo de democratização do país e na renovação do serviço social, possibilitado pela inserção dos assistentes sociais nas assessorias aos movimentos sociais urbanos, que conduziram a formação do Fórum Nacional de Luta pela Reforma Urbana, contribuiu para a formulação de novas práticas na área habitacional, com a incorporação de várias modificações pleiteadas pelos movimentos sociais.

No contexto dos anos 2000, a Política Habitacional toma outros rumos e o TS passa a ser um componente obrigatório da política, atendendo à reivindicação de diferentes setores; das lideranças dos movimentos de moradia; dos profissionais que atuam em HIS, em especial, assistentes sociais e demais profissionais da área de humanas.

[...] o trabalho social passa a ser entendido como fundamental no processo de implantação de tal política, sendo atualmente obrigatório a sua apresentação, em forma de projeto específico, para as agências financiadoras (Costa, 2009, p. 3-4).

O TS, como componente da PNH, torna-se obrigatório nos processos de provisão habitacional, urbanização e demais intervenções territoriais, executadas pelo poder público, que gerem impacto social, como ações de regularização fundiária, intervenções de infraestrutura/saneamento/mobilidade urbana, ações desenvolvidas em áreas de risco ou desastres naturais, e ainda ações que envolvam processos de deslocamentos involuntários.

Assim, para a realização do TS, há obrigatoriedade de apresentar propostas, que devem considerar as orientações indicadas nas diretrizes dos programas.

Para o presente estudo, nosso interesse é a reflexão acerca da experiência do TS no âmbito do PMCMV-E e, para tal, consideramos o período de 2011 a 2017, que se relaciona com a atuação do TS e a requisição para as ações com movimentos de moradia.

3.2 Requisições para o planejamento e execução do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

O TS, no contexto do PMCMV-E, segue as legislações federais emanadas do Ministério das Cidades, cuja primeira normatização consta no Decreto 7.499, de 16 de junho de 2011 (Brasil, 2011), que, ao dispor sobre o PMCMV, enuncia o trabalho técnico-social e seus eixos de atuação.

Como regulamentação do TS, em 2014, é publicada a Portaria 21, de 22 de janeiro (Brasil, 2014b), que é substituída pela Portaria 464, de 25 de julho de 2018 (Brasil, 2018). Ambas as portarias definem igualmente o TS vinculado aos programas e às ações do Ministério das Cidades:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (Brasil, 2014b, 2018).

Considerando sua obrigatoriedade, os diversos atores envolvidos em ações, programas, projetos e intervenções habitacionais mencionadas são implicados na garantia da execução do TS. Assim, os normativos marcam as responsabilidades de cada ator (Quadro 3).

Quadro 3 – Atribuições do trabalho social – Portaria 464/2018

ÓRGÃO GESTOR: MINISTÉRIO DAS CIDADES – SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	AGENTE OPERADOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	AGENTE FINANCEIRO: CEF	AGENTE APOIADOR DO EMPREENHIMENTO: ENTES PÚBLICOS LOCAIS	AGENTES EXECUTORES DO TRABALHO SOCIAL: ENTIDADES ORGANIZADORAS	BENEFICIÁRIOS
a) definir as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a implementação do Trabalho Social	a) responsabilizar-se pela efetividade do PMCMV relativa ao Trabalho Social, conforme competências definidas pela Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, art. 3º, § 5º, com a redação dada pela Lei 13.590, de 4 de janeiro de 2018	a) garantir a fiel observância e a ampla divulgação deste normativo, não estando autorizada nenhuma orientação ou aplicação dele divergente	a) responsabilizar-se pela efetividade do PMCMV relativa ao Trabalho Social, conforme competências definidas pela Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, art. 3º, § 5º e pela Portaria MCidades 24, de 18 de janeiro de 2013, Anexo, cláusula II, alínea "k"	a) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução do Trabalho Social	a) fornecer dados cadastrais e socioeconômicos ao Agente Executor do Trabalho Social
b) divulgar atos normativos e orientações aos Entes Públicos Locais que aderirem ao PMCMV, na qualidade de Agentes Apoiadores dos Empreendimentos, e aos Agentes Executores do Trabalho Social	b) fornecer, periodicamente, informações sobre a execução do Trabalho Social à Secretaria Nacional de Habitação	b) analisar a viabilidade técnica do Plano de Trabalho Social (PTS) e do Plano de Mobilização, quando couber	b) promover o cadastramento ou a atualização dos dados dos candidatos a beneficiários no Cadastro Único (CadÚnico), do Governo Federal, observados os parâmetros definidos em normativo específico	b) encaminhar, ao Agente Financeiro, o PTS e o Plano de Mobilização, quando for o caso, na forma e nas condições estabelecidas neste normativo	b) apropriar-se corretamente dos bens e serviços implantados, contribuindo para a manutenção e conservação do patrimônio gerado com investimentos públicos

ÓRGÃO GESTOR: MINISTÉRIO DAS CIDADES – SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	AGENTE OPERADOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	AGENTE FINANCEIRO: CEF	AGENTE APOIADOR DO EMPREENHIMENTO: ENTES PÚBLICOS LOCAIS	AGENTES EXECUTORES DO TRABALHO SOCIAL: ENTIDADES ORGANIZADORAS	BENEFICIÁRIOS
<p>c) definir os instrumentos de avaliação e monitoramento do Trabalho Social</p>	<p>c) apurar responsabilidade por eventuais falhas na atuação dos Agentes Financeiros</p>	<p>c) orientar o Agente Executor do Trabalho Social na elaboração e execução do PTS</p>	<p>c) responsabilizar-se pelo atendimento à demanda por serviços públicos gerada pelos empreendimentos habitacionais em atenção aos apontamentos do Relatório de Diagnóstico de Demanda (RDD), elaborado pelo Grupo de Análise e Acompanhamento de Empreendimentos (GAEE), e compromissos assumidos pelo chefe do poder executivo local em Matriz de Responsabilidades, conforme normativo específico</p>	<p>c) encaminhar, periodicamente, ao Agente Financeiro, relatório sobre as atividades do Trabalho Social, visando ao acompanhamento e à avaliação do processo e seus resultados</p>	<p>c) cumprir as obrigações contratuais especialmente quanto à vedação de transferência ou alteração de uso</p>
<p>d) desenvolver e apoiar ações de capacitação voltadas aos Agentes Executores do Trabalho Social</p>		<p>d) monitorar a execução do Trabalho Social por meio da análise e aprovação de relatórios periódicos elaborados pelos Agentes Executores do Trabalho Social</p>	<p>d) promover a articulação e a integração entre políticas públicas setoriais em todas as fases do Trabalho Social, de forma a propiciar a multidisciplinaridade, intersectorialidade e a sustentabilidade das intervenções, fomentando condições para o processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazos</p>	<p>d) fornecer ao MCidades e ao Agente Financeiro, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas no Trabalho Social</p>	

ÓRGÃO GESTOR: MINISTÉRIO DAS CIDADES – SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	AGENTE OPERADOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	AGENTE FINANCEIRO: CEF	AGENTE APOIADOR DO EMPREENHIMENTO: ENTES PÚBLICOS LOCAIS	AGENTES EXECUTORES DO TRABALHO SOCIAL: ENTIDADES ORGANIZADORAS	BENEFICIÁRIOS
e) autorizar, em caráter excepcional, a não aplicação de disposições deste normativo a determinado caso concreto, a partir de solicitação formal do Agente Executor do Trabalho Social acompanhada de análise técnica conclusiva do Agente Financeiro		e) verificar a regular aplicação das parcelas de recursos por antecipação ou mediante análise do cumprimento de metas previamente estabelecidas, conforme a modalidade	e) nas hipóteses de afastamento da Entidade Organizadora responsável pelo empreendimento, nos termos descritos em normativo específico, apoiar a Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE) na execução das atividades atinentes ao Trabalho Social	e) prestar contas dos recursos repassados, na forma da legislação pertinente	
		f) analisar e aprovar a prestação de contas dos recursos aplicados, assegurando a compatibilidade e aderência das despesas realizadas com o objeto pactuado		f) responder perante os órgãos de controle, especialmente ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), sobre os apontamentos relacionados ao Trabalho Social	
				g) apoiar o ente público local na articulação e integração de políticas públicas em todas as fases do Trabalho Social, de forma a promover a multidisciplinaridade, intersetorialidade e sustentabilidade das intervenções, fomentando condições para o processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazos	

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria 464/2018.

O Ministério das Cidades, enquanto órgão gestor, define as normas gerais e os procedimentos operacionais para a implementação do TS. A CEF figura como agente operador e financeiro do PMCMV-E e tem como principais funções responsabilizar-se pela efetividade do TS; garantir a observância dos normativos; analisar a viabilidade técnica do PTS, orientar, monitorar, verificar aplicação de recursos, analisar e aprovar a execução do TS.

Como Agente Apoiador do Empreendimento, consta o Ente Público local que dá suporte para a execução do TS e disponibiliza os recursos municipais. Os Agentes Executores do Trabalho Social são os Movimentos ou, como nomeados, as Entidades Organizadoras, que devem se responsabilizar pela execução e comprovação do cumprimento do PTS e cronograma de atividades. E os beneficiários são as famílias participantes dos movimentos.

Acerca da composição de investimento/recursos destinados ao TS, nos projetos do PMCMV-E, por se tratar de loteamentos e para a construção de empreendimentos sob a forma de condomínios, o valor corresponde a 2% do montante do recurso da obra. Valor esse insuficiente para arcar com o planejamento, a execução, avaliação e o monitoramento do TS, em todas as suas dimensões.

Esse valor, com base nas normas, é destinado ao custeio de todas as etapas de desenvolvimento do TS – as fases pré-obras, obras e pós-obras – contudo, é flagrante o descompasso entre o legislado e a forma como os processos se desenvolvem na realidade.

A Portaria 21 (Brasil, 2014b), anterior a Portaria 464/2018, indicava que a etapa pré-obras deveria ser iniciada 90 dias antes do início da construção. Já na Portaria 464 (Brasil, 2018) a indicação é que o TS se inicie assim que celebrado o contrato do empreendimento. Todavia, na realidade, o intervalo entre a assinatura da compra antecipada e o início das obras pode levar anos.

Com isso, compreendemos que o desenvolvimento de um TS que esteja vinculado a uma concepção de que compreende seus processos como elementos essenciais para o desenvolvimento de uma intervenção habitacional qualificada – onde a população permanece acompanhada, informada e estimulada, durante todo o processo dos projetos – não cabe nos parâmetros dessa normatização.

Como as regulamentações indicam que deve ocorrer o trabalho três meses antes da obra, se o pagamento é realizado apenas no início da obra? Qual o tempo real previsto? Ter recurso para três meses de um trabalho que ocorreu em sete anos é colocar os movimentos sociais e suas assessorias técnicas como grandes empresas, que têm meios disponíveis para se manter por certo tempo, sem a necessidade de liberação de recursos (Hein, 2020, p. 150).

Hein (2020) ressalta a perversidade dessa lógica, que não isenta de conteúdos e direcionamentos políticos, mas coloca os movimentos sociais e assessorias técnicas em posição de padecer diante da falta de recurso para o desenvolvimento de atividades e ações do TS – não apenas as previstas – mas as necessárias à execução de um TS comprometido com a sua qualidade e seus objetivos.

A autora sinaliza, ainda, que as grandes empresas é que dispõe de possibilidade financeira para arcar com o chamado descompasso – instituído pela legislação – e, com isso, abrem-se caminhos para a perda de espaço e avanços nos processos de construção de moradias por autogestão.

Nos programas habitacionais, devido às questões burocráticas e financeiras, uma vez que movimentos de moradia e assessoria técnica sempre têm que comprovar capacidade de gestão e execução de ações, muito mais do que uma construtora, há profunda descontinuidade nas ações do TS com anos de interrupção das ações da fase-obras para as ações da fase pós-ocupação. Vale lembrar que, a depender do contexto político, como é o caso de governos de direita, podem haver problemas de liberação de recursos para as ações dos movimentos sociais.

Os impactos para o trabalho são imensuráveis, e os rebatimentos incidem sobre os espaços organizativos, as ações e atividades coletivas, os espaços formativos e os momentos de reflexão.

Quadro 4 – Composição de investimento – Portaria 464/2018

RECURSOS DESTINADOS AO TRABALHO SOCIAL
4.1. O valor destinado às ações de Trabalho Social varia por tipo de empreendimento, conforme descrito a seguir
a) 1,5% (um e meio por cento) do valor da operação (valor aportado pelo fundo), quando se tratar de empreendimentos unifamiliares
b) 2% (dois por cento) do valor da operação (valor aportado pelo fundo) para empreendimentos multifamiliares (regime de propriedade condominial)
4.2. Para empreendimentos cujo projeto seja elaborado no prazo de vigência do contrato, nos termos descritos na alínea "a" do item 6.1.1 deste Anexo, o valor destinado ao Trabalho Social deverá ser definido de forma global, considerando o valor de operação total aportado pelo fundo nas duas fases de contratação

RECURSOS DESTINADOS AO TRABALHO SOCIAL
4.2.1. Para os empreendimentos de que trata o item 4.2, é permitida a alocação de até 15% (quinze por cento) do recurso previsto para o Trabalho Social na etapa Pré-Obras, nos termos descritos no item 6 deste Anexo
4.3. Para todos os empreendimentos deverá ser previsto, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor destinado ao Trabalho Social para a etapa Pós-Ocupação, nos termos descritos no item 6 deste Anexo
4.4. Os recursos aportados para as ações do Trabalho Social deverão ser utilizados, exclusivamente, para o pagamento das despesas abaixo relacionadas
a) contratação de consultoria e de serviços técnicos especializados para execução de atividades específicas e/ou complementares, necessárias para apoiar o Agente Executor do Trabalho Social no desenvolvimento de suas atividades
b) remuneração de membros da Entidade Organizadora por serviços técnicos especializados prestados, especificamente, nas atividades por ela desenvolvidas na qualidade de Agente Executor do Trabalho Social
c) produção e aquisição de material pedagógico e de divulgação das ações do Trabalho Social
d) custeio de projetos de geração de renda e inclusão social, produtiva e econômica dos beneficiários, inclusive os elaborados por entidades da sociedade civil, desde que presentes na macroárea e atuem na área de intervenção. Esses projetos devem apresentar condições de exequibilidade e contribuir para a inserção produtiva, admitindo-se a compra de equipamentos para dar viabilidade aos referidos projetos
e) compra e locação de materiais permanentes a serem utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social, como computadores, impressoras, data show, equipamento de filmagem e de fotografia, indispensáveis para a execução, o registro e a difusão das ações do projeto social
e.1) a compra e a locação dos materiais previstos na alínea "e", só será admitida em situações de execução direta do Trabalho Social pela Entidade Organizadora e mediante incorporação dos materiais adquiridos ao seu patrimônio;
e.2) não será admitida a compra e locação dos materiais nos casos em que a Entidades Organizadora já dispuser de tais materiais em seu patrimônio
f) contratação de apoio logístico para suporte das atividades programadas no projeto, tais como: transporte, telefonia, internet, desde que essenciais para dar viabilidade ao desenvolvimento das atividades programadas, sendo vedada a aquisição de veículos
4.5. É vedada a utilização de recursos do Trabalho Social para despesas com
a) aquisição de materiais permanentes para dar funcionalidade a equipamentos públicos, tais como escolas, creches, hospitais, entre outros
b) cobertura de custos para a realização da mudança de residência dos beneficiários
4.6. A liberação dos recursos destinados às ações de Trabalho Social se dará mediante aprovação, pelo Agente Financeiro, dos relatórios de execução, em conformidade com as metas e cronogramas constantes do PTS
4.7. Nos empreendimentos multifamiliares (em regime de propriedade condominial) já entregues em que o Trabalho Social não tenha contemplado as ações previstas no Eixo IV do item 3.1, o PTS deverá ser reprogramado de forma a incorporar as referidas ações
4.7.1. Na hipótese de que trata o item 4.7, o valor destinado ao Trabalho Social deverá ser complementado conforme limite estabelecido na alínea "b" do item 4.1

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria 464/2018.

O recurso para o TS no PMCMV-E varia de 1,5% – quando se tratar de empreendimentos unifamiliares – a 2% da obra – para empreendimentos multifamiliares sob regime de propriedade condominial. Permite-se a alocação de até 15% do valor na etapa Pré-obras e, no mínimo, 10% devem ser destinados à etapa Pós-ocupação.

O recurso para as ações do TS é liberado mediante aprovação do agente financeiro mediante envio de relatórios comprobatórios da execução das atividades conforme cronograma. O recurso destina-se à contratação de técnicos para execução do TS, compra dos materiais necessários à execução das atividades, como bens permanentes, materiais pedagógicos, custeio de transporte, entre outros.

É inegável o aumento de recursos ao TS em comparação com programas anteriores destinados à HIS, contudo, a crítica acerca da insuficiência de recursos permanece, principalmente quando colocado em perspectiva o tempo para execução total das obras – que, quando construídas pelos Movimentos por autogestão e mutirão, tem diversos fatores que prolongam e dão morosidade ao processo – o recurso destinado torna-se ínfimo, diante da real necessidade.

Na Portaria 464 (Brasil, 2018) constam cinco eixos norteadores para o desenvolvimento do TS, os quais embora tenha havido mudanças em seus títulos, mantiveram seus conteúdos. São eles:

I – Mobilização e organização comunitária/ Fortalecimento social

[...] prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social (Brasil, 2014b, 2018).

II – Educação sanitária e ambiental/ Educação ambiental e patrimonial

[...] visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção (Brasil, 2014b, 2018).

III – Geração de trabalho e renda/ Desenvolvimento socioeconômico

[...] objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo (Brasil, 2014b, 2018).

IV – Assessoria à gestão condominial

[...] visa a orientar e assessorar as famílias beneficiárias para a constituição do condomínio e implantação da gestão condominial no intuito de promover a autogestão e organização dos processos representativos, quando for o caso (Brasil, 2014b, 2018).

V – Acompanhamento e gestão social da intervenção

[...] objetiva promover a participação das famílias beneficiárias na discussão da proposta do projeto de arquitetura/engenharia, seu envolvimento nos processos decisórios e de gestão das obras, conforme definido pela Entidade Organizadora, visando à sustentabilidade do empreendimento e a gestão das ações sociais necessárias à produção habitacional no regime definido. Após a conclusão das obras, objetiva estabelecer os fluxos e processos de encaminhamento e solução de problemas construtivos ou de manutenção referentes ao empreendimento, em articulação com os agentes envolvidos, de acordo com as respectivas competências (Brasil, 2014b, 2018).

Por meio dos eixos, as atividades e ações que permeiam todas as fases do TS são desenvolvidas, indicam horizontes, mas não podem engessar as ações do TS. As ações precisam estar fincadas na realidade dos territórios e das famílias atendidas, articulando os recursos existentes e fomentando as diversas possibilidades de organização coletiva e de ocupar os espaços.

No que tange à análise do conteúdo dos eixos, constam muitos elementos/ações atribuídos/as ao TS que fogem da governabilidade desse trabalho, pois são de competência de políticas públicas como Segurança Pública, Trabalho e suas respectivas pastas. O TS pode e deve estar articulado às ações de governo, porém não pode substituí-las tão pouco criá-las quando de sua inexistência nos territórios.

A Portaria 464 (Brasil, 2018) divide o TS em três etapas:

Pré-Obras: objetiva a elaboração do PTS, incluindo o Plano de Mobilização, no caso de empreendimentos contratados em duas fases, nos termos do dispositivo 6.1.1, alínea "a", e deve ser iniciada imediatamente após a celebração do contrato do empreendimento;

Obras: visa preparar os beneficiários para a nova realidade durante todo o período de obras, incluindo, eventuais acréscimos temporais decorrentes de revisões de cronograma aprovadas pelo Agente Financeiro;

Pós-Ocupação: objetiva o desenvolvimento de atividades para a integração territorial, a inclusão social e o desenvolvimento econômico das famílias, em articulação com as demais políticas públicas setoriais. As atividades de pós-ocupação devem ser iniciadas logo após a entrega das unidades habitacionais às famílias e ter duração mínima de 3 (três) meses.

Em cada etapa, consta uma gama de atividades que deve, obrigatoriamente, ser desenvolvida e se desdobra em muitas outras, que serão construídas a partir da realidade e das necessidades de cada grupo de famílias, de cada movimento e território.

Quadro 5 – Atividades a serem executadas na fase pré-obras

FASE PRÉ-OBRAS
Iniciada imediatamente após a celebração do contrato do empreendimento
6.5.1 Elaboração do PTS e do Plano de Mobilização, quando couber
6.5.3 Encontros presenciais com a participação dos diversos atores envolvidos para repasse de informações sobre suas atribuições
6.5.4 Entre os atores de que trata o item 6.6.3 destacam-se os seguintes: Agente Financeiro; ente público local, na qualidade de Agente Apoiador do Empreendimento; famílias componentes do grupo associativo; Entidade Organizadora responsável pelo empreendimento e equipe do Trabalho Social
6.5.5 Reuniões e assembleias para discussão e aprovação da concepção do PTS e dos Projetos de arquitetura e engenharia, quando couber
6.5.6 Cadastro das famílias integrantes do grupo associativo no CadÚnico e orientações sobre o processo de mudança de endereço para famílias já cadastradas
6.5.7 Informações e acompanhamento sobre a oferta e localização de serviços e equipamento públicos essenciais de educação, saúde, lazer, segurança pública e assistência social, e acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação
6.5.8 A obtenção de informações e acompanhamento de que trata o item 6.5.7 deverão se dar mediante articulação com o ente público local, representado pelo GAEE, conforme item 2.4 deste Anexo
6.5.9 Noções básicas sobre organização comunitária e alternativas de representação das famílias componentes do grupo associativo
6.5.10 Realização do estudo socioeconômico, a partir de dados e informações sobre as famílias componentes do grupo associativo
6.5.11 Realização de eleições para formação da Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) e da Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), conforme normativo específico da modalidade PMCMV-Entidades
6.5.12 Definição da forma de participação dos beneficiários na gestão da obra, nos casos de empreendimentos executados sob regime construtivo de autogestão, ou da forma de acompanhamento da obra pelas famílias, nas hipóteses de empreendimentos sob regime de cogestão
6.5.13 Nos casos de empreendimentos multifamiliares (em regime de propriedade condominial), deverão ser fornecidas informações básicas sobre gestão condominial, estimativa de custos e estratégias para reduzi-los

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria 464/2018.

O TS, na fase pré-obras, inicia-se antes da contratação, portanto, acompanha a discussão sobre a escolha e compra do terreno; as explicações, discussões e escolhas feitas no processo de elaboração do projeto arquitetônico; leva às famílias informações sobre o regime de construção adotado pelo movimento (autoconstrução, mutirão assistido, autogestão, administração direta, ou empreitada global) e fomenta a participação das famílias na gestão da produção de suas habitações; na construção de seus bairros, cidades e País.

Quadro 6 – Atividades a serem executadas na fase-obras

FASE-OBRAS
6.6.1 Qualificar e apoiar o funcionamento da CAO e da CRE
6.6.2 Realizar atividades de acompanhamento das obras com a participação de todas as famílias componentes do grupo associativo, de modo a assegurar a transparência no processo
6.6.3 Identificar e capacitar lideranças e grupos representativos, em processos de gestão comunitária, com a discussão do papel das associações e congêneres, orientando sobre as questões de formalização e apoiando a legalização dessa representatividade
6.6.4 Instituir ou consolidar organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses
6.6.5 Estimular a participação dos beneficiários na pactuação das normas de convivência e do uso de espaços comuns
6.6.6 Estimular, nas hipóteses de empreendimentos unifamiliares, a constituição de associação de moradores ou congêneres e sua legalização (registro do estatuto, regimento interno, dentre outros)
6.6.7 Estimular, nos casos de empreendimentos multifamiliares (em regime de propriedade condominial), a constituição do condomínio e de seus procedimentos de legalização (eleição de síndico, conselho fiscal, elaboração do regimento interno, dentre outros)
6.6.8 Nas hipóteses de que trata o item 6.6.7, a equipe de Trabalho Social deverá capacitar e apoiar o grupo gestor eleito para o exercício de suas responsabilidades à frente do condomínio
6.6.9 Apoiar a participação comunitária na promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos públicos disponibilizados
6.6.10 Promover a articulação com as políticas públicas locais, monitorando o acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social, bem como às tarifas sociais, quando couber
6.6.11 Difundir noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade
6.6.12 Divulgar informações sobre o uso dos recursos como água, energia elétrica e gás, bem como a preservação, conservação ambiental e manejo de resíduos sólidos
6.6.13 Estimular a correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum
6.6.14 Repassar informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos, e sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e aquecimento solar, quando for o caso
6.6.15 Divulgar informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia
6.6.16 Mapear, de maneira participativa, vocações profissionais dos beneficiários e as potencialidades produtivas da macroárea do empreendimento e região
6.6.17 Encaminhar os beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego e aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo
6.6.18 Promover projetos de capacitação voltados à geração de trabalho e renda

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria 464/2018.

O TS, na fase-obras, engloba uma gama de atividades que visa contribuir com a organização do movimento, fomentando a participação ativa durante todo o processo de execução do projeto. Fazem parte desses processos as reuniões com as famílias, as lideranças e coordenações, o agente operador, os gestores, financiadores; a participação em assembleias; as atividades que problematizam as informações sobre o andamento dos projetos do bairro sobre as questões de convívio.

Como ferramenta, os movimentos organizam os participantes em diversas comissões, criadas de forma autônoma, para que as famílias contribuam com as atividades necessárias ao desenvolvimento do projeto e além do projeto. As comissões, com apoio técnico, observam e refletem sobre sua realidade e constroem ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos habitacionais, mas também pensam sobre o bairro, a cidade, o país.

Os técnicos sociais contribuem com a organização desses grupos, desenvolvendo ou organizando atividades formativas e de capacitações sobre diversos temas específicos para cada comissão, ou gerais, para todos os participantes, ou, ainda, para públicos específicos, como mulheres, idosos, ou, ainda, atividades com as crianças.

Há atividades que pautam as problemáticas sociais e a organização da sociedade; que contribuem para a construção de uma visão crítica para estimular os participantes a serem protagonistas dos processos de lutas pela garantia e ampliação de seus direitos a partir da organização coletiva.

Chama a atenção um elemento da fase-obras do TS que é sua divisão em etapas, em que consta o esforço na articulação das fases de construção da obra. Contudo, especialmente as construções de HIS por movimentos sociais têm intrínseca ao seu desenvolvimento uma complexidade de elementos que torna imprevisível o tempo para sua conclusão. Com isso, ao TS é lançado o desafio de constantes planejamentos no intuito de evitar o descolamento dos tempos da obra e do TS.

Porém, presencia-se a impossibilidade de manter essa articulação até o fim das obras, considerando que o recurso do TS – diferentemente da obra – não dispõe da possibilidade de aditivos e suplementações financeiras para ampliar seu tempo de execução.

Quadro 7 – Etapa do trabalho social na pós-ocupação

PÓS-OCUPAÇÃO
As atividades de pós-ocupação devem ser iniciadas logo após a entrega das unidades habitacionais às famílias e ter duração mínima de 3 (três) meses
6.7.1 Consolidação dos processos implantados nas etapas anteriores visando a sua continuidade, em especial dos processos de mobilização, organização e fortalecimento social
6.7.2 Encerramento das atividades da CAO e da CRE
6.7.4 Avaliação do processo e dos produtos realizados
6.7.5 Informações sobre a satisfação do beneficiário com relação a: a) moradia e infraestrutura local b) inserção urbana e c) desenvolvimento social da comunidade

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria 464/2018.

A fase pós-ocupação, nos normativos, inicia-se com a entrega das unidades e tem um tempo de duração de, no mínimo, três meses. Coloca-se, aqui, a ressalva de que, para alcançar os objetivos indicados nos normativos, para esta fase, como a “integração territorial”, a “inclusão social” e o “desenvolvimento econômico das famílias”, esse tempo é absolutamente insuficiente.

Assim, esta fase caracteriza-se pelo encerramento do ciclo de ações do TS com avaliação coletiva dos resultados obtidos e também por todo o projeto de intervenção habitacional.

Nessa etapa, o TS espera ter um resultado consolidado que elimine sua própria necessidade, considerando que as famílias, por um longo processo, foram estimuladas a fazer leituras de realidade, propor alternativas, buscar informações, realizar ações, avaliar ações, fazer autocrítica, repensar estratégias, enfim, espera-se que os indivíduos tenham desenvolvido a autogestão de sua vida comunitária.

No que tange aos normativos que orientam o TS no contexto da autogestão, Mineiro e Rodrigues (2012, p. 41) tecem crítica contundente apontando a falta de conteúdos que referenciam o verdadeiro papel das famílias nos processos, que é de protagonismo, de tomada de decisões e não de alvo passivo de intervenções e/ou beneficiários:

No entanto, a orientação formal dos normativos de TS não faz qualquer distinção sobre o seu conteúdo quando da autogestão, gerando estranheza e algumas incompatibilidades. Nos processos autogestionários, as famílias não são meros beneficiários das unidades produzidas, mas seu principal agente. Nesse sentido, são tomadores de decisão e, portanto, responsáveis pelo bom andamento do processo.

As autoras Paz e Diniz (2020, p. 41) apontam a insuficiência dos normativos no que tange a respostas coerentes com as transformações da realidade e com a dimensão das intervenções propostas pelo PMCMV:

As referências normativas para orientar o trabalho social a ser desenvolvido não deram conta da nova realidade, pois não foram definidos conceitos, metodologia e estratégias para intervir em grandes projetos habitacionais e intervenções urbanas [...].

As autoras apontam para um redirecionamento na concepção de TS que os normativos emanam, e apontam para o abandono da dimensão processual do trabalho e sua transformação em um produto que atende aos interesses do mercado.

E, quando se analisa as normativas que orientam o trabalho social observa-se mudanças significativas de direção. De uma reedição dos normativos do HBB,³⁸ focalizando a participação cidadã, organização dos grupos existentes, gestão democrática dos recursos implantado, transparência das informações e intersectorialidade das políticas sob os eixos [...] ainda que considerados insuficientes frente à realidade social, há um redirecionamento, do trabalho social para favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos, perdendo sua dimensão de processo e reduzindo-o a um produto que deve responder às exigências do mercado (Paz; Diniz, 2020 p. 42).

No contexto da atuação em movimentos de moradia, ainda que exista uma normatização muito próxima à definida para o TS a ser realizado pelo mercado, é abismal a diferença nas possibilidades de atuação. Ao mudar o TS de contexto, a dimensão processual aparece com muita força – devido aos elementos antes apresentados – e é por meio dos processos vividos e gestados pelos participantes que o TS consegue o campo de atuação para se desenvolver.

O trabalho social na autogestão visa tanto a participação de todos em todo o processo, quanto a continuidade dessa organização para a vida comunitária. Além disso, traz os valores políticos da organização e da mobilização vinculados à visão de mundo daquele movimento social (Mineiro; Rodrigues, 2012, p. 41).

³⁸ Programa federal Habitar Brasil BID, criado em 1994 por Itamar Franco, que chegou ao governo de Fernando Henrique e demonstrou – a partir das experiências de articular o desenvolvimento físico e o social concomitantemente – a necessidade de desenvolver o trabalho social integrado à intervenção física (Paz; Diniz, 2020).

Os movimentos sociais por moradia historicamente lutaram e ainda lutam para que o TS se realize no projeto, logo, considera-se uma conquista que sua atuação conste na política habitacional como direito e, assim como apresentado, esteja formalizado e normatizado. Na esteira dessa luta é que a compreensão das lideranças e famílias participantes dos movimentos, projetos e, conseqüentemente, do TS, se coloca como um dos elementos que vão contornando essa diferença apontada.

Na perspectiva do movimento, o trabalho social tem orientações ética e política que buscam tornar os participantes desse processo protagonistas de suas histórias, e sujeitos de direito, assim, espera que a ação do trabalho social contribua para que os participantes adquiram, ao longo do processo, ferramentas de organização, reconstruam laços sociais; ressignifiquem os vínculos; construam noções de pertencimento e identidade de classe, pois essas são as ferramentas que mobilizam para as lutas sociais, por direitos, por outra organização social (Rossatto, 2018, p. 82).

Uma característica importante que compreendemos contribuir para que o TS, no contexto do movimento, ganhe fôlego e força – logo, um campo de novas possibilidades para a atuação profissional – é a prévia organização, mobilização³⁹ e vínculos que as famílias já possuem no movimento, assim, para os técnicos sociais, por um lado, representa um desafio incorporar o TS a essa organização, respeitando a dinâmica organizativa dos grupos; por outro lado, é uma oportunidade de se conectar com as famílias e possibilitar que todos vivenciem e experienciem os sentidos desse trabalho. No caso de contratos firmados no âmbito dos programas MCMV-E,

[...] a mobilização e organização das famílias participantes ocorrem previamente à contratação do empreendimento. As intervenções são propostas por uma Entidade Organizadora (EO) e os participantes são associados a ela. Nesses casos, a Entidade Organizadora (EO) já possui suas estratégias de mobilização, seu histórico e suas formas de pressão e de luta. O trabalho social deve partir desse acúmulo, bem como das experiências anteriores do grupo (Brasil, 2014a, p. 65).

Para os técnicos que atuam com os movimentos de moradia, ainda há o desafio de desconstruir a lógica profissional – comum na maior parte dos espaços sócio-ocupacionais – de um trabalho voltado a saídas individuais. Imprimir, nas ações, a perspectiva do coletivo, possibilita extrapolar uma visão individualizada das

³⁹ Apontamos esse elemento porque, quando o TS é desenvolvido no contexto fora dos movimentos, um dos desafios dos profissionais é mobilizar as famílias. Nesse sentido, contar com um grupo já mobilizado, é uma oportunidade para que essa vinculação aconteça.

demandas das famílias, e localiza essas demandas em uma visão totalizante, e fomenta a organização; cria laços de identidade; apresenta aos participantes a possibilidade e a potência da busca por soluções por vias coletivas.

No rastro da desconstrução de imagens sociais, está a necessidade de desconstruir, também por parte dos profissionais a idealização do movimento social; a formatação preconcebida e estereotipada com que os movimentos sociais são vistos. É preciso compreender as diferentes formas de organização, suas particularidades, e matizes políticas. É preciso compreender seus princípios e a ausência de alguns princípios e valores, ou seja, compreender as contradições que o movimento carrega, considerando que é fruto dessa sociedade, ainda que conteste essa forma de organização. Quando não se rompe com essa idealização, são colocadas, sobre as lideranças e participantes do movimento, expectativas impossíveis de ser correspondidas, o que pode se tornar uma fonte de frustração profissional.

Partindo do contexto e desafios apresentados neste capítulo compreende-se a importância das frentes ampliadas de luta – como no caso da luta habitacional – que promovem, de forma unificada, constante atenção à conjuntura, mobilização e organização popular, no sentido de manter e intensificar as lutas por acesso à moradia, reforma urbana e o direito à cidade, e ainda no sentido da resistência e luta para evitar retrocessos que, a depender do cenário político, podem recair sobre a classe trabalhadora.

Aos profissionais que atuam com os movimentos sociais na execução do TS, fica registrada a necessidade de constante reflexão e avaliação das ações, em prol dos avanços e por reposicionamentos profissionais, individuais e coletivos, sempre que necessário.

Compreende-se que, para qualquer análise acerca do trabalho profissional dos/as assistentes sociais, é preciso também compreender os espaços onde suas ações profissionais se desenvolvem. Para este estudo, nos interessa o aprofundamento nos espaços organizativos do Projeto Alexios Jafet e, mais especificamente, os da AHD, que, defendemos, traz particularidades capazes de contribuir para a reflexão crítica sobre o trabalho profissional do assistente social.

4 TRABALHO SOCIAL NO PROJETO ALEXIOS JAFET

Figura 3 – Mutirantes no canteiro de obras da AHD (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

“PORQUE NÃO É SÓ LEVANTAR A PAREDE”
(Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022)

*Além de dar moradia, a gente também quer dignidade, né. Porque o nome da associação é a Associação por Habitação com Dignidade. Então nós estamos falando sobre **ter moradia, mas ter moradia digna, não estamos falando sobre só ter moradia só dar casa, porque não é só levantar a parede por uma laje, entregar.** A gente está falando sobre ter moradia digna, sobre **poder escolher o próprio piso, sobre poder fazer o apartamento ao seu gosto, poder estar aqui todos os dias com as pessoas e discutir sobre o que a gente vai fazer com salão de festa, sobre a decoração, sobre plantar grama, sobre o que que a gente gostaria que fosse bom para a gente, para o futuro** (Depoimento Fredson Almeida Lima, 2022).*

Neste capítulo, o objetivo é apresentar um breve histórico sobre o Projeto Alexios Jafet dando ênfase ao ator central na construção do Condomínio Alvorada do Jaraguá, a Associação por Habitação com Dignidade (AHD) com apoio da assessoria técnica Ambiente Arquitetura.

Iniciamos a exposição do TS executado no Projeto Alexios Jafet apresentando o trabalho de pré-obra realizado. Até chegar ao alvo deste estudo, ou seja, o trabalho das profissionais assistentes sociais executado no Condomínio Alvorada do Jaraguá na fase-obras do TS.

4.1 AHD, Ambiente Arquitetura e a participação coletiva na conquista do projeto Alexios Jafet

A Associação por Habitação com Dignidade (AHD) é um dos atores presente no contexto histórico de luta por moradia, direito à cidade, reforma urbana, direito a projetos arquitetônicos de qualidade e TS na cidade de São Paulo.

O embrião organizacional, que viria anos depois se consolidar como a AHD nasceu no final dos anos 1980, em meio ao processo de redemocratização do Brasil e efervescência das lutas sociais. O acesso à Política Habitacional, Moradia Digna, Autogestão, Reforma Urbana e o Direito à Cidade, foram algumas bandeiras de lutas às quais o movimento vinculou-se ao longo de sua trajetória de luta.

De acordo com pesquisa documental⁴⁰, a organização de um grupo de lideranças comunitárias da Vila Albertina, localizada na zona norte da cidade de São Paulo, foi um movimento com influência das CEBs que teve como primeiro local de mobilização a igreja católica da comunidade Vila Albertina.

⁴⁰ Para a aproximação ao histórico da AHD – considerando que, após o falecimento de Aparecido, não tivemos acesso a outras figuras que detivessem a memória histórica do movimento – foram pesquisados documentos históricos arquivados na AHD, como o Regimento Interno da Associação e os relatórios do TS da fase pré-obras.

O agrupamento teve como primeiro protagonista, o líder comunitário Juracy Trindade, que com outros atores, inclusive sua esposa Edy Trindade, iniciaram reuniões com os moradores do bairro de Vila Albertina com o objetivo de se organizar em prol da luta por moradia.

A primeira luta pelo direito à moradia teve como objetivo a conquista de área na Vila Nilo para viabilizar o assentamento de 700 famílias. À época, o prefeito Paulo Maluf e, posteriormente, o prefeito Celso Pitta, recusaram o atendimento a essa demanda.

Como primeira conquista, em 1996, a Associação assinou convênio com o governo de Mário Covas para a construção de 64 unidades por meio de mutirão, no bairro de Brasilândia, na zona norte da cidade de São Paulo. Em 1998, com o suporte da Assessoria Ambiente Arquitetura, deram início à construção desse empreendimento.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, algumas associações foram fundadas e encerradas, por esse grupo de lideranças, devido a divergências políticas e a formalização da AHD deu-se em 2003, após a dissolução da Associação Moradia Popular (AMP), da zona norte. A AHD, nos anos 2000, vinculou-se à UMM-SP⁴¹.

No Quadro 8 constam as principais conquistas do movimento AHD.

Quadro 8 – Principais conquistas do movimento AHD

PROJETO	INÍCIO	TÉRMINO	Nº DE FAMÍLIAS	BAIRRO	FORMA DE CONSTRUÇÃO
Conjunto Habitacional Nova Albertina	1996	1998	64	Brasilândia	Mutirão com autogestão
Conjunto Irmãos Casemiro	2000	2000 (os prédios já estavam prontos)	200	Perus	Cohab – empreiteira
Jova Rural I	2009	Em processo	56	Tucuruvi	Mutirão com autogestão
Jova Rural II	2010	Aguardando liberação de recurso	28	Tucuruvi	Mutirão com autogestão
Alexios Jafet	2010	Em processo	300	Jaraguá	Mutirão com autogestão

Fonte: Acervo do trabalho técnico social da Ambiente Arquitetura.

⁴¹ Um dos atores da pesquisa, a UMM-SP, foi fundada em 1987, portanto, é um dos movimentos mais antigos na cena pública e carrega consigo a história de luta pelo acesso à moradia na cidade de São Paulo. Também registra com articulações por todo o País, através da UNMP, em defesa da participação popular e do controle social das políticas públicas, em especial, nas políticas habitacionais.

Como princípios, a AHD atua na perspectiva do direito à moradia de qualidade por meio da autogestão na produção habitacional e aponta como horizonte a transformação social. Em seu Regimento Interno (2016)⁴², consta:

Nós, da Associação por Habitação com Dignidade, reafirmamos nosso compromisso com a defesa do direito à moradia digna com autogestão, como meio de conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

O movimento se auto-organiza a partir de um processo de participação que é contabilizado por meio de pontos. A associação compreende a pontuação como forma de estímulo à colaboração de seus associados para com a associação.

O processo de escolha das unidades habitacionais, no poder público, por exemplo, envolve sorteio entre as famílias que atendem aos critérios de prioridade, conforme divulgado no *site* da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU-SP) sobre critérios de inscrição nos programas.

Por ocasião da abertura das inscrições, as informações sobre o local, data e **edital específico para participar do sorteio** de cada empreendimento são divulgados pelos meios de comunicação (principalmente rádios, cartazes em locais públicos e jornais), podendo ser obtidas também no site da Secretaria da Habitação/CDHU (São Paulo, 2024, grifo nosso).

Nesse caso, as famílias são escolhidas pelo critério “sorte” e, para os movimentos de moradia, “*direito não é sorte*” (Evaniza Rodrigues, 2018)⁴³ e, portanto, no Movimento, ocorre por participação e luta, considerando que nesse processo é que surge a possibilidade de formação política e de fornecer elementos críticos por uma participação para além da necessidade da moradia.

A ideia de “sorte” é um elemento que compõe as ideologias da classe burguesa, que tem como objetivo ocultar a realidade dos trabalhadores, além disso, “por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas” (Chauí, 2008, p. 24).

Assim, para os movimentos de moradia, incluindo a AHD, a pontuação é um acordo entre as famílias que chegam e as lideranças.

⁴² Documento jurídico que regula a relação entre a Associação e os associados e versa sobre as regras, os direitos e deveres de cada parte.

⁴³ Compõe o diário de campo da pesquisadora de 1º de dezembro de 2018. Trata-se do Seminário sobre Trabalho Social e Autogestão, realizado com as lideranças participantes da UMM-SP na sede da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste, onde a liderança Evaniza Rodrigues explicou a proposta da participação.

São pontuadas as participações em todas as atividades que envolvam a associação, como assembleias, reuniões, atos, viagens, cursos, entre outras. Por meio da pontuação, as famílias que compõem o movimento obtêm um modo justo de definir, por exemplo, a escolha das unidades habitacionais, ou quando há conquista coletiva de terra, estar entre os que vão participar do processo seletivo dos programas habitacionais.

A AHD abre inscrições para novos associados⁴⁴ semestralmente e, com isso, forma seus grupos de base. As pessoas chegam à associação movidas pela necessidade, na busca por acessar a moradia e, estando no movimento, se forjam enquanto atores dos processos de luta e contribuem politicamente com a formação do próprio movimento.

A AHD organiza-se por meio de seis coordenadores e seis conselheiros fiscais, que têm a função de organizar a gestão de todos os processos políticos e burocráticos da associação.

A partir das experiências de autogestão acumuladas pelas lideranças da AHD, como foi o caso do coordenador-geral, Aparecido Monteiro da Silva⁴⁵, o Cido.

De acordo com relatos do próprio Cido, em atividades do trabalho social (2017), ele construiu sua moradia com sua companheira, Dora Lucia⁴⁶, por meio de mutirão e autogestão e por escolha política, na defesa de direitos, decidiu seguir na luta por moradia (Figura 4). Ao participar das ações da associação, para além de sua moradia, foi eleito como coordenador do movimento e contribuiu com a herança de educação e participação popular e luta pela moradia, conforme consta nas narrativas dos participantes:

Aí ele (Cido) foi, começou a reunião, explicou como era o projeto e tal, e uma das falas dele foi: “aqui a gente não dá casa para ninguém, aqui vocês conquistam a casa de vocês. A gente não está aqui para dar casa para ninguém. Quem vai dizer se você vai conseguir a sua casa ou não é a sua participação” (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

⁴⁴ Os participantes da AHD se autointitulam enquanto associados do movimento.

⁴⁵ Cido foi coordenador-geral da AHD do início dos anos 2000 a 2019 quando ocorreu seu falecimento.

⁴⁶ Cido sempre mencionou que entrou na Associação AHD motivado por sua esposa Dora Lucia, que primeiro se envolveu na luta pela moradia da família.

Figura 4 – Dora Lucia (2015) e Aparecido Monteiro (2012)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Vale destacar que, conforme o histórico da associação, o projeto Vila Albertina foi realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura, com o UMM-SP, e, desse modo, construiu, com Cido, a moradia dele. Assim, a atuação das assessorias técnicas no espaço da AHD, em específico, a Ambiente Arquitetura, compõe a conquista coletiva de construção de moradia de qualidade, bem como a luta conjunta.

A assessoria técnica Ambiente Arquitetura indicada como sujeito histórico na atuação com movimentos de moradia se contrapõe a modelos de escritórios de arquitetura que padronizam projetos visando o aumento dos lucros, tem profissionais politicamente alinhados aos valores e objetivos dos movimentos sociais.

É importante destacar que a assessoria compõe o histórico de lutas do final da década de 1980 e início da década de 1990, na cidade de São Paulo, onde os profissionais que, de alguma forma, já se articulavam com as lutas dos movimentos de moradia, se organizaram em assessorias técnicas. Algumas surgiram em espaços acadêmicos; outras foram compostas por técnicos que atuavam com os movimentos, ou mesmo no poder público, na área de habitação. O foco dessas assessorias é a luta pela reforma urbana, pelo direito à cidade, direito à moradia digna, enfim, pela qualidade de vida dos trabalhadores (Hein, 2020, p. 132).

A Ambiente Arquitetura⁴⁷ por ser, historicamente, participante nas lutas por acesso a moradia, destaca-se como escolha de trabalho dos movimentos de moradia, incluindo a AHD. É uma assessoria técnica que atua desde 1992 na produção de HIS com autogestão em conjunto com os movimentos sociais.

⁴⁷ Sobre o histórico da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, ver Santos (2020).

A assessoria Ambiente Arquitetura sempre atuou exclusivamente com movimentos de moradia, em especial, com os movimentos vinculados à UMM-SP, no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, defende a ideia de autogestão na produção habitacional, importante forma de contrapor-se à ideia de mercado, que padroniza os projetos arquitetônicos para famílias de baixa renda, com vistas a diminuir os custos, e desconsidera a realidade da população, que, nessa lógica, deve se adaptar à moradia e não ao contrário (Hein, 2020, p. 133).

É uma composição de diferentes profissionais, como arquitetos, engenheiros, e assistentes sociais, que pactuam a defesa por direitos e optaram por atuar com movimentos de moradia e famílias de baixa renda.

4.1.1 Projeto Alexios Jafet

Localizado em um terreno na zona oeste do município de São Paulo, no bairro do Jaraguá, o Projeto Alexios Jafet está inserido no contexto de luta pela terra e por moradia, no país, e figura como uma das maiores conquistas dos movimentos de moradia vinculados à UMM-SP. O projeto conjuga três associações na construção de 1.104 HISs, por meio de autogestão com mutirão.

Tem financiamento do governo federal⁴⁸, por meio de recurso proveniente do PMCMV-E, que prevê a compra antecipada⁴⁹ de terrenos e a regularização fundiária. O valor do recurso, por Unidade Habitacional (UH), é de R\$ 76 mil, repassados pelo governo federal, e R\$ 20 mil por UH, de aporte do governo do município de São Paulo.

Com todos os loteamentos destinados a empreendimentos sob a forma de condomínios – conforme apresentado no capítulo 3 –, o valor do trabalho social do Alexios Jafet corresponde a 2% do montante dos recursos da obra.

Uma particularidade desafiadora foi que, para viabilizar a construção de um projeto de tamanha magnitude, diante das regras do programa, foi necessário compor as 1.104 famílias por meio das demandas de três associações distintas⁵⁰, ou seja, a Associação Anjos da Paz da Vila Santista, AHD, e Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste – Movimento Noroeste.

⁴⁸ O recurso para a construção e o TS é majoritariamente federal, com aporte do governo municipal da gestão Fernando Haddad. O governo estadual, embora tenha se comprometido e houvesse previsão legal, não forneceu aporte financeiro.

⁴⁹ Prevê a compra da terra, antes da aprovação dos projetos, operada pelo agente financeiro, que é a CEF. O Alexios Jafet foi o terceiro projeto a realizar a compra antecipada no País.

⁵⁰ Em Hein (2020), na tese da autora, o histórico de conquista do Projeto Alexios Jafet é descrito em detalhes.

Um dos principais articuladores para essa junção foi a assessoria técnica Ambiente Arquitetura, que, por meio de seus representantes legais – Ricardo Gaboni e Isabel Cabral –, contribuíram para a viabilidade dessa grande articulação de lideranças. A assessoria tem papel fundamental, é contratada para acompanhar o Projeto Alexios Jafet em todos os processos, desde a concepção dos aspectos arquitetônicos até a execução da obra e do TS.

No caso da AHD, a assessoria Ambiente Arquitetura já havia contribuído, nos anos 1990, com a construção da moradia de uma das principais lideranças da AHD, o Cido, conforme já destacado no presente estudo.

A reaproximação entre Cido e os representantes da assessoria ocorreu quando Ricardo Gaboni soube que, devido a um problema com o terreno onde a AHD iria realizar um empreendimento para 300 famílias, essas famílias não mais teriam um projeto. Munido com a informação de que seriam necessárias mais famílias para compor a quantidade de 1.104 UH do Alexios Jafet, Ricardo conversou com Cido e, juntos, conseguiram incluir essas 300 famílias na demanda do projeto.

Primeiro, nós tínhamos um terreno em Taipas que não foi aprovado pela Caixa. Aí o Ricardo nos chamou para conversar com a Terezinha, que tinha um terreno muito grande, que não dava para ela fazer sozinha, que ela nunca tinha construído. Aí fomos... Eles foram até a nossa, a nosso escritório. Aí, nisso, conversamos, não é? O Cido falou: “aceito”, e tem outro, que aí o Ricardo levou a Noroeste. Aí começamos, né? (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

Nesse sentido, a aproximação da AHD e da assessoria Ambiente Arquitetura foi essencial para viabilizar o acesso da AHD ao Projeto Alexios Jafet. É importante destacar que, pelo fato de ser o primeiro projeto em sua modalidade, tudo era inaugural, tanto para os profissionais da assessoria técnica, como para as lideranças, mesmo as que já tinham experiência, e para os profissionais da CEF, cada etapa do processo, foi aprendido e construído coletivamente.

Para viabilizar o projeto, ou seja, a adequação do terreno, dos projetos arquitetônicos, o andamento da obra, e a capacidade para a autogestão, todos os envolvidos precisaram comprovar e apresentar ao agente financeiro capacidades técnica e de autogestão.

Os profissionais dos órgãos públicos, por exemplo, indicaram que o projeto não deveria ser viabilizado porque havia um curso d'água no terreno.

Nós nunca éramos aprovados. Nossa planta era toda riscada pelos arquitetos lá, que “não pode, aqui não pode, aqui não pode”. Quando finalmente foi aprovada [...] tinha um rio intermitente aqui que subia, o rio não descia, ele subia o morro, que era o morro, aquele enorme morro. Ficamos [...] acho que uns oito meses para ser aprovado. Aí, finalmente, quando foi aprovado, né? Nós pudemos tomar posse definitivamente e começamos a procurar terraplenagem (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

Esse foi um dos desafios que contribuíram para a demora do empreendimento, bem como as lideranças e assessoria técnica precisaram comprovar que não condizia com a realidade, por meio da apresentação de estudos e laudos. Contudo, foi necessária pressão política, por parte dos movimentos. As famílias realizaram manifestações na frente do prédio da CEF, em 2012, considerando que, apesar das entregas de comprovações, por parte dos movimentos, os processos de aprovação não avançavam.

Apesar da compra antecipada do terreno ter ocorrido em 2010 e a assinatura do financiamento do PMCMV-E em 2015, a fase de obras iniciou-se apenas em 2017, com a liberação do recurso. Importante considerar que as famílias já participavam do movimento antes de 2010, quando houve a compra antecipada do terreno. E, nesse tempo, também tiveram que aguardar o processo de compra, em seguida, e nos longos processos burocráticos, durante esse período, os movimentos se mantiveram organizados e ativos no sentido de cuidar do terreno, realizando limpezas e vigílias (Figura 5).

Figura 5 – Famílias da AHD no momento de limpeza do terreno (2012)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A particularidade do “tempo de espera” nos projetos de HIS não é específica do projeto Alexios Jafet, porém, conforme já destacado, além do tempo de espera para a aprovação da compra de terra, que antecedeu o ano de 2010, passaram-se 7 anos até a aprovação do início da obra e mais 7 anos da etapa obra, que ainda está em vigor. Esse “sofrimento” aparece na narrativa de Lúcia.

A história do projeto... Ainda bem que você tem tempo, porque, eu não sei se é porque eu era muito nova e inexperiente, mas foi um sofrimento. Cada vez que você chegava em uma reunião na Caixa antes da compra do terreno, e depois também foi um sofrimento danado, mas antes da compra do terreno era terrível. [...] “Ah, mas isso não pode, isso não pode, isso não pode”. Mandava trocar o projeto, voltava. Quando era daqui dois, três meses que você estava tava lá “Ah, mas mudou isso, mudou isso, mudou isso.” Tinha que voltar praticamente para o que estava antes, então era horrível. [...] quando a gente estava entrando na parte de compra desse terreno, foi justamente na época que estava tendo aquelas alterações do código de alteração ambiental. Então a gente já pegou uma coisa que não estava definida, que todo dia tinha mudança, então pode ser que isso também tenha criado alguma demora no processo (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

Vale destacar que ainda foi desafio do projeto Alexios Jafet a realização do trabalho social com três movimentos diferentes. A etapa de trabalho social pré-obra, que, conforme destacado no capítulo 3, estava previsto nas legislações do programa o prazo de 3 meses, foi realizada em 7 anos, e, desses, 5 anos foram cumpridos com apenas uma assistente social e 2 anos com duas assistentes sociais.

Além disso, compõe a história da construção do direito à cidade e se contrapõe às formas de mercado de construção de moradia para os trabalhadores, pois possibilita a participação das famílias nos processos de tomadas de decisão que chega, pela necessidade, mas que têm a possibilidade de receber elementos de formação política com conteúdo críticos e desvendamento da realidade.

Um dos processos que busca contribuir para formar a perspectiva crítica dos trabalhadores é o TS.

Figura 6 – Processo de construção do Condomínio Alvorada Jaraguá (2017-atualmente)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.2 Execução do trabalho social no Projeto Alexios Jafet⁵¹

No Projeto Alexios Jafet, foram executadas as fases pré-obras e fases-obras do TS⁵². A fase pré-obras foi desenvolvida de 2010, com a compra antecipada do terreno, até 2017, com o início das obras. E a fase-obras foi, formalmente⁵³, de 2017 a 2021⁵⁴.

Aqui faremos uma demarcação importante, sobre a execução do TS no Projeto. Embora exista a possibilidade de multidisciplinaridade na composição da equipe de TS, na assessoria Ambiente Arquitetura, no Projeto Alexios Jafet, as equipes de TS são compostas – por uma opção intencionada dos responsáveis pela assessoria – exclusivamente por técnicos assistentes sociais.

Na dissertação de mestrado da autora Cleonice Dias dos Santos (2016, p. 151-152) encontra-se o depoimento de Maria Isabel Cabral, uma das fundadoras da assessoria técnica Ambiente Arquitetura:

Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante.

Descreveremos, aqui, as formas de organização utilizadas pelos assistentes sociais para o planejamento e a execução do TS no Projeto.

Resguardada a dimensão robusta do trabalho que foi executado na fase pré-obras e a trajetória de 7 anos percorrida pelas famílias e profissionais da assessoria técnica, durante esse período e considerando, ainda, o recorte temporal desta

⁵¹ O Alexios Jafet atualmente (2024) continua em construção, com cada associação em um momento diferente da fase obras (urbanística). Então, embora algumas das formas de organização aqui descritas permaneçam ativas, formalmente, o TS fase-obras foi encerrado, assim, escreveremos no tempo passado, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

⁵² O descompasso entre as fases das obras e do TS resultou na finalização do TS fase obras antes do término das obras.

⁵³ Embora as etapas do TS fase-obras tenham sido encerradas com a CEF, o TS permanece executando ações – não pagas, porém exigidas pelo agente financeiro – de acompanhamento às famílias do Alexios, por meio das ações da coordenadora do TS Cleonice, visando à não descontinuidade dos processos, assim como ocorreram nos anos iniciais do Projeto. Dessa maneira, percebemos o profundo descompasso entre o normatizado e a realidade.

⁵⁴ Ainda que o recorte desta pesquisa seja de 2017 a 2021, acreditamos ser importante pontuar que o Projeto Alexios Jafet foi o primeiro no Brasil a conseguir suplementação de recursos do Novo PMCMV-E, tanto para a continuidade das obras, como para o TS – o que é considerado grande conquista, que só foi possível pelas lutas dos movimentos com assessoria técnica somadas à nova conjuntura política – com isso, existe nova previsão de retomada das ações do TS fase-obras, devido a essa conquista de suplementação de recurso.

pesquisa (fase-obras) – não será possível discorrer profundamente sobre a fase pré-obras – citamos, aqui, as atividades que consideramos fundamentais para a compreensão dos leitores sobre o processo de acompanhamento técnico social realizado com os grupos de famílias do Projeto Alexios Jafet⁵⁵, nesse período.

No decorrer desse processo, os técnicos assistentes sociais desenvolveram atividades para contribuir com a formação política e a organização dos participantes. Como relata Cleonice⁵⁶, coordenadora do TS no Alexios, “durante 7 anos, foram necessários diversas estratégias, lutas, trabalho coletivo, para continuar a organização e formação política das famílias” (Hein, 2020 p. 151).

Essas famílias, nesse período, já estavam em busca do direito à moradia há anos, compondo as associações e pautando projetos para viabilizar o acesso a esse direito. E para que esses grupos se mantivessem organizados, mobilizados e atuantes, foi preciso um conjunto de estratégias – além do elemento central, que é a necessidade –, e há aqui um elemento fundamental, que é o avanço na consciência política desse grupo, no entendimento do direito, na compreensão do motivo pelo qual, na sociedade capitalista, esse direito é negado aos trabalhadores e quais são as formas de lutar por esse acesso.

A fala de Erika sinaliza para uma contribuição do TS, nesse período, no sentido da expansão da consciência dos participantes na compreensão da potência da organização coletiva.

Conscientização. Acho que é a palavra que me vem à mente quando se fala em trabalho social. Como eu falei, as famílias aqui do Jaraguá, elas são mais antigas, elas já têm essa ideia, mas em grande parte, elas já têm essa ideia justamente porque teve um trabalho social anterior [...] feito no decorrer de todo o período [...] então para mim o trabalho social dentro da obra ele foi um pouco mais direcionado no intuito de saber que precisava fazer tudo junto, que ia ser uma coisa coletiva. Mas o que eu acho que nos ajudou mais foi o anterior à obra, porque criou a consciência nas famílias, antes de fato delas estarem no canteiro, até porque se elas tivessem vindo para cá sem a consciência de que isso aqui ia ser construído de forma coletiva, ninguém tinha participado (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

Conforme Hein (2020) aponta, nesse período, para além dos processos de formação e organização política, seguiram-se as atividades previstas na fase pré-obras, com cadastramento, processo de seleção, inclusão das famílias no

⁵⁵ Para o aprofundamento acerca do trabalho social realizado no Projeto Alexios Jafet, na fase pré-obra, ver Hein (2020), Santos (2016) e Fidelis (2018).

⁵⁶ Cleonice Dias dos Santos Hein.

CadÚnico; a entrega da documentação solicitada pelo agente financeiro; a apresentação do Projeto Urbanístico; orientações sobre o programa; e a elaboração de Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS).

Conforme relatado na história do Projeto Alexios Jafet, foi necessário desmembrar o terreno em lotes para que o Projeto Arquitetônico se enquadrasse nas normas técnicas e legislações vigentes no período. Essa divisão delimitou a área em cinco lotes, que foram distribuídos entre os três movimentos, e uma área verde de responsabilidade coletiva.

Essa divisão impactou o planejamento do TS, pois exigiu a elaboração de um PTTS para cada lote. Ao todo, os cinco projetos foram distribuídos da forma apresentada no Quadro 9.

Quadro 9 – Disposição de PTTS (2015-2016)

MOVIMENTO	QTD. DE PTTS	QTD. DE PARTICIPANTES
Associação Anjos da Paz da Vila Santista	2	402 famílias
Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (ATSTZN)	2	400 famílias
Associação por Habitação com Dignidade (AHD)	1	300 famílias

Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Os PTTS foram os documentos norteadores da execução do TS na fase-obras, mas, certamente, o rol de atividades desenvolvidas foi muito mais abrangente, contudo, as atividades descritas no PTTS necessitaram de comprovação de sua execução, pelo agente operador, a CEF. Abordaremos, à frente, os instrumentais utilizados para essa comprovação.

Em nosso contexto de estudo, nos atemos à fase-obras da execução do TS no Projeto Alexios Jafet, que foi dividida em 24 etapas, o que, temporalmente, representou os meses de fevereiro de 2017 a julho de 2021.

Para a execução do TS fase-obras, foi direcionado um assistente social para cada uma das Associações – conforme Quadro 10 – e, em 2018, uma estagiária foi contratada para dar suporte aos técnicos no desenvolvimento de mais atividades na AHD, por ser supervisionada pela técnica responsável por essa Associação.

Quadro 10 – Composição da equipe social fase-obras (2017-2020)

MOVIMENTO	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	ANO DE ENTRADA
Anjos da Paz da Vila Santista	Rafael Simões	Assistente social	2017
ATSTZN	Cleonice Dias dos Santos Hein	Assistente social	2010
AHD	Tuane Aline Rossatto	Assistente social	2017
	Nicole Ferreira	Estagiária de Serviço Social	2018

Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Embora a disposição oficial dos profissionais⁵⁷ fosse a apresentada, objetivamente, a equipe teve como referência de Coordenação do TS a técnica Cleonice Dias dos Santos Hein, que acompanhou o Projeto⁵⁸ desde seu início e desenvolveu os PTTS de todas as associações.

A equipe social acompanhou nos espaços de discussão e planejamento⁵⁹ as ações do Projeto, compondo todo o processo de construção. Esses momentos foram marcados pela socialização das informações por todos os seus atores, lideranças, técnicos, famílias. Nesses espaços, havia um profundo estímulo – partindo de todos – da não hierarquização dos saberes e da liberdade de fala.

Assim, a participação dos assistentes sociais foi marcada pelo movimento de coletivizar e se apropriar das informações pertinentes ao andamento da intervenção em suas diversas frentes, como as informações relativas ao desenvolvimento do TS, ao avanço das obras, informações de naturezas jurídica e política.

Por ser a realidade vivida pelas famílias no chão do processo do TS, essa apropriação foi fundamental para que as ações tivessem sentido e relevância, para que dialogassem com as necessidades, possibilidades, fragilidades e potências do grupo de famílias e lideranças em cada diferente momento.

Nos espaços coletivos de trocas e debates é que se colocaram também inúmeros desafios, considerando as diferentes visões de mundo, valores, crenças, interesses, formas de se colocar e lidar com o diferente, assim, em muitos momentos, esses espaços foram permeados por valores que reproduzem a lógica capitalista e burguesa.

⁵⁷ Conforme apresentado no item 4.4.4 a equipe é formalizada junto ao agente operador que acompanha todo o processo de execução do TS.

⁵⁸ Quando do uso de Projeto, nos referimos ao Projeto Alexios Jafet.

⁵⁹ Citamos as configurações desses espaços adiante.

Uma contribuição importante do TS nos espaços coletivos foi de natureza relacional, pois, muitas vezes, nos espaços de discussão, os assistentes sociais faziam o movimento de retomada dos processos históricos no sentido de calçar as discussões com uma dimensão subjetiva, evocando os valores da luta social para ajudar a construir posicionamentos de consenso ou dissenso, mas baseados em relações de respeito mútuo e companheirismo.

Aqui não isentamos os assistentes sociais da reprodução desses mesmos juízos emanados pela ideologia do capital, e, nesse sentido, a imposição do processo de reflexão se fez sempre necessária e presente. Tão pouco excluimos os outros atores do ato de evocar os valores da luta político-social, pois todos os movimentos se fizeram presentes durante os anos de trabalho nos coletivos. Dessa forma, os espaços coletivos também se tornaram – a partir de profundas observações e reflexões – fonte de elementos a serem trabalhados pelos técnicos sociais com todos os atores, inclusive os próprios assistentes sociais.

Mas sinalizamos aqui uma particularidade que identificamos nos profissionais assistentes sociais – que compreendemos dialogar diretamente com o projeto ético-político profissional e sua filiação a um projeto societário de transformação da sociedade – que é a impressão de uma direção social.

Direção essa embasada por determinada valoração ética comprometida com a liberdade, autonomia, a busca da emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; com a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e autoritarismo; com a ampliação e consolidação da cidadania; com a defesa e o aprofundamento da democracia, a favor da justiça e equidade social e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação⁶⁰.

4.2.1 Reuniões da Comissão Executiva – A relação com os três Movimentos

As reuniões da Comissão Executiva eram espaços para diálogo, construção de pautas políticas e deliberações sobre questões de ordem coletiva relacionadas ao Projeto. A Comissão Executiva era composta pelas lideranças das três Associações⁶¹ e

⁶⁰ Cf. Cfess (2012), princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social.

⁶¹ No período de 2017 a 2020: AHD: Aparecido Monteiro (falecido em 2019), Erika Paula e Fredson Almeida. Noroeste: Edson Morais, José de Jesus-Zequinha e Vera Eunice da Silva. Anjos da Paz: Terezinha Gramacho e Kelly Gramacho.

participavam também os profissionais da Assessoria Técnica. A depender das pautas, eram convidadas outras figuras, para as reuniões, como representantes do poder público, fornecedores, vendedores, fabricantes de materiais e profissionais de serviço para a obra.

Nesse espaço, os assistentes sociais pautavam as ações que envolviam os grupos de famílias das três associações para que fossem planejadas coletivamente, resguardando sempre as características e singularidade de cada grupo de famílias, dos movimentos sociais e lideranças.

A construção das relações é sempre um processo que exige tempo, diálogo e vivências. A relação dos assistentes sociais com as lideranças foi uma construção que, muitas vezes, teve contornos muito particulares, pois, cada técnico, com cada liderança, como equipe, buscava um alinhamento nas formas de construir o trabalho que respeitasse todas as características coletivamente identificadas em cada liderança.

Com o tempo, essas características também foram se alterando e se alargando, na direção de posicionamentos mais alinhados aos valores pautados em uma ética transformadora. Acreditamos que essas mudanças de concepções e posturas são frutos dos aprendizados que a experiência de vivenciar o processo de construção do projeto possibilitou a todos os envolvidos.

Esse foi um dos espaços que nos possibilitou observar e vivenciar a potência da democratização do conhecimento e saber. Nesse espaço, lideranças – de diversos níveis de educação formal – dialogavam em nível de igualdade de compreensão com arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais, etc. Nessa intersecção, o trabalho da Assessoria ganhou seus contornos mais políticos. A partir do compromisso com o projeto de sociedade, os profissionais contratados⁶² se colocavam no papel constante de professores e aprendizes, com uma compreensão coletiva, direcionada e muito clara de que o seu conhecimento estava a favor de determinado grupo social e esse grupo também detinha muito conhecimento acumulado e essa relação de troca era pautada pela horizontalidade e pelo companheirismo (Figura 7).

⁶² Os profissionais contratados pela Assessoria técnica mantinham o posicionamento político alinhado aos valores e objetivos da assessoria e, em consequência, dos movimentos sociais.

Figura 7 – Reuniões da Comissão Executiva (2017-2020)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

4.2.2 Reuniões de equipe da Assessoria – A relação com diferentes áreas de conhecimento

A estrutura organizativa da Assessoria para a atuação no Projeto teve diversas configurações, ao longo do tempo. Na fase-obras, também constaram diferentes arranjos, mas, em linhas gerais, para cada Associação, havia um assistente social⁶³ e uma dupla, ou trio, de profissionais da área urbanística – com, ao menos, um arquiteto/engenheiro responsável e o segundo e/ou terceiro profissionais poderiam ser estagiários dessas áreas⁶⁴.

Os profissionais transitavam entre o canteiro de obras, as sedes das Associações e os escritórios da Assessoria. A frequência de cada profissional nos espaços foi alterada nos diferentes momentos da execução do Projeto.

As reuniões de equipe da Assessoria tinham forte caráter de compartilhamento das informações e impressões de todos os profissionais. Era um momento em que, a partir da troca das experiências vivenciadas pelos profissionais em cada uma das Associações se tornava possível construir uma visão de totalidade do andamento do Projeto.

⁶³ No período de 2018 a 2019, foi contratada uma estagiária de Serviço Social.

⁶⁴ Em cada Associação havia pelo menos um profissional formado na área.

A dimensão relacional sempre foi um elemento de atenção para os profissionais da Assessoria, e aqui marcamos a especial habilidade da arquiteta Isabel⁶⁵ em tecer os delicados fios das relações dentro do Projeto, legado que foi sendo repassado aos profissionais integrantes da Assessoria nos momentos das reuniões de equipe, ocasiões em que era possível observar e aprender com as atentas e cuidadosas análises e as cirúrgicas intervenções de Isabel. E importante articuladora dessas relações, estava a assistente social Cleonice⁶⁶ que desempenhava o papel de guardadora das memórias e histórias do Projeto e das pessoas, a imprescindível articuladora das relações que, com o conhecimento e respeito pelas histórias, interligava o necessário ao possível.

Uma função importante do espaço das reuniões de equipe estava na construção da análise conjuntural que a Assessoria construía acerca do contexto político, nos cenários municipal, estadual e nacional e seus impactos na política habitacional e os reflexos e rebatimentos no Projeto e em cada uma das Associações. O arquiteto Ricardo⁶⁷ cumpria o papel de sempre ampliar o debate e conectar os conteúdos vividos no cotidiano às informações conjunturais.

Compreender os momentos de cada Associação era essencial para fazer uma leitura mais acertada do cotidiano do Projeto, compreender as dificuldades, os medos, as tensões, forças, alegrias, vitórias, nos possibilita analisar e compreender melhor as relações entre famílias, lideranças e profissionais.

Uma afinada análise conjuntural foi essencial para a construção dos planejamentos de trabalho a serem executados e a escolha de diferentes caminhos possíveis para cada uma das Associações.

A relação dos assistentes sociais com os outros profissionais, para além das trocas de informações e análises, era marcada pela possibilidade de construir juntos reflexões que contribuíram para ampliar o repertório de apreensão da dimensão política contida no cotidiano de trabalho e de como os elementos estruturais da sociedade impactavam as vivências de famílias, lideranças, trabalhadores da obra e dos próprios profissionais da Assessoria (Figura 8).

⁶⁵ Maria Isabel Cabral, uma das fundadoras e responsáveis pela Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura.

⁶⁶ Cleonice Dias do Santos Hein, assistente social da Assessoria Técnica Ambiente, desde 2010, e com mais de 20 anos de atuação na política habitacional e em movimentos sociais.

⁶⁷ Ricardo Gaboni, um dos fundadores e responsáveis pela Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura.

Figura 8 – Reuniões de equipe da Assessoria Técnica (2017-2020)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

4.2.3 Reuniões da Equipe Social – Relação entre os técnicos assistentes sociais

Conforme apresentado, destacamos na composição da equipe a desproporcionalidade entre as áreas urbanística e social, e aqui fazemos a importante defesa de que o TS é um componente obrigatório da política habitacional e não deve estar subordinada à obra, mas sim articulado a ela, desenvolvendo um conjunto de ações e estratégias que visam ao fortalecimento dos grupos de famílias por meio da organização e participação coletiva.

Contudo, observamos o TS atrelado ao cronograma e aos recursos da obra, de maneira a desconsiderar a dinâmica, os objetivos e processos do trabalho. Diante dos desafios colocados aos assistentes sociais, para desenvolverem um trabalho que correspondesse às necessidades que partiam da realidade, a equipe reunia-se para pensar ações e estratégias, a partir do referencial da profissão.

Nas reuniões, eram planejadas as ações coletivas, que envolviam os grupos de famílias das três associações, mas também algumas ações que seriam desenvolvidas em apenas uma das Associações, e demandavam um olhar ampliado da equipe. Avaliamos que, para além do normatizado e do firmado no cronograma de atividades do TS, consideramos que trocas de experiências desses profissionais foram o fio condutor da construção das ações do TS.

A relação entre os assistentes sociais foi marcada por muitos encontros, embora houvesse divergência quanto à metodologia e, por vezes, ao conteúdo das atividades e ações, havia um alinhamento ético-político e respeito à autonomia de cada técnico. Marcamos que essas relações também foram permeadas de aprendizados e afetos que mobilizaram conteúdos e ações no Projeto e na vida.

4.2.4 Reuniões com a Caixa Econômica Federal – Relação com o Agente operador/ financeiro

Na fase-obras, foram poucos os espaços de diálogo, como reuniões com o agente financeiro para pautar o planejamento, a execução e/ou liberação de recursos do TS. A relação foi baseada na entrega de comprovante de execução do TS – por parte da Assessoria técnica – e na avaliação da aprovação do agente financeiro.

Como comprovação da execução das atividades previstas no PTTS, os assistentes sociais enviavam à CEF – em cada etapa – o Relatório de Acompanhamento do TTS. Nesse instrumento, os assistentes sociais registravam as memórias das atividades realizadas com as famílias, abrangendo avaliações das atividades por parte das famílias, análises, dados quantitativos, mas essencialmente qualitativos.

4.3 Planejamento e execução do trabalho social no Condomínio Alvorada do Jaraguá – AHD

Iniciamos a imersão na experiência de trabalho a ser apresentada nesta pesquisa, ou seja, a autogestão, forma com a qual as famílias do movimento AHD construíram suas moradias.

Ponto de destaque na análise desta pesquisa, a experiência da construção de HIS por meio da autogestão é um processo e produção que contém em si o germe de uma forma de produção anticapitalista. Pedimos ao leitor que considere as inúmeras mediações necessárias dessa afirmação, contudo, é imperativo demarcar a perspectiva analítica aqui assumida; com isso, afirmamos não se tratar de uma experiência que tenha folego ou estofo para mover um milímetro do sistema capitalista – enfatizamos, não foi esse o sentido da pesquisa – mas uma experiência que demonstra os efeitos reais e concretos do empenho das energias humana e coletiva em uma produção que não tem como base a

exploração, e como finalidade o lucro, e que produz – em última análise – um valor de uso.

Diante dessa afirmação, compreendemos que a forma de produção de moradias utilizada pelo grupo de famílias do projeto Alvorada do Jaraguá é compreendida como uma ação coletiva, de trabalhadores livremente associados, que não responde classicamente à divisão social do trabalho e, com isso, os efeitos dessa produção são distintos daqueles por nós conhecidos como a alienação e estranhamento da atividade trabalho.

Nessa experiência, foi possível observar o desenvolvimento de um trabalho coletivo baseado em decisões coletivas – o grupo detém autonomia administrativo-financeira para gerir a produção – e isso reverberou em um profundo sentimento de reconhecimento dos trabalhadores ao seu processo e produto do trabalho e aqui indicamos não se tratar, esses processo e produto, apenas das moradias, mas sim da produção de uma comunidade.

Sabemos que esta não é uma experiência apartada do mundo do capital, mas fruto dessa sociedade que carrega em si as contradições inerentes a ela, partindo do próprio processo de produção que, para existir, se insere em uma lógica de produção de insumos em uma cadeia – construção civil – que é mundial e submetida a toda lógica de exploração e degradação do trabalho humano. Somado a isso, temos – para além dos mutirantes –, trabalhadores contratados de empresas empreiteiras que exploram o trabalho e que esses trabalhadores não terão acesso a esse bem que estão também produzindo e, não menos importante, não rompe com a lógica da propriedade privada.

Marcamos também a compreensão de que a desalienação, ou a autotranscendência positiva da alienação⁶⁸, assim como a liberdade e emancipação humana, não estão postas enquanto possibilidades no ordenamento do capital, e que superar o modo de produção capitalista é tarefa de uma classe diante das condições objetivas dadas no movimento histórico da realidade. Com isso, manifestamos aqui o

⁶⁸ Para Mészáros (2016, p. 65), a autotranscendência positiva da alienação ou desalienação se relaciona ao processo de rompimento com o trabalho estranhado que é gerado pelo modo de produção capitalista. “A *universalidade* da visão de Marx tornou-se possível porque ele foi bem-sucedido na identificação da problemática da alienação, a partir da adoção crítica do ponto de vista do trabalho, em sua totalidade ontológica complexa caracterizada pelos termos ‘objetivação’, ‘alienação’ e ‘apropriação’. Essa adoção crítica do ponto de vista do trabalho representou uma concepção do proletariado não simplesmente como uma força sociológica diametralmente oposta ao ponto de vista do capital – e, conseqüentemente, permanecendo na órbita deste último –, mas como uma força histórica aurotranscendente que não tem como não suplantar a alienação (isto é, a *forma* de objetivação historicamente dada) no processo de realização de seus próprios fins imediatos que por acaso coincidem com a “reapropriação da essência humana”.

entendimento que não é tarefa, tão pouca possibilidade de que, no interior de uma profissão – que emerge da necessidade advinda do próprio desenvolvimento capitalista –, se processe qualquer uma dessas alterações de magnitude estrutural na sociedade.

O que apresentamos, são avanços identificados no campo da ação do Movimento de Moradia – que tem contribuição de profissionais assistentes sociais –, em uma experiência de proporção mínima, mas que existe e, como tal, pode e – no nosso entendimento – deve ser observada, analisada e divulgada enquanto pegadas – limitadas, parciais e insuficientes – do caminho que um dia, acreditamos, a classe trabalhadora trilhará na superação do trabalho assalariado, alienado e estranhado.

Dadas as considerações iniciais, partiremos para a apresentação do TS no Projeto Alvorada do Jaraguá. Acreditamos ser importante apresentar os principais atores envolvidos na construção do Condomínio Alvorada do Jaraguá.

4.4 Principais Atores

4.4.1 Coordenação da AHD

Em 2017, no início da fase-obras do TS, o coordenador-geral da AHD era Aparecido Monteiro da Silva, o Cido, mas, com seu falecimento, em 2019, a vice-presidente, Erika Paula Oliveira de Abreu, assumiu o cargo (Figura 9).

As lideranças da AHD desempenharam funções políticas, burocráticas e legais, durante todo o processo da construção, e foram responsáveis por gerenciar as questões objetivas para o funcionamento dos processos, mas desempenhavam também o papel fundamental de liderança e referências do processo, mantendo vivos os objetivos e valores da luta, renovando, sempre que necessário, a esperança e força das famílias, lembrando sempre a trajetória vivida, as conquistas e os motivos pelos quais as famílias vivenciavam as dificuldades da trajetória.

Figura 9 – Coordenações da AHD (2017-2021)



Aparecido Monteiro da Silva (Cido)
Coordenador da AHD de 2003 - 2019



Erika Paula de Oliveira Abreu
Coordenador da AHD de 2019 – 2022

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.4.2 Comissões de CAO e CRE

Conforme anunciado, os grupos de representantes da CAO e a CRE são centrais para a execução do PMCMV-E. São comissões obrigatórias e formalizadas na CEF desde o início do Projeto. No decorrer dos anos, no movimento AHD, essas comissões passaram por diversas alterações em sua composição⁶⁹. Ao final da fase-obras do TS, e atualmente, são assim compostas:

4.4.2.1 Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE)

Eliane Cristina Feitosa

Natural de São Paulo, filha de mãe pernambucana e pai alagoano, trabalhou como costureira por muitos anos e atualmente é trabalhadora do SUS como acompanhante comunitária. Estudante de Serviço Social, conheceu a AHD por indicação de uma amiga de trabalho, que foi contemplada em um projeto HIS em outra associação da mesma região.

⁶⁹ No período estudado – a fase-obras do trabalho social – houve uma alteração na composição do CRE, com a saída de uma integrante, em 2019, e a entrada de Laercio Costa de Almeida.

Lucia de Grande Melim

Natural de São Paulo, na luta por cerca de 16 anos, Lucia sempre quis conquistar uma moradia própria. Antes de ingressar na AHD, mesmo sabendo da viabilidade da conquista habitacional por intermédio de movimentos sociais, tinha insegurança devido à influência da mídia e desconforto em discutir sobre política. Ao adentrar na associação, envolveu-se com as atividades da coordenação, participando de todas as etapas do Projeto Alexios Jafet.

Laercio Costa de Almeida

Nascido em Natal, morou em casa com dois cômodos compartilhados entre seus pais e mais quatro irmãos. Na época, seu pai era sorveteiro e a mãe era roceira. Anos depois, foi possível construir uma casa que comportasse confortavelmente toda a família. Em 2005, veio para São Paulo atraído por uma oportunidade de trabalho, deixando a esposa e sua primeira filha, ainda com 4 meses de vida. Apenas dois anos depois, foi possível trazer sua família para perto. Atualmente, Laercio está há 13 anos na AHD. Iniciou a trajetória de luta por incentivo de sua esposa, que foi convidada por uma amiga para inscrever-se na associação, assim como sua irmã. Depois de quatro meses, foram incluídos na demanda do Projeto Alexios Jafet

*4.4.2.2 Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO)***Erika Paula Oliveira de Abreu**

Viveu seus primeiros 12 anos de vida em São Paulo e mudou-se para a Bahia, por questões de saúde de seu pai, que decidiu voltar a morar em sua terra natal. Devido à separação de seus pais, Erika retornou para São Paulo em 2005, para encontrar-se com sua mãe e irmã, que já haviam se mudado antes, e moravam de favor em casa de familiares. Erika resolveu retornar para contribuir financeiramente com o aluguel de uma casa para viver com sua mãe e irmã, mas não pretendia pagar aluguel a vida toda, assim, em 2012, entrou na AHD por influência de uma amiga. Ao participar das atividades, foi convidada pela coordenação para ajudar nos projetos dos programas habitacionais, pois estava desempregada.

Fredson Almeida de Lima

Nascido na Bahia, ex-morador do Grajaú, bairro situado no extremo sul da cidade de São Paulo, Fredson aproximou-se da luta por moradia por influência da sua irmã, que conquistou sua moradia por meio de atividades mutirantes e autogestionária intermediadas por um movimento social por moradia. Com isso, Fredson percebeu a possibilidade de adquirir sua moradia própria, e, ao se inscrever na AHD, dedicou sua vida às atividades do movimento em parceria com sua esposa. Ao serem contemplados no Projeto Alexios Jafet, optaram por mudar-se para a zona norte, a fim de estarem mais próximos da associação para viabilizar as participações.

Euda Maria Mendes da Silva

Alagoana, filha de trabalhadores da roça, sempre desejou sair de sua cidade. Em 1995, aos 28 anos de idade, deixou seus filhos aos cuidados de seus pais, pela oportunidade de iniciar a vida na cidade de São Paulo. Como empregada doméstica, morou e trabalhou no mesmo local por 16 anos. Precisou se mudar quando parte de sua família, incluindo os filhos, veio ao seu encontro na cidade. Ao se deparar com as implicações das despesas financeiras de moradia por aluguel, Euda decidiu inscrever-se na AHD, a partir da influência de uma amiga.

Sobre a composição da CAO (Figura 10) e CRE (Figura 11) da AHD, é importante pontuar que todos os integrantes eram participantes da demanda de famílias do projeto Alexios Jafet, o que pode ser considerado um diferencial, pois, muitas vezes, as coordenações, ou figuras de relevância dos movimentos, ocupam essas funções e não vão morar no projeto pois já possuem moradia – frisamos que legitimamente fazem parte do processo⁷⁰, mas avaliamos que, quando os participantes pretendem morar nos projetos, é um fator que traz consequências na forma de analisarem e encaminharem as situações. As decisões costumam ter, em primeira conta, a necessidade sentida na pele de deixar de pagar aluguel.

⁷⁰ Na normativa do PMCMV-E a comissão deve ser composta por, no mínimo, três pessoas, das quais um participante é membro dirigente da Entidade Organizadora (EO) – movimento social –, conforme previsto em estatuto, e dois são futuros beneficiários do empreendimento. No caso da AHD, esses membros da EO de cada uma das comissões fazem parte da coordenação do movimento e são famílias da composição do projeto Alexios.

Outro elemento importante sobre essas comissões, no Condomínio Alvorada do Jaraguá, é que eram compostas por pessoas sem trajetória de participação em espaços de luta política, característica que se manifestou, em determinados momentos, em posicionamentos endógenos, com uma leitura de realidade social restrita e distante da perspectiva das lutas coletivas. Contudo, no decorrer do processo, observou-se a aproximação do grupo de pautas mais amplas, de movimentos de maior envergadura político-social e, ainda, de figuras políticas que demarcavam sua posição democrática e de luta.

Os normativos do programa indicam a CRE enquanto responsável pela gestão financeira do projeto. Por sua vez, a CAO estaria mais vinculada aos processos de acompanhamento da obra. No projeto Alvorada do Jaraguá, essa divisão foi tendo seus contornos borrados, no decorrer do processo, embora legalmente continuassem respondendo e assinando documentos em obediência a essa divisão. No cotidiano, essas dimensões se interrelacionavam e tinha-se um grupo que gerenciava os processos do Projeto em todas as suas dimensões.

Figura 10 – Integrantes das CAO (2017-2021)



Erika Paula de Oliveira Abreu



Fredson Almeida Lima



Euda Maria Mendes da Silva

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Figura 11 – Integrantes das comissões da CRE (2017-2021)



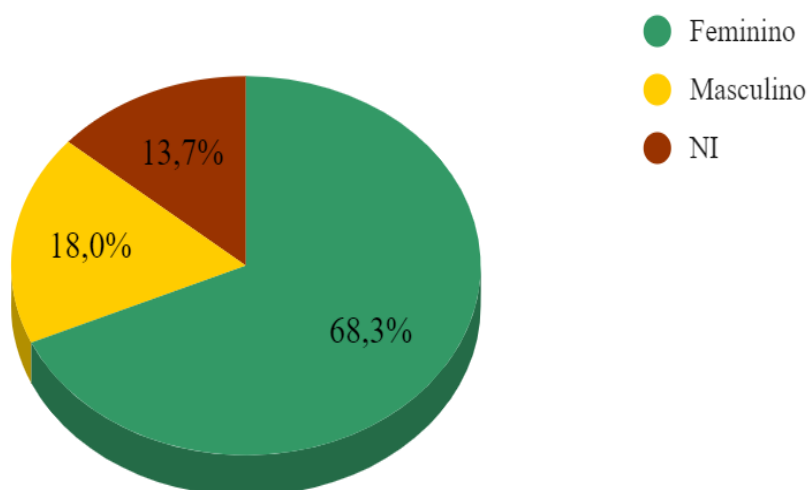
Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.4.3 Famílias

O projeto Alvorada, como mencionado, tem, na sua composição, 300 famílias vinculadas ao movimento AHD. Para participarem do Projeto, essas famílias, além de estarem vinculadas ao movimento e terem pontuação para acessar o grupo do Projeto, passavam pelo processo de cadastramento para o levantamento de informações do grupo familiar, seleção da demanda, inclusão e/ou atualização no CadÚnico e entrega de documentação solicitada pelo agente financeiro. A seguir, apresentaremos alguns dados dos grupos de famílias constantes no PTTS da AHD. Os dados foram coletados pela equipe social em 2011 e atualizados em 2015.

No que tange ao gênero do responsável familiar, as mulheres aparecem (Gráfico 1) majoritariamente (68%) como chefes de família, pelos dados levantados à época do cadastramento, e durante a obra foi possível perceber a presença majoritária das mulheres em todos os espaços, – nas assembleias, em atividades com as comissões internas e nos mutirões. Esse é o reflexo de uma sociedade contraditória, na qual as mulheres são uma minoria política e vivem sob a égide do patriarcado, contudo, são a maioria na condução dos lares brasileiros, responsáveis pelo orçamento familiar, pelo cuidado, e por compor e organizar a luta de mobilização e articulação política para a reivindicação dos seus direitos e de toda a sua família.

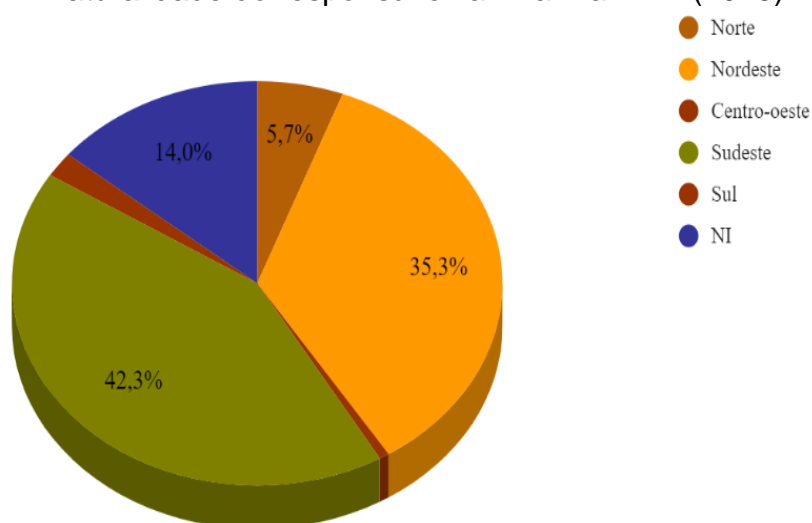
Gráfico 1 – Gênero do responsável familiar no AHD (2015)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Em relação à naturalidade do responsável familiar, chama a atenção que 41% de titulares são naturais dos estados que compõem as Regiões Norte e Nordeste do Brasil (Gráfico 2). Esse dado demonstra o resultado dos processos de migração interna, visto que, para nortistas e nordestinos, a migração para São Paulo representa uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida, contudo, nos grandes centros urbanos, o lugar destinado a esses trabalhadores é o da falta de acessos.

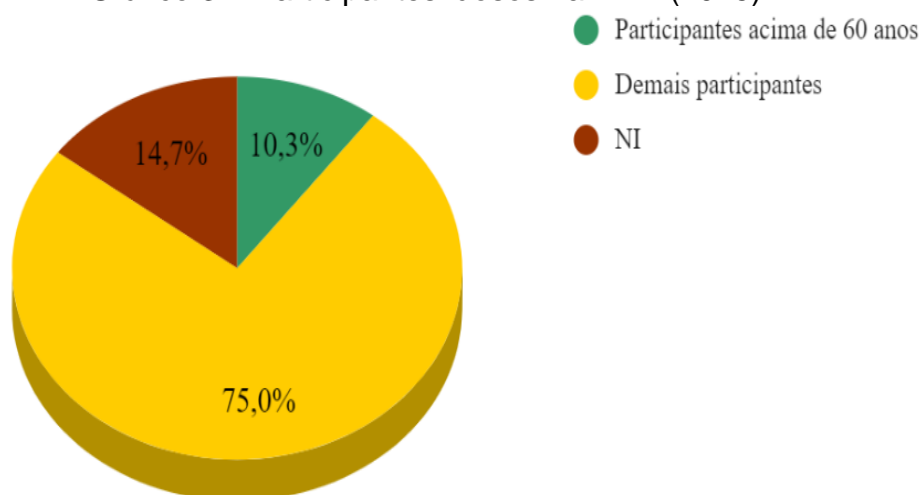
Gráfico 2 – Naturalidade do responsável familiar na AHD (2015)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

O PMCMV, por meio de critérios próprios, reserva 3% das moradias para idosos, contudo, o número de titulares idosos supera, e muito, essa previsão. Na época da atualização do cadastro, a demanda contava com 10% de participantes idosos (Gráfico 3).

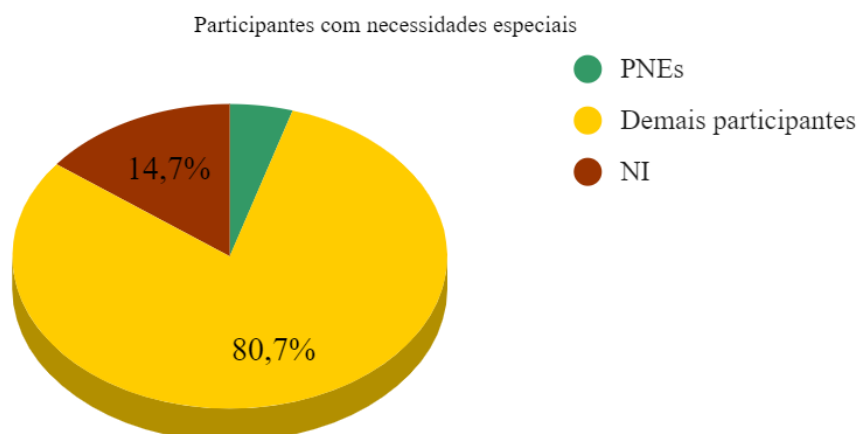
Gráfico 3 – Participantes idosos na AHD (2015)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

No que se refere à inserção de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), indicava-se 5% de participantes nessa condição (Gráfico 4). Todas as unidades habitacionais são adaptáveis, ou seja, oferecem condições para que, com adequações, tenham plena acessibilidade, e 3% já são entregues adaptadas. Os espaços coletivos são adaptados, com rampas, elevadores, banheiros acessíveis, espaçamento de portas para giro de cadeiras de rodas, etc.

Gráfico 4 – Participantes com necessidades especiais na AHD (2015)

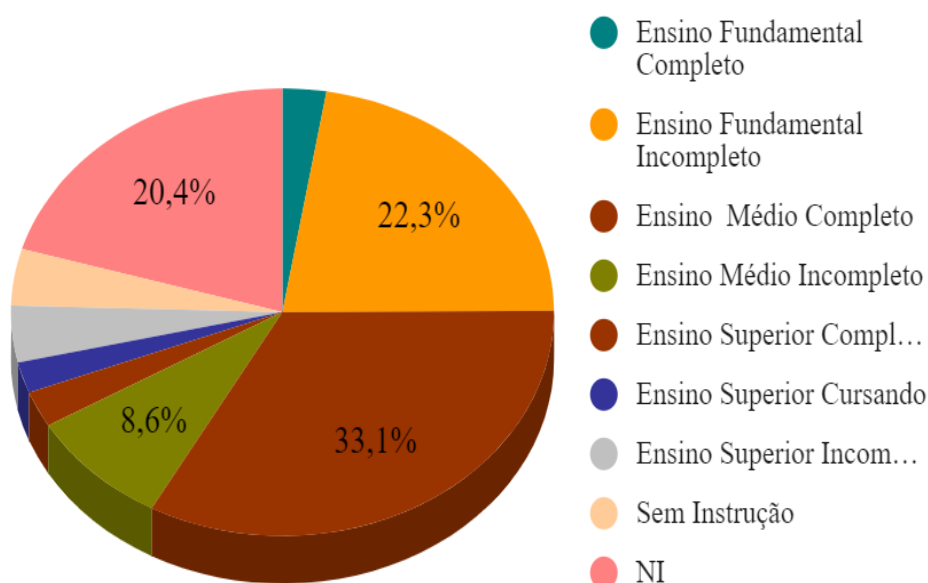


Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Os dados acerca da escolaridade (Gráfico 5) refletem o universo diverso do grupo de famílias componentes da demanda do Condomínio Alvorada, nota-se que a maior parte (33%) dos responsáveis familiares têm o ensino médio completo, seguidos por 22% com ensino fundamental incompleto e 8,6% com ensino médio incompleto. Os dados sobre ensino superior indicam poucos (15%), entre completo e incompleto. Os dados de escolaridade não informada foram muito altos, comprometendo uma análise mais apurada, contudo, em linhas gerais, os responsáveis familiares, em sua maioria, têm algum nível de instrução escolar, todavia, não se pode desconsiderar que 10% de responsáveis familiares indicam sem instrução escolar.

Para as assistentes sociais, ficou o desafio de criar estratégias para o desenvolvimento de um TS qualificado, com profundidade e democrático, a partir da necessária adequação de linguagem, conteúdo e metodologias, para conferir unidade ao trabalho realizado com as famílias.

Gráfico 5 – Escolaridade do responsável familiar na AHD (2015)

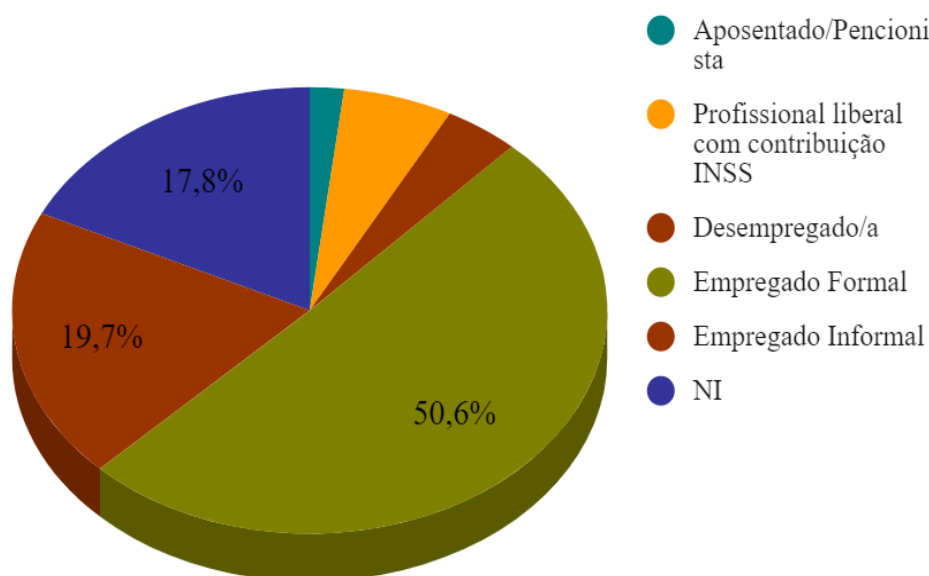


Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

No que tange à situação ocupacional do responsável familiar (Gráfico 6), temos um número expressivo de mais de 50% dos titulares com emprego formal, e aproximadamente 20% de titulares exercendo atividades informais. Novamente, é alta a quantidade de dados não informados, dificultando a compreensão real da condição de emprego dos responsáveis familiares. Desempregados, à época, representavam 4%.

Para as assistentes sociais, esses dados nortearam as ações destinadas ao desenvolvimento produtivo local como alternativa para a geração de trabalho e renda e, ainda, a construção de conteúdos que pudessem contribuir com as famílias no sentido de qualificação profissional, acesso ao ensino formal, a cursos de capacitação, e/ou fomentasse o empreendedorismo familiar, visando ao desenvolvimento comunitário.

Gráfico 6 – Situação ocupacional do responsável familiar na AHD (2015)



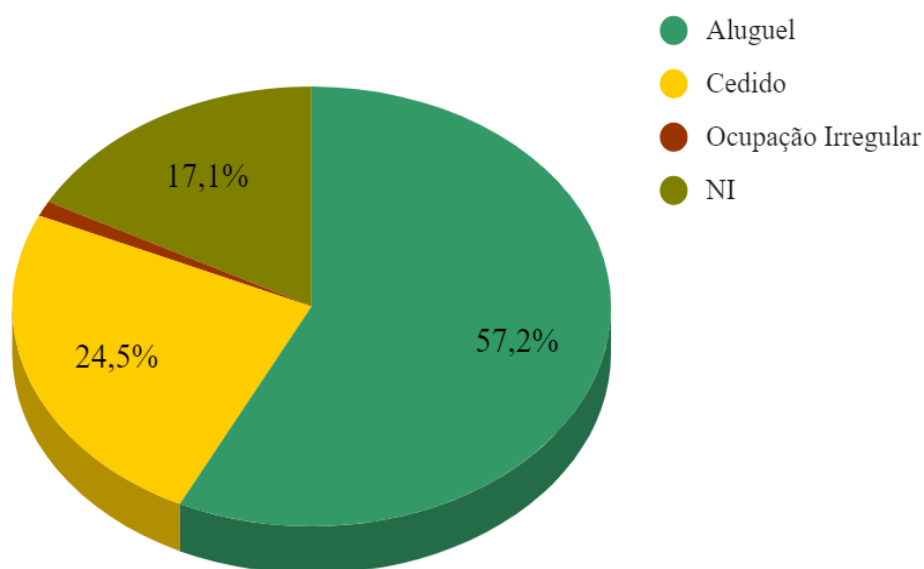
Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

A situação de moradia do responsável familiar (Gráfico 7) indica que mais de 57% das famílias moravam de aluguel na época da coleta dos dados; enquanto 24,5% estavam vivendo em imóveis cedidos; 1% em moradias irregulares; e 17% não informaram. Como expressão da questão social que movimenta a política em que estamos inseridos, a falta de acesso à moradia é o elemento que condensa esse agrupamento de famílias.

Para as assistentes sociais, essas informações traduzem a vivência cotidiana com famílias que, durante todo o processo de construção – de forma dual, é uma conquista, uma vitória e motivo de alegria, e também é moroso, custoso e implica, em certa medida, o sofrimento para as participantes – verbalizam a necessidade de parar de pagar aluguel, de saírem das casas emprestadas e das áreas de risco.

As profissionais buscaram construir, com as famílias, processos informativos e reflexivos no sentido de municiá-las para a compreensão dos motivos de sua situação ocupacional, da falta de acesso à moradia, ao direito à cidade, do uso e ocupação do solo, no sentido de politizar o sofrimento vivido, a fim de colocá-lo, de forma consciente, no processo de superação dessa condição, por meio da luta pela garantia de seus direitos.

Gráfico 7 – Situação de moradia do responsável familiar na AHD (2015)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura

Uma característica do grupo de famílias do projeto Alvorada é que a maioria de seus titulares faz parte do Projeto desde seu início, e isso significa dizer que as famílias participam da organização, de reuniões, atividades, festas, mutirões etc. desde 2010. E como releva Erika, em sua fala, muitas delas estão no movimento AHD desde muito antes do início do Projeto. Percebemos que o acesso à moradia é luta de uma vida, e, por vezes, de gerações.

*Então, na verdade, isso é o sonho da minha família inteira. [...] E aí, agora falando, né, eu entendo por que eu dei tanta importância para as minhas atividades na associação. Agora que você me perguntou, foi que eu me toquei de que o porquê que algumas pessoas falam “mas você não sai daqui”, “você não larga associação”, “você não deixa de ir para as reuniões”. Agora eu estou entendendo o porquê de toda a importância disso, **porque agora foi que eu me toquei que o sonho da minha vida e da minha família foi ter um teto, foi ter uma moradia e eu não sabia disso. Agora que eu caí na real. É muito, é muito ruim, é muito triste, quando você não tem política pública, você não tem um governo que pense nas famílias, nas pessoas, isso destrói um monte de gente, um monte de ser humano** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

*Em grande parte, é que a gente tem faixa etária diferente, mas você vê que as pessoas que estão aqui hoje, é gente, em sua grande maioria, são pessoas mais velhas, então elas já têm uma carga de vida, elas sabem que as coisas não acontecem amanhã. Então elas entraram aqui, elas sabiam que iam, que ia demorar, e elas estavam preparadas para isso, independente de gostarem ou não. Todo mundo queria que tivesse sido mais rápido! Todo mundo queria que tivesse sido mais rápido, mas são pessoas que, a grande maioria, ou veio lá do Penteado, que é onde eu onde eu morava, onde a Erundina fez aquele trabalho, ou veio da Cohab Taipas, que era onde o Cido morava, **então eles já tinham esse conhecimento da história do movimento, ou é filho de alguém que é de lá. A maioria da demanda aqui do Jaraguá, eu me arrisco a dizer que 75% delas, é vinda de outro tipo de movimento, mas é vinda de algum tipo de movimento, então eles já tinham um conhecimento, já tinha essa imagem de que vai demorar na mente, já sabiam que o processo era demorado, então eles já tinham uma visão diferente.** [...] Tem associado que a inscrição deles é de 1998, então, querendo ou não, você sabe que a pessoa está porque precisa e está consciente do que está fazendo, não é como você pegar alguém que fez a inscrição há 3 anos atrás. Eles têm uma carga que sabe coisa que eu não sei, com certeza (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

Nos depoimentos, Fredson e Erika revelam que muitas famílias participantes do Projeto têm, na trajetória familiar, a relação com a luta por moradia. Nas entrevistas aos participantes desta pesquisa, e, ainda, nos atendimentos às famílias, durante o trabalho realizado, foi possível perceber que o traço da luta pela moradia atravessa gerações, e muitos titulares do Alexios já sinalizam a inserção de seus irmãos e filhos na luta.

Inclusive hoje o meu filho mais velho já está como associado também. A minha irmã é associada, [...] inclusive, ela é do grupo Vila Clarice (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2023)

[...] minha filha fez inscrição no Vila Clarice (Depoimento de Laercio Costa de Almeida, 2023).

A minha irmã mais velha conquistou a moradia dela, participando de uma associação. Eu e meu irmão, o Doriedson, estamos aqui também participando disso, porque é o sonho, o meu, o dele, de todos. A minha mãe e minhas outras irmãs foram para o interior, mas também foram para uma habitação de interesse. [...] Então, na verdade isso é o sonho da minha família inteira (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Aí, depois que eu vim para cá, aí a gente começou a se envolver com a moradia. Aí tentei empurrar 3 dos irmãos. [...] Aí somos em 4 no projeto, né? Que sou eu, Moacir, Daiane e Ana Paula (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).

Os movimentos sociais de luta pelo acesso à moradia, muitas vezes, se colocam como uma das poucas possibilidades da classe trabalhadora acessar o direito à moradia e, assim, os trabalhadores que conquistam sua moradia incentivam seus pares a trilhar o mesmo caminho. Às assistentes sociais, coube politizar o entendimento das famílias sobre a falta de acesso a esse direito humano e

constitucional para quem, de forma consciente, se posicione na luta por esse acesso.

A inexistência de políticas públicas foi indicada, pelos trabalhadores, como destruidores de gente, destruidores de humanidade, uma característica típica de um sistema que é feito exatamente para alienar e desumanizar. Porém, ao mesmo tempo, pode fomentar e impulsionar a organização dos setores populares, que, conscientes de sua condição, se organizam para fazer frente à barbárie.

Nesse contexto de desafios e possibilidades é que o trabalho do assistente social se coloca como ferramenta que contribui com a classe trabalhadora no sentido da auto-organização e disputa pela riqueza socialmente produzida por meio do acesso às políticas sociais.

4.4.4 Equipe técnica

A equipe que atuou no Alvorada do Jaraguá, durante a fase-obras do TS contava com acompanhamento próximo dos coordenadores da assessoria técnica, Ricardo Gaboni e Isabel Cabral – atuam no Projeto desde 2009 (Figura 12). Ambos eram responsáveis técnicos por todo o Projeto e direcionavam as equipes social e urbanística em todas as dimensões do trabalho. É importante marcar que a equipe social teve, durante todo o processo de trabalho, sua autonomia técnica preservada diante das diferentes áreas do saber.

Figura 12 – Coordenadores da equipe técnica Assessoria Ambiente Arquitetura (2017-2021)



Ricardo Gaboni
Arquiteto. Coordenador.
Atua no Alexios desde 2009 a atualmente.



Isabel Cabral
Arquiteta. Coordenadora.
Atua no Alexios desde 2009 a atualmente.

Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe social era composta (Figura 13) pela assistente social coordenadora, Cleonice Dias dos Santos Hein, que atua no Projeto desde 2010, e em conjunto, planejavam, elaboravam, executavam e avaliavam as ações do TS em todas as associações. A técnica assistente social Tuane Aline Rossatto atuou no Projeto de 2017 a 2021 como responsável pela elaboração e execução das ações no Alvorada do Jaraguá; e a estagiária de Serviço Social, Nicole Ferreira, que atuou entre 2018 e 2019, compôs o quadro contribuindo com a elaboração e execução das ações.

Figura 13 – Equipe técnica social atuante na AHD (2017-2021)



Fonte: Acervo do trabalho social da Ambiente Arquitetura.

A equipe urbanística era composta (Figura 14) pela arquiteta Julia Borrelli – atuou no ano de 2017 –; o engenheiro⁷¹ João Geddo – atua no Projeto desde 2017 a atualmente –; Nataly Ferreira – atuou de 2018⁷² a 2020 –; e a estagiária de arquitetura Larissa – atuou no Projeto entre 2018 e 2019.

⁷¹ João é formado na primeira turma do Programa de Dupla Formação Escola Politécnica (Poli)/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)/Universidade de São Paulo (USP).

⁷² A arquiteta Nataly atuou no canteiro de obras da AHD no período de 2018 a 2020, mas sua atuação no Alexios Jafet data de 2013, na elaboração e no acompanhamento dos projetos arquitetônicos.

Figura 14 – Equipe técnica urbanística atuante na AHD (2017-2021)



Fonte: Acervo do trabalho social da Ambiente Arquitetura.

No processo de criação e fortalecimento de vínculos no Alvorada também se destacam os estabelecidos entre as famílias e os profissionais, seja pelo reconhecimento da importância do trabalho executado, como podemos ver na fala de Fredson:

O trabalho da assessoria técnica, da parte de arquitetura, de engenharia, de urbanismo e o trabalho social é de extrema importância. É essencial. Não há como a gente fazer moradias dignas para as pessoas se não tiver isso envolvido (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

[...] igual a gente brinca e briga, mas no final tudo com muito respeito. Vocês (profissionais) sabem muito das dores que a gente já passou. Vocês estão com a gente, como diz, o antes, o durante e vão ficar o depois e no final vocês têm lá 300 apartamentos para vocês tomarem café, vocês vão ter que fazer um mutirão lá para cada dia ir tomar café na casa de um. Aí, vocês que lutem (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

Ou pelo reconhecimento de um aliado na luta e ainda da dimensão relacional humana, como nos fala Eliane.

4.5 Espaços de organização

Considerando a necessidade de identificar as particularidades do movimento social sobre o qual nos debruçamos, nesta pesquisa, a seguir apresentamos as formas pelas quais o movimento AHD se organizava para facilitar a participação das famílias no Condomínio Alvorada do Jaraguá.

A demanda da AHD era organizada dividida em três grupos, cada um com 100 participantes. Essa divisão foi utilizada para desenvolver as atividades realizadas

com as famílias nos espaços de TS e mutirão. Essa estratégia de organização constava no Regulamento de Participação de Atividades⁷³.

A seguir, consta a organização da participação mensal dos grupos nas atividades do Projeto, compostas de uma assembleia mensal, uma atividade coletiva mensal de TS e dois dias de mutirão por mês. Mas essa quantidade de atividades foi sendo alterada de acordo com a necessidade do Projeto, pois em determinados momentos a obra exigia muito trabalho mutirante, em outros, pouco; em alguns momentos, havia muitas atividades e reuniões do TS; em outros, essa necessidade diminuía. Com o passar do tempo, a agenda também foi sendo ocupada por outras ações, como indicadas na Figura 15.

Figura 15 – Divisão de atividade relacionadas ao Projeto Alexios na AHD

FIM DE SEMANA	SÁBADO			DOMINGO		
	OBRA	SOCIAL	FOLGA	OBRA	SOCIAL	FOLGA
1º	1	2	3	2	3	1
2º	1	-	2 3	3	-	1 2
3º	2	-	3 1	3	-	1 2
4º	-	1	-	ASSEMBLEIA 1 + 2 + 3		

Fonte: Arquivo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A seguir, apresentamos os espaços onde as famílias se organizavam, debatiam, criavam e trabalhavam em prol da construção do Condomínio Alvorada do Jaraguá.

4.5.1 Assembleias

Durante a fase-obras do TS, as assembleias ocorreram mensalmente, em datas definidas por CAO/CRE e coordenação. No início das obras, foram realizadas em espaços cedidos, como o Centro de Educação Unificado (CEU) Pêra Marmelo, mas, depois da construção de um galpão, no espaço do terreno da obra, as reuniões passaram a ser realizadas nesse local.

⁷³ Esse instrumento foi construído e aprovado coletivamente em assembleia quando do início das atividades, em 2010, e versa sobre as regras para participação das famílias no Projeto, como o regime de construção por autogestão, frequências, horários, pontuação, exclusão, ordem de escolha das UH, etc.

O espaço das assembleias na AHD teve por finalidade manter o diálogo acerca de questões pertinentes ao Condomínio, à obra, ao TS, à Associação, e ainda manter o vínculo entre as famílias, pois este era um dos poucos momentos no qual toda a demanda se encontrava⁷⁴. Foi um espaço privilegiado de informações, de decisão e, por vezes, um espaço para desenvolver as atividades do TS.

Marcado o potencial político desse espaço, sempre que possível, os assistentes sociais se propunham a estimulá-lo, utilizando-o para discussões que apontassem na direção da formação política, criticidade, capacidade reflexiva, estimulavam o olhar das famílias para a realidade através das lentes que desvelam e expõem o real em busca de sua compreensão.

Os assistentes sociais compunham esse espaço com os objetivos de se manterem informados acerca de todas as pautas; acompanhar os processos de debate e tomada de decisões; a utilização do espaço para pautas do próprio TS; e apreender elementos, muitas vezes sutis, emanados nas relações, nos posicionamentos, nas ações do movimento e das famílias, para contribuir e qualificar o TS realizado. Para tanto, se fazia necessário apurar o olhar e a escuta para captar o máximo de elementos que estavam à disposição para somar ao trabalho.

A assembleia era um espaço eminentemente político, um espaço do coletivo, de debate e deliberações, e compreendê-lo como um momento do movimento fez avançar o entendimento do papel da Assessoria Técnica, e, mais especificamente, do TS, nesse lugar.

As assembleias da AHD foram construídas como espaços nos quais as famílias participantes do Projeto tiveram garantida sua oportunidade de fala, com possibilidade de ter voz ativa, trazendo pautas de interesse coletivo. É marcada a clareza que os participantes internalizaram do direito de se colocar, e assim o fizeram, pois os debates não foram reprimidos e/ou diminuídos pelas lideranças. Esse foi um aspecto fundamental de avaliação da saúde organizativa do movimento.

*A gente, quando a gente traz as questões para as famílias, é **com clareza, com verdade, o entendimento das pessoas, ou reconhecimento, ou a participação, é muito mais fácil do que quando isso não acontece. Então a gente sempre trouxe as questões com muita clareza nas assembleias, brigando, né, porque as decisões não são fáceis, com muita briga, com***

⁷⁴ Na maioria das vezes, os encontros ocorriam em grupos menores – os grupos 1, 2 e 3 –, com 100 integrantes cada, ou, ainda, as comissões, que tinham entre 5 e 30 pessoas cada; os espaços nos quais as 300 famílias se encontravam eram, geralmente, as assembleias e as festas promovidas pela Associação.

muita discussão, divergência, mas no final o que manda, o que decide, são a decisão das pessoas, aquilo que as pessoas entenderem que é o melhor para todo mundo, é o que é feito, é o que acatado (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

As assembleias da AHD configuram-se como um espaço de fluxo de informações, onde todas as pautas pertinentes às questões políticas e burocráticas do movimento eram explicitadas e os informes acerca das demandas do condomínio e da obra colocados em discussão para decisão.

*É o mais importante (o espaço da assembleia), porque você consegue, a coordenação em si, ela consegue resolver os problemas do dia a dia. Ela existe para resolver os problemas do dia a dia, mas de forma contundente, de forma mais específica. A gente não consegue e **nem deve criar as regras**, digamos assim. Então o espaço da assembleia, muito além de ser um espaço de repasse do que está acontecendo diariamente na obra, **é o espaço de decisão** de como a gente vai fazer, porque não dá para você achar que **o que a coordenação pensa é o que as famílias do programa inteiro, do projeto pensa, porque o quadro das famílias é muito mais amplo do que o quadro da coordenação**. [...] O espaço da assembleia é onde você consegue ter a **visão e a opinião de todo mundo, é onde você consegue direcionar os problemas de forma a serem resolvidos pela maioria das famílias e não pela decisão de meia dúzia, né**. Então é fundamental o espaço da assembleia, não só para questão de repasse de informação, mas como local de decisão de fato* (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

O depoimento de Erika aponta para a importância da assembleia como um espaço do decidir coletivo, democrático e plural. Revela uma compreensão avançado do papel das lideranças que é o de pautar as questões, debater coletivamente, e acatar a decisão da maioria.

Um movimento percebido pela equipe no desenvolvimento desse espaço, ao longo do Projeto, foi a crescente apropriação – por parte das famílias – das informações e do conhecimento acerca de processos da obra, das compras, contratações, do financeiro⁷⁵. No início do processo, a coordenação detinha a maior parte das informações e do conhecimento – por experiências anteriores e pelo contato diário com essas informações –; com isso, suas propostas eram quase que compulsoriamente aprovadas, não havia outras possibilidades.

⁷⁵ A obra, no decorrer do tempo, passou por muitas dificuldades financeiras, por diversos motivos, e citamos o déficit financeiro como o principal, por ser um elemento estável. O déficit financeiro se dá em razão de os cálculos que embasam a construção do orçamento do Projeto Alexios Jafet terem sido referenciados em tabela oriunda do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) do ano de 2017, quando a obra se inicia. O tempo decorrido entre a construção do orçamento e o início das obras altera consideravelmente os valores dos materiais e serviços e, com isso, o orçamento da obra tem uma defasagem permanente, que avança à medida que a obra se prolonga e a obra se prolonga à medida que faltam recursos para sua continuidade.

Com passar do tempo, esse cenário foi alterado e a coordenação passou a manter debates, em níveis muito próximos de compreensão, com as famílias, e o nível das propostas das famílias também se qualificou muito, de maneira a tornar o processo de debate e decisão rico e criativo. Na AHD, foram adotadas soluções inovadoras para problemas recorrentes⁷⁶ e isso se deu por esse processo de crescimento coletivo.

O potencial desse espaço foi explorado pelo Movimento, pelas famílias e pelo TS. Nesse momento com as famílias, as lideranças fortaleceram seus vínculos, suas identidades e marcaram suas histórias de luta. Exercitaram o processo de formação de novas lideranças, estimulando que se colocassem em cena, em movimento; elaboraram vontades coletivas; gestaram novas práticas; e nutriram sonhos.

Figura 16 – Assembleias da AHD (2017-2020)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

⁷⁶ Citamos o enfrentamento ao déficit financeiro da obra com as famílias – que desejaram – realizando dentro de seus apartamentos o acabamento desejado. Explicamos que nos projetos de HIS é comum, após a entrada das famílias, muitas iniciarem reformas por não gostarem dos pisos, azulejos, cerâmicas, etc. Com essa ação, que precisou de aprovação prévia da CEF – por contrariar as normas do Programa que prevê a entrega dos apartamentos com determinado padrão de acabamento – as famílias contribuíram com o financeiro da obra, evitando a compra de itens e a mão de obra para sua instalação e evitaram transtornos futuros, por não serem necessárias reformas. Cada família realizou o acabamento de seu apartamento conforme seu desejo e possibilidades. Para as famílias que não tiveram possibilidade, ou interesse, foram instalados os acabamentos padrão – de qualidade e que foram aprovados em assembleia. Ainda nesse relato, temos um elemento interessante, pois foi realizado pelas famílias um movimento de doação de acabamentos que eram provenientes de sobras ou outro motivo e um espaço foi reservado para a alocação desses materiais. Outras famílias que desejassem e não tivessem condição puderam escolher e então utilizá-los em seus apartamentos.

4.5.2 Atividades coletivas com o Trabalho Social

Mensalmente, eram realizadas, pela equipe de assistentes sociais, as atividades coletivas, com todas as famílias participantes do Alvorada – divididas em três grupos, de 100 participantes cada. As atividades tinham o objetivo de promover um processo de formação política com o grupo de famílias e assim construir processos de reflexão que partissem dos elementos da realidade vivida no Projeto e na vida.

Como norte, constavam os eixos de desenvolvimento do TS para a execução do PTTS. Contudo, as temáticas eram muito livres e permitiam aos assistentes sociais total autonomia na elaboração dos conteúdos. O fio condutor das atividades era o desenvolvimento da capacidade de analisar a realidade vivida a partir da sua desmistificação, para então criar estratégias de intervenção na realidade social capaz de transformá-la sempre em uma perspectiva coletiva.

As assistentes sociais, ao desenvolver as atividades para o grupo de famílias do Alvorada do Jaraguá, preocuparam-se em garantir a construção de uma memória histórica dos processos de luta vivenciados pelas famílias e aqueles que a antecederam em prol da moradia. Foram abordados, em muitos momentos, o processo de formação sócio-histórica do Brasil, com o objetivo de assentar a compreensão de uma sociedade organizada de forma a excluir uma parcela da população dos acessos.

Com essa compreensão, foi preciso criar o alicerce da perspectiva do direito e da necessidade de lutar para garantir esses direitos, para então abordar especificamente cada expressão da questão social, suas raízes e os enfrentamentos coletivos possíveis.

No Quadro 11 constam as principais temáticas abordadas na atividade coletivas de TS.

Quadro 11 – Atividades coletivas

PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	
Breve resgate histórico sobre a questão habitacional brasileira	Consciência negra
Outubro rosa – campanha preventiva ao câncer de mama	O homem que virou suco
Mapeamento avaliativo sobre o andamento de todas as comissões.	Como se faz análise de conjuntura?
A arte e a cultura	Valores éticos

PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS	
Serviços e equipamentos públicos	Etapas de obra
Ética	A arte de se comunicar – comunicação não violenta
Controle social	Pensando e pisando no território
Debate sobre trabalho	O “ato” de se manifestar
Mutirão	A humanização das relações
Introdução ao debate de gênero	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Gosto se discute?	Conselho Tutelar enquanto instrumento de proteção social
Gosto se discute? Parte 2	Desenvolvimento produtivo – teia
Política – que bicho é esse?	Desenvolvimento produtivo – moeda social
Gincana – aprendendo a aprender	

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.5.3 Reuniões com as CAO e CRE

As reuniões desse grupo propuseram-se a ser espaços permanentes de discussão sobre questões do Projeto. Foram acompanhadas pela assessoria com as equipes urbanística e social, e no período analisado ocorreram semanalmente, na sede da entidade.

As reuniões da CAO e da CRE⁷⁷ apresentaram-se como espaços dinâmicos, em que foi possível debater diversas pautas. Para a equipe da assessoria técnica, os momentos das reuniões foram também espaços de formação e capacitação. As comissões, no constante diálogo com a equipe urbanística, adquiriram grande manejo das pautas relativas à obra e ao mercado pertinente. No diálogo aproximado com a equipe social, foram expostas ao constante exercício de pensar e refletir sobre o próprio pensar, estimulando a internalização desse caminho para a reflexão.

As assistentes sociais utilizaram o espaço com alguns objetivos, e um deles foi a possibilidade de debater pautas para o planejamento de ações e decisões das questões relacionadas ao TS desenvolvido no condomínio. Considerando que as pautas desse espaço eram majoritariamente voltadas à obra, um segundo objetivo no acompanhamento das reuniões das CAO e CRE, pela equipe social, foi a possibilidade

⁷⁷ Na AHD, os participantes das reuniões não se limitaram apenas às CAO e CRE, mas existiram momentos, a depender da necessidade, nos quais outras comissões participaram das reuniões para compor as discussões e decisões. A comissão de compras estava muito presente nessas reuniões devido ao alto volume de itens a serem adquiridos e que precisava de decisões coletivas.

de aprendizado afim de criar – por parte dos técnicos sociais – familiaridade com termos técnicos da equipe urbanística; compreender os processos e as fases da obra; assimilar o processo de trabalho e organização das comissões relativo às obras e aos mutirões, assim como fortalecer o vínculo com a coordenação e as famílias participantes. E, sobretudo, foi um espaço oportuno para a observação, quando se criou a possibilidade de identificar a necessidade e compor estratégias para intervenção objetivando qualificar os espaços e as relações.

Um exemplo foi a observação na dificuldade de comunicação do grupo, que, nas reuniões, apresentava diversos entraves para o repasse de informações, debate e encaminhamento. Por vezes, ficava muito tempo preso a algumas pautas e, no final, não conseguia abordar todos os temas necessários. Em determinados momentos, não compreendia de maneira uniforme os encaminhamentos, ou mesmo não realizava encaminhamentos, após longas horas de falas. Uma das muitas estratégias adotadas para qualificar as reuniões de CAO e CRE foi o desenvolvimento de um instrumental de Pauta das Reuniões (Figura 17), pela equipe social que ajudava a organizar o momento do encontro.

As assistentes sociais utilizavam avatares animados para cada figura da reunião, e cada um dos membros de CAO e CRE e da equipe da Assessoria, com o objetivo de usar linguagem não verbal para passar informações mais delicadas. Após a entrega da Pauta, as primeiras reações eram de risadas, por alguma piada interna, que era representada na animação, ou de consternação, diante de alguma doença. Com isso a reunião já encontrava – avaliamos – uma atmosfera de intimidade e cumplicidade.

A Pauta tinha por objetivo criar um caminho mental nos participantes, então, a princípio, decidíamos que cuidaria das inscrições das falas, para que não houvesse interrupções; e o tempo de fala, para que não fosse tão longo; então, todas as pautas eram levantadas para que não se esquecessem e conseguissem avaliar o tempo dedicado a cada tema e, então, indicava-se alguém para realizar a ata da reunião. Em seguida, organizava-se uma roda de repasses e informes e a técnica social fazia, então, o controle das pautas em aberto de uma reunião para outra, para criar o hábito de dar seguimento aos encaminhamentos; do contrário, os encaminhamentos só ocorriam quando havia algum problema que assim o exigisse – e, então, iniciava-se o debate das pautas.

Figura 17 – Instrumental de pauta de reuniões CAO e CRE (2019-2020)

PROJETO ALVORADA DO JARAGUÁ

REUNIÃO: Comissões de acompanhamento de obra e Representantes do empreendimento
DATA: 25/09/2019



✓ **ORGANIZAR REUNIÃO**

- Inscrição;
- Tempo de fala;
- Levantamento de pautas;
- Ata;

✓ **REPASSES/ INFORMES**

- Reunião com União;
- Reunião executiva;
- Reuniões com comissões;

✓ **PAUTAS EM ABERTO/TAREFAS**

- Trazer devolutiva vinculação com a União/ Definir acompanhamento das reuniões²;
- Ligar Gislaire cobrando CND² (entregaram certidão);
- Fechamento de demanda – 60%@; Falar com Edilson sobre vaga Aparecida;
- Acompanhamento processo de retificação – confrontantes²;
- Cronograma da BASS / segurança dos equipamentos- Levantamento de fundo de obra²/... Política de arrecadação de verba;
- Levantamento de Contratos; - Comissão de Contratação – Assessoria enviar planilha
- Atividade passeio setembro OESTE e AHD (28/09 Eliane falou com comissão?);
- Cobrar Claudio (fundo de obra, previsão valor demissões);
- Trabalho Social outubro (ciranda oeste e meio ambiente)
- Cine Clube Juventude (29/09);
- Levantamento de trabalhadores política de educação;
- Planejamento para medição: empreiteiro e MDO;
- Boleto Danúbio, revalidação de diretrizes (dia 30)?



✓ **PAUTAS**

- Divisão de atribuições (competências?)

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

É importante pontuar que esse foi um caminho criado coletivamente, a partir da observação das falas dos participantes, que, muitas vezes, demonstravam irritação com os processos das reuniões, mas não compreendiam o que os causava e como resolver. E, com muito diálogo, fomos juntos construindo entendimentos e estratégias, muitas falhas e algumas exitosas, como a Pauta, por exemplo, que não se pretendia ser um instrumento fixo, mas contribuir com a internalização, pelos participantes, dos movimentos necessários para dar conta da quantidade imensa de informações e problemas a serem resolvidos, afim de que, quando do encerramento do acompanhamento da equipe social, o grupo tivesse condições, ainda que sem o instrumental, de realizar esses movimentos.

*A gente começou realmente com as reuniões de coordenação, falou-se muito sobre o que seria o trabalho social no antes, no durante e pós-obra e assim, nos espaços que a gente utilizava de coordenação, era muito bom, porque, **socialmente vocês conseguiram ouvir a gente, ouvir as nossas dores, as nossas lamúrias, e vocês conseguia dar um norte para a gente.** (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

*Foi bem bacana essa parte do social também, com a coordenação a gente da parte da coordenação, eu acho que foi o melhor, porque assim, a gente vinha com as angústias, com os pontos de interrogações. E assim, como diz o ditado, quando a gente está de fora, a gente consegue enxergar uma solução melhor do que quando está dentro do problema. E assim, com o trabalho de vocês, com a paciência de vocês, vocês viram **vocês fizeram a gente enxergar, deu uma outra direção para tudo isso** (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Esse espaço proporcionou, em especial, o aprendizado mútuo entre famílias e técnicos e foi possível aprender como identificar necessidades, analisar possibilidades e negociar estratégias. Percebemos um profundo estímulo à reflexão e ao pensamento voltado para o interesse coletivo, já que as comissões necessitavam pensar não o que é melhor para elas, mas sim o que é melhor para o Projeto e para todas as famílias que compunham a demanda.

Para as assistentes sociais, ofereceram a possibilidade de ter uma relação, no mais alto grau de complexidade da palavra “relação”, com as lideranças do movimento e com as famílias participantes, ou seja, viver e construir materialidades e subjetividades com esse ator que tanto ocupou as nossas atenções profissionais como assistentes sociais e, pessoais, no papel de militantes – que são os movimentos sociais (Figura 18).

Figura 18 – Reuniões CAO e CRE (2017-2021)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.5.6 Comissões internas

*No programa, na normativa do programa, as comissões de CAO e CRE são obrigatórias, precisa ter para funcionar, para as entidades construírem e tal. Só que existem várias outras comissões que foram criadas **justamente para que as famílias se envolvessem com construção, né, da obra em si, mas também do condomínio, da convivência das pessoas**. Nós tivemos em torno de, acho que, 22 comissões. E todas elas são de extrema importância. Uma obra desse tamanho ou qualquer obra que seja, no tamanho que for, **ela não funciona se não tiver o envolvimento das pessoas** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

Outra forma de agrupamento para o trabalho desenvolvido com as famílias foram as comissões internas do Projeto, que tinham as mais variadas temáticas como centralidade, cada uma exigindo de seus participantes a construção de conhecimento, habilidade, ou disposição, distintas.

Após um processo de apresentação das propostas de cada comissão, as famílias escolheram o grupo com o qual mais se identificavam para contribuir com sua participação.

*[...] a gente fez o seminário, dividimos as comissões, no começo a gente não entendia muito bem o porquê disso, a gente achava que era só mais firula, mas assim, depois a gente, com o respeito, a gente respeitou, cada família, foi proposto, foi colocado as comissões, foi explicado porque cada pessoa tinha que participar daquela comissão. Alguns foram sem norte, sem saber o que queriam, o que escolher, foi para uma comissão e através do trabalho social a gente deu autonomia para essas pessoas dizerem para a gente que não estava feliz naquela comissão, que queria migrar para outras. A gente viu o potencial, graças ao trabalho social, potencial em pessoas que a gente, na nossa correria do dia a dia, de assembleia em CEU, todo mundo junto ao mesmo tempo e misturado, a gente não conseguia ver isso. Eu acho que o pontapé inicial para a gente foi isso, foi o dia que a gente fez o seminário e dividiu as famílias em comissões, aí ao longo de todo esse trabalho, de todo o trabalho social, as (reuniões) ampliadas que a gente fazia, com as comissões, **aí a gente foi descobrindo os sujeitos**, qual que cabia na comissão de compras, o que quis ir para a comissão da Juventude, do idoso e dentro dessas comissões a gente conseguiu trabalhar com eles individualmente, fizemos algumas atividades bem bacanas, a gente fez cinema para os jovens, a gente fez o cinema com os idosos, a gente fez piquenique do Pico do Jaraguá com a Juventude, a gente tem muitos momentos marcantes [...] (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Após o processo de escolha, seguiu-se a capacitação de cada uma das comissões e, ao longo do processo, foram realizadas formações a capacitações com as comissões, sempre que era sentida essa necessidade. Essa avaliação era feita coletivamente com as famílias participantes.

Cada comissão era acompanhada por um representante de CAO e CRE para facilitar a circulação das informações sobre o que as comissões estavam realizando

com a coordenação e, no inverso, para que a coordenação tivesse esse vínculo de proximidade com as comissões para o repasse das informações diretamente.

Então aí, eu perguntei, né, a gente fez reuniões, e a gente foi perguntando, como tinha as comissões, as pessoas falavam, “ah, eu quero ir para a comissão tal”, a outra falava “ah, eu vou para a de saúde, eu vou...” cada um foi, não foi que a gente obrigou as pessoas, “não, você vai para a comissão tal”, as pessoas escolhiam onde elas melhores se adaptavam e falavam “ah, eu quero ir para a comissão tal”. Aí, depois que essas comissões foram feitas, cada pessoa de CAO e CRE ficou responsável por 4 comissões. Aí a gente fazia reunião, chamava o pessoal, falava o que precisava fazer, essas coisas. Fazia trabalho com elas, tipo, vai ter uma festinha aí, que que a comissão tal pode fazer, aí vai fazer uma homenagem tal, aí vai fazer um desenho tal, vai fazer (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).

Foram formadas 22 comissões de trabalho (Quadro 12), com o objetivo de atuarem na totalidade dos processos relacionados ao Projeto, e exercer a autogestão em todos os seus níveis, nos espaços de execuções de tarefas e espaços de decisões, construindo os processos de gerenciamento de obra, a gestão de recursos e da atuação das próprias famílias.

Quadro 12 – Comissões internas do Alvorada

COMISSÕES DE TRABALHO ALVORADA DO JARAGUÁ		
Almoxarifado	Coordenadores de Obra	Meio Ambiente
Capacitação	Cotação	Pontuação
Ciranda	Cozinha	Prestação de Conta
Comunicação	Ética	Saúde
Condominial	Idoso	Segurança de Obra
Conselho Fiscal	Juventude	Segurança do Trabalho
Contratação	Limpeza	Socioeducativa
Cultura		

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

As comissões, além de executar tarefas que contribuíam diretamente com o funcionamento da construção do Alvorada, também se reuniam, planejavam e executavam atividades que julgavam importantes para o processo do coletivo.

Fundamental. Porque, tipo, eles têm lá seis pessoas para CAO e CRE, seis pessoas vão dar conta de uma demanda de cem pessoas dentro do canteiro? Nunca que vai ser isso. A coordenação, ela não consegue estar aqui na obra de manhã para fazer, vamos começar pelo mais básico: o café. Se você tem uma demanda de 100 pessoas, você não consegue chegar aqui em 2 pessoas e preparar café para 100 pessoas. Você não consegue chegar

*aqui e pegar pontuação, lista, pegar presença de todo mundo, saber quem chegou. Segurança, 2 pessoas não vai dar conta de saber: “ó você esqueceu de pôr a bota, você esqueceu de pegar a sua luva”. **Então as comissões são, foram fundamentais no processo da obra.** Não tem como você criar um projeto, desenvolver um projeto por autogestão, sem ter as famílias dentro dessas demandas, sem ter as famílias dentro dessas comissões. E aí você coloca a gente teve vinte e duas, as vinte e duas participavam cotidianamente? não, mas elas participavam no momento que era necessário. Por exemplo, quando a gente teve as comissões de ciranda, de idoso, todos os trabalhos que eles desenvolveram com as crianças, com os próprios idosos, com a comissão de meio ambiente, a estrutura que isso cria para a obra, é impensável você ver a obra do jeito que ela está hoje se você não tivesse tido essas comissões durante o percurso. **Seria praticamente inviável, porque não teria condição física, nem material, nem pessoal, nem mental** (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

Consideramos as comissões como eixo nucleador do processo autogestionário no Alvorada, pois se apresentaram como espaço de possibilidades do fazer, do colocar-se em movimento, do mobilizar-se no sentido nós; ação que afasta as posições individualistas, exercita a reflexão sob um prisma diferente do estabelecido pela lógica imposta; que nos informa a todo momento quais são as necessidades individuais, as demandas e emergências do eu.

Defendemos que o processo de desenvolvimento e ampliação da consciência social e democrática reside na intersecção do refletir e agir, assim, a materialidade das ações é o elemento que, aliado aos processos reflexivos construídos coletivamente, no decorrer do desenvolvimento de todo o processo do Alvorada, possa ter possibilitado o avanço da formação política e da consciência democrática.

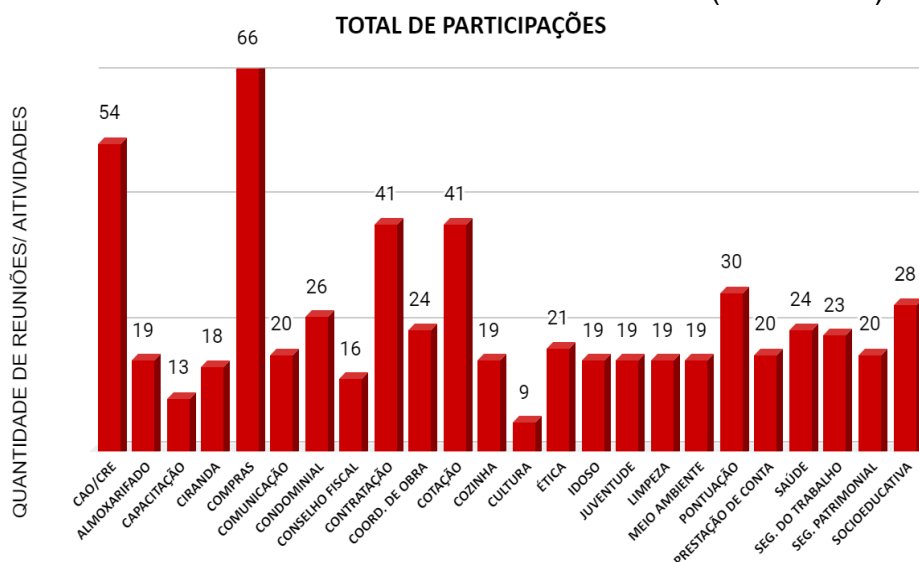
Partindo dessa premissa, os encontros do TS com as comissões se propuseram a estimular dois pilares:

- A reflexão: O primeiro movimento deu-se através de debates sobre as temáticas relacionadas à realidade das famílias, em busca do mais variado leque de temas políticos e sociais – como trabalho, exploração, desigualdades, lutas sociais, cotidiano, família, violência, meio ambiente, etc. –, sempre com a preocupação de que os debates tivessem chão firme na realidade vivida no cotidiano das famílias, ou seja, que as reflexões construídas tivessem onde pousar e intervir;
- A ação: O segundo movimento referiu-se às atividades destinadas a pensar, planejar, idealizar e criar estratégias para agir.

A partir das demandas que se apresentavam na realidade e que se relacionavam com a especificidade de cada comissão, os grupos elaboraram coletivamente possibilidades e caminhos para esse fazer que dá resposta a necessidades advindas do real; dessa forma, entendemos ter estimulado a autonomia dos indivíduos no sentido de absorver a ideia e a prática da autogestão no empreendimento e em suas vidas.

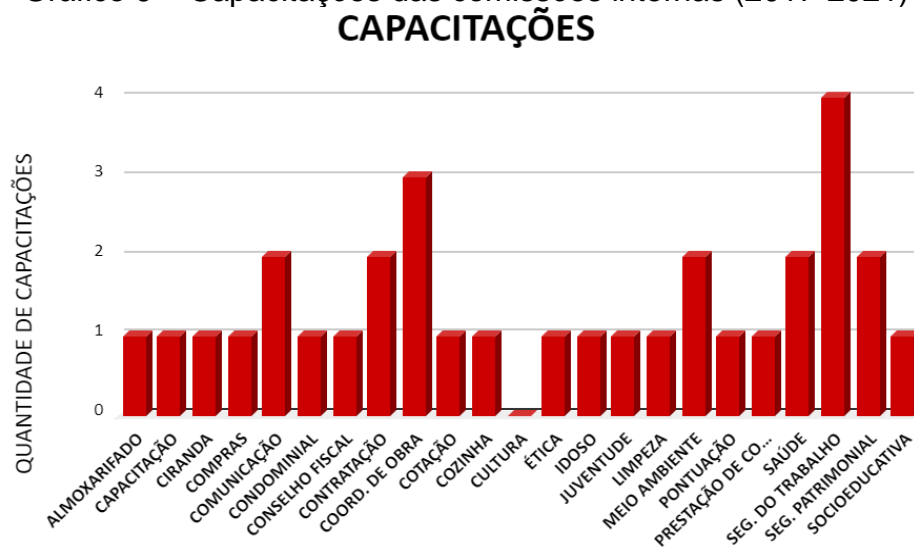
Durante a fase-obras do TS foram realizadas 608 reuniões (Gráfico 8) das comissões internas do projeto e 32 capacitações (Gráfico 9) com as comissões.

Gráfico 8 – Reuniões das comissões internas (2017-2021)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Gráfico 9 – Capacitações das comissões internas (2017-2021)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.5.7 Reuniões Ampliadas

As reuniões ampliadas aconteciam mensalmente. Eram compostas pela coordenação da associação, os componentes de CAO e CRE e os representantes das 22 comissões internas e assessoria técnica, a fim de dialogar acerca do andamento do Projeto e acompanhar as atividades que as comissões desenvolviam e, ainda, identificar dificuldades, problemas, pensar soluções de forma coletiva, e articular atividades conjuntas visando a contribuir com o Projeto.

Nesse sentido, buscamos, por meio das narrativas, identificar como os participantes compreendiam esse espaço do trabalho para formação e participação.

*Como o **espaço de solução de problemas** [...] dentro dessa ampliada, a gente conseguia discutir o que era um problema em uma determinada demanda e trazia a solução que às vezes estava em outra demanda, mesmo sendo uma mesma comissão, **mas tinham pessoas diferentes, com visões diferentes** e às vezes o que estava funcionando num grupo não funcionava em outro, mas funcionava em um terceiro. Então ela criou um espaço de **troca de conhecimento** que a meu ver foi muito importante para a rotatividade das comissões, porque se você focasse no trabalho dentro de um grupo só, às vezes não dava certo, mas quando você levava para outros grupos, para outras demandas, aquilo funcionava. **Então você conseguia identificar problemas**. Por que que nesse grupo funciona e nesse grupo não funciona? Se não tivesse ampliada, você não ia conseguir essa visão. Então ela foi um espaço de discussão muito importante por conta dessa questão. Você conseguia ter uma visão mais, é até engraçado falar, **uma visão mais ampliada**, sendo que o nome da comissão era ampliada, era para isso, né? (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

Na AHD, as comissões internas tiveram, cada uma, o acompanhamento de um respectivo integrante de CAO ou CRE, como referência para diálogo dentro do Projeto. Assim, cada representante de CAO ou CRE acompanhou três ou quatro comissões internas.

Esse espaço foi pensado para ser um catalizador contínuo e abrangente de informações, onde os representantes puderam repassar as informações do que suas respectivas comissões desenvolveram e receber informações sobre o andamento do Projeto e compartilhá-las com os demais membros de suas comissões.

Por meio desse espaço, foi possível qualificar o fluxo da comunicação interna no Projeto, pois se colocou em diálogo próximo e constante grande parte das representações dos atores das ações do Projeto.

Nesse espaço, firmou-se também uma rica possibilidade de planejamento de atividades de forma conjunta com todas as comissões e foi possível propiciar a oportunidade de se articularem com facilidade.

Da avaliação dessas atividades coletivas, destacamos-se alguns elementos interessantes, dentre eles, a possibilidade de interação entre famílias de diferentes grupos de trabalho. Entendemos ser importante essa interação se considerada a necessidade de os participantes, em sua totalidade, criarem vínculos afetivos e estabelecerem, durante o processo de desenvolvimento do projeto, a empatia por indivíduos que formarão uma comunidade grande, complexa e que necessita de fortes laços de companheirismo para ter convívio harmonioso.

As comissões – em escala direta ou indireta – são correlacionadas e esse fato auxiliam a desenvolver a ideia de trabalho coletivo, ao fortalecer a possibilidade de conhecer a totalidade dos processos, de transparência nas ações, e confiança política.

Ainda no que tange às famílias participantes no projeto Alvorada, avaliamos que foi indispensável a interação dos representantes da CAO e CRE com as demais comissões; assim, foi possível desmistificar a ideia de hierarquização entre as comissões e seus integrantes, observada pela equipe em alguns momentos do TS.

Esse espaço tem, por parte da equipe social, forte estímulo para a participação das coordenações do movimento, considerando a possibilidade de aproximação das narrativas das famílias (bases do movimento), fortalecendo os vínculos afetivos, políticos, bem como ouvindo seus sentimentos e pensamentos e, a partir disso, conectar-se à realidade do movimento que essas lideranças estão à frente.








*Então assim, a gente ficou responsável por algumas comissões, até então, eu falava “nossa, não quero, né?” Então, mas a gente entendia, né? E foi gostoso, foi bom porque realmente vinha de tudo, **vinha de tudo para ser resolvido**. Muitas vezes vocês falavam e a gente entendia, né, o que vocês queriam nos passar. **E a gente foi se aprimorando**, foi pegando a informação e falando “não, a gente precisa andar sozinho, com base no que eles falam, a gente precisa se apropriar disso”. Então eu acho que hoje, todo o trabalho que a gente faz hoje, com as pessoas, é muito voltado em **reconhecimento desse trabalho que a gente teve com ampliada**, né. Porque a gente pega diversas situações, que não muda, são várias pessoas, vários problemas, e aí a **gente volta um pouquinho, a gente já sabe o que fazer, então muitas vezes a gente só olha um para o outro, a gente sabe, né?** (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).*

Na fala de Laércio, percebe-se o profundo pertencimento ao trabalho realizado e sua própria capacidade de identificar e resolver os problemas que surgem no processo. Acreditamos que esse é o real intuito do trabalho realizado, ou seja, a possibilidade de seus resultados permanecerem para além dele próprio.

No espaço das Reuniões Ampliadas, utilizou-se, como instrumento para contribuir com a organização das atividades do Alvorada, o calendário de atividades (Quadro 13) que era acordado mensalmente nas Reuniões Ampliadas (Figura 19) e divulgado de maneira impressa nas Assembleias e constantemente nos grupos de WhatsApp do Alvorada.

Quadro 13 – Instrumental Calendário de Atividades (2019-2021)

CALENDRÁRIO DE SETEMBRO 2017 PROJETO ALEXIOS - AHD			
DIA	HORA	GRUPO	ATIVIDADE
02/09 - SÁBADO	8H	GRUPO 01	MUTIRÃO
		GRUPO 02	TRABALHO SOCIAL
03/09 - DOMINGO	8H	GRUPO 02	MUTIRÃO
		GRUPO 03	TRABALHO SOCIAL
07/09 - QUINTA-FEIRA	19H	COORDENAÇÃO + CAO/CRE + COTAÇÃO + CONTRATAÇÃO + ASSESSORIA	REUNIÃO
09/09 - SÁBADO	8H	GRUPO 01	MUTIRÃO
10/09 - DOMINGO	8H	GRUPO 03	MUTIRÃO
14/09 - QUINTA-FEIRA	19H	COORDENAÇÃO + CAO/CRE + COTAÇÃO + CONTRATAÇÃO + ASSESSORIA	REUNIÃO
16/09 - SÁBADO	8H	GRUPO 02	MUTIRÃO
17/09 - DOMINGO	8H	GRUPO 03	MUTIRÃO
19/09 - SEGUNDA-FEIRA	19H	COMISSÃO SOCIOEDUCATIVA + O REPRESENTANTE DAS COMISSÕES DE CIRANDA/ JUVENTUDE/ IDOSO.	REUNIÃO
21/09 - SEGUNDA-FEIRA	19H	COMISSÃO AMPLIADA (O REPRESENTANTE DE CADA UM DAS COMISSÃO INTERNAS + COORDENAÇÃO + CAO /CRE + ASSESSORIA)	REUNIÃO
23/09 - SÁBADO	8H	GRUPO 01	TRABALHO SOCIAL
24/09 - DOMINGO	8H	TODA DEMANDA (GRUPOS 01 + 02 + 03)	ASSEMBLEIA
28/09 - QUINTA-FEIRA	19H	COORDENAÇÃO + CAO/CRE + COTAÇÃO + CONTRATAÇÃO + ASSESSORIA	REUNIÃO

LEGENDA						
	TRABALHO SOCIAL		CAO/CRE			
	MUTIRÃO		ASSEMBLÉIA			
	ATIVIDADES COMISSÕES					
	AMPLIADA					

S	T	Q	Q	S	S	D
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Esse instrumento e seu uso contribuíam muito para a boa adesão às atividades programadas, pois, no início, era recorrente a baixa adesão às reuniões e atividades propostas pelo TS. Após observação e diálogo, foi possível perceber a necessidade de que o calendário fosse acordado coletivamente com as famílias; que as datas fossem registradas e divulgadas de forma impressa; e que essas atividades fossem sendo lembradas ao longo do mês, quando da sua aproximação, via aplicativo de mensagem, pela Comissão de Comunicação. Após todos esses ajustes, a adesão às atividades aumentou consideravelmente.

Figura 19 – Reunião Ampliada (2018)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.5.8 Mutirões

Espaços, assim como todos, permeados de contradições, um dos aspectos dos mutirões dialoga com uma necessidade objetiva – que vem se alterando⁷⁸ com o avanço de alguns programas de HIS que colocam o mutirão como possibilidade – de economia dos recursos empregados com mão de obra parcial, que são revertidos em qualidade para os empreendimentos.

Aspecto de muita relevância refere-se a uma discussão, na qual não adentraremos, mas compreendemos ser importante sinalizar, pois se trata do mutirão como sobretrabalho e/ou trabalho não pago, visto que as famílias precisam dedicar, para além de suas jornadas, determinada quantidade de horas mensais⁷⁹ ao trabalho mutirante, o que pode tornar o processo, em muitos momentos, cansativo e desgastante.

Um terceiro aspecto interessante de se observar é que, a partir do espaço do mutirão, geram-se possibilidades – a partir da identificação, por parte da associação, de necessidades e perfil das famílias – de trabalho para algumas famílias no canteiro de obras, como explicita a fala de Fredson.

⁷⁸ Devido ao aumento gradativo dos subsídios, o mutirão tem diminuído sua representatividade percentual no total da obra. Na década de 1980, os mutirões eram construídos exclusivamente com a mão de obra mutirante, hoje, estima-se, no Projeto Alexios Jafet, que a mão de obra mutirante pode variar de 1% a 3% do total da obra, o que, embora se exponencialmente inferior, ainda representa, em termos de valor, quantias significativas de recurso.

⁷⁹ A quantidade de horas foi sendo modificada, ao longo da construção do Alvorada, e variando de acordo com a necessidade objetiva da obra. Estimamos que o trabalho mutirante tenha diminuído, no percurso da obra, de 16 horas mensais por família, no início, quando havia necessidade maior, às atualmente 3 horas mensais por família.

*Ela é cozinheira, trabalha na obra de segunda a segunda também, de segunda à sexta como funcionário, no final de semana está nos mutirões, está trabalhando na cozinha. O meu filho também acabou vindo para a obra, trabalhando como funcionário da obra, entrou com uma ajudante, virou chaveiro, depois foi com almoxarifado. **Então, a oportunidade da obra e da construção também de te traz um pouco de traz oportunidade de emprego, né.** E eu não falo só sobre mim, eu falo sobre todas as outras famílias. Muitas das famílias trabalham na obra como funcionário, além da atividade mutirante, trabalha na obra como funcionário, a gente tem um almoxarifado, a gente tem um pessoal da cozinha, pessoal da limpeza, **temos funcionários na obra que são associados, então vários deles passaram pela obra, então tudo isso te traz oportunidade, né,** e um pouco de melhoria (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).*

Para o TS, o mutirão, permeado pelas contradições apresentadas e tantas outras advindas do ordenamento social em que se insere, coloca-se também, como forte potência de desenvolvimento e apropriação dos sentimentos de pertencimento e capacidade de agir coletivamente (Figura 20).

Figura 20 – Mutirantes no canteiro da AHD (2017)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Nesse espaço, a proposta de trabalho se afasta da lógica da produção capitalista, que divide o trabalho entre intelectual e braçal, e, ainda, do trabalho que explora, que é mecânico e aliena, onde o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho e não atende a uma necessidade sua ao trabalhar.

Durante os processos do mutirão, as famílias exercitam sua capacidade de dar respostas de forma coletiva aos problemas que surgem e, com isso, desenvolvem habilidades como as de mediar conflitos, ceder, analisar problemas, propor e testar soluções, recalcular rotas, fazer acordos, entre tantos outros aprendizados.

4.5.9 Festas

Outro espaço de encontros entre as famílias do Alvorada foram as festas; no caso dos espaços dos movimentos, as festas são compreendidas como atividade cultural, que auxilia no desenvolvimento da apropriação dos espaços coletivos; no fortalecimento de vínculos entre as famílias, lideranças e profissionais; na construção da identidade e do sentimento de pertencimento das famílias ao grupo.

As ações para festas temáticas compuseram o conjunto de estratégias do TS com as famílias por meio do estímulo à criação de espaços coletivos de celebração. Carregados de sentido político, tornaram possível concretizar ações que contribuíram para a construção da leitura de mundo questionadora e crítica do real, além de ser uma forma dinâmica de trabalho com grupos.

Nesse contexto, as assistentes sociais contribuíram com o planejamento coletivo dos espaços de comemoração (Figura 21), instrumentalizando as famílias no sentido da organização e, principalmente, da construção de significados políticos dos espaços.

Figura 21 – Festas da AHD (2017-2021)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.6 Contextos adversos

Apresentados os principais atores do processo de construção do Alvorada e os espaços de organização das famílias para o desenvolvimento desse processo, consideramos importante sinalizar, ainda no contexto, os principais desafios – indicados pelos participantes da pesquisa – do movimento tanto para a autogestão como para o TS.

Foram mencionados como principais desafios, na perspectiva dos participantes da pesquisa: o desgoverno da direita, na figura de Michel Temer⁸⁰ e da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro; a morte do coordenador-geral da AHD Aparecido; e a pandemia de Covid-19.

[...] estávamos num período de pandemia, um período de dificuldade política, porque o governo havia mudado e o governo atual não é favorável às políticas públicas de habitação, de saúde, de educação. Então a gente se via numa situação bem extrema, sem a nossa referência interna (Depoimento de Fredson de Almeida Lima, 2022).

⁸⁰ Temer assume a Presidência em 16/8/2016 e governa até 1º/1/2018, quando Jair Messias Bolsonaro assume o poder executivo, ficando no cargo de presidente do Brasil até 31/12/2022.

4.6.1 Desgoverno

No que tange ao contexto do desgoverno, os impactos foram sentidos pela classe trabalhadora em diferentes dimensões da vida. Houve, por parte do governo, uma abertura para o aprofundamento do ideário neoliberal; um ataque e o desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas; e profunda desregulamentação das legislações e proteções trabalhistas. Destaca-se que o desmonte das políticas sociais foram desencadeadas com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016) e com a aprovação da Emenda Constitucional n. 95, de 2016, sancionada pelo presidente Temer, que estabeleceu o Teto dos Gastos Públicos, chamada, pelos movimentos sociais, de a “PEC da Morte”. Todas as políticas sociais foram afetadas e, no governo seguinte, do presidente Bolsonaro, aprofundaram-se o desmonte e a paralisia de investimentos públicos e dos programas sociais.

No grupo de família do Alvorada do Jaraguá, houve dificuldade para receber os repasses do governo federal, o que implicou graves prejuízos à obra. O encerramento do PMCMV-E mobilizou os movimentos para a luta e defesa da continuidade do Programa, e dos projetos em andamento.

4.6.2 Morte do coordenador

Em junho de 2019, faleceu Cido – liderança da AHD e uma das principais referências dos participantes e principal articulador político do Movimento. A morte de Cido teve enorme impacto sobre o grupo de famílias e reverberou fortemente no grupo de CAO e CRE.

Nós, no momento da associação, e quando a gente perdeu o nosso coordenador, porque o Cido era referência pra gente, pra todo mundo, né. Então nunca havíamos construído, não no sentido da associação, porque a associação já teve outras obras, mas desses associados desse projeto, era a primeira vez. Então o Cido, como um coordenador-geral da associação era referência para todos nós. Com a doença do Cido e o falecimento dele, nos deixou em uma situação difícil, no sentido de a gente perdeu a referência, perdeu a pessoa que era quem era a base da gente, que era quem nos dava orientação (Depoimento de Fredson de Almeida Lima, 2022).

Foi um desafio que, inicialmente, os fizeram sentir receio de conseguir corresponder à grandiosidade do desafio, contudo o grupo resgatou as contribuições de Cido à formação de sua política e avança. Tal fato aparece nas narrativas dos participantes.

Depois que o Cido se foi, foi um choque. Nós falamos “por onde nós vamos começar?” (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

A pessoa fundamental em tudo isso, o Aparecido Monteiro, o Cido, né? Sem palavras para ele, ele é o nosso líder, a nossa inspiração. Com a perda dele, eu acho que o grupo, cada um olhou para um, para si, e falou: - é o momento da gente, né? De fazer acontecer aquilo que o Cido queria que fizesse, então, acho que o grupo ficou unido, não que não fosse, mas o grupo ficou forte e entendeu que não era o momento de um abandonar o outro e, sim, de todos se juntarem e dar continuidade (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

*Ele sempre, muito, levantou a bandeira de fazer pelos mais necessitados. A gente levava bronca porque **a mulher ia com a criança para a reunião**, e a gente queria que ela controlasse aquela criança, calasse a boca da criança, e ele falava “gente, não é assim. **A gente não está aqui para excluir ninguém. A gente está aqui para incluir as pessoas**” (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

*Aí veio também o falecimento do Cido. Que ele sempre falava assim “aqui eu não vou dar o peixe para vocês, eu vou dar a vara e vocês vão se virar, e vocês vão pescar o peixe”. **E assim, parece que ele sabia que podia confiar naquele grupo, e ele sabia o que ele estava ensinando para aquele grupo. Ele sabia que a gente não ia soltar a mão um do outro.** [...] Se tiver que brigar aqui, a gente briga, mas ao mesmo tempo, a gente é uma família aqui, e eu acho que foi isso que fez a gente ficar bem fortalecido. A perda dele foi uma perda bem dolorosa, e muito difícil pra gente [...] (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Em relação à continuidade do trabalho, os participantes destacam:

Mas eu entendo que a associação, ela precisa continuar, porque de fato, você precisa ter compromisso, independente às vezes do compromisso das outras pessoas ou não. É sempre bom, é sempre melhor que o grupo seja, quanto maior possível, quanto mais pessoas envolvidas melhor para as atividades, seja ela qual for. Só que se não houver o envolvimento dessas pessoas, as atividades, elas precisam acontecer da mesma forma, então precisa ter um grupo de pessoas comprometida com todos os compromissos, independente dessas outras situações (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Mas quando eu falo isso, quando eu lembro desses momentos, para mim é bem, é bem marcante, porque assim, o Cido, apesar das divergências que a gente tinha, ele era muito, muito duro, muito forte nas coisas, nas colocações, e a gente também, eu também aprendi a conquistar o meu espaço, né, mostrando a visão da gente. E apesar de todas as brigas ou divergências, né, ou discordância, eu tinha uma admiração gigantesca. Ele não deixou de vir para a obra um dia sequer, no leito de morte, nos últimos dias, mesmo quando ele estava tomado pela doença ou estava muito fraco, ele insistia em vir para a obra (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Cido era a grande referência política do Movimento, que teve que se reorganizar legal e burocraticamente, mas, principalmente, se realinhar politicamente. Novos e antigos atores da associação reposicionaram-se no sentido de garantir a continuidade dos processos; as novas lideranças se lançaram no desafio de apreender sobre o mundo das relações da pequena política, de buscar apoios e, principalmente, se fortaleceram para manter visos os processos do Movimento.

Erika, vice-presidente da associação, assumiu a coordenação, após o falecimento de Cido, e deu continuidade aos processos da associação e à construção do Alvorada, contando com o apoio dos demais membros da coordenação e com os membros do CAO e CRE do Alvorada.

4.6.3 Pandemia de Covid-19

Outro ponto indicado pelos participantes da pesquisa como desafio foi o período de Covid19, que escancarou os aspectos da desigualdade socioeconômica de todo o Brasil, considerando que o impacto na vida da população trabalhadora foi avassalador.

O movimento zelou pelo cuidado com as famílias e interrompeu as atividades coletivas, a fim de evitar aglomeração. Aos trabalhadores da obra, foram repassadas constantemente as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A pandemia foi um fato, causou um prejuízo, mas a associação não pôde, não fez e não deveria paralisar a obra por conta disso. Sei lá, acho que a lógica nos diria que deveria, né, por conta da pandemia, por conta da vida das pessoas. E realmente, tiveram pessoas, muitas pessoas no Brasil inteiro, né, mas associados, faleceram. Mas você fica entre a cruz e a espada se você para. A gente sabe que o processo não é fácil. Se você para a obra, por conta desse fato, era como se decretasse que dificilmente a gente retornaria, por conta de recurso financeiro de paralisação. E quando você tem que retomar, não volta da mesma forma. Então, naquele período, a decisão da associação foi dar continuidade na obra, garantindo a segurança das pessoas que estavam, com afastamento, né, dos funcionários, de todo mundo. Graças a Deus a gente tocou e deu tudo certo, né (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Para os assistentes sociais, a pandemia de Covid19 teve impactos profundos na execução do TS; a impossibilidade do contato físico, de reuniões e processos coletivos, atingiu o ponto central da metodologia de desenvolvimento das ações e atividades.

Importante destacar que o TS previsto para a etapa da obra acabou no meio da pandemia, em 2021. Tal fato também contribuiu para a “não retomada” dos trabalhos com as comissões, e das atividades que realizavam. Esse afastamento das famílias, na perspectiva dos participantes, teve relação com a finalização ou “paralisação”⁸¹ do TS.

⁸¹ Considerando que não houve a finalização da Alvorada, a finalização do TS fase-obras aparece na perspectiva como paralisação e/ou interrupção do trabalho.

[...] “a gente fez trabalhos sociais aqui surreal com as famílias, a gente plantou cada semente linda aqui”, eu falei “se hoje eu poderia estar aqui com a minha filha”, porque a gente ter a comissão da ciranda, era a mais perfeita a gente já tinha o espaço, já tinha um monte de doação, e o meu sonho era que as mães, eu nem sonhava em ser mãe, é que as mães pudesse vir para o mutirão e não tem que pagar para alguém olhar o seu filho no dia do mutirão ter que deixar com o parente, isso e aquilo, nós iríamos cuidar dessas crianças e a mãe ia trazer, na hora do almoço ia ficar com seu filho, na hora de ir embora ir com seu filho e aí eu falei, **“eu me sinto frustrada porque eu poderia estar usufruindo desse espaço hoje e aí veio a pandemia, infelizmente, perdemos as doações, perdemos as coisas e o espaço não rolou”**. [...]. (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

Inclusive, quando chegou a pandemia, foi uma, foi meio que um, não sei se “baque” é a palavra certa, mas pela quantidade de tempo de afastamento das famílias, quando a gente retomou, você consegue ver que até hoje não teve uma retomada, como é que eu vou falar, não teve uma retomada de fato, porque tipo, muita gente voltou, mas voltou: “ah, você vai pra mim, eu não vou mais”. Antes da pandemia as pessoas vinham, elas vinham mesmo. Você chegava aqui, estava dona Maria, seu José, seu Antônio, seu Sebastião. [...] Então eu acredito que esse afastamento houve por conta disso, porque quando chegou no período da pandemia, a gente parou a obra e parou esse trabalho direto com as famílias também. [...]. Hoje nem é tão trabalhoso assim, eles não vêm, teve um afastamento mesmo das famílias, **e eu conto um pouquinho que teve o afastamento mesmo do trabalho social** (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

Então, eles estão, todas as comissões são muito, foram muito importantes, e hoje algumas delas, **infelizmente, como eu já falei por conta do processo de pandemia que teve, que acabou afastando as famílias, tanto no canteiro, como dentro das assembleias, do trabalho social** que ficou bem parado nessa época. Algumas meio que se desmobilizaram ou se transformaram, né? Porque, tipo, muita gente que era da Comissão da Ciranda e da de idoso, hoje faz um apoio com o pessoal da coordenação, tipo pra fazer festa, nas preparações da festa que a gente tá tendo ou de atividades nos dias das crianças. Mas o trabalho junto, com a comissão mesmo, ficou meio que perdido, porque, até por conta do andamento da obra em si, a gente tinha o espaço lá, que era para a Ciranda, hoje não tem mais por que já está fazendo a finalização do salão de forma definitiva, já está montando as cozinha, então esses espaços acabaram sendo tirados do canteiro mesmo, espaço físico delas deixaram de existir, então, automaticamente as comissão também acabaram se transformando em outras, então teve esse deslocamento (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

E aí, **infelizmente, com o Covid atrapalhou um pouco, né. Porque várias comissões já não se reuniam mais, né, já tinha várias comissões que funcionava perfeitamente**, não que hoje não funcionem, né? Mas funciona mais individual, nos grupos, né, quando tem os mutirões, então temos a comissão da saúde, comissão da cozinha, né. Então eram grupos que sempre estavam envolvidos, a comissão de idosos, que se chegou a fazer passeios, ciranda, que chegou a fazer passeio no Pico do Jaraguá, torneio de futebol, dia da beleza (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

As assistentes sociais alinharam-se para compreender o momento vivido e pensar em estratégias adequadas às demandas que se apresentavam. A equipe realizou estudos acerca das políticas sociais existentes para o período e de acordo

com as demandas de busca por atendimento/orientação manifestadas pelas famílias e as orientações eram construídas, como em relação ao Auxílio Emergencial; municipal; estadual; taxa social para conta de água, luz; enfim, tudo o que poderia contribuir para o atendimento e a orientação das famílias, no período.

Durante esse processo, surgiram muitas informações falsas sobre os benefícios públicos emergenciais e confundiram a população. Desse modo, foi criado material informativo somado ao atendimento telefônico. A equipe elaborou tutorial em vídeo e imagens com o passo a passo para utilizar os aplicativos e, para quem tinha dificuldade no acesso, orientou familiares ou vizinhos que pudessem ajudar.

Em maio de 2020, a equipe elaborou coletivamente a primeira *live* realizada por um movimento de moradia vinculado à UMM-SP, na qual havia vídeos com os próprios participantes nos projetos, e vídeos informativos sobre o andamento da obra.

Foram realizadas, ainda, articulações de palestras e atividades *on-line*, como teatro *on-line* com as crianças sobre regras de trânsito – articulação com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que realizou a atividade em 2020 –; Informações sobre as mudanças no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a respeito de aposentadoria e benefícios, em articulação com gerente do INSS de Embu-Guaçu, que realizou a atividade em 2020.

*Com um período de **pandemia mundial que aí não é escolha de ninguém**, aconteceu, e com a situação de **governo das piores já vista no Brasil**. Nós, da coordenação, e as próprias pessoas, os associados, o que que a gente tinha como opção? **ou a gente se acovardava ou a gente ficava com medo, porque a gente tinha medo, na verdade, né. Todo mundo inexperiente, ou a gente sentia medo, ficava em casa e não sabia o que fazer, ou a gente se tomava de coragem. E aí foi muito importante tudo o que a gente viveu com o Cido**, todo o caminho que a gente trilhou com ele. Todas essas participações, foi o que nos deu coragem de falar assim: **“não, nós vamos assumir e a gente vai continuar isso”** [...] (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

A pandemia, para as assistentes sociais, foi – contraditoriamente – propulsora de criação de novas estratégias; contudo, a avaliação é que os impactos na capacidade organizativa foram profundamente sentidos pelo movimento e ainda que, com diversas investidas, o grupo de famílias teve que trilhar um caminho no sentido da retomada e reconstrução dos processos que se perderam neste contexto adverso (Figura 22).

Figura 22 – Integrantes da CAO e CRE (2020)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

4.7 Dificuldades do Processo

4.7.1 Processo desgastante

Os longos períodos de luta pelo acesso à moradia conferem, contraditoriamente, a consistência e profundidade do processo aqui apresentado, mas são também motivo de desgaste, cansaço, sofrimento e angústia, para as famílias que esperam por longos anos para efetivar esse direito. Os participantes têm, por anos, o compromisso de dedicar parte da sua vida, sua rotina, às atividades relativas ao Alvorada e à associação, embora registrem muitos encontros e alegrias na luta, há também muitas renúncias que as famílias precisam fazer para se manter no processo.

*[...] então, infelizmente, **durante todo esse processo, um processo bem desgastante, cansativo, a gente abre mão de várias coisas, aniversário, viagem, estar com a família, isso é um preço um pouco alto, né?** (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).*

*Então, eu fico muito, muito, muito feliz mesmo de estar onde eu estou, de poder contribuir para o processo, porque o processo, ele não é fácil. Tudo é lindo, tudo é muito bonito, é maravilhoso, a gente falando. **Mas o processo ele é realmente bastante, ele te dá algumas coisas, mas também te tira algumas coisas**, te tira o tempo de estar com a família, às vezes cria algumas situações de desconforto familiar, porque a esposa quer o marido em casa, os filhos querem o pai em casa e aí, às vezes, você tem seus compromissos, você precisa estar, precisa representar as pessoas, precisam ter uma linha de frente, e aí você tem esses problemas (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

E existem mudanças de governo, né, e a esperança de que os próximos governos sejam melhores para a população, como, né, para as políticas públicas, educação, saúde, moradia, né, lazer e cultura. Porque a gente vem, a gente constrói, mas eu não, não pude, eu não posso usufruir da cultura, das coisas que, talvez se o fardo fosse um pouquinho menor para a gente, talvez a gente tivesse tempo para se divertir, para estar num cinema, para fazer um monte de coisa. Infelizmente não. Então a conquista é uma moradia, mas falta ainda do restante das outras coisas (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Nas falas de Fredson e Laércio percebe-se que é alto o custo para compor essa trajetória. Abdicar do tempo com a família aparece como ponto de dor e pesar para os participantes. Defendemos o processo de construção de HIS por autogestão, contudo, é preciso que os programas deem mais agilidade aos processos, para que os trabalhadores não precisem esperar por longos anos, sofrer, renunciar a dimensões humanas da vida, e que não precisem morrer esperando a concretização da sua luta.

4.7.2 Mortes dos companheiros de luta

Infelizmente, não foram poucos os trabalhadores que morreram no caminho durante esse processo e não tiveram acesso ao direito pelo qual tanto lutaram, tanto trabalharam. Além da dor, entendemos que essa é uma questão que deve ser observada do campo da indignação – que movimenta ações –, porque não se trata do processo natural da morte, mas de escolhas política e ideológica que recaem sobre esses trabalhadores e fazem com que percam suas vidas ao longo do processo de luta social, como uma mensagem dos detentores do poder àqueles que quiserem trilhar o mesmo caminho, de que a sociedade não é feita para concretizar os sonhos da classe trabalhadora.

Então, espero que o próximo governo, ou os próximos, sejam diferentes para que a gente possa construir e que as pessoas não sofram tanto, não morra no meio do caminho, que a construção não leve a eternidade, a vida inteira e a pessoa morre, ela não tem nenhum direito de ver a finalização (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Fredson revela a compreensão política que permeia esse processo e direciona aos governantes essa responsabilidade. Mas, como afirma Laércio, esse é um sonho sonhado por muitos. E serão muitos os que darão continuidade à luta, porque, quando “eu” me reconheço no “outro”, a luta não para no “eu”, a luta continua no “nós”.

Então, ali é um sonho sonhado por vários, tem um pedacinho de cada um, das pessoas que infelizmente se foram no decorrer do tempo, mas vai estar na nossa memória todo o esforço de cada um, tudo que eles fizeram, alguns familiares deles também estão lá. É algo da vida, chega um momento que é um momento de não estarmos mais aqui, mas que outras pessoas possam dar continuidade, né? (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Este trabalho – como frisado na dedicatória – é uma homenagem coletiva a esses trabalhadores que contribuíram para a luta e deixaram suas marcas nessa história. Registramos, aqui, nossa admiração a cada um deles e nossos sentimentos a cada família que passou por uma perda nessa trajetória.



Neste capítulo, apresentamos os principais elementos para a compreensão – dentro do possível, para esta exposição – do processo de construção do Condomínio no Alvorada do Jaraguá. Abordamos brevemente a história do Projeto Alexios Jafet, seus principais articuladores, os entraves, desafios e as conquistas do processo. Abordamos, ainda, o TS desenvolvido desde a fase pré-obras do Projeto Alexios Jafet e adentramos no contexto do desenvolvimento do TS fase-obras no Condomínio Alvorada do Jaraguá, abordando suas potências, seus desafios e dificuldades.

A partir do apresentado, podemos afirmar que o lugar e contribuição dos profissionais assistentes sociais neste processo da contornos eminentemente políticos ao desenvolvimento do TS junto ao movimento. Os profissionais contribuem tecnicamente nas mais diversas frentes, sejam informativas, organizativas, ou relacionais, carregando essa intervenção de conteúdos críticos e reflexivos mirando na materialização dos valores que norteiam um projeto de sociedade alternativo ao posto e que está em consonância com o projeto profissional dos assistentes sociais.

Calçadas as bases de fundamentação da pesquisa, nos ateremos, no capítulo seguinte, à análise do nosso objeto de estudo – a dimensão política do trabalho profissional – a partir das entrevistas dos participantes.

5 A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONDOMÍNIO ALVORADA DO JARAGUÁ – AHD

Figura 23 – Manifestação no AMA Jardim Ipanema (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

“MUITO MAIS QUE CONCRETO”
(Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023)

O objetivo, neste capítulo, é apresentar reflexões acerca do fazer profissional dos assistentes sociais no cotidiano de atuação.

No primeiro subitem, a partir da narrativa dos participantes, identificamos as marcas da dimensão política do trabalho dos assistentes sociais no cotidiano de atuação no Movimento de moradia por meio da execução do TS em HIS.

No segundo subitem, constam as possíveis consequências políticas do trabalho dos assistentes social – orientado pelo projeto ético-político profissional – e executado no Condomínio Alvorada do Jaraguá.

5.1 Cotidiano profissional: apreendendo as marcas da dimensão política do trabalho do assistente social

Objetiva-se compreender como a dimensão política do trabalho do assistente social materializa-se em sua ação profissional – ação essa que é orientada pelo projeto hegemônico do Serviço Social⁸² e em direção ao projeto societário transformador a que esse se vincula – ou seja, onde o trabalho do assistente social se localiza nas relações de poder da sociedade, ou como a opção de classe dos assistentes sociais ganha os contornos do real dentro dos limites do ordenamento do capital e dos limites de uma profissão. E, ainda, quais são as consequências políticas do trabalho do assistente social ao manifestar, por meio das ações profissionais, essa opção de classe e direcionar suas ações nessa perspectiva – ainda que com atravessamentos.

Como guia para esse percurso, foram utilizadas as narrativas dos participantes que revelam as pegadas do caminhar dos processos vividos no Condomínio Alvorada do Jaraguá. Avaliamos que essa vivência deixou marcas em todos os envolvidos – famílias, lideranças e profissionais. Aqui nos esforçamos em unir essas marcas para apresentar uma trajetória que é ambivalente – ao mesmo tempo em que é de potências avassaladoras, números grandiosos, volumes gigantescos, é também de sutilezas, minúcias, do discreto, do modesto.

⁸² Não é possível generalizar a ação dos profissionais assistentes sociais com um bloco uníssono, assim, assumimos, aqui, que estamos tratando de um determinado profissional assistente social que escolhe se vincular ao projeto ético-político hegemônico e, a partir desse horizonte, orientar suas ações.

Mas é uma história que nunca foi de cunho despretensioso, é carregada de intenções, ideações, conflitos, resistência, e, por isso, é uma história de avanços e retrocessos, é uma história de Movimento. E os profissionais assistentes sociais, pretensiosamente, contaminam essa história com as marcas do Serviço Social, de seus fundamentos, sua ética, visão de mundo, seus posicionamentos, sua metodologia e seus conteúdos.

Assim – carregados dessas marcas –, ao analisar as falas dos participantes da pesquisa, nos deparamos com elementos que correlacionamos às pretensões profissionais, às pré-ideações dos assistentes sociais. Abordaremos esses elementos que – consideramos – se apresentam de forma sutil, porém, revelam a enorme potência da organização popular, da formação política, da luta social e de um determinado trabalho profissional.

Observamos, nas falas dos participantes, um movimento de transcendência ao universal, que, por vezes, parte de elementos do particular, articulando conexões com a totalidade, e extrapola as dimensões materiais, objetivas e concretas alcançando projeções e idealizações que dialogam com uma análise crítica do funcionamento da sociedade e com os princípios e valores da luta social.

Defendemos que o processo vivido por essas famílias no movimento de moradia possibilitou um expressivo avanço de consciência; ampliou a capacidade de análise crítica do real; e municiou esses sujeitos com as ferramentas necessárias para intervir na realidade a partir de uma visão de mundo que pauta transformações.

Aqui, reforçamos a compreensão de que o protagonismo da experiência que as famílias do Alvorada vivenciaram, ao longo da trajetória de construção do Projeto, é do Movimento AHD. Assim, localizamos as ações dos assistentes sociais como parte do conjunto dessa experiência, que se soma às ações do Movimento e, assim, incide sobre esse processo de ampliação da consciência crítica de seus participantes.

Entendemos que o processo por eles vivido no TS desenvolvido no Alvorada tenha contribuído – ainda que modestamente – com aquilo que foi nomeado por Fredson com “*mudança de pensamento*”, ou, por Eliane, como “*abrir a mente*”.

E eu acho que maior do que talvez a moradia, pode ter sido a mudança de pensamento em relação às pessoas, em relação à vida, em quem você é aqui, nesse planeta, né. A gente pode não conquistar, talvez, sei lá, eu posso morrer, assim como alguns companheiros da gente, foram e não ter conquistado a moradia. Mas talvez o legado que eu deixo, talvez aquilo que eu plante aqui, aquilo que a gente deixa aqui, seja maior do que né do que a própria parede né (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).

*Aí a gente conheceu o social, começou com a Cíntia, depois com você, com a Cleo e **abriu a mente, abriu super a mente**, acredito de todos nós. Foi uma experiência assim, bem enriquecedora para minha vida, e acredito que para toda a coordenação (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

*[...] quando você vai ver, você descobre que a bendita da atividade muda simplesmente a sua vida e você nem nota, você nem nota, você nem percebe. E aí, **quando você vai ver, você tem uma visão diferente em relação às coisas, em relação às pessoas**, por conta dessas dinâmicas (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).*

Não é possível fazer correlações diretas entre o conteúdo das falas e as ações e atividades/conteúdos do TS. Esse transporte automático, sem resguardar a riqueza de matizes de cada história, poderia incorrer no grave equívoco de atribuir ao TS resultados de um processo muito mais amplo do que a participação nas atividades e ações realizadas pelos assistentes sociais. Compreendemos que as falas dos participantes são o reflexo de múltiplas determinações que dizem respeito às suas trajetórias de vida, no movimento, no Projeto e no TS. Em suma, são reflexos de suas vivências e experiências individuais e coletivas.

Com isso, salientamos que o movimento que aqui realizaremos é o esforço de identificar, nas narrativas, os elementos que – não só o TS, mas também o TS –tenha ventilado por meio de ações, atividades, conteúdos e posicionamentos das profissionais assistentes sociais, ao longo de sua execução. Assim, apontaremos, a seguir, os elementos do TS realizado com as famílias do Alvorada que acreditamos ter contribuído com essas mudança e/ou abertura de mente e visão de mundo diferente destacada por participantes da pesquisa.

Como conteúdo central do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, que compreendemos dialogar com o processo descrito pelos participantes e por nós lido como *ampliação da consciência crítica* – estava a teoria social crítica, o legado marxiano e marxista de análise da sociedade.

Aqui se coloca uma exigência aos profissionais na AHD – ser capaz de tornar os conteúdos acessíveis ao coletivo, que é composto por uma enorme diversidade de sujeitos. Conforme apresentado no capítulo 4, as composições familiares das 300 famílias participantes contavam com crianças, jovens, idosos; pessoas com ensino superior e sem educação formal; pessoas com as mais variadas crenças sociais e com flagrantes diferenças culturais.

Como resposta a esse desafio, os conteúdos abordados eram construídos cuidadosamente, a partir de elementos alicerçados na realidade vivida cotidianamente pelas famílias. A equipe assentou-se no elemento comum entre todas as famílias – a classe – e todos viviam ou já tinham vivido os desafios de garantir, com a venda de sua força de trabalho, o sustento de seus lares. Os conteúdos partiam da realidade, do particular, e buscavam o universal.

A posição de trabalhador revela ao grupo uma condição em comum, ou seja, a condição de explorado, de expropriado da sua parte da riqueza socialmente produzida; de cerceados de seus direitos sociais, de cidadãos, políticos e humanos. O reconhecimento de que a condição em que vivem não é por desqualificação, destino, incompetência, e sim por uma sabotagem intencional, pode ser um gatilho de motivação para a luta. Instrumentalizar as famílias com o objetivo de contribuir com a compreensão acerca das origens da pobreza, desigualdade, violência, dos preconceitos, do abandono social; o não acesso à saúde de qualidade, à moradia digna, ao trabalho, à cidade, ao ensino qualificado é desafio constante para os profissionais (Rossatto, 2018, p. 116-117).

Para explicar o que se ocultava na singularidade da realidade, suas contradições, tensões, disputas e as possibilidades decorrentes do mover da história, nos debruçamos sobre o funcionamento do sistema capitalista – como apresentado no capítulo 2 – baseia-se na exploração do homem pelo homem; na divisão da sociedade em classes, onde uma classe é detentora dos meios de produção e a outra só possui sua força de trabalho, que é explorada pela classe dominante. Esse tema, das maneiras mais diversas, foi alvo das atividades (Apêndice E, Memória de Atividade 1) e ações do TS durante todo o desenvolvimento da fase-obras com o objetivo de fundamentar a compreensão da exploração do trabalho e da divisão da sociedade em classes.

Entendemos que o caminho da participação política perpassa – muitas vezes – por condições objetivas e imediatas que se relacionam a uma necessidade seja de acesso a direitos e/ou serviços, mas a consolidação dessa participação perpassa também pela compreensão do significado e dos objetivos da luta política.

A desnaturalização das situações vivenciadas é essencial para compreender que a sociedade não é *naturalmente assim* mas que é *intencionalmente*, por parte de uma minoria, que a *organiza assim*, de maneira a reproduzir a exploração e, com ela, as expressões da questão social, como a desigualdade, pobreza, violência, entre outras, e compreendemos que é esse entendimento que possibilita à classe trabalhadora a idealização de outra forma de organização social que rompa com a

exploração do homem pelo homem e desmonte os mecanismos que reproduzem as mazelas sociais. Essa idealização de um horizonte estratégico, defendemos, coloca os trabalhadores em movimento.

Os assistentes sociais brasileiros vêm contradizendo a naturalização da ordem do capital nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história. Como já dizia um filósofo alemão: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, 1974, p. 8 *apud* Iamamoto, 2014, p. 610).

Mas, para que essa compreensão seja construída, é preciso a investida em um processo de sucessivas aproximações do real sob novas lentes, para desmistificar essa realidade que aliena, que aparta os trabalhadores de si, dos outros, da natureza e do seu trabalho.

Uma das ferramentas de análise, com possibilidades de apreensão crítica e desmistificadora da realidade que partilhamos com as famílias do Alvorada, foi a arte (Apêndice E, Memória de Atividade 2). Não qualquer arte, mas carregada de intencionalidade e que partilha das nossas marcas; uma arte contestadora do real, reveladora de denúncias sociais, propulsora de resistência contra as opressões, ampliadora da consciência; uma arte que tem muito a dizer e que é preciso estarmos atentos e abertos a ouvir.

A arte pode ser reveladora da realidade vivida pelos trabalhadores; pode ser a contadora das histórias de lutas construídas por um povo; pode partilhar a chave explicativa por meio da didática contida no singelo. A arte que utilizamos tem, em sua potência, o poder da sensibilização, a capacidade de tocar a subjetividade, de movimentar sentimentos, de aflorar pertencimentos e acreditamos que também tenha o poder de movimentar ações.

Entendemos que, ao desvendar a realidade e nos depararmos com as raízes dos problemas vividos por nós e por aqueles com os quais temos identidade, compreendemos a necessidade de sermos partícipes no processo de transformação.

Para isso, é preciso compreender além da divisão de classes, como o poder de classe se manifesta na sociedade, ou seja, compreender o movimento que as classes operam na realidade, e como esse modela a sociedade. Esse movimento das classes na sociedade é o que chamamos de *política*. Entendemos a política em seu sentido mais amplo, como um espaço de disputas, tensões, conquistas, perdas, avanços e retrocessos; lemos a política como uma arena do cotidiano e, principalmente, como instrumento que pode operar mudanças estruturais.

[...] quando eu entrei na associação, e aí eu vi o Cido falando muito de política, de política, eu falo “aí, que chatice, odeio política, eu odeio, **pra que política?**”. Aí ele falava assim “tia, a política, primeira coisa que você tem que aprender, ela rege a sua vida. Seja em todos os campos da sua vida, vai desde o seu profissional, estudar, a sua moradia, para tudo a gente precisa da política.” E a gente teve vários embates, até eu **entender que realmente a política faz parte da vida da gente o tempo todo. Aí, quando isso entra na cabeça da gente, a gente começa levantar algumas bandeiras, entender, defender** [...] (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

Eu detestava a política. **Agora eu sou política também.** Sabe, você vai indo, você vai indo, é, eu acho assim, **você fica muito neutra dentro da sua casa,** se você vê algum político falando qualquer coisa, você desliga a TV, muda a estação do rádio sabe, você não procura se aprofundar no que eles estão fazendo. **A partir do momento que eu comecei a conhecer, eu fui mudando minhas ideias** (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

As falas de Eliane e Lúcia remetem ao processo de desvendar a realidade que se oculta sob o véu da cotidianidade, e que, quando revelam seus conteúdos, os participantes se entendem como sujeitos partícipes da estrutura social, dos processos vivenciados pelos setores populares, ou seja, percebem-se classe trabalhadora e integrantes também do processo da luta social; nesse caminhar, se encontram com suas potências, seus posicionamentos e suas vozes.

A participação é o elemento central de construção e afirmação da cidadania no âmbito local, com potencialidade de ampliação para as lutas mais gerais na sociedade. A construção da cidadania não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado, requer a constituição de sujeitos sociais ativos em defesa de seus interesses e de um projeto societário (Paz; Diniz, 2018, p. 15).

Participação é um conceito-chave para o desenvolvimento do TS. Compreendemos a participação popular como um ato político que pressupõe a consciência do seu lugar de classe; a apreensão crítica da realidade; o sentimento de pertencimento a determinado grupo; e a capacidade organizativa para se colocar em movimento no sentido de transformação da realidade social.

Eu não vim aqui e simplesmente aprendi e o processo me mudou. Na verdade, **o processo me mudou porque teve esse envolvimento, essa participação desse trabalho** com pouco conhecimento ou com pouco entendimento de estudo, dessas coisas [...] (Depoimento de Fredson Almeida, 2022).

A partir da narrativa de Fredson, compreendemos a participação – em espaços carregados de objetivos, significados, pertencas, identidades e valores – como uma força capaz de metamorfosear o “eu” e defendemos que seja capaz de mudar o “nós”.

Para tanto, é preciso construir os pilares de fundamentação dessa participação, para além da compreensão do funcionamento e da estrutura social do ordenamento do capital. Para avançarmos, é preciso ir mais a fundo nos mecanismos de funcionamento dessa sociedade; é preciso compreender o papel e função do Estado nessa estrutura, e a sua relação com as classes sociais. Para contribuir com a consciência do direito e do acesso ao direito, desenvolvemos no TS o conceito do controle social (Apêndice E, Memória de Atividade 3).

Compreendemos o controle social como fruto das lutas pela redemocratização do País, quando os movimentos sociais “redefiniram suas estratégias e práticas e passaram a considerar a participação institucional como espaço a ser ocupado” (Raichelis, 2011, p. 37).

As famílias do Alvorada são integrantes ativas do controle social exercido pela sociedade civil nas ações do Estado e governos aos quais concerne a política pública de habitação. Um dos conteúdos recorrentes no processo de desenvolvimento do TS é de cunho histórico. Partimos da premissa de que conhecer nossa história, nosso passado, nossas lutas, é bússola para nossas ações no presente; assim, as famílias foram construindo, ao longo do tempo, o entendimento de que o processo de desenvolvimento da política habitacional no Brasil – conforme apontado no capítulo 3 – é marcada pela luta dos movimentos sociais de moradia.

Quando pensamos no PMCMV-E, estamos diante do poder da mobilização enquanto caminho de incidir sobre o uso da riqueza nacional; uso do fundo público; estamos vivenciando alto grau em torno do controle social. Partimos desse lugar para avançar na compreensão de que esse controle social pode e deve ser exercido nas mais diversas políticas públicas e ações de Estado e governos.

*E com o trabalho social a gente pode mobilizar as famílias e buscar essas coisas, que não tem no nosso entorno, igual através do trabalho social a gente tem pessoas da Comissão de Saúde já no posto [Apêndice E, Memória de Atividade 5], a gente já tem professores nos CEIs, as pessoas da nossa demanda. Então assim, acaba que através do **trabalho social a gente fortalece o vínculo das pessoas**, para que no futuro, na moradia lá, o que **a gente pode nos proporcionar** (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Dialogando com o princípio profissional “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (Cfess, 2012, p. 23), as

assistentes sociais do Alvorada estimularam o grupo de famílias a conhecer, acompanhar e compor os espaços participativos de controle e transparência das ações do Estado e de governos, por meio de conselhos, fóruns, conferências, e discussões do orçamento, pois são formas pelas quais os movimentos sociais podem pautar suas bandeiras, contribuir compartilhando suas experiências e participar das decisões político-orçamentárias do poder público.

*A luta não é fácil, né, a gente está falando de programa de governo para famílias de baixa renda e às vezes os governos ou o governo que está no período não é favorável a essa política, e aí as coisas não acontecem. Às vezes, o programa existe, a obra existe, mas o repasse de recurso não é como deveria ou da forma que deveria, porque às vezes o governo não é favorável. Então são muitos conflitos e **a função da gente, da associação, das pessoas, é conhecer, participar, ir para a rua lutar por essas políticas públicas** (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).*

Na fala de Fredson, é possível observar diversos elementos e camadas de compreensão do que é direito social, da ideia de dignidade vinculada ao não acesso a direitos sociais e a conquista da moradia aparece como um direito disparador da necessidade de acessar muitos outros direitos, aqui se manifesta o movimento de superação de uma concepção de HIS em que o mínimo é suficiente, e demarca a incorporação da ideia de uma moradia de qualidade pelos participantes.

*Tivemos **conselheiros daqui do projeto que se candidataram e foram escolhidos para ser conselheiro da saúde. Trouxeram campanhas de vacinação, tanto a que vieram para a obra, como o pessoal foi no AMA. Tivemos uma passeata que teve, aí o pessoal da saúde foi também** (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).*

***Com a Comissão de Saúde, a gente acabou elegendo um companheiro nosso para o Conselho de Saúde do bairro. E aí saiu do campo daqui da obra, da construção e acabou indo para dentro do conselho de um posto de saúde[...]. E aí a política da obra, na verdade, acabou se expandindo para o bairro, né** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

Revela-se também o entendimento dos mecanismos pelos quais a classe trabalhadora acessa seus direitos; é por meio do conhecimento e da participação, por meio de organização e mobilização, e, fundamentalmente, é por meio de tensionamentos, disputas, que se ampliam as bases democráticas e os acessos.

Trabalho social envolve a sociedade, né? Melhorias para beneficiar as pessoas que não têm condições, pessoas de baixa renda, que não tem dinheiro para ir lá investir, comprar uma moradia. Então assim, **aí junta aquele grupo de pessoas e corre atrás de uma coisa que já é um direito**

delas, garantido por lei. Só que essa lei existe só lá no papel, que para você, é injusto você ter que falar “isso aqui é meu, mas eu não posso pegar”, aí você tem que brigar, quebrar, se precisar quebrar, fazer os cavalos cair em cima de você, cadeira serem jogadas, para você garantir aquilo que é seu. Então é isso, porque se é garantido por lei, porque que eu tenho que ficar, não sei quantos anos arriscando a minha própria vida por uma coisa que já é minha? Não estou pegando nada de ninguém, já é meu, está garantido ali. Então é isso, porque assim, se não tiver as pessoas que vão lá para brigar e provar para eles que aquilo é meu, eu não tenho. Então que lei é essa? Que direito é esse? Não funciona, só tá lá no papel e já era. Então assim, o trabalho social serve pra isso, né? Para garantir um direito que já é garantido, mas para fazer valer esse direito, é isso (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).

Euda, em seu depoimento, revela profunda compreensão da realidade e do significado de *ter direito* e, ao mesmo tempo, *não ter acesso* aos direitos. Faz a análise dos mecanismos pelos quais o Estado e a lei não estão a serviço da população, e da necessidade de organização e pressão popular. Mas, aqui, um elemento chama a atenção, quando Euda sinaliza o TS como parceiro na luta, como aquele que contribui para *fazer valer o direito*. “É no interior do capitalismo que o trabalho do assistente social se realiza, e este trabalho, movido pelo projeto ético-político vigente, se realiza movido pela defesa de direitos, pela universalização do acesso a bens e serviços” (Paixão, 2020, p. 147).

Entendemos que Euda revela, nessa fala, elementos que permeiam os conteúdos do TS, mas também o posicionamento político de seus agentes, e endereça ao TS esse lugar quase humanizado de parceiro na luta. A fala da participante nos mostra também o afinamento das assistentes sociais com o princípio profissional da “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código (Código de ética do/a Assistentes Social) e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (Cfess, 2012, p. 24).

Embora, com o TS e enquanto profissionais, os assistentes sociais, no Alvorada, sejam parceiros na luta, o TS tem como horizonte tornar esses profissionais prescindíveis ao grupo de famílias. O objetivo é instrumentalizar os participantes com as ferramentas necessárias à autogestão de todos os seus processos, nas mais diversas dimensões da experiência do viver coletivo.

Aprendi muito hoje, tenho uma visão mais ampla sobre políticas públicas que antes não tinha, posso ajudar a contribuir com isso junto com outras famílias. Aprendi que temos voz e não devemos baixar a cabeça, podemos falar com qualquer pessoa independente qual seja a situação (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Nessa perspectiva e em consonância com o princípio da “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (Cfess, 2012, p. 23), durante o desenvolvimento do TS, foram realizadas atividades pautando as mais diversas políticas, como assistência social, direitos humanos, cultura, educação, mobilidade urbana e trabalho, com a intenção de municiar as famílias de informações para a construção de habilidades de comunicação, potencialização de suas capacidades de articulação e mobilização, objetivando que, juntos, possam enfrentar qualquer desafio, seja de ordens política, institucional, burocrática, para que tenham segurança de dialogar com qualquer instituição, órgão, profissional, ou autoridade, para que possuam pleno domínio de seus direitos e da potência para, juntas, alargar o campo de seus direitos, no sentido de conquistar cada vez mais a riqueza socialmente produzida; por elas produzida.

[...] a dimensão política do projeto profissional baliza-se na luta pela: equidade e justiça social, universalização do acesso aos bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, ampliação e garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, radicalização da democracia como socialização da política e da riqueza socialmente produzida (Paulo Netto, 1992, p. 12-13 *apud* Abramides, 2006, p. 34).

*No começo, eu não entendia muito, falava assim “aí, é muito técnico, é muito maçante essa forma como trazem o trabalho social”, confesso para você, que no começo eu estranhei muito, mas, quando a gente começa, depois do dia a dia, o convívio com as pessoas, **a gente entende por que** disso. Primeiro você tem que mostrar **o caminho que a pessoa tem que fazer para pleitear um posto de saúde novo, uma faculdade, uma escola, como você conhecer os equipamentos do bairro. Então assim, não é só a construção. Para mim, o trabalho social era só construir a casa, mas não é só construir a casa, é construir a casa e construir o entorno** (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Eliane mostra o caminho que percorreu até a compreensão da importância, para além conteúdo do TS, mas também da forma. Sustentamos que a forma do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais também carrega as marcas da dimensão política do trabalho dos assistentes sociais, que buscam contribuir com a democratização do conhecimento.

E por meio do pensamento também é que o profissional consegue entender este usuário como sujeito capaz de inventar e reinventar sistematicamente estratégias de sobrevivência, capaz de conhecer e de intervir em sua própria realidade e na realidade social, capaz de desvencilhar-se de burocracias, de opor-se ao clientelismo, à tecnocracia das organizações com as quais se relaciona, capaz de perceber as mascaradas relações que o Estado mantém consigo, com os seus, com a sociedade, sujeito portador da capacidade de

resistir, enfrentar, lutar. Sujeito, como já advertimos, forjado pela sua condição de classe, de gênero, de raça, de etnia, de orientação sexual, segregado territorialmente, ainda que nem sempre assim se reconheça. Mas, e sobretudo, ser histórico, ser político (Paixão, 2020, p. 149).

O estímulo ao aprendizado, avaliamos, foi o maior empenho que os assistentes sociais realizaram e destinaram às famílias do Alvorada. A convicção de que as famílias têm a capacidade de reproduzir os conhecimentos apreendidos e, a partir de suas experiências, construir novos aprendizado e ainda ter a segurança e o domínio sobre esse conhecimento, a ponto de fazer os enfrentamentos necessários – alçando sua voz na busca por garantir seus acessos – mobilizou os profissionais a exercitarem nos participantes suas habilidades de compreensão e comunicação, visto que, por vezes, essas famílias precisam decodificar informações complexas, nomenclaturas técnicas, como legislações e especificações, para além do entraves burocráticos, que, muitas vezes, têm a função política de segregar os trabalhadores.

*Para a gente iniciar a obra, a gente tinha que ter orçamento de todas essas empresas, e a gente começou a fazer de **topografia, terraplanagem, controle tecnológico**, várias atividades de início. E foi muito bom que **você começa a ganhar conhecimento**, né, sobre o preço das coisas, sobre contratação de serviço, **sobre um monte de coisa que não fazia parte da minha vida**. [...] **Aí você começa a ter conhecimento de um monte de coisa** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

*Sei um pouco de tudo, né? Então, é mais aprendizado, né, mais aprendizado, isso é bom. Eu acho que o aprendizado, quando você, você sabe um pouquinho de cada coisa, isso não, **conhecimento é tudo, ninguém vai poder tirar isso da pessoa, né**. Eu só tenho só a agradecer por tudo que **eu consegui aprender nesse período, porque foi bastante coisa, né**. Então tem coisas que eu utilizo no meu dia, né, no meu trabalho, tem coisas que eu utilizo final de semana, então eu vou separando um pouquinho de cada, né (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).*

***E assim, você** (pesquisadora) **diretamente, você também já preparava a gente para esses momentos**, você sempre deixou muito bem claro que estaria com a gente antes, durante e depois, porém, depois a gente teria que caminhar com as nossas próprias pernas [...] **esse dia, dessa necessidade, da sua falta, a gente entendeu que o povo estava indireta e diretamente, já estava todos preparados para qualquer eventual situação fosse ela técnica ou não**, que ela fluiu-se naturalmente, foi isso que aconteceu [...] (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Por meio do conhecimento acumulado, o ser humano objetiva e transforma a sua realidade. A democratização do conhecimento pode se converter em uma ferramenta na luta de classes, e entendemos que é por meio do acesso às informações, das trocas, experiências vividas, da observação e do fazer que é possível se apropriar do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e construir novos conhecimentos.

Na sociedade do capital, tudo se transforma em mercadoria. O conhecimento não se afasta dessa lógica mercantilizada e é cada vez mais fragmentado e tem seu acesso restrito a determinados grupos sociais. Defendemos que os processos autogestionários possibilitam que os trabalhadores tenham acesso ao conhecimento e que, por meio dele, transformem sua realidade. Esse é um dos mecanismos pelos quais as relações de poder na sociedade podem ser – ainda que modestamente – alteradas.

*Então a Associação, o fato de ser associado, **me deu oportunidades que talvez eu não teria em nenhum lugar.** Se fosse para mim viver isso de verdade, o que eu teria que fazer: estudar, terminar os meus estudos, fazer uma faculdade, seja lá de arquitetura, de engenharia, participar de uma obra de fato, né. Estudar alguns anos, alguns anos, para poder me qualificar, participar de uma obra para viver isso como um profissional. Mas como pessoa participante da associação **eu pude acompanhar todas essas informações de graça, porque estavam aqui, estavam disponíveis, estão disponíveis para todas as famílias** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

Os assistentes sociais, pautados pelo princípio da “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (Cfess, 2012, p. 23), estimularam a democratização do conhecimento, que é também fazer frente à hierarquização das relações. A centralização das informações e do conhecimento é uma das formas pelas quais se concentram e conservam as relações de poder e dominação. Possibilitar que todos tenham acesso às informações cria relações horizontalizadas entre todos os envolvidos nos processos de autogestão.

*Antigamente a gente via muito e eu acredito que em parte era até por falta de conhecimento mesmo, porque quando começa uma obra, a maioria das pessoas não faz a mínima ideia do que é isso. Então quando você tem, **você tem uma figura ali central, que é quem você imagina que é quem sabe.** Então você tem aquela figura ali, que está ali no centro, que é a ela que você se remete, e interpreta que ela que tem o conhecimento. **Ai, com o decorrer da obra, com o avanço da obra, esse conhecimento passa a ser dividido.** [...] Você tem um maior número de pessoas com maior conhecimento (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

*Porque hoje a gente tem vários coordenadores de obra que já passaram por várias atividades e hoje eles conseguem chegar numa assembleia e falar “isso vai dar certo” ou “isso não vai dar certo”. Você deixa de ter a figura central do coordenador sendo o que sabe mais, e você tem ali 15, 20, 30 pessoas que basicamente têm o mesmo conhecimento que ele tem dentro do canteiro de obra. **Quando a obra começou, a gente não tinha isso. Era meio que uma coisa mais centralizada.** Hoje já não é. Tem a centralização, tem a coordenação que está à frente, mas deixa de ter essa figura do que sabe mais do que os outros. Isso já está bem, **já tem uma divisão, uma distribuição, digamos assim, de conhecimento dentro da própria demanda** (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

Nos movimentos sociais, por vezes, nos deparamos com lideranças que têm uma postura de centralização das informações e do conhecimento, relacionando essas ações ao receio da possível alteração das relações de poder.

As falas da participante Erika e a experiência com as famílias do Alvorada, mostram que a organização do movimento se manteve, ainda que o conhecimento tenha sido, como afirma Erika, dividido e distribuído. A sua fala ainda nos revela como essa descentralização contribui com os processos democráticos do Movimento, onde um número maior de famílias têm condições de contribuir com a busca por soluções a partir do conhecimento acumulado no processo.

A horizontalização das relações é uma busca constante, por parte dos assistentes sociais, na execução do TS, seja na relação entre as lideranças e as famílias, entre as próprias famílias e entre os técnicos e as famílias. Quando pensamos na importância da construção da autonomia dos participantes e grupos de famílias constituintes das intervenções habitacionais, compreendemos que é preciso estimular para que as famílias ocupem lugares que as capacitem nas mais diversas dimensões.

Um fenômeno que observamos, nos processos de desenvolvimento do Projeto, é que muitos participantes buscam o acesso à educação formal para conclusão do ensino regular e, muitas vezes, para cursar o ensino superior.

*Terminei o ensino médio em 2006, em escola pública, **eu achava que eu não tinha capacidade de ir para uma faculdade.** Mas de tanto vocês (equipe técnica social) **incentivarem, colocar a gente à frente das coisas que vocês ensinavam pra gente no projeto, né? O antes, o durante da obra. Isso me deu coragem.** Eu fui pra faculdade (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Compreendemos que os aprendizados consolidados durante o processo de desenvolvimento do Projeto, somados aos estímulos para o acúmulo de conhecimento, incidem sobre o desejo de acessar a educação formal. Avaliamos, ainda, que é nesse caminhar que as famílias têm a possibilidade de se reencontrarem com – e por vezes de descobrir – suas capacidades, habilidades, seu potencial e seu desejo de expansão.

*[...] **fui fazer construção civil, porque, tipo, eu percebi que eu gosto mais, e de onde é que eu tirei isso, de onde que eu percebi isso? Se eu estivesse trabalhando em outro lugar, eu não tinha percebido que eu gosto do negócio de mexer no cimento, de quebrar as coisas, de construir de novo** (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

Para isso, os assistentes sociais acionaram todas as dimensões da profissão, mobilizando recursos e estratégias profissionais para essa construção, na plena convicção de que as famílias abrigam todas as capacidades humanas e podem se desenvolver individual e coletivamente no que se propuserem.

No sentido do desenvolvimento profissional, mas na perspectiva comunitária, um dos aspectos do trabalho com o grupo de famílias, foi sobre o desenvolvimento produtivo (Apêndice E, Memória de Atividade 7), pautado em formas de economia alternativas que tenham como base a ideia de economia solidária, circular e, principalmente, de desenvolvimento da própria comunidade, fomentando o comércio local, visando ao desenvolvimento do território e, com isso, ganho de infraestrutura fornecida e pelo poder público, mas também pela iniciativa privada, que se instale no local, pautando a importância do mapeamento de profissionais entre os futuros moradores para que possam colocar em prática a ideia de desenvolvimento coletivo, fomentando o consumo dentro do próprio condomínio, para que o dinheiro permaneça entre as famílias. As assistentes sociais desenvolveram as atividades referentes a essa temática, com o objetivo de demonstrar que é possível intervir na realidade e transformá-la a partir de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento local, aumento da qualidade de vida e sustentabilidade da intervenção habitacional.

Eu aprendi com o trabalho social, através das coisas que vocês executaram lá, que a gente pode ter uma feira lá, que a gente pode usufruir da mão de obra de uma costureira, de um eletricista, de um pedreiro, a gente já está vivendo isso na obra, a gente não está contratando um eletricista da rua, a gente está fortalecendo o próprio companheiro de luta que está lá, que é eletricista. É um bom eletricista. Tem, tem de tudo, temos de todos lá. E o trabalho social fez a gente descobrir isso (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

A fala de Eliane mostra que os conteúdos abordados no TS foram aprendidos e se transformaram em ações e projeções de futuras ações, que podem ser implementadas no condomínio, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Laércio relata as ações de CAO e CRE que articulam o trabalho profissional dos associados com ações voluntárias para as próprias famílias e compreendem que isso pode ser – além de uma doação em prol do coletivo – também uma forma de divulgação dos produtos e serviços disponíveis no coletivo de famílias e considera que, futuramente, essa ação pode impactar positivamente o desenvolvimento do condomínio e do território.

*Aprendi. Então, assim, a gente vê pelo menos assim, eu vejo desse lado, a gente faz a nossa parte como coordenação, e dá material para que essa pessoa possa trabalhar, né, um espaço bacana. O que ela precisa, porque ela já está doando a partir dela, né. Ela, como profissional, já está doando. Ela poderia simplesmente estar no salão dela, tá ganhando o seu dinheiro final de semana fazendo tudo isso, mas não, ela está ali fazendo um penteado, fazendo a unha para os filhos dos associados, para os associados. Então é uma forma de divulgação do que ela faz, né. E é **uma forma de poder gerir, tudo ali dentro, então de repente vai ter tudo ali dentro... pessoa sabe, que um faz um bolo, outro faz uma coisa, então gira o dinheiro ali dentro mesmo do condomínio, né** (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).*

É possível perceber que os conteúdos do TS reverberam na visão de mundo, na análise da realidade e nas possibilidades de intervenção. Os entrevistados demonstram que o acesso às informações e as reiteradas reflexões tiveram impacto sobre suas formas de pensar e agir. Por meio das narrativas dos participantes, verificam-se as marcas que revelam a dimensão política do trabalho do assistente social no cotidiano da sua atuação.

Defendemos que toda ação profissional tem uma dimensão política independentemente da consciência e/ou apreensão do profissional sobre ela. Trata-se do lugar que as ações profissionais ocupam nos interesses antagônicos das classes sociais em disputa.

Diante da complexidade da realidade, não detemos a capacidade de apreender todas as determinações que se desdobraram das ações profissionais isoladas, assim, a dimensão política não pode ser apreendida isoladamente em uma ação, mas se revela no conjunto das ações profissionais. A dimensão política do trabalho dos assistentes sociais está relacionada com um projeto de futuro – pré-idealizado pelos profissionais – pelo qual estão interessadas as ações profissionais.

Por ser, o trabalho do assistente social, orientado pelo projeto ético-político profissional hegemônico, a dimensão política do trabalho profissional pode contribuir com os processos de enfrentamento ao ordenamento do capital, por meio do fortalecimento de valores, pensamentos e posicionamentos contra -hegemônicos.

Consideramos que, ao compartilhar ferramentas de leitura da realidade social, em uma perspectiva crítica, totalizante, permeada de contradições e possibilidades de intervenção, e instrumentalizar a classe trabalhadora a ser leitora e escritora da realidade; ao contribuir com os processos de formação política no sentido da ampliação da consciência crítica; ao contribuir com a compreensão do acesso ao direito e com a democratização do conhecimento, os assistentes sociais incidem sobre

a luta de classes – ainda que em proporções mínimas – e revelam as marcas da dimensão política em sua atuação.

5.2 As consequências políticas do trabalho profissional do assistente social

A ética do capital é alienante, ao retirar do homem sua própria raiz, sua humanidade. O combate às mediações alienadas do capital é o combate à desumanização, assim, o horizonte de atuação dos assistentes sociais está, também, na construção de estratégias de reaproximação do homem de sua humanidade.

Para tanto, é preciso que esses profissionais sejam leitores atentos da realidade; vivos ouvintes do que os participantes dos processos têm a dizer e precisam analisar cautelosamente a conjuntura em que estão inseridos; ler as particularidades e especificidade do espaço sócio-ocupacional a que estão vinculados e como esse espaço se conecta às demais instituições da sociedade e ao Estado.

O método materialista histórico-dialético coloca a realidade como ponto de partida da sua análise, e com as condições objetivas dadas é que se constrói o concreto pensado, que é a própria realidade acrescida do pensamento. Sair da imediaticidade do cotidiano e alçar as conexões, abstrações e categorizações tornam o real rico em determinações e possibilitam o retorno do homem a essa mesma realidade, então modificada pelos pensamentos sobre ela; esse movimento constante torna-se imperativo aos profissionais que desejam construir respostas qualificadas e coerentes com seu tempo e espaço.

A partir do que os sujeitos apresentam e da conjuntura posta, é que se constrói o trabalho, o cotidiano como espaço privilegiado da vida real – pois nada foge ao cotidiano – abarca todos os processos; é nele que a história se faz, se move; é nele que as contradições residem.

Em síntese, a economia capitalista não prescinde de renovar suas formas de controle social para garantir o consenso social e como sabemos para esse controle “conta com o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas comportamentos legitimados socialmente” (Iamamoto, 2011, p. 116 *apud* Yazbek, 2014, p. 681).

É no terreno do cotidiano que os trabalhadores reproduzem as lógicas e os valores alienados e alienantes emanados pela estrutura do capital e que se baseiam na necessidade de manutenção do *statu quo*, e uma das formas de garantir que as relações permaneçam estruturadas de forma a servir ao capital é apartando os homens de si e de sua humanidade. A desumanização dos indivíduos é uma consequência do modo de produção capitalista, que tudo explora e tudo torna mercadoria, inclusive os homens que, expropriados de sua atividade trabalho, de sua essência, não se reconhecem mais enquanto partícipes do gênero humano.

Os participantes dos movimentos de moradia não fogem a essa lógica, pois são frutos desse tempo e como tal reproduzem as ideias da classe dominante; nos espaços do movimento, em muitos momentos, são reproduzidos os valores baseados na ética do capital. A ideologia que domina a era do capital prega o culto ao indivíduo, a autossuficiência, autonomia individual, como forma de sobrevivência pessoal e ascensão social; é a ideia do único e exclusivo em detrimento do coletivo e genérico, que alimenta a lógica que contribui ideologicamente para a distância dos homens de si e do gênero humano.

Na verdade, eu sempre fui na minha vida, sempre muito individualista, sempre pensei sempre em mim, mas depois que eu entrei na associação e participei, a minha vida é diferente, eu vivo mais hoje para os outros do que para mim mesmo, né. Você se entrega, mais de você para os outros do que para si, então acaba humanizando a gente [...] (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Na fala de Fredson, perceber-se uma desconstrução das ideias individualistas; revela-se um indivíduo organicamente integrado à sua comunidade e que relaciona esse movimento a uma humanização de si e ainda a correlaciona aos valores do reconhecimento, e do pertencimento e afasta essa humanidade daquilo que é possível comprar no mercado, como apontado a seguir.

E aí, sei lá, essa situação, você cria um amor pela coisa. Por uma necessidade de moradia, por uma necessidade de habitação, que eu tenho e que todas as pessoas que estão aqui têm, você cria uma humanidade que às vezes não existe, não tem no mercado, né (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Na contramão da cultura do capital, os assistentes sociais no Alvorada pautaram constantemente uma ética contra-hegemônica, um conjunto de valores que correspondem às reais necessidades e potencialidades dos trabalhadores. A

necessidade de romper com os valores que violentam e separam os trabalhadores de “si” e do “seu eu no outro”, movimentou os assistentes sociais no sentido de fomentar o reconhecimento da própria humanidade e da humanidade que existe em todos.

*No começo eu não entendia, “**porque que eu vou querer saber se tem a guia rebaixada ou não no bairro?**”. E aí hoje, com o convívio com as famílias, aí a gente vê que a gente tem o idoso, que a gente tem o cadeirante, que todas essas pessoas precisam usufruir do que o bairro pode oferecer (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

A fala de Eliane revela a capacidade de fazer-se sensível à dor do outro e tomar para si a necessidade de acolher e responder às necessidades. para além das próprias. A empatia foi um dos valores elegidos (Apêndice E, Memória de Atividade 6) pelo grupo de famílias do Alvorada do Jaraguá, enquanto um valor que guiará a convivência no condomínio. Por meio desse valor, foi fomentado pela equipe de assistentes sociais a ideia de uma convivência com o diferente que consegue extrair as qualidades e potências das particularidades e, com isso, avançar no sentido de agregar as lutas políticas das múltiplas expressões de humanidade.

Às assistentes sociais, no Alvorada, ficou a tarefa contínua de “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Cfess, 2012, p. 23). Contudo, sabemos que o alcance das reflexões ventiladas pelo TS – em contraposição a todo um aparato cotidiano que bombardeia os indivíduos com um conjunto de ideias burguesas – é sutil; contudo, de forma permanente, os profissionais empenharam-se em demarcar o território da defesa e ampliação dos direitos, acessos e reconhecimento das minorias políticas na busca por consolidar e ampliar a internalização desses valores.

*Eu adoro a comissão de idosos, isso porque eles trazem os idosos, porque você sabe que os idosos são meio, aí como eu falo, tem alguns que são meio durões, né? Não querem saber de jovens? Ou então o jovem faz muito barulho, ou porque **as ideias dos jovens são diferentes da deles, eles querem impor a deles**. E nisso daí a nossa comissão do idoso trouxe outra visão para eles, outra visão, dizendo assim, eles têm que compreender os jovens. E nós fizemos isso também **com os jovens para compreender os idosos**. Sabe, tem que ter uma união, que nem criança, nós fizemos, eu acho, se eu não me engano, foi um grupo de idoso que foi junto com os jovens. **Você vê? Essa união eu acho que abre muito a cabeça dos dois** (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).*

Na fala de Lucia, percebe-se a investida das assistentes sociais no grupo de famílias, no sentido de promover espaços de trocas de diferentes gerações com o objetivo de obter reconhecimentos humano e político do outro; a construção de afeto; o fortalecimento dos vínculos para que esses elementos possam estimular as famílias no sentido do cuidado coletivo, que pode se expressar das mais diversas maneiras, seja no manejo cotidiano das necessidades dos indivíduos até a participação em espaços de discussão e defesa dos direitos de jovens e idosos.

Em uma sociedade alicerçada no patriarcado, a reprodução de preconceitos e discriminação tinha, no campo do gênero, uma das mais fortes expressões; as ideias de que as mulheres têm determinado lugar social, que as subjugava aos desígnios dos homens, controlando seus corpos e destinos se fez presente durante todo o desenvolvimento do TS no Alvorada.

O tema da violência de gênero mobilizou muitos momentos de diálogo, reflexão, divulgação de informações, dados estatísticos e legislações, com objetivo de municiar as mulheres acerca de seus direitos e ainda de que identificassem, nomeassem e denunciasses os crimes pelos quais todas essas mulheres pudessem estar vivenciando. E, ainda, no sentido de angariar homens parceiros para essa luta, que se sabe ser tarefa não só de um segmento, mas de toda a sociedade.

Em sintonia com o princípio de uma “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Cfess, 2012, p. 24) e fazendo frente a todas as formas de exploração e dominação de gênero, as assistentes sociais se posicionaram diante das ideias que alimentam essa lógica por meio de processos reflexivos, atividades e ações que buscavam contribuir com a desconstrução desse aparato ideológico de ampla sustentação da produção e reprodução capitalistas.

*[...] o trabalho social fez a gente descobrir isso, descobrir qual a vocação de cada um, o sonho que cada um tem, proporcionar cursos [...] já tivemos curso para eletricista, encanador e participou tanto o homem como mulher, não tem mais isso de que “ah, isso é só para homem, só para mulher” não, o lugar, **você tem que determinar o lugar que você tem que estar, que você quer estar, que isso te faz bem, que te faz feliz** e através desse trabalho social a gente tem aprendido isso, grandes coisas (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

Eliane releva a compreensão de que as mulheres podem ocupar lugares sociais diferente daqueles que, por vezes, são direcionados a elas; que tem direito de domínio sobre seus desejos, suas vidas e relaciona essa compreensão ao TS. Entendemos isso como uma expressão – ainda que de forma modesta – da contribuição dos assistentes sociais no fortalecimento de um projeto que se pauta na igualdade e equidade das relações de gênero.

Como afirmamos, as relações sociais de produção capitalista retiram do homem sua humanidade, e defendemos que o processo vivido pelas famílias no Alvorada vai na contramão do processo de produção capitalista e se volta para o sentido do combate à alienação do eu genérico.

Se existe o reconhecimento do próprio eu como humano, é possível haver o reconhecimento do outro enquanto expressão do humano genérico, e é possível reconhecer sua condição de humanidade, as vulnerabilidades, necessidades e potências que residem no diferente, idoso, pessoa com deficiência, no jovem, na mulher, nos diferentes gêneros, nas diferentes orientações sexuais, nas diferenças de naturalidade, raça e etnia. É possível se fazer solidário e empático às dificuldades e necessidades do outro e é possível se alegrar e vibrar com as conquistas do “outro” porque são conquistas humanas, que falam também sobre o “eu”.

*[...] hoje você consegue ter uma visão individual de cada pessoa. **Quando a Associação, ela tem, e ela está certa de ter isso, cria regras que são para todos, só que na vida, a vida não é igual para todos.** Você não - mesmo estando lá no regimento que tem que ser tudo igualzinho - hoje eu consigo ver que não dá para gente querer colocar uma pessoa que é, vamos lá pegar uma senhorinha de sessenta e oito anos, que não tem ninguém, você querer tratar ela igual você trata um rapaz de quarenta anos que tem dois, três, quatro irmãos, que pode ajudar ele. Então você cria uma, não sei se a palavra certa é “maturidade emocional”, que você consegue destrinchar na vida de cada um, não? **Mas você consegue se colocar na situação de cada um. Você consegue criar um meio termo para a pessoa ser tratada igual, mas não ser tratada diferente. Não sei se dá para entender.** Você consegue ter essa maturidade. Quando eu entrei aqui, filha, você podia chegar contando a história mais triste do mundo, eu falava “tá bom, eu sei, eu entendo, eu compreendo, mas é isso, isso, isso”. Hoje você sabe que tu não pode ser assim, né? **Porque você vê a vida acontecer.** [...] Mas você achava que a regra tinha que ser a regra e pronto, acabou, essa é a regra, não tem direita, não tem para esquerda. Você consegue, não que você consegue mudar a regra para alguém, **mas você tem essa preocupação de tentar ajudar a pessoa a criar uma solução para que ela se mantenha na regra, ou pelo menos, se a adapte a elas** (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).*

O depoimento de Erika tem inúmeras camadas que demonstram profunda compreensão da desigualdade de condições em que as pessoas experienciam a vida, e ela responde a esse entendimento a partir da observação e na busca de construir estratégias que atendam ao Movimento e aos associados. Erika aponta uma mudança de pensamento e posicionamento que, compreendemos - a partir de sua fala -, partir da experiência, realidade, da vida que apresenta com suas contradições cotidianamente. E que quando atentos, é possível captar essas informações e buscar formas de intervir nessa realidade, se organicamente vinculados a esse grupo, comunidade, classe, essa intervenção terá direcionamentos que zelam por esse coletivo, por esses indivíduos.

O reconhecimento do outro perpassa por enxergar, ouvir e validar o outro. Em uma sociedade que relativiza os fatos, cria verdades absolutas, se baseia em mentiras para construir e propagar as ideias da classe dominante, construir consensos é uma tarefa que exige desenvolver muitas habilidades de convívio e internalizar valores contra-hegemônicos. Consideramos uma expressão de avanço a forma como as famílias do Alvorada desenvolveram sua capacidade de diálogo e construção de consensos, pautados na liberdade de expressão e em avaliações e julgamento de valores a partir do melhor para o coletivo.

Olha, o trabalho em grupo para mim é conhecimento, você trabalhando sozinha, você não tem o conhecimento que outra pessoa tem dentro do grupo. Que dentro do grupo tem várias, cada um tem suas ideias, então você jogando todas as ideias ali, você vai chegar num denominador comum (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

Aí vale a opinião da maioria. A maioria decide, não é só porque eu falei que tem que ser aceito. Não. Tem que entrar em um consenso. Eu falo “não eu tenho uma opinião, isso aqui se fizer assim, dá certo”. Aí você fala “não, desse jeito, dá certo”. A gente fala “beleza, não, não é assim”. Se nós estamos em 10, cada um fala e aí a gente vai ver, falar assim ‘é mesmo, o que a Tuane disse, o que você acha?’, “eu acho que a Tuane falou é legal”, e aí “a opinião da Tuane, a ideia dela, eu acho que é boa”. Então não é porque a minha era boa que tem que decidir a minha. E se eu também achar “é mesmo, pensando por esse lado, a da Tuane é boa mesmo”, aí a gente vai e decide. Entendeu? Primeiro escolhe, primeiro todo mundo dá a sua opinião, sua ideia e depois a gente vê qual que é a melhor e ninguém sai com raiva. Porque “ah, eu falei, ninguém quis, foi lá e foi a ideia da Tuane”. Não. A maioria decidiu que a sua opinião, a sua ideia era boa para todo mundo (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).

Porque a comissão é a união. Você está ali, você está unida, mesmo que você discorde, mas você numa discussão, assim, você muda sua cabeça, ou então muda a cabeça do outro. Aí você fica satisfeita, não pelo seu ego estar ali em cima por você ter convencido, mas por todos concordarem numa única ideia (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

Do início da fase-obras do TS, foi possível às assistentes sociais acompanharem e contribuir com o processo de desenvolvimento e qualificação das formas pelas quais o Movimento passou a construir seus lugares comuns, o espaço para fala, a capacidade de ouvir o outro, de ter empatia pelo lugar de fala de cada um, e considerar as necessidades de todos, foram elementos potencializados pelo grupo de famílias, como se percebe nas falas de Euda e Lúcia.

O reconhecimento do “eu” e do “outro” formou bases para a construção coletiva do “nós”. Percebemos profunda valorização das relações e dos vínculos que foram criados e/ou fortalecidos pelo processo vivenciado pelas famílias. O senso de comunidade é, certamente, o mais valioso fruto da construção desses trabalhadores.

*Estando aqui há mais de 10 anos, a gente já conhece todos os vizinhos e eu não sei, vou falar a verdade, eu não sei onde nenhum deles moram, irão morar aqui futuramente todos nós. Porém, as pessoas que a gente convive não são 300 pessoas, são 1104 famílias, basicamente, a gente sabe tudo da vida das pessoas, **a gente compartilha toda a vivência que a gente tem**, e eu sequer sei onde cada um mora. Eu nunca fui na casa do Laércio, nunca fui na casa da Euda, não faça ideia de onde a Euda mora, não sei onde a Erika mora, não sei onde ninguém mora, porém a gente já é vizinho a mais de 10 anos e a gente convive, se respeita. **Então, a construção disso é diferente por conta disso, porque você cria pessoas, você cria o convívio entre as pessoas sem mesmo de fato já estar morando** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

*É seu morar, sabe não é só você chegar, jogar seus móveis ali dentro e acabou. **Se você um dia escuta o seu vizinho gritando socorro, você não vai lá? “ah, não, para mim, não conheço ele, tanto faz”**. É por isso, é a **convivência, é harmonia, é tudo que as pessoas precisam** (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).*

*[...] é muito diferente de quando você simplesmente compra um imóvel, empreendimentos e participa de, digamos que você vai numa construtora, compra um apartamento e você se muda para lá. **Você não conhece nada e não conhece ninguém, você não sabe como foi construído, você não conhece o teu vizinho, não conhece o teu vizinho de porta** (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).*

*[...] eu sei que o meu condomínio não vai ser perfeito, mas não vai ser uma bagunça, porque as famílias já se conhecem, as famílias vão ter que se respeitar e as famílias vão ter que passar isso para as pessoas que vão morar com elas lá, **e eu acho que foi isso, que o trabalho social serviu para fortalecer ainda mais esses vínculos, para a gente conhecer cada um, a necessidade de cada um** (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).*

*Mas eu conheço o jeito de cada um? [...] Muito tempo de convivência, foi de 2017 para cá e eu estou aqui todos os sábados e domingos eu adoro isso. Adoro vir para cá, porque adoro. Adoro isso daqui. Eu olho, às vezes eu choro. O Cido podia estar aqui vendo, mas Deus sabe o que faz, né? Ele deve estar de lá xingando, querendo nos matar, tem hora, tem dia que ele deve estar aplaudindo. **Mas eu gosto daqui. Porque aqui se tornou a minha vida, sabe? Eu sei que aqui eu tenho quem me ama, eu sei que aqui eu tenho amigos, sabe?** (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).*

O encontro do eu com o outro, o encontro do nós, se converte em momentos preenchidos de significados e alegria.

Ah na luta, eu aprendi a viver. Não vivia. Eu era meu mundo fechado, quando você começa a participar, você começa a conviver com pessoas, quer coisa melhor que você conviver com pessoas? [...] Mas é a realidade, se você fica em casa, você só da sua casa para o seu trabalho, você só conhece aquela rotina, você não tem um mundo aberto para saber o que você está passando. Eu não te conheço, eu passo por você na rua, agora eu passo pelas pessoas na rua, elas me conhecem, eu conheço elas. Você entende? É muito gratificante você estar com um grupo de 300. 300, daqui uns dias 5000, não sei mais quantas, mas é bom você conhecer pessoas (Depoimento de Lucia de Grande Melim, 2023).

As festas no Alvorada são símbolos da alegria desse encontro. As famílias comemoram seus aniversários, chás de bebês, casamentos, natais, anos novos, despedidas etc. no galpão do canteiro de obras da AHD, ainda que com pouca estrutura, as famílias optam pelo espaço porque querem partilhar a alegrias com aqueles que consideram seus pares, sua família, como tantas vezes repetem ser, uma grande família.

Aí eu falo para ele, falo, “cara, como é bacana o trabalho social, como é bonito o social que a gente faz lá com as famílias, eu falei assim, ele (namorado) não sabe quem é o vizinho dele da direita e nem da esquerda, eu falo, “lá eu sei quem é o meu vizinho da direita, da esquerda, do fundo a gente conhece todas as famílias, a gente se conhece, a gente se tornou uma grande família”. As pessoas já pensam como vai ser o primeiro natal lá, o pessoal já fala que já vê uma mesa gigante com todas aquelas comidas gostosas, com aquelas toalhas maravilhosas do tema do Natal. Já tivemos grandes festas lá. E aí, tudo isso me faz entender a importância do trabalho social (Depoimento de Eliane Cristina Feitosa, 2023).

E chega a ser uma coisa assim, né, porque são vários anos e a gente acaba conhecendo, todo mundo se conhece ali, são, sei lá, no mínimo 10 anos a pessoa mais nova que tem lá, com exceção das pessoas que subiram agora dos outros grupos. Então assim, só que tem muitas pessoas que a gente não sabe onde eles moram, a casa ou os outros familiares, né. Então, são poucos mesmo que a gente tem esse contato de casa, mas é uma família, né. É uma grande família, né, que está ali e a gente sente isso também, né, da parte das pessoas. Então as festas que sempre a gente faz, graças a Deus sempre um sucesso, né, que a gente faz, se organiza, é, faz tudo com muito carinho, as atividades, né. Então eu acredito que estamos no caminho certo e a expectativa é essa, né, que a gente continue e, se Deus quiser, logo mais, né, vai estar todo mundo lá e vocês estão convidado, né, para tomar um café, para ir almoçar no final de semana, dar um passeio lá no deque, ver o pergolado (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

No início da fase-obras do TS as assistentes sociais trabalharam com a comissão socioeducativa a necessidade de construir com as famílias o pertencimento ao espaço que, futuramente, viria a ser a moradia, os espaços comuns, os salões de festas, a quadra, o parquinho, como o objetivo de que as famílias usufríssem e zelassem pelos espaços e as famílias tiveram tamanha apropriação que utilizam o espaço para lutar, refletir, experienciar, celebrar, como se nota nas falas de Eliane e Laercio.

Considerando a mediação alienada do capital que estranha o ser humano *dos demais seres humanos*, defendemos que o processo experienciado pelas famílias do Alvorada, por meio da construção de uma comunidade baseada nos valores da sociabilidade coletiva⁸³, aponta para o horizonte do combate à alienação *dos outros seres humanos*.

Contudo, nossa defesa aponta para a aproximação de um processo de desalienação pautado na objetividade do trabalho desenvolvido no processo de construção do Alvorada do Jaraguá. Sabemos que a superação da alienação não se dá apenas nos marcos da subjetividade, da consciência humana, considerando que se gera e impulsiona o complexo de alienações a partir do estranhamento, pelo sujeito, de sua atividade.

Quando a gente vem para um mutirão, você sabe de tudo o que acontece, do tamanho do bloco, o peso do bloco, qual é a função de um bloco, de uma argamassa, qual é a função de cada item colocado na obra de fato. A propriedade ou a apropriação daquilo que a gente está fazendo é muito grande (Depoimento de Fredson Almeida de Lima, 2022).

Aprendi muito. Então você fala “ah, precisa comprar cimento” e aí não é um saco de cimento, são vários sacos de cimento, né? Então você saber o que está sendo colocado ali, de material, de que forma que é feito (Laercio Costa de Almeida, 2023).

Desde a derrubada das árvores, até escavação, terraplanagem, escavação, de fundação, de baldrame, cada bloco que foi colocado em cada local, cada erro que às vezes alguém cometia e a gente tinha que reparar. Então, desde o início até o final, onde a gente está hoje, com acabamentos, eu vivi tudo isso, tudo isso (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

E aí começou a obra. E a gente não sabia, eu não tinha noção da dimensão do que era a construção de 300 unidades, fora as nossas 300 unidades, as dos vizinhos, né? 404 da Noroeste, 404 da Anjos da Paz. E aí envolve um turbilhão de coisas, não é só contratar o caminhão do concreto, nem a laje, envolve um monte de coisa, envolve o trabalho coletivo, envolve trabalho social (Eliane Cristina Feitosa, 2023).

⁸³ Para aprofundamento no conceito de sociabilidade coletiva, ver Hein (2020).

*Você pega o mutirante e alguns deles vai saber explicar para você quase tão bem quanto o Fredson **explica alguma coisa que aconteceu em determinado pedaço da obra em uma determinada atividade, porque eles estão ali naquela atividade e eles já exerceram essa atividade*** (Depoimento de Erika de Paula Oliveira de Abreu, 2024).

Na fala dos participantes, observa-se que, na construção do Alvorada, seja das paredes ou das pessoas, existe uma atividade dotada de sentido, de consciência, que permite compreender e vivenciar os processos, e agir de forma criativa, empenhando suas forças nessa criação. Defendemos que existe uma apropriação do próprio processo de trabalho por parte dos trabalhadores.

*Então a gente falou “vamos fazer uma Festa Junina”, né, e aí, ainda mais assim, teve uma festa, né, o Cido havia falecido e a gente não sabia exatamente como fazer, não saber fazer né, mas como que seria, porque é a primeira festa sem ele, ele sempre estava ali. [...] E aí teve essa Festa Junina, que a gente pensou uma coisa e aí a gente falou “ó, vamos fazer, vamos, vamos propor para as famílias fazer as suas coisas”, e aí quando a gente viu, tomou uma proporção gigantesca, né. Então tinha palco, banheiro químico, tinha fogueira, ambulância. [...] **Então a gente falou assim, poxa, chegamos num nível, né que conseguimos, né. Então nosso padrão hoje é isso, daqui pra frente não pensar em fazer menos, né. Então a gente viu que a gente é capaz de fazer, com a ajuda de cada um, com um pouquinho de cada um, e a ideia é essa, né. Então, se é para fazer, vamos fazer*** (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

E é bonito isso, de ver o quanto que a gente aprendeu, né? Parte social, parte técnica, né? E isso ajudou muito. Eu acho que todos nós tivemos um crescimento absurdo, né, para melhor. Eu acho que a gente conseguiu compreender tudo o que foi passado para a gente, né? E conseguimos absorver de uma melhor forma, né? Então, até coisas mais, a gente consegue ter um pensamento um pouco mais além e fazer coisas diferentes, né? (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Na fala de Laercio, evidencia-se a compreensão da potência do grupo para criar; a capacidade de idealizar e projetar, diferentemente do trabalho exercido por eles na sua vivência fora do Alvorada, esse trabalho lhes concede a possibilidade resgatar – ainda que em partes – o que foi cindido deles pelo modo de produção capitalista, que é a possibilidade de produzir para si algo que será útil às suas necessidades reais e o fazem compreendendo “como” e “porque o fazem”.

Para nós, o processo de construção das moradias e das relações comunitárias no Alvorada, por meio da produção autogerida e com o mutirão de um trabalho cooperado e coletivo, coloca-se como uma contribuição que aponta para o combate da *alienação do homem de sua atividade*.

Enquanto ponto nevrálgico, chegamos ao estranhamento da coisa, do fruto do trabalho do homem, que, no modo de produção capitalista, se aparta de seu produtor e se torna um poder hostil contra ele (Marx, 2007).

E agora, na verdade, é um pouco de orgulho de poder ver as paredes, o teto, o chão, a grama, o orgulho das pessoas de fora, que olha aí e vê a grandeza do que a gente está construindo. Não só em relação à construção, mas o convívio com as pessoas (Depoimento de Fredson Almeida Lima, 2022).

Então da forma que eu lutei a ideia é que eu consiga falar para minha filha, ou que ela possa ver o que eu fiz, né? Que ela possa participar ou mesmo que ela não participe, mas ela saiba o esforço que foi feito ali (Depoimento de Laércio Costa de Almeida, 2023).

Para mim estar aqui hoje e vir morar aqui é uma realização [...]. É uma vitória que não tem, eu não tenho palavra para expressar o que é isso, sinceramente. Eu posso dizer “a realização de um sonho”, mas não é a realização de um sonho porque não veio de graça, foi muita luta. É uma vitória (Depoimento de Erika Paula Oliveira de Abreu, 2024).

Então assim, eu me sinto muito orgulhosa e eu gosto muito de participar. Não, não tem explicação para isso, é assim, eu saber que eu vou ter um apartamento. E assim, hoje eu me vejo com um apartamento de 57 m², ajudado ser construído por mim mesma (Depoimento de Euda Maria Mendes da Silva, 2023).

O produto do trabalho e da imaginação desses indivíduos aparece como algo pertencente a eles; mostra-se como objetivações que expressam sua humanidade. Esse processo de reconhecimento é, por nós, lido como – uma aproximação – do processo de desalienação das objetivações humanas, na perspectiva da construção de um ordenamento social que supere a exploração do homem pelo homem, na construção de uma sociedade que tenha como fundamento a livre expansão dos indivíduos sociais, a emancipação humana.

Em consonância com o princípio do “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (Cfess, 2012, p. 23), as profissionais assistentes sociais se colocam no Movimento fortalecendo os processos que apontam para os horizontes estratégicos da classe trabalhadora no sentido da luta e superação do modo de produção capitalista.

As consequências políticas do trabalho profissional das assistentes sociais, no contexto da execução do TS, no Alvorada, compreendemos, estão no sentido do fortalecimento dos processos que fazem frente às barbáries geradas pelo modo de produção capitalista e que se engendram nas entranhas da sociedade e dos

indivíduos, retirando dos homens sua humanidade, seu reconhecimento de si, do outro, da sua atividade e dos frutos do seu trabalho.

Falamos aqui de ventilar posicionamentos, caminhar no sentido e em direções opostas ao ordenamento social posto, de se voltar para o horizonte de outra sociedade, pois, como já afirmado, sabemos que nenhuma dessas experiências estruturalmente transformadoras pode ser vivida dentro dos marcos do capitalismo.

Retomamos o ponto de partida do capítulo, de que essa é uma história de ambivalências, de miudezas e grandezas e podemos interpretar as consequências político-profissionais sob essas duas perspectivas que é uma experiência minúscula diante de um sistema e grandiosa para a vida desses indivíduos. Nessa perspectiva, as consequências do trabalho profissional nesse espaço sócio-ocupacional são modestas – versam sobre contribuir com o Movimento no fortalecimento político, organizativo e ético de um grupo de famílias – mas incidem, ainda que minimamente, sobre a realidade desses indivíduos.

6 CONCLUSÕES

Figura 24 – Mutirante no canteiro de obras da AHD (2020)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

*A autogestão com as famílias é sempre um aprendizado, a cada dia você pode participar diretamente de todo processo, da limpeza do terreno, capinar, transportar blocos, fazer vigílias que é cuidar da sua casa. Isso não tem preço, é cansativo e desgastante, porém é gratificante ver aonde estamos chegando e logo mais estaremos morando. Tudo está sendo feito com muito carinho apesar das dificuldades enfrentadas, mas estamos todos juntos com o mesmo propósito e objetivo de concluir esse sonho - que já é realidade - para cada um de nós e nossas famílias. Meus filhos sabem do esforço ali deixado. Suor, lágrimas, **tudo por um sonho chamado moradia** (Depoimento Laércio Costa de Almeida, 2023).*

O objeto do presente estudo é a dimensão política do trabalho profissional dos assistentes sociais no contexto do Serviço Social brasileiro, contemporâneo e guiado pelo projeto ético-político vigente, que trabalham com o Movimento de Moradia AHD, em programas de HIS, mais especificamente, no programa PMCMV-E.

Como desafio, colocamos a análise das estratégias profissionais utilizadas no cotidiano de atuação dos assistentes sociais com objetivo de nos aproximar das possíveis consequências políticas desse trabalho e, com isso, refletir acerca da potência do trabalho consciente e intencionalizado.

A hipótese era que a dimensão política do trabalho dos assistentes sociais está relacionada com um projeto de futuro – pré-idealizado pelos profissionais – a que estão endereçadas as ações profissionais. A metodologia da pesquisa foi embasada na perspectiva crítica e nos estudos dos materialismos histórico-dialético, envolvendo procedimentos científicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, espaços e pesquisa qualitativa, com as famílias participantes do movimento de Moradia AHD no Projeto Alexios Jafet

Chegado o final do percurso desta pesquisa, reforçamos a posição desta pesquisadora – conforme enunciado na introdução deste estudo – enquanto profissional, lutadora social, sujeita da pesquisa e trabalhadora. Com isso, nos colocamos como partícipes dos processos aqui mencionados, seja das lutas sociais por segmentos, como a moradia, ou naquelas afetas à profissão de Serviço Social, mas fundamentalmente enquanto integrante da luta histórica da classe trabalhadora.

É importante demarcar essa posição que nos afasta de qualquer pertença e ilusória neutralidade e/ou assepsia intelectual. Nossos posicionamentos estão contaminados por nossa visão de mundo, nossos valores e crenças, nossa utopia, e, não menos, está marcada pelas dores, revoltas e, principalmente, pela resistência de uma classe que reivindica seu lugar de protagonista da sua história. Contudo, nossa posição não se atém ao romantismo socialista, nem tão pouco ao messianismo

profissional, mas, o esforço, aqui, é vertebrado por uma análise crítica da realidade, que privilegia a história como motor de seu processamento.

Assim, é desse lugar de expurgo que estudamos o modo de produção capitalista e localizamos nele – a partir dos estudos marxiano e marxista – o fundamento da exploração e alienação do trabalho, a divisão social e hierarquizada do trabalho, a disputa de classes e todas as contradições que emanam desse choque. Por meio dos resultados da contradição entre capital e trabalho é que a profissão de Serviço Social legitima-se socialmente, insere-se nas relações de reprodução social e ocupa um lugar na disputa de poder entre as classes.

A partir dos elementos que trouxemos no decorrer da pesquisa, compreendemos o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, orientada por um projeto ético-político hegemônico que é atrelado a um projeto societário transformador, assim portadora de um conjunto de valores que norteiam o fazer de seus profissionais. Trabalho profissional que não se aparta dos seus contextos, da política social que executa, do espaço sócio-ocupacional a que se vincula, do cenário político, dos constrangimentos advindos do trabalho assalariado, precarizado e as diferentes requisições colocadas aos profissionais que, ainda que não alterem a natureza da ação profissional, modificam o significado social de seu processamento. Trabalho esse atravessado por condicionantes e determinantes que extrapolam a vontade de seus agentes.

Figuram, no contexto desta pesquisa, a questão contraditória da terra – a falta de acesso dos trabalhadores ao espaço urbano, à moradia digna, à cidade e ao cenário político de desgoverno com a direita e a extrema-direita – dos governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro no comando do poder executivo e uma pandemia viral de escala global.

Como atores, o movimento de luta por moradia – a AHD. Enquanto espaço sócio-ocupacional, a Assessoria Ambiente Arquitetura, o Projeto Alexios Jafet e o Condomínio Alvorada do Jaraguá. Como demandantes do trabalho, temos um campo nebuloso, onde o Movimento firma um contrato com a assessoria que, por sua vez, admite – de forma precarizada e informal – as profissionais assistentes sociais, mas quem paga por esse trabalho é o Estado, com o recurso advindo do fundo público por meio do PMCMV-E, e quem recebe as ações e intervenções profissionais são as famílias participantes do Movimento. Todos os envolvidos apresentam requisições ao trabalho profissional dos assistentes sociais.

A política habitacional convoca os assistentes sociais – via de regra – para execução do TS em intervenções nas HISs com os múltiplos atravessamentos próprios do ordenamento do capital. Entendemos o TS como componente da política habitacional que faz essa convocação a diversas profissões, e cada profissão aciona seus conteúdos para executá-la. Assim, os assistentes sociais, quando chamados para essa ação trazem, para o TS, o seu legado profissional, as dimensões do seu fazer profissional, seus arcabouços teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

No decorrer da exposição da pesquisa, delineamos os contornos entre a profissão de Serviço Social e a convocação da política habitacional a essa profissão, que é o TS. Mas, aqui, demarcamos também sua intersecção, ao compreendermos que os assistentes sociais são figuras históricas e políticas, pioneiras e majoritárias na execução do TS em HIS, e entendemos que essa presença contamina os conteúdos, as metodologias e os objetivos do TS e, por vezes, borra os contornos entre profissão e convocação.

Com isso, reafirmamos, aqui, um TS executado por assistentes sociais que marcam essa convocação com sua visão de mundo; sua compreensão acerca do ordenamento social do capital, e que partilham sua visão crítica para o desvendar das forças ocultas que mascaram os ardis do capital e nos alienam, e entregam a esse trabalho as suas estratégias e criam – coletivamente – novas estratégias na busca pela construção e/ou fortalecimento da consciência de classe dos setores populares. Afirmamos, aqui, que, na aplicação do TS, a partir do Movimento – ente executor, conforme definido pelo PCMV-E –, existem particularidades que conferem, às ações e atividades, lugar e sentido eminentemente políticos, a convocação dos Movimentos, ao TS e aos assistentes sociais, é como um aliado para a luta política.

No presente estudo, demarcou-se uma experiência de trabalho profissional com o Movimento de luta por moradia e para afirmar um TS comprometido com interesses da classe trabalhadora – no marco do capitalismo e, certamente, também no sentido de sua superação – e com seu fortalecimento enquanto classe, por meio da formação política e organização popular. Há, aqui, particularidades e especificidades, tanto do ponto de vista da requisição do Movimento, quanto do ponto de vista das contribuições do Serviço Social, que potencializam as intervenções e propiciam um encontro entre movimento social e profissão.

Com isso, os espaços do TS, no condomínio Alvorada do Jaraguá, foram eminentemente políticos, construídos para possibilitar reflexões, análises e a

compreensão da realidade para, com isso, construir caminhos no sentido da transformação dessa realidade.

Procuramos apresentar, nesta pesquisa, o que identificamos como as marcas da dimensão política do trabalho dos assistentes sociais que relacionam não só, mas também, as escolhas profissionais que – sendo objetivamente possível a depender do contexto em que as ações profissionais se inscrevem – podem ter como horizonte aproximações da materialização do projeto ético-político profissional. Quando os assistentes sociais compartilham ferramentas de leitura da realidade social na perspectiva crítica e totalizante, contribuem com a instrumentalização da classe trabalhadora para que seja leitora e escritora de sua realidade; ao contribuir com os processos de formação política no sentido da ampliação da consciência crítica; ao contribuir com a compreensão do acesso ao direito e com a democratização do conhecimento, quando contribuem com o poderoso encontro do eu com o nós os assistentes revelam as marcas de sua atuação profissional e essas marcas compõe as consequências políticas do trabalho profissional.

Para que a síntese dessa análise não incorra em graves equívocos teóricos e políticos, retomaremos alguns elementos essenciais para a presente pesquisa, ou seja, uma experiência inserida no sistema capitalista de produção globalizada e interdependente e realizada por meio de um trabalho estranhado e no bojo de uma sociedade dividida em classes com interesses contraditórios, fizemos o esforço de demonstrar que, mesmo nos marcos do ordenamento do capital, temos experiências que não rompem, mas se afastam do modelo de produção capitalista e, por isso, as vemos como aproximação do combate à alienação do trabalho.

Na sociedade capitalista, o trabalho não atende às necessidades dos que trabalham, pois os trabalhadores passam fome; não têm leitos nos hospitais; não têm vagas em creches, ensino de qualidade, moradia digna e quando uma experiência – por menor que seja – vai na contramão dessa lógica, fazendo com que o trabalho sirva para produzir não mercadorias e valor de troca, mas valor de uso – algo que atende às reais necessidades dos trabalhadores – um trabalho que não responde a uma divisão social do trabalho, é hierarquizado e subordina, quanto é um trabalho comum – comunitário – pautado em decisões coletivas e conscientes, defendemos, é uma experiência que merece ser analisada e ventilada.

O tamanho dessa experiência pode ser observado por duas perspectivas e colocadas todas as ponderações, nos ateremos à perspectiva daqueles que

vivenciaram essa experiência. Para entender como algo tão grandioso aconteceu, é preciso conhecer o fator humano, a força do coletivo, a potência da classe trabalhadora unida, auto-organizada e consciente.

A luta pelo acesso à moradia – na esfera individual, materializa a dimensão do direito e do sonho das famílias –, mas é na esfera coletiva que essa luta ganha contornos que apontam para o horizonte utópico, pois o trabalho e a luta transformam indivíduos e comunidades. Trabalhar coletivamente, lutar coletivamente, viver coletivamente, são atos políticos. Esses indivíduos vivem de forma correlacionada; não estão juntos por estarem espacialmente uns ao lado dos outros, ou empilhados uns em cima dos outros, mas porque suas existências tocam e transformam uns aos outros; não é só sobre a casa, não é só sobre a moradia, é mais do que concreto, parede, um sonho, é sobre SER em toda sua potência!

A autogestão na vida, enquanto uma visão de mundo, coloca-se como uma possibilidade de os trabalhadores serem donos de suas próprias forças e ideias e construir autonomia – para, a partir de novas formas de pensar, agir –, gerir seus recursos objetivos e subjetivos e contribuir com a gestão dos recursos da comunidade. A autogestão na moradia coloca-se com uma forma particular de construir casas, construir cidades e, assim, abrir horizontes e perspectivas de pensar em novas formas de construir relações, e a sociedade.

A experiência de autogestão aqui apresentada, defendemos, converge para a ideia de trabalho livre, consciente, anticapitalista, contra-hegemônico, que prefigura um projeto de sociedade que transcendeu a alienação do trabalho, que aponta para um futuro emancipado. E atribuímos isso ao principal protagonista dessa história, o Movimento Social de luta por moradia – a AHD –, que é a expressão da classe trabalhadora organizada, em processo de tomada de consciência, com sua consciência de classe em permanente construção, e agente da grande política, o ator da luta de classes.

Por ser, a política, a antecipação do futuro no presente, sob a forma de um projeto, como definida por Mészáros (2016, p.119), neste estudo, afirma-se a dimensão política do trabalho do assistente social enquanto mediação entre a intervenção presente – alicerçada em um arcabouço profissional das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa – e uma antecipação do futuro – uma imaginação política baseada em valores elegidos coletivamente no âmbito de uma categoria profissional simbolizados em um projeto ético-político hegemônico.

Por meio da dimensão política da atuação profissional, direcionadas ao horizonte apontado por um projeto societário – ao qual o projeto profissional está vinculado – é que as profissionais executam um trabalho que têm inelimináveis consequências políticas. Consequências que podem contribuir para os processos que apontam para a superação da sociedade capitalista, posto que “ainda está por nascer a sociedade que se tem em mente como suplantação real daquela que está sendo criticada” (Mészáros, 2016, p. 119).

[...] que o trabalho profissional realizado de forma alinhada ao projeto ético-político vigente alcança consequências distintas do trabalho profissional movido por outros referenciais teóricos e valorativos, bem como que alcança consequências de qualidade e sentido político efetivos aos trabalhadores, alcance peculiar nos limites de uma profissão (Paixão, 2020, p.128).

Na perspectiva dos profissionais, os assistentes sociais, majoritariamente, lidam com as mais graves situações sociais que a sociedade nega, escamoteia, invisibiliza, assim, consideramos a experiência do trabalho profissional no Alvorada como um suspiro que nos oxigena com sua força, potência e beleza. É uma experiência que possibilita ver o desabrochar de humanidades, de uma riqueza profunda, que nos toca como profissionais e humanos, porque, nesse processo, nós, os profissionais, também nos humanizamos, e caminhamos no sentido das nossas utopias, dos nossos horizontes; sentimos as reais possibilidades de estar alinhados com o projeto ético-político da nossa profissão, ainda que seja um projeto que não se realiza em sua integralidade, nessa sociedade, nesse espaço sócio-ocupacional podemos fazê-lo – ainda que parcialmente – em proporções muito maiores do que nos espaços de trabalho da maioria dos assistentes sociais.

A partir da reflexão acerca dos elementos encontrados na pesquisa, bem como das indicações dos participantes do movimento, identificamos que os principais pontos relacionam-se a potência do fazer profissional dos assistentes sociais que, a depender do contexto, pode ganhar densidade em suas ações incidindo na realidade no sentido de contribuir com os processos de enfrentamento ao ordenamento do capital por meio:

- Desconstrução dos valores que contribuem com a manutenção da sociedade fundada no sistema de produção capitalista como as ideias individualistas, racistas, machistas, homofóbicas, etaristas etc.;
- Fortalecimento de valores, ideias e posicionamentos contra hegemônicos

como estímulo a empatia, solidariedade e respeito a diversidade;

- Contribuição com a formação política no sentido da ampliação da consciência crítica e reconhecimento da identidade de classe dos trabalhadores;
- Instrumentalização das famílias com as informações necessárias as lutas cotidianas dos trabalhadores por acesso à direitos, bens e serviço.

Com esta pesquisa, pretendeu-se contribuir com o debate relativo ao fazer profissional dos assistentes sociais, partilhando reflexões, experiências e conteúdos. Um dos propulsores do estudo aqui apresentado foi o desejo de compartilhar o miúdo do cotidiano profissional, entregando aos leitores não apenas “o que foi feito”, e “porque foi feito”, mas o “como foi feito”, longe de qualquer pretensão manualesca, mas no sentido de socialização de um trabalho que é coletivo, nas suas mais diversas dimensões, e, como tal, deve ser de domínio de todos os que desejarem ter acesso.

Nesse sentido, caminhamos em direção à nossa utopia, porque, como nos brindou Eduardo Galeano (2001, p. 230):

A utopia está lá no horizonte – disse Fernando Birri –. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Não deixaremos de caminhar, mirando cada vez mais longe, pois essa experiência moveu nosso horizonte, profissional, pessoal e político, passos adiante.

Figura 25 – Mutirantes e profissionais no canteiro de obras – AHD (2020)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

Figura 26 – Tuane Rossatto, assistente social da fase-obras no Condomínio Alvorada do Jaraguá – AHD – e autora desta pesquisa (2020)



Fonte: Arquivo Ambiente Arquitetura.

E eu, eu, definitivamente, não vejo o mundo da mesma forma, depois de viver tudo o que vivi aqui, e sem idealizações, eu não quero dizer que o processo é mais belo ou colorido, tampouco cinza e doloroso, mas o vejo com uma vivacidade que só mesmo a realidade vivida nos proporciona. É isso, hoje eu vivo a luta pela moradia, eu não só estudo e a elaboro, eu a sinto! (Depoimento de Tuane Aline Rossatto, 2020)⁸⁴.

⁸⁴ Em entrevista realizada por Cleonice Dias Heins, em 2019, para fins de produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANTUNES, R. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-9, 2008.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROS, M. C. Programa minha casa minha vida entidades. Possibilidades de participação no acesso à terra urbanizada: modalidade compra antecipada. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HABITAÇÃO COLETIVA SUSTENTÁVEL, 2., 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2016. p. 1-8.

BATISTONI, M. R. Análise da inserção do assistente social nos espaços de ação profissional. *In*: SERVIÇO Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991. p. 91-106.

BONDUKI, N. **Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2011**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 9.076, de 7 de junho de 2017**. Dispõe sobre a Conferência Nacional das Cidades. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida. **Gov.br**, Brasília, 13 set. 2023. Disponível em: www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social**. 2. ed. Brasília, DF: MCidades/SNH; Florianópolis: Nute/UFSC, 2014a.

BRASIL. **Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014.** Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2014b.

BRASIL. **Portaria n. 464, de 25 de julho de 2018.** Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2018.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF: Cefess/Abepss, 2009. p. 185-199.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Cfess, 2012.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF: Cfess, 2022. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passo, n. 13).

COSTA, S. M. G. Política habitacional e trabalho social: um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4, 2009, São Luís. **Anais [...].** São Luís: UFMA, 2009. v. 1.

FERREIRA, R. F. C. F. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. *In*: ISA FORUM OF SOCIOLOGY, 2., 2012, Buenos Aires. **Anais [...].** Madrid: Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído/Internacional Sociological Association (ISA), 2012. p. 1-18.

FIDELIS, C. A. **Autogestão na produção social da moradia:** o protagonismo dos movimentos populares, entre tensões e afirmações. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GALEANO, E. **Las Palabras Andantes.** 5. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GRESPLAN, J. **Marx:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais,** São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HEIN, D. C. **Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?** Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente, disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução: Claudio Carina. Revisão técnica: Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional. *In*: SERVIÇO Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991. p. 43-75.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2009.

LEFEBVRE, H. A Produção do Espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S. l.: s. n.], 2006. Título original: La Production de L'Espace.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008b.

MARICATO, E. Reforma urbana é direito à cidade. [Entrevista concedida a Davi Carvalho]. **Rede Brasil Atual**, [s. l.], 1º out. 2014. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/blogs/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-333/. Acesso em: 29 maio 2024.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. *In*: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Veras, 2012. p. 20-31.

MARTINELLI, M. L. Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 5, n. 9, jan./jun. 2005.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MARX, K. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-56.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINEIRO, E.; RODRIGUES, E. Do crédito solidário ao MCMV entidades: histórico dos programas. *In*: LAGO, L. C. (org.). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. (Habitação e Cidade, 2). p. 19-48.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 30-52, 2017.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, 2014.

PAIXÃO, M. C. **O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente**: uma reflexão sobre suas consequências políticas. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PAULO NETTO, J. (org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

PAULO NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 1-22. Disponível em: www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

PAULO NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

PAULO NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social pós-64**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

PAULO NETTO, J. P. Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 84, 2005.

PAULO NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica/Serviço Social).

PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. Apresentação: *In*: PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. (org.). **Marcas do trabalho social na política de habitação de interesse social na cidade de São Paulo: memórias da atuação profissional do Serviço Social**. Curitiba: CRV, 2023. p. 15-24.

PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. **O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social**. Brasília, DF: Enpess, 2018.

PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. **Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. Trajetória do trabalho social em habitação. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso a Distância: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de interesse Social**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. p. 45-52. (Módulo 2, aula 3).

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, DF: Cfess, 2020. v. 2, p. 11-42. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

ROSSATTO, T. A. **A dimensão política do serviço social: um estudo do trabalho profissional com a união dos movimentos de moradia de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS JUNIOR, O. A.; DINIZ, T. M. R. G.; SAULE JUNIOR, N. (org.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

SANTOS, C. D. **Trabalho social e movimentos de moradia**: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, C. D. **Trabalho social e movimentos de moradia**: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. São Paulo: CRV, 2020.

SANTOS, C. D.; MILANI, G. D. Cidade de São Paulo: Movimentos de Moradia na conjuntura das lutas sociais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2015. p. 1-12.

SÃO PAULO (Estado). Critérios de inscrição. **CDHU**, São Paulo, c2024. Disponível em: <https://cdhu.sp.gov.br/informacoes-cidadao/criterios-de-incricoes>. Acesso em: 31 maio 2024.

SILVA, M. O. (coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. A União Nacional por Moradia Popular e a luta pelo direito à habitação no Brasil. **UNMP**, [s. l.], [201-]. Disponível em: <https://unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/historia/>. Acesso em: 29 maio 2024.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturado

Conte a sua trajetória de vida e sua trajetória no movimento.

Aqui esperamos entender a particularidade e as motivações de cada um dos participantes da pesquisa – para além da necessidade – para entrarem na luta pela moradia e se manterem nela de forma tão ativa. Esperamos poder captar os elementos relacionados a trajetória de luta individual por acesso a moradia e o encontro destes com o movimento social e com o processo de tornar essa luta de individual em uma luta coletiva

Fale sobre o trabalho social realizado na AHD.

Aqui esperamos que apareçam elementos acerca dos espaços onde o trabalho social atuou dentro do Projeto, como as atividades mensais do trabalho técnico social, as comissões internas do projeto, as reuniões das comissões de CAO e CRE, as reuniões ampliadas e outros. Esperamos ainda que apareçam elementos sobre os conteúdos abordados pelo trabalho social, como as temáticas debatidas junto às famílias e também elementos das atividades temáticas realizadas pelas comissões internas.

O que significa para você fazer parte do movimento AHD e participar da autogestão na construção da sua moradia no Projeto Alexios Jafet?

Aqui esperamos encontrar os valores, emoções, significados, símbolos e sentidos pertencentes àqueles que participam da luta.

Me conte sobre os seus aprendizados durante esse longo processo de participação no Projeto Alexios Jafet.

Aqui propomos uma reflexão junto aos participantes para revisitar suas trajetórias durante a participação no Projeto e buscar quais foram seus aprendizados. Entendemos que estes podem ser os mais variados, considerando tamanha exposição destes participantes a novos conteúdos, ideias, ações, formas de ver e sentir o mundo com as quais se tem contato durante o processo da luta social.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada “**A dimensão política da profissão de Serviço Social - Um estudo do trabalho profissional a partir das narrativas das famílias participantes do Projeto Alexios Jafet na cidade de São Paulo**” título provisório, desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Rosângela Oliveira Dias da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e analisar a dimensão política da profissão de Serviço Social na atuação profissional junto à movimentos de moradia.

Fui também esclarecido(a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma não anônima, por meio de entrevista semi-estruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000.

O/a pesquisador/a principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE C – Autorização do uso do nome e pesquisa documental

Eu, _____, responsável legal da instituição **Associação por Habitação com Dignidade**, autorizo o uso do nome da associação para o desenvolvimento, publicação e divulgação da pesquisa de doutorado intitulada **A dimensão política do trabalho do assistente social: reflexões sobre a atuação profissional na luta por moradia digna para o programa de Pós-Graduandos em Serviço.**

Social da PUC/SP, realizada pela pesquisadora Tuane Aline Rossatto com a orientação da Professora Dra. Rosângela Oliveira Dias da Paz.

Também autorizo a utilização do acervo da assessoria relacionado a documentos, registros fotográficos e demais materiais que possam contribuir para a pesquisa.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

Assinatura responsável

APÊNDICE D – Autorização do uso do nome e pesquisa documental

Eu, _____, responsável legal da instituição **Assessoria técnica Ambiente Arquitetura**, autorizo o uso do nome da empresa para o desenvolvimento, publicação e divulgação da pesquisa de doutorado intitulada A dimensão política do trabalho do assistente social: reflexões sobre a atuação profissional na luta por moradia digna para o programa de Pós-Graduandos em Serviço Social da PUC/SP, realizada pela pesquisadora Tuane Aline Rossatto com a orientação da Professora Dra. Rosângela Oliveira Dias da Paz.

Também autorizo a utilização do acervo da assessoria relacionado a documentos, registros fotográficos e demais materiais que possam contribuir para a pesquisa.

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura responsável

APÊNDICE E – Memórias das atividades e ações do TS no Alvorada do Jaraguá

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 1

Tema: Trabalho

Data: 04/2018

A equipe buscou junto às famílias compreender o que é o *trabalho*, o que ele significa e significou ao longo da história para o ser humano e ainda como ela se modificou ao longo da história e como nesse processo também os homens se modificaram. Perguntou para os participantes: “o que significa para eles trabalho?” Os participantes permanecem em silêncio e então a técnica indaga: “Porque a gente trabalha?”. Timidamente surgem as primeiras intervenções: “porque a gente precisa comer”, “Porque é honrado”, “Para se ocupar”, “para ganhar dinheiro”, “para viver”, “para sobreviver”.

Slides atividades sobre trabalho (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Explicou-se que desde os primórdios o instinto mais básico do ser humano era sobreviver! Manter-se vivo é o mais primitivo objetivo do homem. A equipe propôs que as famílias os acompanhassem por uma viagem pelo tempo e convida os participantes a chegarem até a época dos homens das cavernas. A equipe pergunta para os participantes sobre o que eles acreditam que um homem da caverna precisava para sobreviver. Os participantes falaram: “comer”, “beber”, “se proteger”, “se abrigar”.

A equipe pontuou que para se alimentar os homens primeiramente aproveitavam o que estava a disposição como frutas, folhas, bebiam a água que estava a disposição e se abrigavam em cavernas, e com o passar do tempo os homens observando a natureza percebem outras possibilidades, como por exemplo,

beber a água de um coco como os macacos faziam, e assim criou uma necessidade e para atendê-la também a partir da observação e a relação com a natureza o homem percebeu que precisaria de um instrumento para abrir o coco, como por exemplo uma pedra, e a partir de diversos exemplos como a caça, a descoberta do fogo, da linguagem, a descoberta da roda foi se construindo um caminho de raciocínio que apontava para o homem enquanto possuidor de conhecimento historicamente acumulado criado a partir da sua relação com a natureza e com os outros homens, e a partir dessa ideia se construiu o pensamento de que o homem construiu tudo o que existe no mundo, e nesse processo se modificou, modificou seus costumes, seu paladar, desenvolveu habilidades.

A equipe explicou que o homem ao criar tudo existe cria a riqueza da sociedade, aqui se distinguiu o conceito da riqueza social do dinheiro, e mostrou-se que a partir do conhecimento, dos instrumentos de trabalho e da relação com a natureza o homem cria respostas a suas necessidades e usufrui dessas criações atendendo a suas necessidades e criando a partir disso outras tantas necessidades a serem atendidas.

Slides atividades sobre trabalho (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe falou sobre a transformação deste trabalho onde somos portadores do conhecimento e de todo o processo de produção, onde somos donos do fruto de nosso trabalho e possuidores também dos meios para produzi-lo, para um trabalho onde foi retirado do trabalhador o conhecimento de todo o processo, os instrumentos e o fruto do trabalho. Foram utilizados como exemplos os feudos, o advento da máquina a vapor entre outros processos que transformaram a relação do homem com o trabalho, com os outros homens e consigo mesmo.

Foi falado sobre o processo de exploração do trabalho que se fundamenta nessa apropriação do conhecimento, instrumentos e usufruto do trabalho, e firmou-se a compreensão do que é a exploração do trabalho, com isso a divisão de classes da sociedade, e acerca dos problemas sociais (expressões da questão social) decorrentes do conflito entre as classes sociais.

Slides atividades sobre trabalho (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe usa a questão habitacional como exemplo de um problema social gerado pelo conflito entre classes e pela exploração do trabalho, ao falar sobre a questão habitacional retomou-se o problema da falta de moradia para os trabalhadores do campo e da cidade e os motivos que circunscrevem essa situação.

Retomamos a ideia de que os trabalhadores são produtores de conhecimento e com isso abordamos a autogestão enquanto uma ferramenta criada e utilizada pelos trabalhadores a partir da observação da sociedade e com isso articulou-se a ideia de autogestão enquanto um trabalho que produz frutos que são apropriados pelos seus produtores. Falou-se sobre o papel da União dos Movimentos de Moradia como importante ator nesse processo de trazer a experiência da autogestão para o Brasil a partir dos contatos com outros países e seu papel na expansão desse modelo de gestão na produção habitacional.

As moradias construídas pelos trabalhadores serão por eles utilizadas. A equipe abordou a importância do trabalho na autogestão enquanto uma retomada da classe trabalhadora do que lhe foi usurpado ao longo da história.

Pontou-se a diferença entre o trabalho dos empreiteiros e do trabalho mutirantes para elucidar a diferença desse trabalho que se propõe no mutirão para o trabalho alienado que é o modelo vigente na sociedade.

Slides atividades sobre trabalho (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe falou os motivos pelos quais a União dos Movimentos de Moradia e a Assessoria defendem a autogestão, essa defesa foi construída com base em três aspectos: produção habitacional de qualidade, desenvolvimento do pensamento crítico e organização social. Com isso afirmou-se o trabalho enquanto o elemento central do desenvolvimento da humanidade e que a autogestão contribui com a busca por retomar o significado dessa relação essencial à vida humana. Defendeu-se nessa atividade um trabalho coletivo, consciente, pleno de significados e onde seu fruto seja daqueles que o produzem.

Observamos que a atividade ao conectar os conteúdos da realidade vivida pelos participantes, a fatos históricos e análises estruturais gerou uma atmosfera de reflexão por parte dos participantes sobre suas próprias histórias de vida atreladas à história da humanidade, ligando suas dores e lutas, a dores e lutas de muitos outros que vieram antes e acreditamos que com isso gerando um senso de ser partícipe de uma coletividade, o sentimento de pertencimento a uma luta que pertencer e dialoga com seu eu porém que também transcende o eu no sentido da desconstrução da ideologia dominante de culto ao indivíduo, alimentando a ilusão da autossuficiência.

*Então a história da humanidade é a história do roubo dos trabalhadores.
(Depoimento coletado durante atividade)*

Fazendo a autogestão estamos pegando de volta um pouco do que nos roubam todo dia. (Depoimento coletado durante atividade)

Sabemos que uma atividade não tem o mesmo impacto que anos de cultura do capital, somos bombardeados diariamente por aparatos propagadores da ideologia burguesa como a mídia, a igrejas, escolas e diversas instituições ligadas ao Estado.

Mas compreendemos o TS enquanto processo e como tal requer tempo, sucessivas aproximações aos conteúdos que façam frente aos valores hegemônicos dessa sociedade, possibilidade de reflexão e ação para que consiga efetivamente contribuir com a transformação nas formas de ver a realidade.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 2

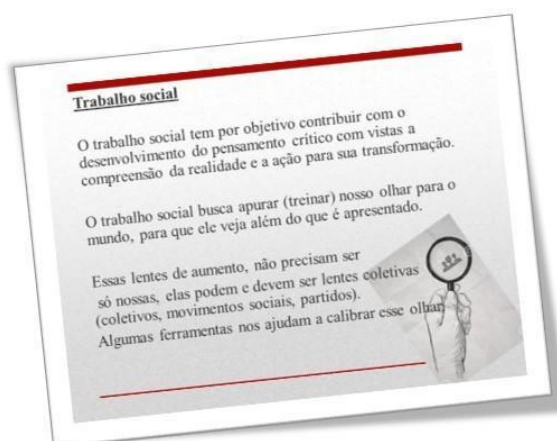
Tema: Arte como mediadora do real

Data: 11/2017

A atividade foi pensada com objetivo de ampliar as possibilidades de apreensão crítica da realidade, localizando a arte e a cultura enquanto instrumentos que podem trazer uma leitura contestadora do real e também de resistência contra as opressões.

No início da atividade foi distribuído para os participantes algumas imagens de obras de arte como os quadros de Portinari e também poesias, para serem observadas e repassadas pelos presentes. Ao final da atividade cada participante recebeu uma poesia.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)

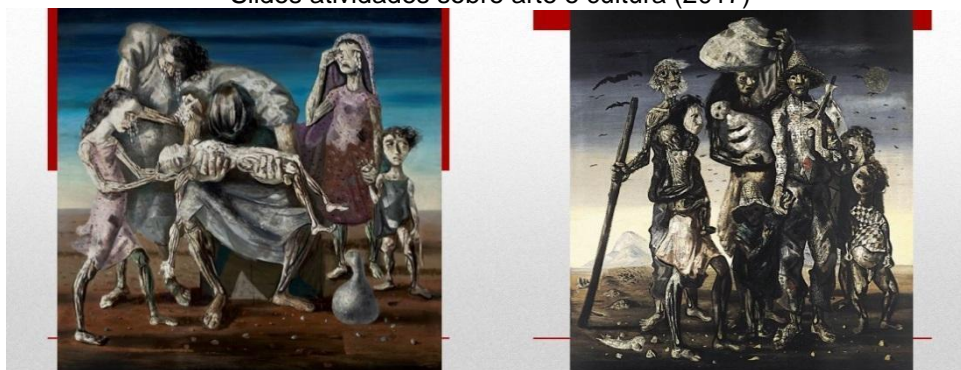


Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe social inicia a atividade falando sobre a intenção do trabalho social de contribuir com o desenvolvimento de uma apreensão crítica da realidade com vistas a sua compreensão e transformação. Falou também sobre as lentes que podemos colocar para olhar para realidade, e que existem “lentes de aumento” que podem contribuir com esse exercício, localizamos na arte e na cultura uma ferramenta auxiliar desse movimento necessário.

Ao apresentarmos a imagem do quadro de Portinari intitulado Criança morta da série “Retirantes” a assistente social Tuane pergunta para as famílias o que lhes remete a imagem, as falas mais recorrentes foram sobre fome, pobreza, sofrimento, dor e miséria, algumas falas se destacaram como, por exemplo, uma que exprimiu a recusa da imagem: - “*Que coisa horrível, bichos feios, vou ter até pesadelos.*” Em seguida foi apresentada a tela Retirantes, as falas giraram em torno das mesmas que a primeira tela mas avançaram no sentido de localizar a pintura no espaço, muito se referiram ao nordeste, as famílias que migram para as grandes cidades, algumas falas se destacaram pelo requinte de humor como “*são os mutirantes⁸⁵!*”, outro participante completa “*Da série dia de vigília⁸⁶!*”.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Fez-se uma reflexão acerca do sofrimento que foi retratado nas pinturas e como eles são reveladores de histórias que traduzem a realidade vivida por tantas pessoas em nosso país e no mundo, e realmente não são histórias belas, o feio tenta ser escondido de nós e é por nós repellido, mas ele existe, se constrói a partir de nossa percepção do mundo que é mediada valores, então a fome é feia e precisa ser vista como tal, precisa incomodar, o artista revelou em sua arte essa feiura incômoda que nos tocou.

Enxergou-se no quadro ao olhar mais atentamente, o movimento de expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade em busca da sobrevivência, na fuga da fome, a superexploração, a seca.

⁸⁵ Em referência aos dias de mutirão nas obras do Condomínio Alvorada do Jaraguá - AHD.

⁸⁶ Durante o processo de construção das obras houve um período em que as famílias realizaram vigílias noturnas no terreno a fim de “proteger” o terreno e a obra de possíveis “invasões”.

Pensamos o que significa a seca no nordeste, que essa não é apenas uma questão da natureza mas que reflete também a falta de investimento dos governos, o favorecimento de irrigação de grandes latifúndios ao invés de pequenas propriedades.

Falou-se também sobre o poder de sensibilização que a arte tem a capacidade de nos tocar, de movimentar em nós sentimentos e acreditamos que também tenha o poder de movimentar ações. Compreendeu-se que o quadro é uma denúncia social que tem muito a dizer e que precisamos estar atentos e abertos para receber as mensagens.

Nessa atividade apresentamos um vídeo com Zé Geraldo interpretando a música *Cidadão* (1976) de autoria de Lucio Barbosa.

Muitos presentes conheciam a música e cantaram junto com o vídeo, alguns se emocionaram e os comentários ao final do vídeo foram sobre o sentimento de tristeza que a canção os remeteu. Falaram sobre a injustiça, a desigualdade, a exploração do trabalho e a discriminação social. Ao ouvir atentamente a mensagem que a letra traz, falaram sobre as dificuldades encontradas nas cidades para aqueles que aqui chegam em busca de trabalho e na maioria das vezes são lançados às periferias da cidade longe das possibilidades de trabalho, as longas distâncias, os baixos salários.

Falou-se sobre a impossibilidade de o trabalhador usufruir do próprio trabalho, muitos trabalhadores da construção civil na sala se identificaram com essa situação, pensamos também nos prestadores de serviço que muitas vezes não podem ter acesso ao serviço que eles próprios prestam. A parte que mais tocou a todos é aquela em que o pai se remete a inocência da filha ao querer estudar na escola construída por ele mesmo, pensamos o quanto a sociedade força a continuidade desse sistema cruel, limitando ao máximo as poucas possibilidades de ascensão social, como o estudo, fazendo com que as classes se reproduzam dentro desse padrão. A música se coloca então como porta voz de muitos trabalhadores, denunciando a perversidade deste ordenamento social e seus valores.

Outra expressão artística abordada foi a fotografia, alguns retratos de Sebastião Salgado, foram levadas para a atividade. As imagens retratavam as dificuldades da vida dos trabalhadores sem-terra, mas também suas lutas e capturam momentos de alegria que remetem a conquistas coletivas.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

As famílias reconheceram nas imagens a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra com os retirantes e também com a sua própria luta pela moradia e demonstraram se reconhecer nessa história. Muitos revelaram que são filhos e netos de migrantes e que as histórias de suas famílias passavam pela luta pela terra, pelas periferias, pelas favelas até chegar ao Projeto e a perspectiva de realizar um sonho, que ali ficou evidente, é de gerações, é de um povo, a luta pela terra é a luta dos trabalhadores brasileiros.

Uma das participantes da atividade compartilhou:

Esses pés (em referência a fotografia de Sebastião Salgado) parecem os pés de meu pai, acho que eu tenho vergonha porque parecem feios? Eu tenho muito orgulho, foram esses pés que vieram do nordeste. Lá ele me conta que às vezes tinha tanta sede que tomava a própria urina! Eu acredito no meu pai, ele não tem porque mentir, esses pés me fizeram chegar aqui, são pés de trabalhador (Depoimento colhido durante a atividade)

Outros relatos se seguiram fazendo referência às famílias que migraram do nordeste para tentar a vida em São Paulo e as identificações entre as famílias foram se construindo nessas falas.

A equipe levou para atividade o poema de Mauro Iasi, “Quando os trabalhadores perderem a paciência”, e ali vimos que a arte pode denunciar, mas também pode apontar caminhos para a luta, pode versar sobre outro mundo, apresentando uma realidade sonhada e possível, nos tocando também com o belo e com desejado assim estimulando a luta.

Apresentamos um vídeo de uma poesia falada, no contexto dos Slams de Poesia que se espalham pela cidade de São Paulo e do Brasil, um movimento impulsionado pelos coletivos de arte e cultura periférica, um movimento da juventude que tem muito a dizer, a ensinar. A poesia de Lucas Afonso apresentada no Slam da Resistência, fala sobre diversos temas como a violência policial, o golpe sofrido pela

democracia brasileira, a discriminação social e exploração do trabalho e da vida. Os jovens do grupo particularmente gostaram muito da poesia e se interessaram em saber mais sobre esse movimento.

Foram levados também quadrinhos da Mafalda, personagem de Quino, um cartunista argentino, que nos motivou a pensar sobre como o brincar com as situações cotidianas facilita a captura e o entendimento da realidade. Os quadros levados mostravam conceitos políticos muito complexos como a dependência externa, soberania nacional, imperialismo, financeirização, a polícia enquanto braço repressor do Estado, todos de maneira muito simples, didática e cômica.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Pensando ainda no papel das forças armadas observaram-se algumas imagens do grafiteiro Paulo Ito⁸⁷ entre elas a imagem abaixo.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

⁸⁷ Paulo Ito nasceu em 1978 em São Paulo e começou a pintar em espaços públicos em 1997. Seu trabalho pode ser visto nas ruas da zona oeste da cidade de São Paulo. Para mais informações ver em: <https://www.pauloito.com.br/contato-paulo-ito-sobre-biografia/>

Ao analisarem o grafite as famílias trouxeram alguns elementos como uma disputa desigual, rivalidade e injustiça. Falou-se sobre como as armas tornam essas lutas injustas, muitas vezes tem-se as palavras, argumentos e a polícia, na representação do Estado, tem as armas para ganhar essa luta tornando desigual e injusta. A fala de um participante resume:

Não importa quem vai ganhar o jogo, com o peso da mão do soldado ou ele ganha ou ele ganha, vê ele tem uma arma, o menino um estilingue, é assim mesmo na vida, a briga nunca é justa, não imporá as regras! O Estado muda as regras quando vê que vai perder e se reclamamos colocam a polícia para nos calar (Depoimento colhido durante a atividade).

Outra obra trouxe o debate em torno da exploração sexual infantil, que muitas vezes é remetido a regiões distantes como nas estradas do País, porém compreendemos que o abuso infantil é uma dura realidade enfrentada em todas as regiões, em todas as classes sociais, a assistente social apresentou dados acerca do número de casos de violações dos direitos das crianças e adolescentes e de abuso sexual no país. Logo se chamou atenção para a necessidade de toda a sociedade olhar para um problema de extrema gravidade, e que reside nas cidades, nos bairros, pode estar no condomínio, está nos lares, relembramos o conceito de coletividade nos cuidados de todos os membros da comunidade que se deseja construir.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Uma das obras chama atenção para nosso próprio comportamento e para a relação que estamos estabelecendo com a tecnologia e com as redes sociais, como estamos nos desvinculando do contato pessoal com nossos pares até mesmo na presença das pessoas. Falamos dos prejuízos emocionais que geramos às crianças,

muitas vezes aos idosos, ou aqueles que não se enquadram nesse padrão de interação e ficam por vezes isolados de contato, afastados de nossa atenção.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Nessa atividade apontou-se a possibilidade de a arte ser um caminho de diálogo mais interessante e assim mais poderoso e que pode potencializar nosso diálogo, nossa luta. A técnica social lembrou que o trabalho social tem como um de seus principais objetivos é fomentar a auto-organização das famílias para que unidas e em movimento reivindicam e lutam pela garantia e ampliação de seus direitos, pois apenas com força social é possível alcançar as conquistas almeçadas, assim é preciso que se apropriar dos instrumentos que podem contribuir com essa organização coletiva, com esse diálogo, com a sensibilização do grupo, logo as comissões podem se apropriar da arte como caminho para chegar aos seus companheiros de luta. Ao final da atividade cada participante recebeu a cópia de uma poesia de Brecht, Elogio ao Aprendizado, com referência a nossa possibilidade e necessidade de absorver conhecimento, em referência a autogestão das vidas.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 3

Tema: *Controle social*

Data: 02/2018

Essa atividade buscou construir a ideia de que o controle social dialoga com as formas pelas quais a sociedade pode controlar as ações do Estado, na atividade foram abordadas as estruturas do Estado Brasileiro. Foram apresentados os três poderes,

as assistentes sociais explicaram como são constituídos cada um dos poderes e quais são as regras desta constituição.

Slides atividades sobre arte e cultura (2017)

RELAÇÃO DE PODERES NO BRASIL



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A equipe social abordou o tema das lutas por direitos, explicando que os movimentos sociais contribuíram com grandes conquistas, inclusive com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e dentre os direitos nela instituídos, estão assegurados o direito à informação, o direito à participação nas tomadas de decisão e controle social.

O controle social aparece como uma das formas de intervir no Estado para consolidar e ampliar o acesso aos direitos sociais e as políticas públicas.

As assistentes sociais destacaram que um dos principais movimentos de moradia que contribuíram com diversas conquistas à Política Nacional de Habitação foi a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, e que compreendendo que o movimento da AHD é um dos movimentos articulados com a UMM-SP. As assistentes sociais afirmam que os participantes fazem parte da história de conquista desses direitos e que é preciso zelar para eles continuem sendo exercidos.

A equipe também buscou destacar quais são os espaços de participação popular e de controle social, sejam institucionalizados ou não.

Os grupos trouxeram diversos temas que não constavam da apresentação da equipe, mas que surgem a partir do estímulo para que as famílias participem do debate. Uma das participantes trouxe sua experiência no trabalho:

Quando estou almoçando com uma amiga ela me crítica pela forma que me envolvo com o movimento, com a luta pela moradia. Ela me chama de PT e eu tento explicar para ela que é uma luta por direito, mas ela não entende. (Depoimento colhido durante a atividade)

Ao final das atividades as assistentes sociais propuseram um exercício que criava um paralelo entre as atividades “três poderes” no Estado com as atividades exercidas na autogestão do Projeto. Perguntaram às famílias, quem eram os três poderes do Condomínio Alvorada do Jaraguá? Quem criavam as regras de convivência coletiva; quem administrava e quem executava? Os participantes trouxeram exemplos do cotidiano de obra, das reuniões, enfim, dos espaços que participaram e chegaram à conclusão que eles próprios eram os três poderes. O regulamento de participação foi compreendido como um dos instrumentos coletivos de controle social no empreendimento.

Compreendemos que o debate sobre o controle social é essencial para construção da ideia da luta pelo acesso aos direitos, e ainda para sua ampliação.

O tema do acesso aos direitos perpassou todo o desenvolvimento do TS, é nesse debate que os assistentes sociais fomentam as famílias identificar suas necessidades além da moradia para que possam se organizar coletivamente para lutas por outros direitos essenciais para que sua experiência de morar e viver em um território seja realmente digna.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 4

Tema: O ato de se manifestar

Data: 07/2018

Em julho de 2018 a UMM-SP convoca um ato, a Marcha pela moradia, o TS realiza uma atividade junto ao grupo de famílias objetivando refletir sobre o significado do ato de se manifestar, a importância histórica dessa forma de expressão coletiva e ainda problematizar os motivos que levam o movimento nesse momento para as ruas.



O ato tinha como pautas:

- Reivindicação do aporte do governo do Estado para diversos projetos que estavam em andamento à época e se posicionar contra o programa das PPPs – Parceiras Público Privadas – estaduais e municipais;

Considerando que o TS visa o processo de ampliação de consciência crítica das famílias, para que ao olhar para a realidade possam compreendê-la para além do aparente, com isso entendemos que a informação é um dos pilares do desenvolvimento desse trabalho. É essencial que as pessoas que irão participar da manifestação compreendam porque o fazem.

Para tanto a atividade foi estruturada em três momentos, iniciou-se com a técnica social questionando as famílias sobre o que para elas significava um ato ou uma manifestação, nos dois períodos as falas se assemelhavam, citaram: “brigar pelos direitos, reivindicar, lutar, ser ouvido, se expressar”.

A técnica fala sobre a importância dos atos e manifestações ao longo da história do desenvolvimento da sociedade dividida em classes, identifica as manifestações enquanto uma ferramenta de luta, que pode pressionar o poder público, empresários, detentores do dinheiro e do poder. A assistente social fala também sobre a possibilidade de as manifestações serem uma forma de diálogo com a sociedade. Assim não são apenas os trabalhadores que se manifestam através de atos, a necessidade de legitimar pautas com o conjunto da sociedade leva a diversos setores a ocupar as ruas.

A técnica pede para que as famílias que já foram a manifestações levantarem o braço, a maioria dos presentes levantaram os braços, a técnica questiona como eles acreditam ser vistos pelas pessoas que presenciam as manifestações, as respostas foram: “como vagabundos, preguiçosos, baderneiros, vândalos, pessoas que não querem trabalhar para comprar suas casas, pessoas que querem ganhar casas do governo de forma fácil, desocupados”.

A técnica os convida a refletir sobre a origem dessa imagem socialmente construída a respeito das famílias participantes do movimento de moradia, algumas famílias argumentaram ser por “falta de informação”, a técnica considera com o grupo que a maior parte da informação veiculadas sobre o movimento de moradia são feitas pelas grande mídia que, como sabemos, defende os interesses dos grandes proprietários, empresários, latifundiário, assim essa imagem é útil a manutenção dos interesses desses grupos que buscam sempre construir o apoio e o consenso social em torno das ações que façam a manutenção de seu poder.

Com isso fica evidente que se faz necessário o enfrentamento a essa imagem distorcida da realidade que serve ao propósito de criminalizar os movimentos sociais, movimentos de moradia, abre-se então a compreensão de que os atos e manifestações são uma oportunidade de o movimento dialogar com a sociedade na busca por propagar seus ideais e legitimar suas pautas.

A técnica social faz uma provocação às famílias, questiona a falta de informação sobre os motivos das manifestações é desconhecida somente pelas pessoas que assistem a manifestação, ou se também são desconhecidas pelas pessoas que fazem parte da manifestação. A técnica pergunta quem sabe o que vai fazer na rua no dia 31. As famílias respondem: “lutar pelos nossos direitos, lutar pela moradia, lutar por emprego, por recapeamento, por gás encanado na Av. Alexios Jafet etc”. Tuane fala sobre a importância de saber os motivos que os levam para as manifestações, é preciso estar consciente sobre o que reivindicam e é preciso saber para dialogar, propagar, defender e até para criticar. A técnica explica que as pautas do ato serão o tema do trabalho social, e que para isso as arquitetas Nataly e Juliana irão contribuir com a atividade.

Nataly explica para as famílias o que são os aportes nas obras, que são subsídios que fazem parte da composição do valor de financiamento que são concedidos por estados e municípios para viabilizar o projeto. Fala sobre a importância dos aportes não apenas para a obra do Projeto Alexios Jafet, mas para tantos outros projetos em andamento no estado de São Paulo. Com isso buscou-se ampliar a visão das famílias em relação a luta pelo aporte, pois por vezes parece uma luta endógena ao projeto Alexios, mas é uma pauta que se estende a muitos movimentos, projetos e famílias.

Em seguida os representantes da Associação AHD relembram para as famílias o processo de luta pelo aporte estadual prometido ao movimento há anos e não liberado pelo governo do estado.

Finalizando as falas sobre o aporte a técnica social inicia a apresentação da temática explicando a lógica das *parcerias público-privadas* e exemplificando seus funcionamentos, em seguida usa as políticas de assistência e saúde para explicar como aparece no cotidiano das famílias, fala sobre serviços como coleta de lixos, metros, cuidados com rodovias e etc.

A técnica explica que a lógica de o Estado convocar a sociedade civil especializada para prestar um serviço de interesse público tem suas razões e vantagens, mas a execução dessas parcerias tem se mostrado problemática.

A técnica explicita as denúncias nos equipamentos assistências em relação a má gestão dos recursos, ao atendimento de péssima qualidade e aos superfaturamentos dos serviços, sucateamento dos equipamentos, o mesmo se reproduz na política de saúde na atenção básica em muitas UBS da cidade de São Paulo gerenciadas por organizações sociais.

Houve por parte da equipe urbanística uma exposição minuciosa sobre as PPPs habitacionais. As técnicas finalizam a atividade refletindo com as famílias sobre como esses programas não atendem as famílias de baixa renda e como representam um retrocesso para os processos de luta e para os avanços conquistados pelo movimento em relação à política habitacional. Com isso reforçou-se o chamamento para a participação das famílias no ato.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 5

Tema: Oficina de ato

Data: 07/2018

Foi realizada uma oficina de ato com objetivo de contribuir com a organização das associações para a manifestação convocada pela UMM SP – União dos Movimentos de Moradia de São Paulo - para o dia 31 de julho, com concentração no Estádio do Morumbi e com a proposta de marchar até o Palácio dos Bandeirantes.

A “Marcha pela Moradia” tem como principal pauta a reivindicação pelo aporte de financiamento estadual para diversos projetos, entre eles, o Projeto Alexios Jafet. O ato tem como objetivo ainda, marcar a posição contrária dos movimentos de moradia aos programas municipais e estaduais das PPP - Parcerias Público-Privadas.

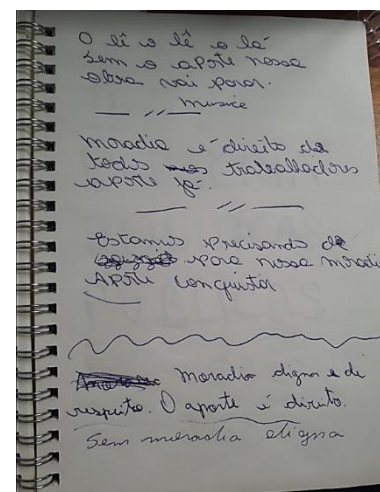
As atividades foram realizadas em dias de mutirão e abertas às famílias que se dispusessem a participar. Na atividade dia 20 foi possível realizar a atividade com as famílias das associações AHD e Oeste juntas.

As atividades iniciaram com uma rodada de apresentações, em seguida a técnica social propôs algumas reflexões buscando evidenciar a partir das falas dos participantes o significado social das manifestações e o papel histórico desse instrumento estratégico na luta de classes. Foram abordadas ainda reflexões acerca da imagem social do movimento e a capacidade que um ato tem de dialogar com a sociedade.

A assistente social explica sobre as possibilidades de ações de *agitação* e *propaganda* dentro de uma manifestação, e fala que estas são intervenções que buscam propagandear as pautas políticas e explicar para a população, por uma via de informação alternativa as colocadas pela grande mídia, as razões do movimento. Assim o material visual (placas, cartazes, fotos, camisetas e etc.) e áudio (músicas, palavras de ordem e etc.) e material explicativo para ser entregue a população durante as manifestações (jornais, revistas, boletins informativos e etc.) são muito importantes para se comunicar com aqueles que veem e ouvem o movimento em marcha.

Para tanto a técnica fala da importância dos manifestantes conhecerem as próprias pautas, para que de forma consciente se coloquem em cena e possam travar os diálogos necessários com seus pares, os trabalhadores.

Tuane fala sobre cada uma das pautas do ato convocado, em seguida propõe que com as informações obtidas e com as trocas que tiveram na roda de conversa produzam coletivamente palavras de ordem, músicas, dizeres para cartazes.



Em seguida iniciaram as produções. Os materiais produzidos na oficina de ato foram apresentados para as famílias no mutirão e na assembleia, foram aproveitados para motivar e lembrar as famílias da importância de compor esse momento de luta coletiva.

É sempre muito positivo o encontro entre as famílias das associações que compõe o projeto, que pelas diferentes dinâmicas de cada movimento dispõe de poucas oportunidades para essa troca de saberes.



Foi interessante notar que o diálogo das famílias das diferentes associações, mesmo com todas as diferenças de contextos dessa experiência que vivenciam no projeto, é muito alinhado e complementar.

Foi possível perceber o maior envolvimento das famílias com o ato depois de conhecerem de forma mais profunda as pautas e depois de contribuírem com seu tempo e trabalho para a organização desse processo.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 6

Ação: Articulação junto às unidades de saúde do território⁸⁸

Data: 07/2018

A Comissão de Saúde do Condomínio Alvorada do Jaraguá - AHD - assim como as comissões de saúde das associações Anjos da Paz e da Associação Noroeste já no início das obras iniciaram um processo de aproximação com os equipamentos de Saúde do território.

Foram realizadas visitas na Unidade Básica de Saúde e Assistência Médica Ambulatorial - AMA do Jardim Ipanema para apresentação por parte dos moradores do Projeto Alexios Jafet.

Visita das comissões de saúde das três associações a UBS Jardim Ipanema (2018).



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Foi articulada, pelas comissões, visita do responsável pela UBS do Jardim Ipanema e sua equipe aos canteiros de obras das associações para conhecer o Projeto, as lideranças, os profissionais e traçar estratégias de ações coletivas em torno de capacitações, divulgação de campanhas informativas e ações em saúde coletiva.

⁸⁸ Elementos extraídos dos registros de memórias das atividades e do diário de campo desta pesquisadora.

Visita do diretor da UBS Jardim Ipanema no canteiro de obras da AHD em (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Houve a capacitação das comissões de saúde das três associações realizada por profissionais da UBS.

Capacitação coletiva com equipe de saúde no Projeto (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Foram promovidas campanhas de vacinação contra Hepatite B, Sarampo e Tétano e Febre Amarela para os funcionários das empreiteiras. Houve também teste rápido de HIV/AIDS realizado pelo Centro de Testagem e Aconselhamento, onde os funcionários fizeram teste e receberam os resultados em um lugar fechado e individual disposto pelo Técnico de Segurança do Trabalho.

Ação em saúde no canteiro de obras da AHD (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Os funcionários que aguardavam o resultado do teste ou que já haviam recebido o resultado e tomado as vacinas, contaram também com uma roda de conversa promovido pelo CAPS – Centro de Apoio de Psicossocial, onde foi discutido questões relacionadas ao uso de álcool e droga. As atividades possibilitaram um acesso direto dos funcionários aos diversos serviços oferecidos pela política de Saúde.

Essas ações proporcionaram a aproximação e criação de vínculos entre as famílias e os equipamentos de saúde do território, com a compreensão da importância do controle social para acompanhamento e participação das informações e ações da política de Saúde do território em 2018 a Comissão de Saúde da AHD participou das eleições do Conselho gestor da UBS Jardim Ipanema, conseguindo eleger um de seus integrantes a uma cadeira de representação de usuários.

Segundo os participantes, nesta instância participativa uma das mais recorrentes pautas nas reuniões se referiria a defasagem no RH da UBS, quadro que ia dos funcionários administrativos aos médicos. Segundo levantamento da UBS, à época, havia 40% de defasagem no quadro de médicos.

Os participantes das comissões de saúde encamparam uma campanha para imediata contratação de mais médicos para compor o quadro do atendimento ao Jardim Ipanema, diversas manifestações formais foram realizadas, documentos protocolados, reuniões com gerência e superintendência e até diálogo com o prefeito Bruno Covas, todavia não houve retornos positivos, assim a comissão organizou um ato em frente a UBS.

Ação em saúde no canteiro de obras da AHD (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

O ato teve como principal objetivo iniciar um diálogo com os moradores do bairro e chamar atenção para a problemática do sucateamento do equipamento de saúde, durante o ato foram arrecadadas assinaturas de moradores para compor um

abaixo assinado que reivindica o preenchimento de vagas dos médicos da UBS.

O ato aconteceu de forma organizada e teve o apoio dos funcionários do equipamento. Houve cobertura e diálogo com a mídia local para divulgação das pautas reivindicatórias.

Uma semana após o ato foram preenchidas duas vagas de médicos, um clínico geral e uma ginecologista. O que demonstra que a organização popular é um instrumento essencial de pressão ao poder público no sentido da luta e garantia de direitos. Esse fato foi muito importante para motivar as famílias a se empenharem nas lutas por melhorar serviços de diversas áreas (educação, mobilidade urbana, cultura, assistência social etc.) para qualificar a chegada das famílias do empreendimento no bairro.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 7

Tema: Reunião com a Comissão de Ética

Data: 09/2018

A reunião se iniciou com uma rodada de apresentações, estavam presentes participantes dos três grupos (1, 2 e 3), estavam presentes também dois membros de outras comissões, Conceição integrante da Comissão de Meio Ambiente e o Edson membro da Comissão de Saúde que se dispuseram a contribuir com a Comissão de Ética.

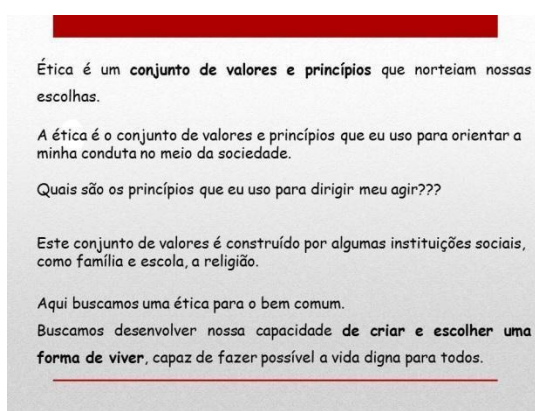
Na reunião Ampliada do mês de Agosto alguns participantes, em decorrência de conflitos existentes no projeto, cobraram o papel e maior presença da Comissão de Ética. Foram colocadas para o grupo presente Ampliada as dificuldades da Comissão de Ética em iniciar o desenvolvimento de suas atividades e com isso Conceição e Edson se colocaram para colaborar com a Comissão de Ética.

A técnica social aproveitou a entrada desses colaboradores para retomar com os presentes quais foram as atividades desenvolvidas junto a Comissão, e as propostas elaboradas até o momento.

A técnica questiona ao grupo sobre o papel da Comissão e a partir das falas que giram em torno do regulamento de participação retoma a discussão sobre o papel da Comissão que a princípio foi pensada para ser de zelar pelo cumprimento do regulamento de participação e aplicando as penalidades cabíveis para seu descumprimento. A técnica fala que nem todas as situações a que estamos expostos no projeto estão normatizadas pelo regulamento, em muitos momentos somos

colocados em situações que podemos classificar como dilemas Éticos, ou seja, situações onde não se pode classificar as atitudes alheias de maneira simplista com um “certo” ou “errado” devemos compreender que as atitudes são circunscritas de contextos e precisamos compreendê-los se quisermos compreender as pessoas e não julgá-las, para contribuir com a melhora das respostas das famílias as situações de conflitos precisamos compreender seus comportamentos e pensar formas de estimular atitudes que considerem os interesses coletivos e individuais.

Para tanto é muito importante que esta Comissão faça o exercício de pensar as relações das famílias no projeto buscando compreender de maneiras distintas o que é a ética e a moral, suas divergências e convergências, para não incorrer no erro de usar a moral individual para olhar essas relações, impondo aos outros valores nossos e não valores do coletivo.



Tuane relembra o grupo da atividade realizada no mês de janeiro com as famílias no trabalho social, onde as famílias elegeram os “valores que gostariam de ter no convívio dentro do projeto Alvorada do Jaraguá”, a técnica fala que acredita que nesse momento a contribuição mais segura que a comissão pode oferecer ao projeto é estimular e reforçar esses valores positivos eleitos pelo coletivo, falando sobre eles, propagando, exemplificando.

Respeito	Humildade	Compreensão
Diálogo	Igualdade	Solidariedade
Responsabilidade	Integridade	Amor
Coletivo	Honestidade	Compromisso
União	Empatia	Democracia

Os membros da Comissão falam sobre o que produziram a partir do material do trabalho social, selecionaram os valores mais citados pelas famílias e também as melhores frases ditas pelas famílias nos vídeos que assistiram das atividades, falaram sobre o mural que querem construir.

Os participantes mostram o desejo de nos dias de trabalho social fazer uma pequena fala sobre um valor, Tuane comenta que pode se utilizar de diversas formas de expressão na hora de transmitir essas mensagens, podem ser em forma de texto, apresentação, música, poema.

Edson pede para mostrar um vídeo que achou na internet sobre ética, trata-se de um vídeo que problematiza uma situação do cotidiano, fala sobre receber troco errado, e quais as implicações éticas das possíveis escolhas para lidar com essa situação. Os participantes gostaram e o grupo decidiu usar o vídeo para dialogar com as famílias.

A técnica informa que o mural que a Comissão utilizará para expor as palavras “valores” foi feito com ajuda dos técnicos do urbanístico e esta disponível no canteiro para ser trabalhado, Tuane salienta que a Comissão pode decidir como prefere realizar as atividades, produzir o mural, o importante é serem propagadores desses “bons valores” as famílias, dos valores que privilegiam o coletivo.

A técnica fala da importância da Comissão se capacitar para pensar o agir ético e sugere que em paralelo as atividades com as comissões sejam feitas discussões sobre dilemas éticos do nosso cotidiano para que juntos possam refletir sobre alternativas de escolhas colocadas a cada um de nós e a forma como reagimos a elas.

Assim fica acordado que a comissão trabalhará também internamente o conceito de ética, com isso o grupo percebe a necessidade de se reunir de forma mais constante e decidem se reunir uma vez ao mês como algumas comissões do projeto já fazem, decidem se encontrar toda primeira quinta feira dos meses. Decidem ainda que na reunião ampliada solicitaram o tempo de 10 minutos para iniciar as atividades com as famílias.

MEMÓRIA DE ATIVIDADE 8

Atividade do TS sobre moeda social

Data: 02/2020

Esta atividade teve como objetivo dar continuidade a temática do desenvolvimento econômico produtivo e socioterritorial desenvolvida junto as famílias.

A assistente social inicia a atividade questionando as famílias sobre ao que elas relacionavam as palavras desenvolvimento produtivo, nenhuma família se manifestou. A técnica então relacionou a palavra produtivo as palavras “produção” e “produto” e construiu com as famílias a ideia que o desenvolvimento da produção de bens e serviços locais, ou seja do produzir as coisas e prestar serviços, como fazer comida ou cortar cabelo, ou seja, se relaciona diretamente com o desenvolvimento da comunidade, ou desenvolvimento socioterritorial.

A assistente social explica que para um território se desenvolver é preciso que haja um ciclo produtivo, é preciso que as pessoas produzam, circulem e consumam no território, fazendo assim a riqueza circular entre compradores, prestadores de serviços e produtores de bens.

Fala que para que haja aumento de produção e circulação é também necessário que haja consumo dessa produção formando um ciclo produtivo crescente.

A assistente social relacionou o empreendimento Alexios Jafet à uma comunidade e questionou as famílias se elas acreditavam que essa comunidade era um território “rico” ou “pobre”, a maioria das famílias o definiu como pobre, diziam que o território era pobre porque as pessoas não tinham dinheiro.

A técnica propôs um exercício mental aos participantes, que todos imaginassem um balde no centro do galpão e que todas as famílias pensassem o quanto entra de dinheiro em suas casas, vindo de todas as famílias, ou seja salário de todos os membros da família, o dinheiro que entra do trabalho informal, do bico, dos benefícios, etc. E então depois de quantificaram o quanto suas famílias agrupam de dinheiro durante todo o mês, pediu que eles se imaginassem colocando esse dinheiro dentro desse balde, a técnica perguntou o que aconteceria com o balde, algumas pessoas responderam que não caberia, então a técnica pediu que imaginassem um balde cada vez maior, que acomodasse todo o dinheiro das famílias do Alvorada do Jaraguá. Algumas famílias comentavam que deveria ser um balde muito grande então.

A técnica pediu que imaginasse se fosse um balde onde coubesse o dinheiro das 1104 famílias, mais de 5 mil pessoas, e pergunta então se eles ainda acreditam que essa comunidade é pobre, um dos participantes disse: “Sim! Porque esse dinheiro não fica aqui, ele é todo para pagar contas!” Tuane então pediu que imaginassem furos no balde por onde esse dinheiro escorre para fora da comunidade, pediu que as famílias falassem o nome desses furos, seguiu-se: água, luz, cartão de crédito, mercado, comida, roupa etc.

Em seguida, a assistente social explica que têm muitos furos que não temos como tapar, como pagamento das concessionárias de água, luz, impostos, mas que existem buracos que poderiam ser tampados, como por exemplo, se ao invés de comprar “marmita” fora comprasse de alguém do empreendimento que produz, se ao invés de contratar um encanador de fora, contratasse alguém do empreendimento que presta esse serviço, se ao invés de cortar o cabelo fora, fossem ao salão de alguém que mora no empreendimento. Isso significaria que muito do que se gasta fora pode circular e se manter dentro do empreendimento e que as pessoas poderiam colaborar umas com as outras para que aumentassem sua renda. Imaginem o quando uma cozinheira não venderia por dia com 5 mil potenciais compradores.

A assistente social perguntou se fazia diferença que seus vizinhos tenham mais dinheiro e renda ou não nos faz diferença alguma. Alguns participantes disseram ser bom e outros que para eles próprios não fazia diferença alguma.

A técnica lembrou a eles que vão morar em condomínio e essa interdependência é muito latente pois, se o vizinho não pago o condomínio isso impacta diretamente na vida de cada um dos moradores, se o vizinho não pode arcar com sua parte na reforma, isso afeta diretamente o bolso de todos que vão ter que cobrir essa falta. A técnica lembra aos presentes que eles pagam 20% a mais de segurança noturno por causa da inadimplência. Se todos pudessem pagar isso impactaria diretamente em suas próprias condições financeiras.

Outro dado relevante levantado foi que, ainda que indiretamente a desigualdade social, ou seja, a diferença, de renda e acessos, é um fator que mundialmente se relaciona com a violência, logo um território desigual é um território potencialmente mais violento.

Tuane explica ainda que a renda permanecendo no local, esse local se desenvolve e enriquece, pois se as pessoas têm comércios mais rentáveis, podem investir mais, qualificar, ampliar e especializar suas produções e prestações de

serviço melhores, o que torna a comunidade mais desenvolvida, com mais acesso e com mais renda.

Ou seja, é muito importante que exista um senso coletivo e comunitário forte para pensarmos o desenvolvimento econômico e produtivo do território.

Em seguida a técnica expõe o documentário Palmas que conta a história de uma comunidade cearense que na década de 70 foi construída por meio de mutirão por pessoas vindas de diversos pontos da orla de Fortaleza. A prefeitura por motivos de especulação imobiliária e expansão naval expulsou cerca de 1500 famílias, em sua maioria pessoas que viviam da pesca, para um terreno a mais de 20 km sertão adentro de seu território de origem. O terreno cedido além de distante, e sem infraestrutura alguma, ainda se localizava ao lado de um aterro sanitário.

Mapa de fortaleza ilustrando o processo de deslocamento da população que formou o Conjunto Palmeiras (2020)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

O documentário relata um forte processo de organização comunitário que contou com o protagonismo de seus moradores e com apoio da igreja por meio das comunidades eclesiais de base. O primeiro esforço dos moradores foi o processo de urbanização do bairro, após 8 anos esse processo foi concluído, ou seja, grande parte do bairro estava asfaltada, com acesso a água encanada, coleta de esgoto, energia elétrica, transporte viário etc. Porém ainda era um bairro considerado pobre e ainda houve o surgimento do fenômeno de expulsão dos moradores mais carentes, pois com a vinda da urbanização também vieram taxas, impostos, contas das concessionárias, ou seja, as despesas aumentaram ao passo que a renda não.

Foram questionando os conceitos de pobreza e riqueza e perceberam que a possibilidade de superação da miséria residia na potência produtiva dos moradores. Foi em meio a muitas discussões, organização e ousadia que os moradores da

comunidade de Palmas criaram a primeira moeda social do Brasil.

A “moeda palmas” foi pensada para ser um equivalente de troca de circulação restrita ao território com finalidade de fomentar o consumo interno. Os moradores entendendo a lógica econômica perceberam que para criar circulação de valor seria necessário investir no consumo e na produção. Equilibrando esses dois elementos seria possível aquecer a economia local.

E foi com o entendimento do funcionamento de um banco que criaram o primeiro banco comunitário do País o “Banco Palmas” que iniciou com 2 mil reais o processo de empréstimos em real para que a produção trouxesse tecnologia para dentro do bairro, como maquinário, matérias primas e serviços necessários a produção de bens e serviços e emprestava ao consumidor em moeda social para que esse consumisse o que ali estavam sendo produzido.

Joaquim Melo um dos grandes articuladores para a criação do Banco Palmas



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Joaquim Melo, liderança comunitária do Conjunto Palmeiras conta a história de idealização do Banco Palmas e o processo de desenvolvimento e implementação gradual dessa ideia, que contou com muita resistência da população local e principalmente do Estado brasileiro, que na figura do Banco Central, por duas vezes processou a Associação de moradores da comunidade de Palmeiras acusando-os de falsificação de moeda. Joaquim relata o processo de autodefesa da Associação e do julgamento que deu ganho de causa ao Banco Palmas. Em 2018 a iniciativa da comunidade de fundar um banco completou 20 anos.

Neste 20 de janeiro de 2018, comemoramos 20 anos de Banco Palmas. O primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil, portanto, festeja-

se, também, 20 anos de Bancos Comunitários em nosso país. Hoje somos 113, distribuídos por todas as regiões em 20 estados e 90 municípios. Nenhum arranjo financeiro no Brasil está tão conectado com os pobres quando os BCDs. Presentes estamos das ilhas ribeirinhas na Amazônia as periferias do Rio Grande do Sul, passando por comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos, vilas de pescadores, territórios rurais e urbanas. Por isso o tema destes 20 anos é “conectados”. (Trecho extraído de: Manifesto 20 anos de Banco Palmas).

A comunidade de Palmeiras ao longo desses 20 anos construiu o Banco Palmas, a moeda Palmas de forte circulação local, o Instituto Banco Palmas, o cartão de crédito PALMACARD e desenvolveram projetos de educação financeira, empreendedorismo, projetos específicos para mulheres empreendedoras, e projetos sociais fomentados pela Banco Palmas.

A iniciativa dessa comunidade de criar o desenvolvimento econômico em um território de extrema vulnerabilidade apostando no ser humano enquanto potência de produção de riqueza e transformação da realidade, foi e ainda é exemplo para muitas comunidades no Brasil e no exterior. Por meio da experiência e da metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas diversos outros Bancos Comunitários foram criados no Brasil. Segundo instituto Palmas através da articulação destas experiências se formou a Rede Brasileira de Bancos Comunitários que hoje conta com 113 moedas alternativas em circulação. Estima-se que entre 2015 e 2018 as transações com as moedas sociais somaram R\$ 42 milhões.

Instituto Banco Palmas



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Ao final da apresentação do documentário as famílias falaram sobre suas impressões sobre a experiência apresentada, a técnica social levou dados sobre a existência de outras moedas sociais além da Palmas, incentivando as famílias e refletirem sobre a grande potência que a comunidade Alexios Jafet tem de criar formas de ser e estar que contribuam para o desenvolvimento de todos.

Algumas famílias pediram a fala e expuseram suas opiniões acerca do tema. Falou sobre a importância de fomentar o comércio local para que o bairro cresça e com isso tenha também mais infraestrutura fornecida e pelo poder público, mas também pela iniciativa privada que se instale no local. Uma das lideranças falou sobre a importância de mapearmos os profissionais, os talentos e os desejos dos futuros moradores para que possam colocar em prática a ideia de desenvolvimento coletivo, afirmou que todos podem e merecem crescer juntos.

Essa atividade ampliou a compreensão sobre o significado e importância de desenvolvimento econômico e local para vida de todos, as falas de algumas pessoas presentes na atividade demonstraram o entendimento de que é possível intervir na realidade e transformá-la a partir de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento local, aumento da qualidade de vida e sustentabilidade da intervenção habitacional.